

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
UNESP
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

HÉRCULES PAULINO DE SOUZA

**A RELAÇÃO SINO-JAPONESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: OSCILANDO
ENTRE DISSENSO E PRAGMATISMO**

MARÍLIA – SP
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

HÉRCULES PAULINO DE SOUZA

**A RELAÇÃO SINO-JAPONESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: OSCILANDO
ENTRE DISSENSO E PRAGMATISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: *Relações Internacionais e Desenvolvimento*

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires



MARÍLIA – SP

2019

S729r

Souza, Hércules Paulino de

A relação sino-japonesa no início do século XXI: oscilando entre
dissenso e pragmatismo / Hércules Paulino de Souza. -- Marília, 2019
204 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcos Cordeiro Pires

1. China. 2. Japão. 3. relação sino-japonesa. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

HÉRCULES PAULINO DE SOUZA

A RELAÇÃO SINO-JAPONESA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: OSCILANDO ENTRE
DISSENSO E PRAGMATISMO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais na área de concentração “Relações Internacionais e Desenvolvimento”.

BANCA EXAMINADORA:

Membros titulares:

Dr. Marcos Cordeiro Pires (Orientador)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. Luis Antonio Paulino
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. André Luis Scantimburgo
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. Dr. Haroldo Ramanzini Junior
Inst. de Economia e Relações Internacionais
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Dr. Hermes Moreira Junior
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD
Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Suplentes:

Dr. Agnaldo dos Santos
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista – FFC/UNESP

Dr. Wilson do Nascimento Barbosa
Departamento de História
Universidade de São Paulo

Marília, 24 de Setembro de 2019

À minha mãe, Sueli
Ao meu pai, Agmar
À minha avó, Neide

Impossível não iniciar agradecendo a pessoa que mais merece: o agradecimento mais especial é à minha mãe! A pessoa mais incrível e forte que conheço, meu apoio não só na vida acadêmica, mas nos sentidos mais amplos de vida! Não menos especial é o agradecimento ao meu pai, por toda dedicação, paciência e apoio por todos esses anos! Agradeço também à minha irmã, pela companhia, compreensão e apoio nessa longa fase de doutorado. Muito obrigado à minha avó, por suportar a saudade e pelo carinho, que com suas histórias fazia meus pensamentos fugirem para longe da relação sino-japonesa!

Meu mais profundo agradecimento à UNESP, em especial a Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília! Minha casa acadêmica desde o começo dessa trajetória no ensino superior e na pesquisa! Agradeço a todos os professores, que dividiram conhecimento e experiências, que me ajudaram a construir quem sou como cientista e pessoa. Agradeço também a todos os funcionários da faculdade, pois sem eles nada funcionaria – entre eles, um agradecimento especial a todos que passaram e atuam na Secretaria de Pós-Graduação! Muito obrigado por toda a ajuda!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Agradeço a Capes pelo financiamento das minhas pesquisas, no mestrado e agora no doutorado. Torço muito para que as agências de fomento à pesquisa continuem a existir de fato, resistam a essa conjuntura de desmantelamento pela qual passam e possam cumprir com o seu papel tão importante na pesquisa brasileira. Vejamos sempre o lado positivo: momentos bons passam, mas momentos ruins também! Nada é permanente!

Agradeço com grande satisfação ao meu professor, orientador e amigo Dr. Marcos Cordeiro Pires! Muito obrigado pelo apoio e confiança nesse período conturbado e de grande aprendizado! A gente só leva da vida a vida que a gente leva! Não poderia deixar de agradecer ao professor Dr. Luis Antonio Paulino, pelas oportunidades, consideração e por permitir que o acompanhasse durante um ano de Estágio Docente! Agradeço a professora Dra. Lidia Maria Viana Possas, quem me ensinou a dar os primeiros passos acadêmicos dessa jornada, durante a Iniciação Científica.

Muito obrigado ao irmão que ganhei nos anos recentes, Alexandre Freitas, com quem pude dividir ideias e bons momentos, discussões sobre a vida, boas músicas e mesas de bar! Lembremos sempre: você é o único dono do seu destino e da sua mente!

Um imenso obrigado a Daffnin Ludwig, pela companhia motivante e pelos momentos de grande felicidade! Obrigado até mesmo pelas aulas e conversas sobre medicina! Felicidade é um instante de vida que vale a pena ser vivido – e vivemos, e vivamos!

Muito obrigado aos meus amigos Luciana Cardoso e José da Silva, pela ajuda mútua ainda que em tempos conturbados em nossas vidas! Vocês foram essenciais nessa etapa final! O sol sempre nasce novamente...

Um imenso agradecimento ao meu amigo-pai Mauri Silva, pela paciência e presença durante toda a fase da pós-graduação. Agradeço à Thaís Lacerda, grande amiga com quem o doutorado me presenteou – muito obrigado pelo apoio por todos esses anos! Aos meus queridos amigos, Tiago Brentam e Abraão Damião, pela energia sempre positiva e contagiante! Aos meus grandes e velhos amigos, Rodolfo Sarraf, Jairo Uryu, ao meu lado desde sempre!

Aos meus grandes amigos da graduação: Glauco Numata, Danieli Micheski, Fabio Favero, Joara Marchezine, Marcelo Barletta, Juliano Aragusuku, Renato Crivelli, Rafael Saiani, Eliza Dias, Laila Mendes, Paulo Pereira... sempre próximos ainda que não geograficamente. Agradeço a todos os amigos e colegas que fizeram parte da jornada até aqui! Posso dizer com toda a certeza: vocês foram a maior e melhor conquista desses anos todos!

Agradeço imensamente aos professores que aceitaram compor a banca de avaliação do trabalho: Dr. André Luis Scantimburgo, Dr. Haroldo Ramanzini Junior, Dr. Hermes Moreira Junior, Dr. Luis Antonio Paulino. Meu muito obrigado pela paciência!

Não poderia deixar de agradecer à Eliana e Gilson, os guardiões profissionais da minha mente. O mundo do conhecimento é vasto e incrível, mas é necessário olhar também para dentro de si!

Por fim, não tenho um agradecimento, mas um pedido de desculpas por minha ausência. Às minhas tias e tio paternos que partiram sem que eu pudesse me despedir devido aos compromissos do doutorado: às minhas tias Alzira e Argemira, e ao meu tio Jose.

*Não quero o que a cabeça pensa,
eu quero o que a alma deseja.*
(Coração Selvagem – Belchior, 1976)

RESUMO

Nossa pesquisa tem por objetivo analisar as recentes oscilações na relação diplomática entre China e Japão, tendo como hipótese que a forma e o contexto em que se deu a reaproximação e normalização das relações bilaterais, a partir 1972, seriam vitais para as futuras divergências e deterioração da relação sino-japonesa. Impulsionada por motivações pragmáticas da conjuntura da Guerra Fria – a aliança antissoviética formada por China-Japão-EUA – os líderes de ambas as nações deixaram de lado questões históricas e territoriais em prol de uma aliança de segurança pragmática. Argumentamos que a gradual deterioração da frágil relação criada se intensificou quando o contexto no qual a aliança foi formada desapareceu, o colapso da URSS e o fim da Guerra Fria. Sendo assim, os problemas deixados de lado em 1972 emergiram na relação sino-japonesa de forma mais acentuada, sobretudo nas primeiras décadas do século XXI, ocasionando a recente oscilação de afastamento e aproximação. Portanto, no trabalho realizamos uma breve sumarização de como a normalização ocorreu e a maneira como a relação diplomática se desenvolveu desde então. Posteriormente analisamos a questão das divergências relativas à memória sobre a guerra, distintas e antagônicas entre os dois Estados. Evidenciamos também que o contexto pós-Guerra Fria e o fim da aliança antissoviética desencadeou processos que levaram a crescente insegurança entre China e Japão, assim como trouxe à tona a disputa territorial das ilhas Diaoyu/Senkaku. Posteriormente, analisamos como a exitosa relação econômica sino-japonesa evoluiu e sua importância para ambos os países e por fim sugerimos a possibilidade de que uma nova disputa possa estar surgindo entre os dois países na esfera da influência econômica regional.

Palavras-chave: China; Japão; relação sino-japonesa.

ABSTRACT

Our research aims to analyze the recent fluctuations in the diplomatic relationship between China and Japan assuming that the form and context in which the rapprochement and normalization of bilateral relations took place, from 1972 onwards, would be vital for future divergences and deterioration of the Sino-Japanese relationship. Driven by pragmatic motivations of the Cold War conjuncture – the anti-Soviet alliance formed by China- US- Japan – the Sino-Japanese leaders set aside historical and territorial issues in favor of a pragmatic security alliance. We argue that the gradual deterioration of the already fragile relationship created was intensified when the context in which the alliance was formed disappeared, the collapse of the USSR and the end of the Cold War. Thus, the problems left aside in 1972 emerged in the Sino-Japanese relationship more markedly, especially in the first decades of the 21st century, causing the recent oscillation of detachment and rapprochement. Therefore, in the work we made a brief summary of how the normalization occurred and the way the diplomatic relationship has developed since then. Subsequently, we analyzed the issue of the divergences related to the memory of the Second Sino-Japanese War (1937-1945), different and antagonistic between the two States. We also sought to expose that the post-Cold War context and the end of the anti-Soviet alliance unleashed processes that led to growing insecurity between China and Japan, as well as brought to light the territorial dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands. Finally, we analyze how the successful Sino-Japanese economic relationship has evolved and its importance for both countries and finally we suggest the possibility that a new dispute may be emerging between the two countries in the sphere of regional economic influence.

Keywords: China; Japan; Sino-Japanese Relations

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Impressão mútua entre os países.....	12
Gráfico 2 – Evolução da corrente comercial Japão-China 2000-2017.....	127
Gráfico 3 – Fluxo anual de IED japonês à China.....	128
Gráfico 4 – Participação do Japão no total das exportações/importações chinesas.....	133
Gráfico 5 – Participação da China no total das exportações/importações japonesas.....	133
Tabela 1 – Corrente de Comércio Japão-China.....	129
Tabela 2 – Trocas Acumuladas por Período.....	129

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas.....	105
Figura 2 – Reivindicações Chinesas no Mar do Sul da China.....	108
Figura 3 – O arquipélago Diaoyu/Senkaku.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIZ - Air Defense Identification Zone

AIIB - Asian Infrastructure Investment Bank

APEC - Ásia-Pacific Economic Cooperation

ASEAN+3 - Association of Southeast Asian Nations Plus China-Japan-Republic of Korea

ASEM - Asia–Europe Meeting

BMD - Ballistic Missile Defense

BRI – Belt and Road Initiative

BRICS – Acrônimo para o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CTBT - Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty

ELP – Exército de Libertação Popular

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOIP - Free and Open Indo-Pacific Strategy

IED – Investimento Estrangeiro Direto

JETRO – Japan External Trade Organization

KMT – Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês)

NDB - New Development Bank

NHK - Nippon Hōsō Kyōkai (Corporação de Radiodifusão do Japão)

ODA – Official Development Assistance

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PCCh – Partido Comunista da China

PDJ – Partido Democrático do Japão

PIB – Produto Interno Bruto

PLD – Partido Liberal Democrata do Japão

PQI - Partnership for Quality Infrastructure

PSJ – Partido Socialista do Japão

RCEP - Regional Comprehensive Economic Partnership

RPC – República Popular da China

TAV – Trem de Alta Velocidade

TPP – Trans-Pacific Partnership

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1 - A RELAÇÃO DIPLOMÁTICA SINO-JAPONESA: DA APROXIMAÇÃO EM 1972 AO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	21
1.1. <i>A década de 1970: uma aproximação pragmática</i>	24
1.2. <i>A década de 1980: afloração da memória histórica</i>	31
1.3. <i>A década de 1990: as desconfianças mútuas de segurança</i>	36
1.4. <i>O início do século XXI: uma relação bilateral oscilante</i>	43
2 - A MEMÓRIA IMPORTA: A MEMÓRIA HISTÓRICA DIVERGENTE ENTRE CHINA E JAPÃO.....	53
2.1. <i>O domínio da memória</i>	55
2.2. <i>A história para a classe política japonesa</i>	59
2.2.1. <i>O santuário de Yasukuni</i>	62
2.2.2. <i>A questão dos livros didáticos</i>	65
2.3. <i>A China lidando com a história: a campanha de educação patriótica</i>	68
2.4. <i>Recentes manifestações dos Estados e das sociedades chinesa e japonesa sobre a história</i>	77
3 - A DETERIORAÇÃO DA RELAÇÃO DE SEGURANÇA ENTRE CHINA E JAPÃO NO PÓS-GUERRA FRIA.....	86
3.1. <i>A aliança de segurança Japão-EUA</i>	89
3.1.1. <i>A insatisfação norte-americana com o aliado japonês</i>	91
3.1.2. <i>As Novas Diretrizes da Aliança Japão-EUA</i>	92
3.1.3. <i>Taiwan e o sistema de defesa de mísseis balísticos japoneses</i>	97
3.2. <i>A modernização das forças armadas chinesas</i>	102
3.2.1. <i>Reivindicações marítimas da China</i>	106
3.3. <i>A disputa sino-japonesa pelo arquipélago Diaoyu/Senkaku</i>	108
3.4. <i>O Mar do Sul da China</i>	115

4 - ECONOMIAS ENTRELAÇADAS E A RECENTE DISPUTA POR INFLUÊNCIA REGIONAL.....	120
4.1. <i>A construção da interdependência.....</i>	122
4.2. <i>Os atritos diplomáticos e a relação econômica bilateral.....</i>	134
4.3. <i>A dinâmica regional e a disputa por influência.....</i>	140
4.4. <i>As iniciativas regionais chinesas.....</i>	146
4.5. <i>As iniciativas regionais japonesas.....</i>	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXO 1: CRONOLOGIA DE FATOS CITADOS.....	190

INTRODUÇÃO

China e Japão são nações vizinhas com uma conexão histórica e cultural rica e milenar, que apenas recentemente se envolveram em um conflito mútuo de grande escala, sobretudo entre 1937 e 1945. A relação entre os dois países, portanto, ficou marcada não só por aquela conexão positiva, mas também pelas feridas e traumas oriundos da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Após esta guerra, os dois Estados ficaram em lados opostos de um mundo dividido em dois blocos: o comunista e o capitalista. A China estaria no primeiro, aliada da URSS; o Japão estaria no segundo, aliado aos Estados Unidos. Diplomáticamente, essa dinâmica predominou até 1972, quando Japão e China normalizaram sua relação visando conter uma ameaça comum, o antigo aliado daquela última, a URSS. Posteriormente, a relação sino-japonesa se desenvolveu de forma complexa, que buscamos entender e compartilhar brevemente em nosso trabalho.

A relação diplomática entre China e Japão desde sua normalização, em 1972, pode ser caracterizada como oscilante e contraditória. Por que contraditória? Primeiro, porque mesmo após quatro décadas da reaproximação, feridas de conflitos passados continuam abertas entre as duas nações, inusitadamente mais sensíveis do que no imediato pós-normalização. Segundo, embora os dois países tenham se aproximado na década de 1970 por questões geoestratégicas e econômicas, os dois Estados não conseguiram desenvolver uma cooperação de segurança devidamente estruturada – tendo a percepção mútua de ameaça aumentado mesmo após quatro décadas de relações diplomáticas, com uma crescente tendência a rivalidade ainda que latente. Finalmente, a complementaridade econômica bilateral construída nesse período não foi capaz de causar um movimento de *spillover* para a relação política e de segurança. O resultado das contradições acima mencionadas é uma oscilação constante na interação diplomática entre os dois países.

Dessa forma, nos questionamos sobre os motivos dessa oscilação política nas relações interestatais e buscamos demonstrar algumas de suas origens. Nossa hipótese parte da ideia de que a forma e o contexto em que se deu a reaproximação sino-japonesa (1972) seriam vitais para a futura deterioração da relação bilateral. Argumentamos que uma aproximação impulsionada, sobretudo, pelo foco em motivações pragmáticas nos campos geoestratégico e econômico acabou sendo importante elemento comprometedor da qualidade da relação bilateral futura ao priorizar interesses imediatos. Ao ser determinada pelo contexto da Guerra Fria, por uma aliança pragmática formada entre EUA-China-Japão, a normalização

das relações não se deu em todos os aspectos – sobretudo historiográficos. A própria origem da reaproximação pode ser colocada como frágil – a aliança antissoviética – uma vez que alianças são coalizões temporárias de Estados com interesses próprios que convergem em determinado momento, ou seja, se unem por razões instrumentais. Uma vez que a ameaça contra qual a aliança foi formada desaparece, a coalizão perde sua razão de existir (WENDT, 1994). Em nossa concepção, foi justamente o que aconteceu com China e Japão a partir de 1991, quando seu inimigo comum deixou de existir. À dissolução daquela aliança se somariam os desdobramentos da segurança regional no pós-Guerra Fria. Aqui especificamente a redefinição da política de defesa japonesa, influenciada pelos EUA – vital para a percepção de ameaça que cresceria na China, ainda que as mudanças japonesas não tivessem a China como alvo, como acontecera no caso da aliança contra a URSS. Pelo lado japonês, os crescentes orçamentos militares da China – resultantes em parte da percepção acima apontada – provocaram também uma inquietação quanto a segurança do país.

Nossa escolha no presente trabalho é focar na perspectiva da relação bilateral entre China e Japão – perspectiva elementar das relações internacionais. As relações bilaterais entre Estados frequentemente se referem aos laços políticos, econômicos, históricos e culturais. O nível de proximidade de relações bilaterais geralmente é caracterizado pelo grau de cooperação entre instituições e pessoas em nível político e administrativo, assim como pelo setor privado, acadêmico e sociedade civil. Também são elementos importantes o comércio e investimentos interestatais, o intercâmbio cultural entre seus povos, o conhecimento e compreensão da sociedade de um país sobre o outro e sobre os laços existentes entre eles. Muitos fatores são capazes de influenciar esse tipo de relação, como: a política global, os sistemas de comércio internacional, organizações e regimes transnacionais, distribuições regionais de poder, alianças estratégicas e militares, políticas domésticas e opinião pública, relações históricas e culturais antecedentes, entre outros. O caráter dessas relações pode oscilar no decorrer do tempo, a depender do compartilhamento de interesses e valores comuns ou distintos – que os impulsionam ao engajamento em uma relação de cooperação ou podem gerar uma relação de disputa e hostilidade. Não é incomum nas relações internacionais que dois Estados desfrutem de uma relação bilateral de cooperação em um período e posteriormente enfrentem uma relação adversa, inclusive com a possibilidade de evolução para um conflito, ou de maneira inversa. Essencialmente, o resultado de uma interação bilateral depende fundamentalmente da forma como dois Estados, de forma individual, fazem suas escolhas de política externa em relação ao outro no curso de suas interações (LIU, 2006).

Embora a relação bilateral sino-japonesa possa ser analisada através de diversos setores em que se desenvolve, escolhemos dois campos para demonstrar a deterioração da relação entre os dois países a partir de nossa hipótese: o campo da história/memória e o campo da segurança; assim como abordamos o âmbito econômico da relação como domínio em que o pragmatismo e a complementaridade prevaleceram. Nosso objetivo é demonstrar como tais campos foram afetados pela maneira como foi efetivada a reaproximação entre os dois Estados e o consequente fim da conjuntura que a possibilitou, assim como a posterior evolução da relação.

Dessa forma, nosso primeiro capítulo busca demonstrar o contexto em que foi realizada a reaproximação bilateral sino-japonesa, assim como características da negociação que trariam problemas futuros. Nessa primeira parte também abordamos de maneira essencial como se desenvolveu a relação diplomática entre os dois Estados desde a normalização, em 1972. A relação teve suas duas primeiras décadas qualificadas como ‘douradas’ ou ‘lua de mel’, inicia a década de 1990 de forma otimista, com o Japão quebrando o isolamento internacional chinês após o incidente em Tiananmen (1989) e a eufórica visita do imperador japonês Akihito à China (TEUFEL, 2016). No entanto, a segunda metade da década se mostra um período de preocupações com segurança e ascensão de problemas históricos; mas termina de forma positiva, com a viagem de Jiang Zemin ao Japão, o primeiro presidente chinês a visitar o país, e o compromisso dos líderes em trocarem visitas anuais; o contexto é também de apoio japonês para a entrada da China na OMC (SATO, 2001). Porém, a relação esfriaria a partir de 2001, com as visitas anuais do primeiro-ministro japonês Junichiro Koizumi ao santuário de Yasukuni – espaço reconhecido internacionalmente como símbolo do nacionalismo japonês –, sendo criticado intensamente por Pequim. Entre 2001 e 2005, as cúpulas de alto nível entre os líderes chineses e japoneses foram suspensas, com a China se negando a promover um encontro com Koizumi; foi também um período de crescimento de protestos populares de caráter anti-Japão na China. O fim do governo Koizumi traria novamente uma oscilação positiva para a relação sino-japonesa, com visitas mútuas de seus líderes e a declaração conjunta de promover uma relação ‘mutuamente benéfica e baseada em interesses estratégicos’, em 2008. Porém, novamente as relações mergulhariam em um período de afastamento após as divergências sobre a soberania do arquipélago Diaoyu/Senkaku em 2010 e 2012, levando ao pior momento da relação bilateral desde sua normalização, e outra vez ao afastamento de seus líderes durante dois anos.

Argumentamos que o findar da Guerra Fria, contexto que levava a aproximação entre os dois países, as questões não resolvidas durante as duas décadas de normalização emergiriam com potencial deteriorador da relação. As questões da história e da memória voltariam por intermédio da classe política de ambos os Estados, causando uma deterioração das impressões mútuas entre as duas nações. O fim do arranjo de segurança proporcionado por aquela antiga aliança não daria lugar a construção de outra estrutura garantidora da segurança regional. Em realidade, outra aliança acabou gerando instabilidade na segurança regional da Ásia Oriental, sobretudo na relação com a China: a aliança Japão-EUA. Esta aliança seria elemento determinante para o crescimento da insegurança e da percepção de ameaça entre China e Japão. Uma vez que os elementos não existem de maneira isolada, as memórias do passado de conflito colaborariam para o sentimento de insegurança entre os dois povos. Dessa forma, a década de 1990 seria marcada por uma deterioração dos termos históricos e de segurança entre os dois Estados, provocando uma oscilação na relação diplomática bilateral – ora a relação poderia ser caracterizada como majoritariamente boa, ora como majoritariamente ruim. Tal tendência seria evidente a partir da primeira década desse século, quando a relação bilateral passou a ser caracterizada pela expressão *“hot economics, cold politics”*.

Anteriormente à normalização, as duas nações estiveram envolvidas em conflitos longos e diretos. Desentendimentos que se iniciaram ainda no século XIX, com a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), posteriormente se deu a ocupação japonesa da Manchúria (1931) e finalmente a invasão japonesa à China (1937-1945). Naturalmente, tal dinâmica de relação na primeira metade daquele século deixou desconfianças, lembranças e feridas em ambas as nações, sobretudo a chinesa. Fatores estes que, devido a sua complexidade, uma curta negociação diplomática de reaproximação não poderia solucionar. Essa aproximação através de uma aliança instrumental deixou de lado a história daqueles conflitos, assim como as memórias da sociedade sobre tal período. Inevitavelmente, essa história e essa memória voltariam a emergir na sociedade, impulsionadas por fatores domésticos e externos – pela outra parte da relação. A função da segunda parte do trabalho é justamente explorar os motivos das diferenças na memória histórica entre China e Japão, como os Estados trataram a história e a memória sobre os conflitos e os impactos dessas distintas percepções na relação bilateral. É válido ressaltar que escolhemos por trabalhar com o campo da história/memória, uma área por vezes deixada em segundo plano dos estudos das relações internacionais, pois é difícil analisar as relações entre China e Japão nesse início de século sem que se leve em

consideração as percepções mútuas para além das forças materiais, como os elementos ideacionais e psicológicos de ambas as sociedades, que derivam da história e da identidade destas. Naturalmente, os fatores materiais são importantes para aquelas nações, no entanto, as percepções aos fatores materiais são frequentemente condicionadas por fatores culturais e ideacionais, como memórias e disputas enraizadas historicamente, assim como por nacionalismos (GONG, 2001; TAKEUCHI, 2014; HE, 2015).

Muitos autores apontam que as nações asiáticas possuem um senso de história que mira o passado com maior ênfase, usando o passado para definir suas relações contemporâneas e orientações para o futuro – elemento de uma identidade de “velho mundo” (GONG, 2001; WANG, 2014). Argumentam que elementos ideacionais – como a memória histórica – têm sido subestimados no campo das Relações Internacionais, sobretudo pelo domínio de abordagens sistêmicas do realismo e institucionalismo liberal como lentes de análise da área. Quando se estuda Ásia Oriental, é necessário saber da importância da consciência histórica coletiva, com destaque para a sociedade chinesa, pois o uso político do passado pelo Estado constitui uma força poderosa na forma como conceituam, administram e resolvem seus conflitos externos. A história de um povo influencia profundamente a forma como esse grupo enxerga o mundo, uma vez que a memória histórica é um importante processador de informações. A história e a memória raramente são causas de conflitos bélicos, mas fornecem a ‘lente’ pela qual observamos e focalizamos o mundo, e essas lentes podem ampliar diferenças e estimular conflitos (KANG, 2003; WANG, 2014).

O contexto e a forma de normalizar as relações também acabaram por não criar uma relação de segurança duradoura entre China e Japão, pois ao basearem-se em um perigo comum as prioridades nesse sentido foram dadas para a relação com aquele perigo, não na relação de segurança entre as duas partes. Portanto, na terceira parte tratamos da evolução da sensação de insegurança entre os dois países, demonstrando como em um primeiro momento as políticas de defesa de ambos os países não tinham como objetivo equilibrar ou ameaçar o outro, mas foram ajustes conjunturais que acabaram por se retroalimentar, sobretudo pela influência da presença dos EUA na região da Ásia Oriental. O fim da Guerra Fria mudou a relação de segurança entre China e Japão, fim da aliança contra a União Soviética levou os dois países a percorrerem caminhos de forma apartada. A aliança entre Japão e EUA mudou de caráter com o desaparecimento soviético, de forma que os japoneses passaram a ser pressionados por seus aliados para que assumissem um papel mais ativo na segurança regional e global. A resistência japonesa em assumir tal função, advinda da sua Constituição pacifista

– ironicamente imposta pelos EUA em 1947 –, levou a uma evolução gradual da flexibilização e expansão do papel de suas Forças de Autodefesa. No início do século XXI, o crescente poderio militar chinês elevou o papel da aliança Japão-EUA na garantia da segurança japonesa, intensificando a aproximação militar entre os dois aliados. As novas capacidades militares chinesas aumentaram o debate no Japão sobre a efetividade de sua doutrina de defesa mínima, impulsionando o país a assumir uma estratégia militar mais ativa – o objetivo é claro: deixar de simplesmente depender da assistência de defesa proporcionada pelos EUA, mas também contribuir para a estratégia de defesa de seu aliado. Aos olhos japoneses e norte-americanos, a ascensão militar chinesa desafia a ordem vigente na região da Ásia-Pacífico e a função dos EUA como promotor da segurança regional vem sendo pressionada por tal ascensão. Naturalmente, os primeiros a experimentar as decorrências da ascensão militar chinesa são seus vizinhos próximos; os primeiros a sentirem os impactos da construção da potência marítima chinesa são seus vizinhos marítimos, entre eles o Japão. O Estado chinês conseguiu estabilizar suas fronteiras junto aos vizinhos continentais, o que proporcionou que o país olhasse com maior foco para suas águas territoriais, o que coloca o Japão como única potência vizinha com capacidade de limitar sua ascensão e suas capacidades marítimas. Existe o temor de que o Japão, sozinho ou em conjunto com os EUA, busque obstruir a reunião de Taiwan ao continente, objetivo e princípio fundamental de sua soberania. Tais fatos, em conjunto com as disputas territoriais entre os dois países e discordâncias sobre a história, baseiam o temor mútuo de que um país possa minar as aspirações do outro.

Um dilema de segurança se estabeleceu entre os dois países, no qual a modernização e aquisição de novos sistemas de armas são vistos como capacidade defensiva por um lado, mas interpretado como sistemas ofensivos pelo outro. O desenvolvimento de um sistema de defesa contra mísseis balísticos pelo Japão é interpretado pela China como uma forma de minar suas capacidades de dissuasão. Por seu lado, o Japão enxerga no acelerado crescimento militar chinês – em especial a modernização e aumento de capacidade da marinha chinesa – como uma ameaça para a segurança do país e da estabilidade regional. Sendo assim, buscaremos demonstrar aqui a evolução das desconfianças mútuas e seus fatores, de forma a demonstrar a crescente instabilidade nas questões de segurança entre os dois países. Ainda nessa etapa, buscaremos tratar sobre como uma importante questão na relação bilateral atual é reflexo do imediatismo, que deixou de lado resoluções de disputas que apareceriam no futuro como fonte

de tensão entre os dois Estados – o caso da disputa territorial pelo arquipélago Diaoyu/Senkaku.

Além da questão da segurança conjuntural, a reaproximação estimularia a relação econômica entre os dois países – também uma questão pragmática. O vínculo econômico entre os dois países se aprofundaria ao longo das décadas, sendo, sem dúvida, o fator mais positivo e resiliente da relação. A quarta parte de nosso trabalho visa, portanto, demonstrar como a relação econômica entre os dois países, que resiste às tensões diplomáticas, se desenvolveu. Em períodos diferentes do último século, tanto Japão quanto China foram reconhecidos como ‘milagres econômicos’ por motivos justificáveis quando se observa as taxas de crescimento de ambos os países. O Japão atingiu as maiores taxas de crescimento do mundo industrializado da década de 1960 à de 1980. No entanto, de forma destoante, as últimas décadas tem sido de estagnação para a outrora economia do ‘milagre’; da mesma forma, a ascensão econômica chinesa também foi responsável pelas maiores taxas de crescimento das últimas três décadas. Ainda que o crescimento econômico japonês esteja em marcha lenta há quase três décadas, o comércio entre China e Japão aumentou substancialmente nesse mesmo período. O estabelecimento de cadeias produtivas complexas entre os dois Estados acabou proporcionando um caráter de interdependência de suas economias, assim como se tornou importante para a expansão produtiva das empresas de ambos os países. Como veremos, é interessante observar que, ainda que as relações diplomáticas tenham oscilado e deteriorado em determinados momentos – sobretudo na primeira década do século XXI – a interação econômica entre os dois países progrediu expressivamente. As tensões políticas parecem não ter afetado significativamente a relação econômica, tendo o comércio bilateral aumentado de maneira significativa, assim como o investimento japonês na China.

As trocas bilaterais, que em 1972 ficaram pouco acima de um bilhão de dólares e pouco abaixo dos dezoito bilhões em 1990, ultrapassaram a marca de cem bilhões de dólares pela primeira vez na história em 2002 (UNCOMTRADE, 2018). O Investimento Estrangeiro Direto japonês na China saltou de dois bilhões em 2000 para treze bilhões de dólares em 2012 (JETRO, 2018). É improvável que devido a sua escala a relação econômica entre China e Japão não influencie a evolução das relações entre os dois países. A garantia do bem-estar econômico tornou-se elemento indispensável para o sucesso político dos líderes em ambos os países. Parte da insatisfação política presente hoje no Japão resulta de sua condição de estagnação, resultado do estouro da bolha financeira e imobiliária no início da década de

1990. Enquanto isso na China, a liderança do Partido Comunista Chinês coloca grande parte de sua legitimidade no contínuo crescimento econômico do país.

O peso da relação econômica sino-japonesa não é de importância apenas bilateral, mas também no contexto regional e global. Como o principal centro econômico da região durante as décadas de 1970 e 1980, o Japão foi substituído pela China nessa transição de séculos, quando o último se tornou um protagonista importante da economia global. O início do século testemunhou a gradual substituição dos EUA pela China como principal parceiro econômico de diversos países da Ásia Oriental, como Japão e Coreia do Sul, provocando uma divergência entre as ordens econômica e estratégica na região. Se a segurança de muitos países e dos mares na região é fortalecida por alianças bilaterais com os EUA, é cada vez mais evidente que a China se tornou o centro econômico responsável por muito do dinamismo regional do qual os países vizinhos dependem para seu desenvolvimento e crescimento econômico. Ao mesmo tempo em que a China possui papel vital para que o Japão se livre da estagnação e baixo crescimento, visto ser um dos principais parceiros comerciais do arquipélago, o país se volta ao seu aliado norte-americano como forma de enfrentar o crescente poderio militar chinês (ITO, 2003; ZHANG, 2017). Também tratamos brevemente de uma aparente nova disputa que emerge entre os dois Estados, dessa vez no âmbito da influência através do poder econômico na região do Leste Asiático.

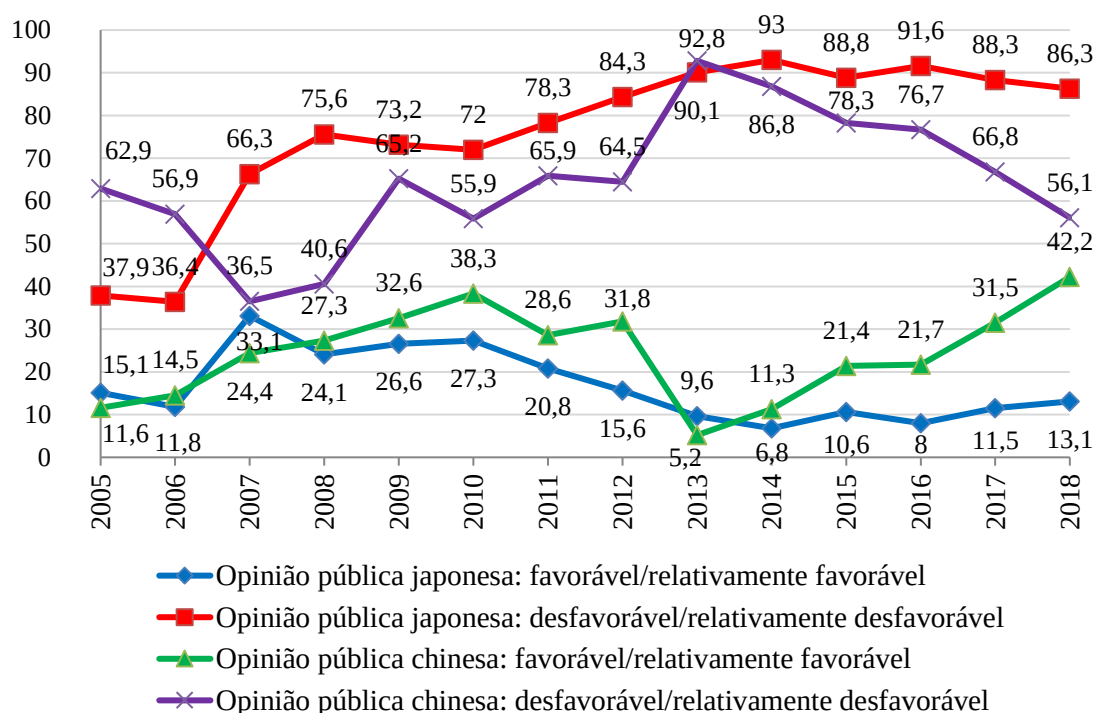
Todavia, se a oscilação negativa na relação diplomática não se refletia nos dados econômicos bilaterais naquela primeira década, na impressão mútua entre as duas sociedades aquelas tensões teriam influência importante. Yinan He aponta em seus estudos que a impressão da sociedade japonesa sobre a China esteve majoritariamente positiva durante as duas primeiras décadas da relação, quando uma média de 70% dos entrevistados japoneses respondeu se sentirem próximos da China, número que sofreu uma queda na década de 1990, quando os sentimentos positivos e negativos se equilibraram (HE, 2017). Quando comparamos com pesquisas de opinião realizadas já no século XXI, nota-se uma realidade bastante distinta, como se percebe no Gráfico 1.¹

É importante observar que os anos de opiniões menos favoráveis em ambas as sociedades foram justamente entre 2005 e 2006, no contexto das visitas de Koizumi à Yasukuni; entre 2006 e 2010 nota-se uma ligeira melhora, período em que as relações diplomáticas voltaram a normalidade; as impressões positivas mútuas voltam a declinar entre 2010 e 2014, pesquisas feitas após as divergências territoriais sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku.

¹ Ainda que as estatísticas provavelmente tenham seguido parâmetros diferentes, a comparação pode nos dar uma ideia interessante de como as percepções mútuas se deterioraram recentemente.

Ou seja, as impressões mútuas entre as duas sociedades seguem a tendência que se estabelece na relação diplomática entre os dois Estados. Desde que essa pesquisa passou a ser feita pelo instituto Genron NPO,² as impressões positivas entre os dois países nunca estiveram acima das negativas (GENRON, 2018). Entre as principais causas para as mútuas impressões negativas entre os povos estão justamente as questões históricas e a disputa territorial pelas ilhas Diaoyu/Senkaku, dois tópicos que trataremos em nosso trabalho.

Gráfico 1: Impressão mútua entre os países (%)



Fonte: GENRON, 2018.

É inegável a importância da história em nosso trabalho, a ligação entre os estudos da área de Relações Internacionais com a história tem sido objeto de debate dentro da disciplina há algum tempo. A história tem sido empregada de formas distintas entre as teorias de Relações Internacionais – das abordagens clássicas, que têm a base histórica como locomotiva central, à utilização da história como laboratório ou ferramenta de falseabilidade teórica pelos neopositivistas (LAWSON, 2010). Embora este debate não seja objeto de discussão em nosso trabalho, concordamos que a história não deve ser reduzida a confirmação de regularidades sobre relações internacionais, assim como não nos prendemos a ideia de que as relações

² As pesquisas de opinião são conduzidas em conjunto entre a Genron NPO e a *China International Publishing Group*.

internacionais são repetitivas, cíclicas e atemporais. A história dever ser incorporada em nossa área de estudos como forma de repensar o presente, não como campo para confirmação de teorias atuais. Repensar as teorias e problematizar as análises do presente pode auxiliar de forma positiva a reconfigurar a agenda de pesquisa em Relações Internacionais (HOBSON, 2002). Conceitos centrais dos estudos de relações internacionais – como soberania, equilíbrio de poder, hegemonia, etc. – não podem ser pensados e analisados fora da sua concepção histórica e das modificações pelas quais passam no decorrer do tempo. Teorizar sobre história e relações internacionais é mais do que criar conceitos e premissas imutáveis sobre relações interestatais, vai além de antepor ideias de continuidade e repetição sobre mudanças e variações. Uma boa história das relações internacionais não pode ser feita reduzindo-se a monotonia de produzir análises e teorias generalizáveis (ELMAN & ELMAN, 2008). Ignorar a importância da história produz uma perspectiva questionável do presente.

Em muitos aspectos, a história é o denominador comum entre as variadas abordagens teóricas de relações internacionais. Nos estudos da área é fundamental que se tenha consciência da interpretação distinta que as diferentes correntes teóricas fazem sobre um determinado assunto histórico. A escolha da utilização de um modo de pesquisa histórica particular³ em Relações Internacionais compõe o modo pelo qual o pesquisador ou analista compreende, teoriza e explica as relações internacionais. Ter consciência dessa heterogeneidade de interpretações é fundamental para que o pesquisador das relações internacionais explore a história, buscando por surpresas e contradições que não se encaixam nas explicações teóricas predominantes (HOBSON&LAWSON, 2008; LAWSON, 2010).

A abertura à história, nas mais distintas perspectivas teóricas de Relações Internacionais, tornou-se necessária quando os analistas da área foram surpreendidos por eventos inesperados, os impulsionando a refletir sobre lacunas e limitações teóricas de pensamento. Fatos como o abrupto esfacelamento da União Soviética, em 1991, e os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, exigiram uma revisão sobre a importância do desenvolvimento histórico e da interpretação westphaliana das relações internacionais (ELMAN & ELMAN, 2008). Eventos diplomáticos e conjunturas mundiais recentes geralmente baseiam o desenvolvimento das teorias e conceitos importantes em Relações Internacionais – e.g., bipolaridade e dissuasão foram desenvolvidos, principalmente, com o intuito de explicar um contexto recente de separação do mundo em blocos (SALOMON,

³ Hobson e Lawson fazem uma categorização que distingue os tipos de abordagem da história na disciplina de Relações Internacionais em: história sem historicismo, sociologia histórica historicista, historicismo radical e história tradicional. Para informações mais profundas consultar HOBSON&LAWSON, 2008.

1993). Kim Salomon lembra que a conjuntura da Guerra Fria ilustra a imprudência de se fazer análises baseadas no contexto recente: a disputa da Guerra Fria seria uma anomalia, visto que EUA e Rússia/URSS nunca travaram realmente uma guerra de fato, e na verdade foram aliados em duas ocasiões na primeira metade do século XX, sofrendo os efeitos da guerra contra um inimigo comum. Salomon chama a atenção para a necessidade dos estudiosos das relações internacionais fundamentarem suas análises em períodos mais longos, não apenas em algumas décadas. A falha em interpretar o presente como estado normal das coisas, como as teorias baseadas na permanência da Guerra Fria, gera um despreparo dos estudiosos em compreender transformações conjunturais. Adotar uma perspectiva histórica de longo prazo na análise das relações internacionais nos qualifica a entender que não devemos nos concentrar apenas nas mudanças rápidas na política, mas a compreender e analisar os eventos como uma continuidade histórica (SALOMON, 1993).

Essa ideia de tomar o presente como estado normal das coisas também pode ser explicada pelo ‘cronofetichismo’, que John Hobson (2002) aponta como uma das características das principais teorias analíticas das relações internacionais. Aquele conceito pode ser explicado como uma suposição de que o presente pode ser satisfatoriamente explicado apenas pelo exame do presente. Essa perspectiva cronofetichista gera três ilusões: isola o presente do passado, o tomando como estático, autoconstituente e autônomo, ignorando a importância do contexto histórico sócio-temporal; naturaliza o presente a partir da ideia de que ele surge espontaneamente, desconsiderando processos históricos de poder, identidade, exclusões sociais e normas que conduziram a concepção do presente; por fim, a ideia de eternizar o presente através da admissão de sua naturalidade e resistência a mudanças estruturais – uma ilusão de imutabilidade do presente –, preterindo os processos que tornam o presente uma ordem de mudança constante. De forma a rebater tais interpretações, deve-se considerar o presente como um constructo maleável inserido num determinado contexto histórico, trazendo a luz os processos de continuidade e descontinuidade temporal com as práticas sociais anteriores. O presente emerge através de processos de poder, identidade, exclusão social e normas, dinâmicas transformadoras que incessantemente reconstróem instituições e práticas (HOBSON, 2002). Muitas vezes as rápidas mudanças nos sistemas políticos não são seguidas por mudanças rápidas de valores e normas sociais já estabelecidos, pois estes são resultado de continuidades históricas que perduram e mais resistentes à dissolução. Limitar-se ao quadro momentâneo e à ideia de imutabilidade impede o

pesquisador de enxergar que mudança e continuidade se entrelaçam na história humana (SALOMON, 1993).

Uma análise de longo prazo também nos auxilia entender as formas como a história é usada e interpretada. Como observadores do passado, portanto distantes do objeto observado, buscamos compreender o resultado dos processos históricos no mundo contemporâneo. Nessa esfera, entender a imagem culturalmente criada do passado é de nosso interesse, pois muitas vezes a história nos revela mais sobre o quadro cultural recente do que propriamente sobre o passado. Dado que a história é frequentemente usada para servir a propósitos nacionais e étnicos, estudar como aquela é usada e interpretada em vários contextos permite revelar doutrinações, propagandas políticas e demais abusos (SALOMON, 1993).

Em nosso trabalho, os conceitos de identidade nacional e nacionalismo aparecem de forma recorrente, sobretudo quando tratamos da memória histórica, portanto acreditamos que seja importante defini-los já aqui. Uma vez que nosso objetivo não é debater ou investigar tais conceitos, uma definição breve pode ser utilizada por motivos pragmáticos. Entendemos por identidade nacional o fenômeno coletivo em que existe um sentimento subjetivo de pertencimento e identificação à determinada nação ou Estado, que dá origem a coesão nacional, podendo ser constituída de vários elementos como: tradições culturais, etnicidade, história comum, idioma, religião, entre outros. De forma concisa, a ideia da existência de unidade cultural de pessoas que se enxergam como iguais. Um coletivo humano em que os indivíduos compartilham a mesma cultura, isto é, um sistema de ideias, símbolos, associações, modos de comportamento e comunicação; em que aqueles identifiquem um ao outro como pertencentes à mesma nação, e reconheçam a existência de direitos e deveres mútuos por conta de sua qualidade de membros comuns pertencentes a determinado grupo, nação, Estado (GELLNER, 1983). A existência da identidade nacional tem na diferenciação com outros grupos, nações ou Estados uma das suas origens e forças, pois requer um processo de autocaracterização do grupo. Aqueles grupos com sistemas de ideias, valores, símbolos, idiomas, etnias, etc. distintos são diferenciados como um grupo externo, ou seja, os grupos têm na diferenciação com os demais grupos um importante elemento de coesão para se fazer a distinção entre o ‘eu’ e o ‘outro’. Este processo, conhecido como ‘*othering*’, é relativo a alteridade e exclusão, refere-se ao processo no qual grupos ou indivíduos são definidos pela suas diferenças, resultando em uma formação dicotômica entre o grupo do ‘nós’ e o grupo de ‘outros’. Tal diferenciação pode ser feita a partir de diversas perspectivas, como a histórica, econômica, política, de segurança, entre outros. Quando analisada a partir desses diferentes

setores, a compreensão das representações entre o ‘eu’ e o ‘outro’ e do processo de ‘*othering*’ é aprofundada.

Ao longo de nosso trabalho pode-se perceber a crescente construção de um ‘*othering*’ entre China e Japão. Este é um processo de criação e manutenção de fronteiras sociais intersubjetivas entre coletivos humanos. O processo de ‘*othering*’ não é intrinsecamente associado a uma diferenciação negativa – ainda que não seja o caso analisado da relação sino-japonesa – nem um processo estático, podendo ser utilizado pelos Estados como ferramenta de aproximação ou distanciamento, na construção de percepções positivas ou negativas sobre o ‘outro’. É importante deixar claro que tal estrutura não pressupõe que as identidades e a concepção de ‘outro’ sejam estáticas, mas sim uma dinâmica evolutiva e sujeita a mudanças de diferenciação e aproximação; também não infere a existência de um único ‘outro’ na formação da identidade de uma nação, podendo incluir diversos grupos ou Estados. A identidade de um Estado também não é necessariamente formada por diferenciações externas, mas também quanto a comparação e diferenciação do próprio ‘eu’ presente com seu passado – e.g. a identidade pacifista japonesa em relação com sua identidade agressiva da primeira metade do século XX; a identidade de uma China rejuvenescida em comparação à identidade de atraso e fraqueza dos séculos XIX e XX. Quando a identidade nacional de um grupo é ameaçada ou desafiada por outro, existe a tendência de que memórias históricas ou coletivas emerjam e sejam remodeladas com o objetivo de defender a unidade do grupo, reforçar o senso do ‘eu’ e de comunidade perante o ‘outro’, afirmando sua identidade (WANG, 2014).

Identidade nacional e nacionalismo possuem uma estreita ligação. De forma sucinta, o nacionalismo é um princípio fundamentalmente político, o qual sustenta que a unidade política (interpretemos como Estado) e a unidade nacional (cultura e identidade compartilhada pelos membros de uma nação) devem ser congruentes, harmônicas. O sentimento nacionalista seria então um sentimento de raiva despertado pela possibilidade ou real violação de tal princípio, ou um sentimento de satisfação despertado pela realização daquele princípio – o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política. Os movimentos nacionalistas seriam assim movidos por aqueles sentimentos de ‘raiva’ ou ‘satisfação’ (GELLNER, 1983). A conceituação de Alice Ekman e Céline Pajon vai de encontro às definições acima, delineando o nacionalismo como um estado de espírito que nutre o sentimento de pertencimento a um grupo, mobilizando um conjunto de fatores comuns como território, valores, idioma, história, identidade e projeto nacional. Tal sentimento pode ser utilizado como instrumento político pelas elites estatais, como ferramenta de mobilização das massas, assim como por grupos

nacionalistas com o propósito de influenciar escolhas políticas governamentais (EKMAN & PAJON, 2015). O vínculo entre memória e nacionalismo também é essencial, pois mitos, memórias, tradições, eventos traumáticos ou glorificados, símbolos de herança étnica e/ou cultural são os elementos que dão força aos nacionalismos. A forma como essas idealizações do passado são ‘redescobertas’ e reinterpretadas pelos nacionalistas contemporâneos é ainda mais importante, pois quando as crenças nacionalistas legitimam/justificam hostilidades contra outro grupo, esse é um indicador importante de que o conflito pode ocorrer. Quando memórias, crenças, mitos e ideologias são carregados de hostilidade e massivamente disseminados – se tornando evidentes na mídia, literatura popular, história, conteúdos escolares, documentos oficiais e discursos governamentais – expressões populares violentas são bastante prováveis, mas trataremos mais sobre isso adiante (WANG, 2014).

É importante esclarecer que nosso trabalho não possui o intuito de se guiar por uma teoria de Relações Internacionais específica, pois concordamos que a análise de relações interestatais asiáticas não pode ser interpretada completamente por teorias pensadas para o contexto ocidental, visto as limitações que não levam em consideração fatores regionais específicos. Portanto, acreditamos que seja profícua a adoção de uma postura de ecletismo analítico, como proposta por Rudra Sil e Peter Katzenstein, adequada para quando se realiza uma pesquisa que envolva, mas não se enquadre completamente, à tradições de pesquisa estabelecidas em determinado campo ou disciplina. Segundo os autores, o que distingue tal postura eclética é seu princípio pragmático de buscar argumentos teóricos que abordem questões concretas de política e sua prática. Assim como aborda problemas de amplo alcance, que incorporam mais da complexidade e confusão de determinadas situações do mundo real. Por fim, ao construir argumentos essenciais àqueles problemas, o ecletismo analítico pode produzir histórias causais complexas que buscam utilizar de diferentes conceitos ou mecanismos causais geralmente analisados separadamente por teorias tradicionais (SIL & KATZENSTEIN, 2010). Como argumenta Yinan He, uma vez que nenhuma teoria das Relações Internacionais é capaz de explicar adequadamente o complexo contexto da Ásia Oriental,⁴ os estudos sobre a região requerem uma sinergia teórica, em que variáveis

⁴ Devido ao fato de que as teorias predominantes na disciplina de Relações Internacionais baseiam-se fundamentalmente no modo ocidental de pensar e ver o mundo, tornando questionável seu emprego como lentes para compreender a complexidade de um mundo culturalmente diversificado. Observadas as diferenças históricas, culturais e das dinâmicas e perspectivas de interação entre os povos asiáticos – que existem há milênios –, não se pode pressupor como certa a universalidade dos conceitos e abordagens predominantes das teorias *mainstream* da área. A título de exemplo, grande parte dos modelos de pensamento social e político presentes na Ásia Oriental encontram sua fonte no confucionismo, com fundamentos filosóficos particulares à região e distintos dos fundamentos ocidentais. Para maiores informações e fontes a respeito de tal temática pode-

psicológicas e perceptivas devem se somar às compreensões geralmente centradas no poder material, tipos de regime e conexões sociais, destacando o papel da memória e o conflito de identidades nacionais como elementos importantes da política externa na região (HE, 2015).

Escolhemos nos dedicar aos estudos asiáticos, pois aquela região se destaca por diversas características importantes. A região é lar de 30% da população mundial, assim como representou um terço do PIB global em 2017, segundo o Banco Mundial. Atualmente a Ásia possui importância vital no ambiente global, seja econômico ou político, e o crescimento da influência dos países da região leva muitos pesquisadores a apontarem que o século XXI será o ‘século asiático’, no qual as civilizações asiáticas recuperarão a primazia no contexto mundial que possuíam anteriormente à expansão do imperialismo ocidental.⁵ A região se tornou um centro dinâmico global, com alguns de seus países representando tal dinamismo nos mais variados aspectos. A China com a maior população mundial e com as taxas de crescimento mais altas registradas, parece se preparar para transformar-se em uma potência mundial. O Japão é a terceira economia mundial e uma força motriz no ramo tecnológico, além de ter se tornado um grande exportador de cultura popular. A Índia é uma potência emergente e provavelmente ultrapassará a China em número populacional em um futuro próximo. Outros países poderiam ser citados aqui, mas fiquemos apenas com esses três, que já representam muito do dinamismo do continente. Além da importância econômica, os povos asiáticos gestaram culturas antigas sofisticadas, que determinaram muito da história da região e que ainda influenciam significativamente as populações locais. No contexto atual, de aumento da relevância asiática, estudar a região e as relações intrarregionais é essencial – seja orientando os estudos ao passado, presente ou futuro –, conhecer sua história, cultura e dinâmica política contribuem substancialmente para a compreensão do momento atual e do futuro global.

Embora não existam amplas pesquisas recentes sobre os estudos asiáticos em geral no Brasil, uma análise da área foi efetuada por Oliveira e Masiero em 2005, que buscaram examinar os esforços institucionais e acadêmicos que visavam fomentar o desenvolvimento das pesquisas na área. Naquela pesquisa, os autores apontavam que ainda era necessário um

se consultar o trabalho de Amitav Acharya e Barry Buzan: *Why is there no Non-Western International Relations Theory? Ten years on, International Relations of the Asia Pacific*, Vol. 17, Issue 3, September 2017.

⁵ Para maiores detalhes sobre o anterior momento de primazia da Ásia e do sistema sinocêntrico predominante até meados do século XIX, consultar as obras de Shogo Suzuki: *Civilization and empire: China and Japan's encounter with European international society*. New York: Routledge, 2009; Giovanni Arrighi, Takeshi Hamashita e Mark Sekden: *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 year perspectives*. London: RoutledgeCurzon, 2003; Andre Gunder Frank: *ReORIENT: global economy in the Asian Age*. Los Angeles: University of California Press, 1998.

grande esforço para possibilitar que os estudos asiáticos no país se estruturassem com vistas a produzir conhecimento de maneira sistemática sobre a realidade asiática. Para os autores, é evidente que a área de estudos asiáticos no Brasil é recente, com um número pequeno de instituições e de pesquisadores, com carência de recursos e estando, até recentemente, quase que integralmente concentrada em estudos direcionados ao Japão (OLIVEIRA & MASIERO, 2005). É natural que tenha ocorrido um aumento das pesquisas sobre a Ásia no Brasil da última década – desde a publicação do trabalho de Oliveira e Masiero – devido, em grande parte, a importância crescente de China e Índia para a economia brasileira e mundial. É importante mencionar o esforço das universidades brasileiras, em parceria com universidades chinesas, na implantação de unidades do Instituto Confúcio no país, como forma de promover o idioma e a cultura chinesa, assim como o intercâmbio entre estudantes brasileiros e chineses – o Instituto é um elemento importante para que haja o aumento no interesse sobre estudos asiáticos no Brasil. Os pesquisadores da área também buscam se esforçar para formarem redes de contato, promoverem encontros acadêmicos e compartilhamento conhecimento. Para Oliveira e Masiero, a única forma de superar essa lacuna nos estudos sobre a Ásia no Brasil é direcionar recursos que proporcionem a realização de intercâmbios de professores e pesquisadores que se dediquem aos idiomas, culturas e realidades asiáticas, assim como trazer pesquisadores asiáticos ao Brasil, visando promover o conhecimento sobre o país na Ásia. Também é imprescindível que haja recursos para que as instituições brasileiras mantenham infraestrutura adequada e acesso a materiais de estudo – como livros, periódicos, viagens e realização de eventos acadêmicos (OLIVEIRA & MASIERO, 2005).

Portanto, um dos objetivos de nossa pesquisa é colaborar na geração de maior interesse e disseminação dos estudos asiáticos no Brasil. Como ressaltado pelos autores acima citados, as pesquisas asiáticas no Brasil tendem a focar em países específicos – anteriormente o Japão, agora China –, por isso optamos por analisar a relação bilateral entre dois países daquela região, pois acreditamos que seja importante para entender a dinâmica das relações diplomáticas, econômicas e de segurança da Ásia Oriental. Além disso, consideramos profícuo um exame que busque entender como história e cultura da região influenciam na prática das relações internacionais daqueles países.

Uma vez que nossa hipótese trabalha com o contexto da reaproximação bilateral, nosso corte temporal se dá entre 1972 e 2015. Embora seja um corte temporal extenso, buscaremos demonstrar de forma concisa os fatos mais importantes da relação no decorrer das quatro décadas trabalhadas, não nos prendendo a analisar governos específicos, mas sim

eventos e conjunturas que se provam importantes para a confirmação de nossa hipótese. É necessário acrescentar que dentro do corte temporal, nosso objetivo é trabalhar com maior ênfase da década de 1990 em diante, quando ocorre a mudança na conjuntura global pelo fim da Guerra Fria, em 1991. Este seria um momento importante na relação entre China e Japão porque encerraria o contexto global no qual a normalização das relações foi efetivada. Optamos por trabalhar exclusivamente com a relação bilateral entre China e Japão, não nos estendendo à comparação de suas ações em organismos multilaterais por razões práticas. Aqui são analisadas as relações bilaterais entre os Estados, os tomando como agentes principais da ação no sistema internacional, não abrangendo relações entre entes subnacionais ou da sociedade civil.

A pesquisa foi realizada através de uma abrangente pesquisa bibliográfica, utilizando a maior variedade possível de fontes especializadas na temática abordada. Buscou-se o acesso e utilização de livros que tratem especificamente da relação sino-japonesa em seus diversos setores – como das discordâncias sobre a história, as relações econômicas e de segurança, entre outros. Utilizamos também de artigos científicos publicados em revistas acadêmicas nacionais e internacionais de qualidade reconhecida, como *The Asia-Pacific Journal*, *Asia-Pacific Review*, *Asian Security*, *Journal of Contemporary East Asia Studies*, entre outras. Além disso, utilizaram-se bases de dados disponibilizadas por instituições internacionais, como as de caráter econômico, social e de segurança mantidas pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, *United Nations International Trade Statistics Database* (UNcomtrade – ONU), Banco Asiático de Desenvolvimento, *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). As impressões mútuas entre as duas sociedades se basearam principalmente em pesquisas de opinião pública recentes, elaboradas pelos grupos *Genron NPO* e *China International Publishing Group*. Na pesquisa também se recorreu a documentos oficiais dos governos de China e Japão, como os disponibilizados pelos *The State Council Information Office of the People's Republic of China*, *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*, *Ministry of Foreign Affairs of Japan*, *Prime Minister of Japan and His Cabinet*, entre outros domínios eletrônicos oficiais de ambos os Estados. No decorrer do trabalho também se utilizou artigos e notícias jornalísticas da imprensa doméstica de ambos os países, como forma de corroborar os fatos e eventos discutidos.

CAPÍTULO 1. A RELAÇÃO DIPLOMÁTICA SINO-JAPONESA: DA APROXIMAÇÃO EM 1972 AO INÍCIO DO SÉCULO XXI

China e Japão têm uma relação que remonta a mais de dois mil anos. Analisar o complexo vínculo existente entre os dois povos não é tarefa fácil, ainda que enriquecedora, quando se busca compreender de maneira adequada suas raízes. Antecedente aos eventos majoritariamente lembrados sobre a relação entre as duas nações – o período da invasão e ocupação japonesa sobre o território chinês nas décadas de 1930 e 1940 – existe uma rica história de intercâmbios culturais, religiosos e econômicos. Enxergar para além do período conflituoso – aqui considerado entre 1894 e 1945 – tem o potencial de expandir não só nossa compreensão sobre a relação entre os dois povos, mas também nos desperta para concepções de história e relações internacionais pouco contempladas pela visão ocidental de mundo. Embora não seja nosso objetivo aqui trabalhar com essa história milenar, acreditamos que seja proveitoso ao menos citá-la.

Historicamente a relação sino-japonesa passou por estágios de extrema aproximação e distanciamento: desde fases da mais profunda admiração a momentos em que os dois povos não enxergassem a outra parte como humanos. Tal afirmação é possível ser feita e comprovada por conta dos registros históricos antigos, assim como pela documentação e memória oral recente. Na obra *Nihongi, Crônicas do Japão* (日本紀) – um dos clássicos mais antigos sobre história do Japão⁶ – é evidente a influência chinesa na formação cultural e social japonesa. Um dos registros históricos mais importantes do povo japonês, escrito a pedido da casa imperial japonesa, destaca um período de grande fluxo da cultura chinesa para o arquipélago. A admiração pelo Império do Centro é visível desde a concepção da obra, redigida em chinês clássico. Nas palavras de Terence Barrow⁷:

A China era considerada a terra clássica, como a Grécia era vista com reverência pelo Ocidente. Os escritos japoneses dependiam dos ideogramas e, em grande medida, dos termos e conceitos chineses. O *Nihongi* é a primeira ruptura [do Japão] com a cultura chinesa do continente. (NIHONGI, 2005, pp. VIII, tradução nossa)

Como exemplo, as primeiras linhas da obra que contam o mito da criação do território e do povo japonês – ou A Era dos Deuses – demonstram claramente a influência chinesa: “Nos

⁶ Um registo oficial datado do ano 720d.C, um relato dos mitos, crenças, eventos e características do povo japonês, dos tempos antigos até o ano de 697d.C.

⁷ Que escreveu a introdução de uma das edições em inglês do *Nihongi*, traduzida por W.G. Aston e utilizada aqui (NIHONGI, 2005).

tempos antigos, quando o Céu e a Terra ainda não estavam separados, o Yin e Yang ainda não estavam divididos” [tradução nossa]; sendo o Ying e Yang princípios da filosofia chinesa (NIHONGI, 2005, p. 1). O modelo chinês de governo centralizado, com autoridade imperial no topo da hierarquia, também serviu de inspiração para a estruturação da autoridade administrativa japonesa no século V (SAKURAI, 2007). As antigas capitais imperiais do Japão – Quioto e Nara – seguem o modelo de Chang’an (atual Xian), capital da dinastia Tang⁸. Uma estruturação de espaço cuidadosamente baseada na concepção geral das relações humanas de base confuciana; edificada para ser o núcleo de um Estado burocrático ordenado e simetricamente organizado sob o poder de um virtuoso imperador, que reina conforme um “mandato do céu”; uma cidade projetada para ser o centro da religião estatal e matriz da cultura clássica; de inspiração estética e arquitetônica chinesa para templos e palácios (COALDRAKE, 1991; FUNO, 2017). Aquelas cidades japonesas estão hoje entre os destinos mais procurados pelos turistas chineses que visitam o Japão, entre as justificativas está a ligação com a história e arquitetura chinesa de um importante período, mas não preservada na própria China (PENG, 2013). Como declara uma visitante chinesa a Quioto, tal visita é a melhor conexão que se pode ter hoje com a mais gloriosa era da história de seu país, e que lhe causa tristeza a cidade de Xian não ter mais semelhança alguma com a Chang’an de outrora. Essa antiga conexão entre os dois países é vista de forma positiva por Wang Yong:⁹

Existe uma cultura comum que une China e Japão. As relações políticas estão ruins, mas a economia vem antes da política, e a cultura vem antes da economia. Se a história recente está prejudicando a relação entre os dois países, é a história antiga que será a cola que os ligará. (WANG YONG, 2016, *apud* MORIYASU, 2016, s/p, tradução nossa)

Todavia, esse momento da história recente – apontado como fator prejudicial da relação – ainda mantém feridas sensíveis na interação bilateral. A partir de 1894 inicia-se o período de agressão japonesa à China, que culminaria na violência e nos crimes de guerra perpetrados pelas tropas nipônicas ao povo chinês. A brutalidade destes soldados levou a criação da expressão “demônios japoneses” (日本鬼子), um termo comum e utilizado nos escritos posteriores – como consta nos dicionários chineses – para os abusos que aqueles praticavam durante os tempos de guerra (1937-1945). Os abusos provocaram nos chineses uma visão desumanizada dos japoneses, pois as brutalidades cometidas não eram vistas como ações humanas. Pelo lado japonês, as crueldades eram justificadas pela crença de que os

⁸ A dinastia Tang governou a China de 618 a 906d.C e se caracteriza por ser um período de grande prosperidade econômica, política, cultural e militar.

⁹ Membro do Conselho de Estado da República Popular da China.

chineses eram seres inferiores, comparáveis a animais. Portanto, o lado japonês desumanizara a população chinesa anteriormente¹⁰. O conflito entre as duas nações se encerrou há mais de sete décadas, mas muito daquele período é lembrado atualmente, de forma que buscaremos tratar tal questão posteriormente. Nosso objetivo nessa seção é fazer um panorama geral de como as relações diplomáticas se desenvolveram a partir da reaproximação entre os dois países, em 1972. Nos demais capítulos voltaremos pontualmente a alguns fatos do período histórico anterior, mas apenas com a finalidade de contextualizar determinados temas importantes.

China e Japão, que ao final do século XIX lutavam para resistir ao imperialismo europeu, hoje são a segunda e terceira economias do mundo, respectivamente. A relação sino-japonesa atualmente é tão ou mais importante quanto era há um século, em escala regional e global. A proximidade cultural entre os dois povos sempre foi intensa, a tecnologia só veio a colaborar para o aumento dessa interação – que não necessariamente é sempre positiva. O final da Guerra Fria traria uma série de transformações para a relação bilateral, momentos de proximidade se intercalaram com momentos de afastamento, sobretudo pela ascensão da China como potência nas últimas décadas. Divergências territoriais emergiram com maior força no início do século XXI, tal fato, somado às lembranças históricas, levaram o temor de conflito para dois povos com um histórico recente de agressão. Sob influência dos líderes políticos chineses e japoneses não está apenas o status da relação bilateral, mas em grande parte o futuro da Ásia Oriental, contexto geográfico das duas potências.

Avaliar o presente com maior exatidão requer que observemos, ao menos brevemente, o passado. Sendo assim, aqui buscaremos fazer uma breve síntese de como a relação sino-japonesa foi normalizada em 1972, quando as duas nações voltaram a ter relações diplomáticas oficialmente no pós-Segunda Guerra Mundial. Também achamos profícuo fazer uma abordagem concisa sobre os principais pontos que afetaram as relações diplomáticas entre os dois países desde a normalização, como forma de mostrar a constante oscilação característica da relação bilateral. Para isso dividimos o capítulo de acordo com as décadas desde então.

¹⁰ Os crimes de guerra e a desumanização de ambos os lados podem ser verificados em séries de entrevistas com antigos soldados, disponíveis em documentários japoneses recentes. Neles estão os relatos de soldados afirmando que os chineses não eram considerados como humanos pelas tropas imperiais japonesas. Os documentários serão utilizados em nosso trabalho posteriormente, quando trataremos dos crimes de guerra. Seus títulos são *Japanese Devils (Ribben Guizi - 日本鬼子)*, dirigido por Minoru Matsui (2001); e *Unit 731: Elite Doctors and Human Experimentation*, produzido pela NHK, organização pública de radiodifusão do Japão (2018).

1.1.A década de 1970: uma aproximação pragmática

No contexto mundial de disputa bipolar da Guerra Fria, as negociações para a normalização das relações entre China e Japão só foram possíveis a partir da reaproximação entre China e EUA – uma vez que os japoneses estavam no polo capitalista, os norte-americanos serem seus maiores aliados e a segurança do arquipélago depender fortemente das forças armadas dos EUA. O Japão não poderia negociar a normalização oficial da relação com a China sem a concessão norte-americana, o que foi possível somente após as visitas de Henry Kissinger em 1971 – então Assessor de Segurança Nacional de Richard Nixon – e posteriormente a visita do próprio presidente norte-americano (1972). Até então, China e Japão usavam canais diplomáticos não oficiais, através de círculos empresariais e econômicos japoneses – como os grupos econômicos da região de Kansai e a Fundação Japonesa de Negócios (*Keirendan*) (HASEGAWA & TOGO, 2008).

A então recente ruptura sino-soviética¹¹ (1969) e os conflitos fronteiriços entre aqueles antigos aliados afastaram e antagonizaram os dirigentes de China e URSS, refletindo em um maior isolamento da RPC. Tal conjuntura possibilitou que Pequim, Washington e Tóquio estabelecessem uma aliança contra o inimigo comum em Moscou. Em termos de segurança, a normalização também era atraente aos japoneses pelo então abalo na percepção do compromisso de segurança mútua estabelecido entre Japão e EUA – devido a proposta de recuo relativo da presença norte-americana na Ásia, postulada pela Doutrina Nixon (HE, 2006). Dessa forma, a reaproximação se deu inicialmente através da “Declaração Conjunta do Governo do Japão e do Governo da República Popular da China”¹², assinada por Zhou Enlai e Kakuei Tanaka. Posteriormente as negociações bilaterais resultaram no estabelecimento do “Tratado de Paz e Amizade entre Japão e República Popular da China”¹³, de 1978. A normalização diplomática entre os dois países diminuiu drasticamente as expectativas de um conflito entre os dois Estados, ao encerrar o estado de guerra e enunciar os princípios de não-agressão e resolução pacífica de conflitos, sem recorrer à ameaça do uso da força. Tais acordos proporcionaram uma perspectiva otimista para a relação bilateral futura, encerrando a visão de inimigos que ainda pairava no imaginário das duas sociedades. Formou-se então uma

¹¹ Ocasionalizada por divergências doutrinárias que surgiram durante a década de 1960 quanto às diferentes interpretações e aplicações práticas de Marxismo-Leninismo durante a Guerra Fria e pelo posterior conflito fronteiriço entre os dois países, em 1969.

¹² *Joint Communique of the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, September 1972. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint72.html>>

¹³ *Treaty of Peace and Friendship Between Japan and the People's Republic of China*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, August 1978. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>>.

estrutura social específica da normalização sino-japonesa, conhecida como ‘sistema de 1972’. Uma estrutura estável, baseada em prioridades nacionais distintas e com distintos espaços ocupados no sistema regional e global (HOPPENS, 2015).

Apesar da atmosfera diplomática positiva da relação naquele momento, e embora tenha sido impulsionada por interesses de segurança nacional, o desenvolvimento de uma cooperação de segurança significativa entre os dois países foi bastante limitado no pós-normalização. Um dos principais obstáculos para que se estabelecesse uma cooperação efetiva estava na relutância japonesa em estabelecer uma aliança militar próxima com a China, receando que esta não trouxesse benefícios adicionais à segurança do país. O Japão temia que uma aliança estreita com os chineses pudesse ser interpretada como ação provocativa pelos soviéticos, calculando que aquela aproximação poderia aumentar o perigo de que o Japão se envolvesse em um conflito entre China e URSS. Do lado chinês, ainda pesavam as suspeitas derivadas das memórias de guerra oriundas da invasão japonesa, que lembravam aos chineses a ameaça potencial que um Japão remilitarizado poderia representar ao país, mesmo que o perigo imediato fosse baixo (HE, 2009).

Cada um dos dois Estados possuía uma política externa particular para lidar com a URSS. A China temia uma ação militar iminente por parte dos soviéticos, incentivando que o Japão adotasse uma política mais dura – inclusive com Deng Xiaoping sugerindo que o Japão tivesse uma política militar mais assertiva (HE, 2009). Essa percepção de ameaça estimulou o lado chinês a insistir que fosse inclusa no Tratado de Paz e Amizade China-Japão (1978) uma cláusula anti-hegemônica,¹⁴ em que os dois países se comprometem a não buscar a hegemonia na região da Ásia-Pacífico, assim como impedir que qualquer outro país o fizesse – visando claramente constranger a URSS. O Tratado também incluiria uma cláusula de que tal instrumento não afetava a relação dos contratantes com terceiros países – exigência da parte japonesa. A abordagem japonesa à URSS era distinta da chinesa, pois objetivava melhorar a relação com a potência ao norte, uma vez que os governantes japoneses buscavam assinar um tratado de paz com os soviéticos. Manter uma relação positiva com a União Soviética era importante para Tóquio, que almejava recuperar os territórios do norte ocupados pelos soviéticos no findar da Segunda Guerra Mundial¹⁵ – por isso evitava que a aliança com EUA e China prejudicasse as relações com Moscou (WAN, 2016).

¹⁴ Artigo II do Tratado de 1978.

¹⁵ A disputa pela soberania sobre as Ilhas Curilas do Sul continua a ser tema de discussão entre os Estados do Japão e Rússia desde 1945, quando as ilhas foram ocupadas pela URSS.

Além da frente antissoviética, a China priorizava o reconhecimento da República Popular da China como governo legítimo chinês,¹⁶ colaboração nos projetos de modernização da economia do país e estímulo ao comércio bilateral sino-japonês – todos objetivos concretizados no decorrer do tempo. Os interesses econômicos do Japão na normalização das relações com a China eram claros, vislumbrando na cooperação com a modernização chinesa uma grande oportunidade econômica. Os dois países já realizavam trocas comerciais, ainda que não oficiais, anteriormente à Declaração Conjunta de 1972, que reaproximara os dois Estados. O Japão, com recursos naturais limitados, sempre necessitou importar matérias primas e recursos energéticos, e as crises do petróleo o incentivaram a diversificar suas parcerias, a China era um dos alvos – através não só da importação de petróleo, mas também se envolvendo no processo de exploração, apoio técnico e financeiro. Os japoneses também enxergavam o território chinês como espaço para a expansão das suas cadeias produtivas – visto a acumulação de capital e tecnologia avançada que o país tinha a disposição. Além disso, o Japão dependia fortemente de suas exportações, o que motivava o país a buscar novos mercados para seus produtos (LAM, 2006).

Os dois países ocupavam posições diferentes nas economias regional e global. O Japão competia em setores avançados da produção com outras economias desenvolvidas, enquanto a China ainda buscava se desenvolver industrialmente e se especializara na produção com uso intensivo de mão-de-obra. Portanto, naquele momento as economias dos dois países se complementavam, diminuindo os fatores passíveis de competição e vislumbrando-se uma condição de ganhos mútuos na normalização das relações. O interesse japonês em colaborar para o plano de modernização da China buscava tornar o país um local mais atraente para as empresas japonesas, contingentemente promovendo os interesses econômicos comuns entre os dois países. Ao final daquela década (1979), o Japão também iniciou seu programa de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para a China, diplomaticamente buscando colaborar para o desenvolvimento e estabilidade do país, visto seus interesses de longo prazo na cooperação. O lado chinês objetivava obter recursos tecnológicos que possibilitassem a aceleração da modernização industrial do país, tornando a exportação de recursos naturais, no curto prazo, uma fonte de divisas importante no cumprimento daquele objetivo (HASEGAWA & TOGO, 2008; CHUN, 2016).

¹⁶ Até então, o governo japonês reconhecia o governo nacionalista de Taiwan como legítimo governante da China. Tóquio e Taipei haviam assinado o Tratado de Paz Sino-Japonês em 1952, que seria anulado unilateralmente pela parte japonesa em 1972 – exigência chinesa para a normalização das relações entre o Japão e a República Popular da China.

Não obstante o crescimento nas trocas comerciais tenha sido significativo na década de 1970, limitações importantes se colocaram para o aprofundamento da interdependência econômica bilateral naquele momento. A dependência econômica naquele período se mostrou bastante desigual, sendo o comércio com o Japão responsável por 20% das trocas chinesas, enquanto a participação da China nas trocas totais do Japão estando próxima a 5% durante toda a década. Como citado anteriormente, a alta dependência japonesa na importação de recursos naturais levou o país a diversificar seus parceiros nessa área, sendo a China apenas mais um desses parceiros. Por outro lado, as importações chinesas de origem japonesa eram majoritariamente compostas por maquinários e produtos industriais, mas excluía qualquer artigo ou tecnologia estrategicamente importante. O grande interesse chinês na aquisição de armamentos e na cooperação tecnológica de âmbito nuclear e espacial com o Japão foi impossibilitado pela proibição oficial deste último em exportar armamentos,¹⁷ assim como pelas regras do Comitê Coordenador de Controles Multilaterais de Exportação – formado por países do bloco ocidental com a finalidade de banir a exportação de armamentos e tecnologias sensíveis para países do bloco comunista (MITCHAM, 2005). O Investimento Estrangeiro Direto japonês também foi ínfimo no período, uma vez que a legalização desse tipo de investimento na China seria aprovada somente em 1982. Dessa forma, embora a China tenha sido um grande receptor de contratos de plantas e tecnologias industriais japonesas naquela década, o comércio em áreas estratégicas foi virtualmente inexistente (PEKKANEN & TSAI, 2005; HE, 2009).

O papel dos líderes de ambas as nações foi essencial para a reaproximação entre China e Japão. Conscientes da importância da memória histórica sobre a guerra e da disputa territorial na identidade e nos interesses nacionais de seus países, optaram por contornar essas questões para um futuro em que lidar com essas disputas fosse menos conflitivo. Colocaram de lado as questões emocionais, concentrando-se nos interesses geoestratégicos imediatos do contexto global bipolar (HE, 2006; WAN, 2016). Autores afirmam que Mao Zedong e Deng Xiaoping declararam, em muitas ocasiões, que o passado deveria ser deixado para trás, que as duas nações deveriam olhar para o futuro em vez de debruçarem-se sobre a história. Naquele contexto, tal entendimento sobre a história era agradável à liderança chinesa, pois os dois países concordavam na declaração conjunta com a narrativa dos ‘graves danos causados pelo

¹⁷ Determinado pela lei aprovada pelo parlamento japonês em 1967, baseada nos Três Princípios Sobre a Exportação de Armamentos, que não permitia que o país exportasse armas para: países do bloco comunista, países que estivessem sob embargo do Conselho de Segurança da ONU para importação de armamentos e países envolvidos ou suscetíveis a se envolverem em conflitos internacionais.

Japão’, assim como a narrativa da resistência chinesa, na qual a legitimidade do PCCh estava fundamentada (HOPPENS, 2015).

Durante o processo de normalização da relação com o Japão, o estado chinês adotou uma política de separar o caráter majoritariamente pacífico da população japonesa do caráter perverso de poucos líderes do período da guerra, com o premier Zhou Enlai descrevendo o povo japonês como pacífico, dando pouca atenção à questão histórica e territorial. Como forma de promover a aproximação entre os dois países, a parte chinesa também renunciou às reparações de guerra – como consta na Declaração Conjunta entre os dois países de 1972¹⁸, argumentando que as indenizações punitivas poderiam levar novamente ao caminho do ressentimento e da guerra. Nesse contexto, a disputa territorial entre os dois países também seria colocada como secundária. Em um dos encontros entre Zhou Enlai e Kakuei Tanaka (1972), o primeiro-ministro japonês haveria perguntado à contraparte chinesa sobre a soberania do arquipélago Diaoyu/Senkaku disputado pelos dois países, ao que Zhou Enlai teria respondido que tal tema deveria ser arquivado, pois poderia atrasar e dificultar o processo de normalização. O então primeiro-ministro chinês apontou que a questão da posse do arquipélago não era um problema quando comparado à recuperação de relações diplomáticas normais – questão que mais tarde provocaria intensas disputas entre os dois países. Posteriormente, quando se negociava o Tratado Sino-Japonês de Paz e Amizade (1978), Deng Xiaoping, em visita ao Japão, reiterou que era mais prudente deixar a questão territorial para que as gerações futuras a resolvessem com maior sabedoria. Após a assinatura do Tratado de Amizade entre os dois países, a liderança chinesa sugeriu a exploração conjunta dos recursos energéticos presentes na área disputada, sem tocar na questão da soberania – o que nunca chegou a ser concretizado. Dessa forma, Pequim deixou de lado uma questão importante, não resolvendo um problema que viria a provocar atritos diplomáticos nas décadas seguintes (HE, 2007; CUI, 2012; MCCOMARCK, 2016)¹⁹.

Objetivando interesses estratégicos imediatos, China e Japão optaram por deixar de lado as diferenças historiográficas sobre o conflito sino-japonês. As conversas e comunicados sobre as questões históricas são de conteúdo vago, o que posteriormente abriria espaço para

¹⁸ Artigo 5 da Declaração Conjunta de 1972.

¹⁹ Existem divergências entre as partes quanto à interpretação das declarações dos líderes chineses. Uma vez que apenas a parte japonesa retirou o sigilo completo dos registros das negociações diplomáticas, não se pode confrontar o conteúdo registrado dos dois países. Os registros das discussões entre Mao Zedong, Zhou Enlai, Kakuei Tanaka, Yoshikatsu Takeiri entre outras lideranças (disponibilizados pela parte japonesa) podem ser acessados a partir do arquivo digital do Wilson Center (WILSON, 2018).

interpretações distintas das negociações (UEMURA, 2013)²⁰. As lideranças dos dois países não aproveitaram da atmosfera diplomática positiva para promover pesquisas históricas conjuntas e discutir profundamente as reparações de guerra. Na realidade, a diplomacia foi utilizada para encobrir as divergências históricas mútuas, visando fins estratégicos. Fatores políticos daquele momento foram privilegiados a mercê da resolução das discordâncias históricas, fazendo com que a normalização das relações viesse ao custo da omissão de fatos históricos da guerra entre os dois países. Esse arranjo estabeleceu as bases para uma relação mais próxima de cooperação, mas também foi a semente dos problemas históricos sino-japoneses futuros. Outro ponto que se tornaria uma questão polêmica no futuro seria a renúncia chinesa às reparações de guerra, como consta na Declaração Conjunta de 1972. Quando reivindicações populares futuras apareceram no tocante às reparações, os acordos diplomáticos assinados se tornaram obstáculos políticos e legais nas manifestações apresentadas pelos dois Estados. O Estado chinês ficou impossibilitado de reivindicar reparações, cabendo à sociedade civil fazê-las através do judiciário japonês. A ajuda econômica japonesa à China, que se intensificaria ao final da década de 1970, através de empréstimos a juros baixos e Assistência Oficial ao Desenvolvimento, posteriormente seria apontada pelo governo japonês como uma compensação aos danos da guerra. Porém, nenhuma declaração oficial vinculou tal ajuda às reparações, implicando no não reconhecimento da sociedade chinesa daquela ajuda como compensação. (HE, 2006; HOPPENS, 2015).

A forma como o governo japonês se desculparia formalmente na Declaração Conjunta de 1972 foi discutida pelas duas partes nas negociações. O lado japonês se preocupava com a recepção das expressões contidas no comunicado pela ala política mais conservadora do país. A expressão de termos como ‘arrependimento’, ‘responsabilidade’ e ‘agressão’ seriam negociados entre as partes para que houvesse uma ‘suavização’ do pedido de desculpas (HE, 2017). As expressões utilizadas pelo primeiro-ministro Kakuei Tanaka haviam sido cuidadosamente ajustadas, como forma de apaziguar os conservadores japoneses, que se opunham ao pedido de desculpas. O primeiro-ministro pôde então expressar seu ‘profundo remorso’ pelos ‘grandes problemas’ causados pelo Japão ao povo chinês. As expressões

²⁰ Takeshi Uemura faz uma reflexão interessante sobre os conteúdos morais, objetivos e subjetivos, nos comunicados conjuntos e tratados entre China e Japão. Aponta que é raro haver por escrito uma questão moral em um acordo legal interestatal, argumentando que a insistência da parte chinesa em fazê-lo é expressão de seu padrão de comportamento cultural (UEMURA, 2013). Yutaka Kanda aponta que os japoneses subestimaram a significância dos elementos morais e emocionais nas relações sino-japonesas, acreditando que a Declaração Conjunta de 1972 entre os dois países encerraria as questões históricas (KANDA, 2017).

causaram desconforto aos líderes chineses pela ambiguidade e superficialidade – descontentamento que teria sido manifestado por Zhou Enlai a Kakuei Tanaka em privado –, ainda assim a parte chinesa não exigiu uma expressão pública mais objetiva (TEUFEL, 2016; HOPPENS, 2015). Quando retornou ao Japão, o primeiro-ministro Kakuei Tanaka se dirigiu ao parlamento e declarou que o tempo e as avaliações futuras seriam responsáveis por responder se a guerra com a China havia sido de agressão ou não – uma afirmação que seria interpretada de forma negativa no futuro (HE, 2017).

A reaproximação entre as duas nações demonstrou que quando relações bilaterais são impulsionadas por um imperativo estratégico comum, ou uma ameaça comum, antigos inimigos podem estabelecer rapidamente uma relação cooperativa, mesmo que os dissensos domésticos e externos do passado permaneçam sem resolução. Porém, sem aquela resolução o contexto estrutural não pôde promover o desenvolvimento de uma confiança mútua que colaborasse para uma relação diplomática saudável e de futuro estável. Isso não significa que as resoluções possam ser facilmente alcançadas quando há um comprometimento, mas facilita a possibilidade de um diálogo sobre a questão territorial e interpretações históricas convergentes, algo impossível em situações de rivalidade estratégica.

O esforço reconciliatório das lideranças chinesa e japonesa resultou nos efeitos esperados. A construção de uma imagem mutuamente positiva entre os dois povos seria vital para que a relação sino-japonesa se desenvolvesse durante as duas primeiras décadas pós-normalização. O ambiente estratégico favorável e o declínio da percepção mútua de ameaça pelas duas sociedades foram importantes para criar aquela imagem positiva. Ao final da década de 1970, quando os dois Estados assinaram o Tratado de Amizade, a sociedade chinesa perceberia o Japão como um país desenvolvido e em processo rápido de modernização, inspirada pela visita de Deng Xiaoping ao país em 1978 – que ficara impressionado com a tecnologia do *shinkansen*²¹ japonês.²² A Deng interessava a experiência modernizadora japonesa, visto os planos de modernização do líder para a China. No Japão, havia naquele momento uma admiração popular pela cultura e história chinesa, prevalecendo uma imagem positiva quanto ao povo chinês por parte de seus vizinhos japoneses. Com uma influência milenar sobre o Japão, a cultura chinesa se manifestava no país através da literatura clássica, utilizada nos estudos do idioma japonês e nas disciplinas de literatura, e importante nos exames admissionais das universidades do país. Ainda não havia na sociedade japonesa

²¹ Como é nomeada a rede ferroviária de alta velocidade no Japão.

²² *The tour that helped change a nation*, China Daily, s/d. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/a/201808/09/WS5b6b7a9ea310add14f384b66_1.html>.

uma aversão ao socialismo e se desconheciam os impactos da Revolução Cultural na China (1966-1976). O Partido Socialista do Japão (PSJ), naquele momento a maior força de oposição ao governante Partido Liberal Democrata do Japão (PLD), mantinha boas relações com o Partido Comunistas Chinês, o que facilitara os diálogos intergovernamentais. Também se estabeleceram naquela década o intercâmbio de estudantes entre os dois países, assim como o programa de ‘cidades irmãs’. A diplomacia dos pandas seria empregada na reaproximação, com o envio de dois pandas gigantes ao Japão, que se tornaram uma fonte de entusiasmo na sociedade japonesa quanto às relações com a China. Ainda assim, apesar da atmosfera e dos gestos de boa vontade, o entendimento mútuo sobre a história foi deixado de lado (TEUFEL, 2016; LAM, 2017).

1.2. A década de 1980: afloração da memória histórica

A década de 1980, sobretudo a primeira metade, ainda seria uma fase positiva para a relação diplomática sino-japonesa. Foi a década em que a economia japonesa alcançou seu ápice, as políticas de reforma e abertura da China eram implementadas e o Japão se comprometia a contribuir para o desenvolvimento chinês. Porém, foi também a década em que a relação começou a se degradar e as divergências históricas entre Japão e China começaram a emergir, ainda que sem grandes impactos, em 1982 e 1985.²³ Mas o evento mais marcante da década aconteceria ao seu final, o Incidente de Tiananmen em 1989, com a dura repressão contra setores da sociedade chinesa que protestavam por reformas democráticas no país. O fim daquela década também seria marcado pelo desgaste e desmoronamento das repúblicas socialistas, que impactaram a fonte de legitimidade do Partido Comunista Chinês – que abordaremos no capítulo seguinte.

Ainda que de forma modesta, as mudanças na apresentação de memórias nacionais, tanto na China quanto no Japão, representaram o início da deterioração na relação bilateral. A memória nacional em ambos os países entrou em um período de reformulação impulsionada pelas elites governantes dos países, uma forma de adapta-las às suas necessidades políticas. A direita japonesa buscava reproduzir as memórias de glórias do passado japonês através de um revisionismo histórico, uma forma de livrar o país do estigma de agressor durante a guerra. Na China, a legitimidade do regime comunista exigia novas fontes, levando o governo a iniciar a promoção de uma consciência de vítima da sociedade chinesa ante os imperialistas ocidentais

²³ Em 1982 surgiram as primeiras discordâncias históricas entre os dois países, fomentadas por medidas quanto aos livros didáticos de história japoneses e sua abordagem sobre a guerra. Em 1985 a visita do primeiro-ministro japonês Yasuhiro Nakasone ao santuário de Yasukuni – ambos os fatos serão abordados de forma mais esclarecedora posteriormente.

e japoneses. Tais mudanças resultariam na quebra da convergência anterior, estabelecida nos documentos da reaproximação, fomentando as disputas sobre a memória histórica no futuro – temática que trataremos no capítulo seguinte (WAN, 2016).

A retórica da aliança estratégica sino-japonesa contra a URSS passou a diminuir quando comparado à década anterior. As consultas e visitas mútuas de militares diminuíram drasticamente, a China passou a reconsiderar seu apoio à aliança de segurança nipo-americana e ao fortalecimento militar japonês. A mudança retórica do lado chinês no tocante à aliança antissoviética pode ser atribuída ao estabelecimento de sua nova política externa independente e sua busca por restabelecer as relações com a URSS (LAM, 2017). Porém, a oposição ao fortalecimento militar japonês é difícil de ser justificada, uma vez que a ameaça comum soviética ainda existia e não havia grande mudança no equilíbrio de poder entre os dois países. Naquela década pôde-se notar uma apreensão da liderança chinesa sobre as implicações no âmbito da segurança no tocante às negações japonesas sobre a reponsabilidade do conflito e invasão do país, sugerindo um efeito da memória histórica divergente. Os canais oficiais da mídia chinesa passaram a ligar a memória de guerra japonesa à possibilidade de um renascimento do militarismo no arquipélago. A busca do governo japonês por aumentar sua influência global durante a década de 1980, acompanhada de um revisionismo histórico, preocupou os estrategistas chineses. O temor de que a direita japonesa tivesse sucesso em modificar a estrutura do pós-guerra – limitadora da militarização japonesa –, que vinha acompanhada da historiografia nacionalista/revisionista daquele grupo, gerava desconforto à liderança chinesa quanto às intenções de poder do Japão (WHITING, 1989).

A partir de 1985, a sociedade chinesa começaria a transformar suas impressões quanto ao Japão. Demonstrações estudantis de conteúdo crítico ao Japão, em 1985 e 1987,²⁴ marcaram o início da deterioração da frágil relação de amizade sino-japonesa. Atritos anteriores já haviam provocado desconforto na relação bilateral em 1982, resultado das políticas japonesas de revisão da história em livros didáticos, tema que voltaria a afetar a relação bilateral em 1987. As manifestações públicas de teor anti-Japão se tornaram paulatinamente mais comuns na China no decorrer das décadas seguintes, sobretudo em datas importantes do conflito sino-japonês – como as datas do Incidente de Mukden, o Incidente da

²⁴ Em 1985 as manifestações foram causadas pela visita do primeiro ministro japonês Yasuhiro Nakasone ao santuário nacionalista de Yasukuni e sua retórica de deixar o passado de conflitos para trás, como um tema superado – visita que aconteceu no quadragésimo aniversário da rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial, motivo de indignação popular entre os chineses. Em 1987 ocorreu o ‘Incidente Kokaryo’, em que uma decisão judicial japonesa reconheceu a jurisdição de Taiwan sobre um dormitório de estudantes chineses em Kyoto, desencadeando uma crise diplomática entre China e Japão.

Ponte Marco Polo e a invasão de Nanquim. Essa inversão no sentimento popular em relação ao Japão pode ser explicada pelo impacto resultante das memórias históricas divergentes. Enquanto a população chinesa destacava os sofrimentos impostos pelos agressores japoneses durante a guerra, o Estado japonês lembrava a guerra como uma experiência traumática para a própria nação japonesa, filtrando a memória das agressões cometidas durante as invasões aos países vizinhos. O descontentamento crescente da sociedade japonesa com as manifestações chinesas levou ao declínio da visão favorável sobre o país vizinho na segunda metade daquela década – uma espécie de ‘síndrome de ação e reação’ quanto às impressões mútuas entre as duas nações (WHITING, 1989).

Economicamente foi a década de intensificação das reformas econômicas na China e de sua política de abertura. A parceria com o Japão foi essencial para a expansão das Zonas Econômicas Especiais na costa chinesa, em 1984. O fluxo de ODA japonês ao país contribuiu para a inauguração dessas novas áreas, através da cooperação na construção de infraestrutura e produção de energia. A valorização do iene, consequência do Acordo de Plaza (1985), resultou em um aumento do fluxo de IED japonês globalmente, inclusive para a China, que se tornou rapidamente um destino importante de capital japonês. Aquele foi o período em que o Japão se tornou o maior colaborador para o desenvolvimento chinês, assim como maior parceiro econômico da China. Apesar do descontentamento crescente de grupos mais à esquerda do PCCh, que acusavam uma invasão econômica japonesa à China, os líderes no poder buscavam fomentar a entrada de mais investimento japonês no país. Os chineses enxergavam uma oportunidade não apenas no capital e na tecnologia japonesa, mas também na experiência de modernização – como o incentivo aos encontros entre as comunidades científicas nacionais. Ao mesmo tempo em que a tecnologia japonesa adentrava a China, técnicos chineses eram enviados ao Japão para receber treinamento em distintas áreas (LAM, 2017).

Embora o comércio bilateral se desenvolvesse substancialmente, a relação econômica bilateral não esteve livre de atritos, sobretudo na segunda metade daquela década. A partir de 1985 o governo chinês passou a reclamar do déficit comercial com o Japão, argumentando também que este buscava apenas vender produtos acabados, mas relutava em aumentar a inversão de capitais e a transferência tecnológica à China. Aquelas críticas dos grupos à esquerda do PCCh incentivaram protestos de estudantes universitários em diversas cidades chinesas, em 1985 e 1987, contra a ‘invasão econômica’ japonesa, a inundação de produtos japoneses baratos e de má qualidade no mercado chinês. A entrada em massa de produtos

japoneses também era vista como uma ameaça importante às indústrias nacionais chinesas, que ao serem fechadas elevavam o nível de desemprego no país. O déficit entre os dois países pode ser explicado pela diferença estrutural entre as duas economias, baseada na troca de produtos primários por bens manufaturados. As causas da estagnação da transferência tecnológica e do investimento japonês na China podem ser explicadas, em parte, pelas restrições ainda existentes na transferência de instalações de alta tecnologia, estabelecidas pelo Comitê Coordenador de Controles Multilaterais de Exportação. As empresas japonesas também levavam em consideração a aplicabilidade, custos e formas de pagamento ao ponderar as transferências tecnológicas. As inversões diretas de capital japonês ainda aguardavam o estabelecimento de um ambiente para investimentos mais seguro na China, para assim aumentar seu fluxo. O governo chinês tinha uma expectativa incoerente de que os investimentos estrangeiros pudessem conter um grau de altruísmo, admitindo publicamente, apenas em 1986, que os investimentos estrangeiros deveriam beneficiar não só ao povo chinês, mas também o retorno aos investidores (WHITING, 1989; TEUFEL, 2016).

O lado chinês demonstrou uma forte predisposição a culpar apenas a parte japonesa pelos atritos econômicos bilaterais. Essa posição não era simplesmente uma tática de negociação, pois era compartilhada não apenas por membros do governo chinês, mas também pela sociedade. Tal posição era resultado da expectativa chinesa de que o Japão auxiliasse generosamente a modernização econômica do país, visto que aquele havia devastado a economia chinesa durante a invasão e ocupação do território – os interesses por retorno dos investimentos do empresariado japonês era colocado como secundário pelos chineses, mas não pelos investidores. Esse tipo de pensamento seria demonstrado por Deng Xiaoping em 1987, ao criticar o déficit e os aspectos insatisfatórios da relação econômica bilateral – como a resistência japonesa à transferência de tecnologia –, mesclando as insatisfações econômicas com as questões históricas:

Se visto à luz da história, o Japão deveria fazer muito mais para ajudar no desenvolvimento da China. Francamente falando, entre todos os países do mundo, penso que o Japão é o que está mais endividado com a China. Na época da normalização diplomática sino-japonesa, nós não levantamos a demanda por reparações de guerra, uma decisão política tomada com a consideração de que tanto a China quanto o Japão eram grandes nações próximas uma da outra e que a decisão seria boa para nosso interesse de longo prazo. Da perspectiva japonesa que valoriza a razão, acho que o Japão deveria contribuir ainda mais para o desenvolvimento da China. Para ser honesto, eu tenho ressentimento a este respeito (DENG XIAOPING, 1987, s/p *apud* HE, 2007, pp.12, tradução nossa).

Ao trazer o passado para o presente, Deng Xiaoping conectou abertamente a demanda chinesa por ajuda ao desenvolvimento às reparações de guerra, demonstrando a tendência chinesa de tomar como garantida a ajuda japonesa e culpar o Japão pelos atritos econômicos a partir de bases históricas.

Aquele senso de injustiça histórica referente ao Japão não se espalhou apenas pela elite política chinesa, mas também gerou na sociedade uma propensão a exigir políticas mais duras do governo chinês nas disputas com o Japão. O público chinês sempre esperava que a parte japonesa fizesse concessões nas disputas bilaterais, como forma de compensação histórica à China. A flutuação dos protestos estudantis, que miravam o Japão, mas rapidamente tornavam-se críticas à elite chinesa no poder, fez com que Pequim frequentemente incorporasse as demandas das manifestações populares, o que acarretava uma posição firme nas negociações com o Japão. Depreende-se que a mudança drástica da política chinesa para o Japão – de um entusiasmo pós-normalização, quanto àquele se tornar um importante agente na modernização chinesa, para uma posição negociadora mais dura e crítica – foi impulsionada, sobretudo, pela pressão pública que redimensionou o equilíbrio de poder da liderança chinesa entre os moderados, liderados pelo Secretário Geral do PCCh Hu Yaobang, e a oposição conservadora do partido. A situação de Hu Yaobang, que já sofria forte oposição dos conservadores – devido aos seus programas de reformas serem taxados como excessivamente liberais – se complicou com as posturas nacionalistas dos políticos japoneses, visto que aquele tinha na promoção da relação harmoniosa sino-japonesa uma das bases de sua carreira política. Embora a queda de Hu Yaobang, em 1987, tenha como fundamento as disputas ideológicas dentro do Partido Comunista, o desafio público à sua política pró-Japão, manifestado nos protestos estudantis, enfraqueceu sua posição e impossibilitou uma diplomacia mais conciliatória com o Japão (HE, 2009).

O caso de Hu Yaobang demonstra que a opinião pública, nos momentos de disputas entre China e Japão, pode se tornar uma ferramenta em situações de disputa interna entre a elite política chinesa. A opinião pública ganha maior importância quando há divisões na liderança chinesa e atritos diplomáticos, uma vez que cada lado busca mobilizar tal elemento visando o apoio às suas posições, geralmente apelando ao patriotismo. No entanto, a opinião pública também pode limitar significativamente as margens de manobra diplomáticas do governo chinês quando altamente mobilizada, se mostrando uma faca de dois gumes na política do país (FEWSMITH & ROSEN, 2001).

Embora a aproximação entre os dois países durante a década de 1980 tenha se deteriorado quando comparada a década de 1970, a atmosfera da relação sino-japonesa não se tornou majoritariamente negativa. Aquela foi a década em que a sociedade chinesa cultivou uma dupla imagem do Japão: um modelo econômico e de modernização, assim como a imagem histórica de agressor. A sociedade japonesa, que já fora impactada positivamente com a “febre panda”²⁵ na década de 1970, tinha sua atenção capturada pela série *The Silk Road*, exibida pela TV pública japonesa NHK.²⁶ A visita de Hu Yaobang, em 1983, e seu convite para que jovens estudantes japoneses fossem à China reforçou a imagem positiva do país. Embora fosse alvo de protestos estudantis chineses, o Japão desfrutou de uma imagem positiva na sociedade chinesa, marcada pelas produções culturais e produtos japoneses que começaram a penetrar com sucesso no mercado chinês – desde automóveis, aparelhos eletrodomésticos, manufaturados para consumo pessoal, produções televisivas e animações. Aquela década foi a de ascensão da imagem do Japão como país moderno e avançado para os chineses. A imagem da China no Japão sofreria uma deterioração gradual na segunda metade da década, devido aos protestos contra o país e posteriormente com os acontecimentos em Tiananmen, em 1989. Ainda assim, o desenvolvimento de percepções mútuas majoritariamente negativas e a espiral descendente na relação se tornariam evidente somente com o fim da Guerra Fria e novas disputas sobre a questão histórica, a partir de meados da década de 1990 (WHITING, 1989; HE, 2009).

Após o Incidente de Tiananmen, em junho de 1989, EUA e outras nações ocidentais impuseram sanções à China em resposta à repressão militar contra os manifestantes. Ainda que o Japão tenha se juntado a tal movimento, se esforçou para quebrar o isolamento chinês o mais rápido possível, assumindo a liderança diplomática por essa reintegração da China à comunidade mundial. Os acontecimentos de Tiananmen mostrariam que a China ainda poderia enfrentar instabilidades políticas domésticas, mas o empenho diplomático japonês em manter as relações com o país parecia prometer um futuro promissor. O governo japonês foi o primeiro a retomar a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) à China, assim como

²⁵ *Panda cub raises fresh hopes of better China-Japan relations*, China Daily, June 2017. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2017-06/19/content_29792568.htm>.

²⁶ Produzida pela emissora japonesa em parceria com a CCTV (*China Central Television*), a série foi exibida originalmente entre 1980-1981 e se tornou um sucesso televisivo e literário durante a década. A série viaja através da antiga Rota da Seda, partindo da cidade chinesa de Chang’na (Xian) a Roma, abordando temáticas históricas, culturais e religiosas e como o Japão foi influenciado pelas trocas comerciais e ideacionais proporcionadas pela Rota. A série foi a primeira coprodução entre a CCTV e uma emissora estrangeira, além da NHK ter sido a primeira emissora estrangeira autorizada a acessar a região chinesa que compreende a antiga Rota da Seda. *The Silk Road: The most fruitful Sino-Japanese cultural exchange*, NHK Television. Disponível em: <https://www.nhk.or.jp/digitalmuseum/nhk50years_en/history/p20/index.html>.

o então primeiro-ministro japonês Kaifu Toshiki se tornou o primeiro líder político do mundo desenvolvido a visitar o país após os confrontos em Tiananmen, em 1991. A política de Tóquio seguia o mesmo princípio desde a normalização das relações: a busca por engajar a China e integrá-la ao sistema mundial, evitando que o país se isolasse (LAM, 2017).

1.3. A década de 1990: as desconfianças mútuas de segurança

As relações sino-japonesas tiveram um período de tranquilidade no início da década de 1990, proporcionando boas perspectivas para a relação bilateral. Os esforços do governo japonês em quebrar o isolamento chinês, e o reconhecimento de tal esforço por Pequim, abriram caminho para a histórica viagem do imperador Akihito ao país, em 1992 – a primeira visita de um monarca japonês à China. Após a bem-sucedida visita imperial, esperava-se que a relação sino-japonesa pudesse se tornar a base da estabilidade regional, semelhante à parceria franco-alemã na Europa Ocidental (Ibid.).

No entanto, a relação não ficaria imune às mudanças internacionais e domésticas que se desenrolaram, principalmente, a partir de meados da década. A desintegração da União Soviética, em 1991, alterou a conjuntura de segurança regional da Ásia Oriental. Aquele foi o contexto em que Japão e EUA redefiniram sua aliança de segurança, buscando atuar mais ativamente em questões de segurança regional – inevitavelmente refletindo na relação com a China. Os investimentos para a modernização militar chinesa tiveram, na década, aumentos anuais de dois dígitos. A questão de Taiwan receberia maior atenção, devido aos movimentos políticos internacionais de sua liderança. No âmbito econômico, uma bolha financeira e imobiliária estourou no Japão no início daquela década, jogando a economia japonesa em recessão, que seria acompanhada de mudanças no sistema político doméstico. Na China pós-1989, Deng Xiaoping promoveria sua viagem ao sul do país, defendendo e reafirmando os princípios da reforma e abertura, que resultaram em uma década de altos índices de crescimento econômico e aprofundamento da abertura chinesa ao mundo. A gradual diminuição da lacuna econômica que existia entre China e Japão demonstrou a possibilidade futura de que os países se tornassem concorrentes neste aspecto. Aquela que começara como uma década promissora para a relação diplomática sino-japonesa, foi o início do declínio progressivo daquela relação.

O fim da Guerra Fria trouxe mudanças importantes no contexto internacional. Na Ásia Oriental tal fato mexeu com a ordem de segurança estabelecida na região, causando preocupação aos agora ex-aliados China-Japão-EUA. Naquele contexto, o governo chinês

realizou uma série de testes nucleares em 1995 que causaram tensão na sociedade e governo japonês. Também seria fonte de preocupação para o Japão os exercícios militares chineses no Estreito de Taiwan, em 1996 – originados pelo temor do fortalecimento de movimento independentista na ilha. Os exercícios militares com lançamento de mísseis pela China no Estreito preocupou governo e população japonesa devido a proximidade de ilhas japonesas próximas a Taiwan.²⁷ A exibição da força militar chinesa para intimidar Taiwan provocou questionamentos aos japoneses sobre a real condição pacífica da China. (WAN, 2008)

O contexto que se desenvolveu durante a década de 1990 também obrigou o Japão a revisar sua estratégia de política externa. As críticas recebidas pelo país por não colaborar com tropas para a Guerra do Golfo levou país a reformular sua estratégia geral de política externa, mudanças importantes que tiveram efeitos estratégicos nas relações sino-japonesas. A primeira foi a reformulação das condições para concessão de ODA,²⁸ que passaram a incluir a avaliação dos gastos militares, assim como do desenvolvimento e produção de armas de destruição em massa por parte do país receptor. Os testes nucleares realizados pela China causaram a interrupção de concessões de ODA ao país de 1995 a 1997, que retornaram somente após a adesão da China ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) em 1996.²⁹ A segunda importante mudança na política externa japonesa foi a renovação da aliança Japão-EUA no período pós-Guerra Fria, que aconteceu em 1997. Atualizou-se a cooperação regional e global entre Japão e EUA, esclarecendo também que os dois estados tinham o intuito de aprofundar sua cooperação com a China, visando a estabilidade e prosperidade da região. Porém, o contexto de tensão política e militar causado pelos testes nucleares chineses, suspensão da ODA de 1995-1997, e a crise do Estreito de Taiwan de 1995-1996, provocou desconfiças na liderança chinesa sobre o futuro papel da aliança Japão-EUA. Embora as preocupações japonesas fossem direcionadas principalmente a Coreia do Norte – devido ao desenvolvimento nuclear e testes de mísseis – o fortalecimento dos laços de segurança nipo-americanos pelos acordos bilaterais subsequentes (1996-1997) aumentaram as preocupações da China³⁰ (WAN, 2016).

O desenvolvimento desses novos fatos levantaram preocupações mútuas sobre a redistribuição de poder, a disposição em aumentar o uso da força e a possibilidade de um

²⁷ A cadeia de ilhas de Okinawa, território japonês, se estende pelo Mar da Ásia Oriental até próximo a ilha de Taiwan. Yonaguni, a última ilha povoada da cadeia, fica a pouco mais de 100 quilômetros da costa taiwanesa.

²⁸ *Japan's Official Development Assistance Charter*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, June 1992. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/policy/oda/summary/1999/ref1.html>>.

²⁹ *Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty (CTBT)* 1996, United Nations Office for Disarmament Affairs. Disponível em: <https://www.ctbto.org/fileadmin/content/treaty/treaty_text.pdf>.

³⁰ Os ajustes e acordos no tocante a aliança de segurança entre Japão e EUA serão mais bem abordados a seguir.

expansionismo militar. Apesar disso, não se demonstrou naquele momento um confronto estratégico direto entre os dois países, mas sim uma crescente sensação de potencial rivalidade bilateral. A ascensão econômica chinesa e seus investimentos em defesa não desafiavam ainda o equilíbrio de poder estabelecido, assim como a superioridade econômica e militar japonesa. Pelo lado japonês, o rearranjo da aliança de segurança com os EUA não comprometeu o objetivo de fomentar relações estáveis com os vizinhos asiáticos. Embora fosse capaz e contasse com o apoio norte-americano, o Japão não ampliou suas forças armadas ou buscou uma atuação militar internacional assertiva, nem se tornou uma potência nuclear. Apesar do crescimento na desconfiança quanto à segurança, os dois países mantinham interesses comuns, como o propósito de desnuclearizar a península da Coreia, manter a segurança dos mares regionais e das vias marítimas, assim como a complementaridade econômica estabelecida – o Japão ainda mantinha grandes vantagens comparativas na manufatura de componentes e insumos, enquanto a China era especializada na montagem dos produtos finais (LAM, 2017).

A década também ficou marcada pela ascensão do nacionalismo em ambas as sociedades. No Japão, sobretudo a partir de meados da década, movimentos revisionistas sobre a história da invasão japonesa à China ganharam força, havendo a institucionalização de movimentos nacionalistas, que buscavam modificar a forma como a história era relatada, uma ferramenta da classe política conservadora para aplicação de sua agenda doméstica. Um dos motivos para a ascensão do nacionalismo foi a recessão e estagnação econômica pela qual o Japão passava, a pior desde a Segunda Guerra Mundial, que provocou um forte declínio na confiança e na vitalidade nacional. O país enfrentou uma série de problemas além dos econômicos, como o descrédito da classe política, desastres naturais, o envelhecimento da população, aumento da desigualdade de renda, declínio dos padrões de vida, aumento nas taxas de criminalidade e suicídios. Elementos que geraram pessimismo e insatisfação sociais generalizados, afetando a legitimidade do partido dominante da política japonesa, o PLD – que perdera o comando do país entre 1993 e 1996. Os conservadores nacionalistas passaram então a buscar fazer crescer na sociedade japonesa um sentimento de recuperar as glórias passadas, como uma forma de autoconfiança. Essa onda nacionalista também teria como incentivo a política diplomática japonesa em relação à China na primeira metade da década (BERGER, 2008; HOPPENS, 2015).

Em 1991, o jornal *Asahi Shinbun* publicou artigos que apontavam a descoberta de documentos oficiais, no Ministério da Defesa do Japão, que comprovavam a existência e

envolvimento do governo japonês no sistema de ‘mulheres de conforto’.³¹ A publicação do *Asahi* estimulou a análise, reconhecimento e pedido de desculpas expressos na ‘Declaração Kono’³² (1993) às vítimas das forças japonesas tratadas como ‘mulheres de conforto’. Em 1993 o primeiro ministro japonês Morihiro Hosokawa utilizou a expressão ‘guerra de agressão’ para descrever o conflito sino-japonês, o que o colocou sob forte pressão dos conservadores japoneses para que modificasse seu discurso para uma expressão mais branda, como ‘atos agressivos’. Além disso, em 1995 – ao completarem-se cinquenta anos desde o fim da guerra – o primeiro-ministro socialista Tomiichi Murayama apresentou uma resolução ao parlamento japonês que buscava fazer um pedido explícito e público de desculpas aos vizinhos pelas guerras causadas pelo Japão, visando pôr fim ao fardo histórico que se tornara tal questão (HASEGAWA & TOGO, 2008). Novamente a resistência conservadora se fez presente através de ferramentas políticas e populares, de forma a evitar que houvesse qualquer reconhecimento claro ou pedido de desculpas do governo japonês pelas agressões passadas. Devido a forte oposição conservadora, a resolução acabou diluindo a expansão japonesa como parte do contexto imperialista mundial daquela fase histórica, não contendo um pedido de desculpas, mas expressando ‘profundo remorso’ pela guerra. Metade dos então parlamentares japoneses se absteve de votar sobre a resolução de Murayama, parte por acreditar que a resolução era superficial e sem um claro pedido de desculpas, outra parte argumentava que o país já havia se desculpado e apontava que a resolução era exagerada (HE, 2009).³³ Tal evento deixou clara a ausência de um consenso sobre o passado entre a classe política japonesa. A década também seria marcada pela pressão de organizações não governamentais domésticas e internacionais demandando reparações do governo japonês às vítimas de guerra. Processos judiciais coletivos foram instaurados na justiça japonesa, exigindo pedidos oficiais de desculpas e indenizações por parte do Estado japonês. Os esforços domésticos e

³¹ Ficaram conhecidas como ‘mulheres de conforto’ as mulheres escravizadas sexualmente pelos soldados japoneses durante as invasões aos países vizinhos no período da Segunda Guerra Mundial. A assídua abordagem pelos jornais japoneses sobre as ‘mulheres de conforto’ no início da década de 1990 pode ser mais bem entendida no trabalho de Philip Seaton, 2006. (SEATON, 2006)

³² Declaração de reconhecimento e desculpas pelo sistema de ‘mulheres de conforto’, realizada em 1993 pelo então ministro das relações exteriores do Japão, Yohei Kono. Baseou-se em pesquisas feitas por um painel implementado pelo governo japonês. *Statement by the Chief Cabinet Secretary Yohei Kono on the result of the study on the issue of "comfort women"*, August 4, 1993. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/policy/women/fund/state9308.html>>.

³³ A declaração de Murayama tem servido como principal documento que expressa a postura de remorso e de desculpas pela agressão japonesa aos países vizinhos asiáticos durante as guerras. Desde 1995, todos os primeiros-ministros do Japão adotaram a linha política da declaração, que é aceita pelos vizinhos – sobretudo China e Coreia do Sul – como uma manifestação sincera de arrependimento da parte japonesa pelas agressões. Tal declaração está disponível no website do Ministério das Relações Exteriores do Japão: <<http://www.mofa.go.jp/announce/press/pm/murayama/9508.html>>.

internacionais para jogar luz sobre a história de agressão provocaram uma reação da direita revisionista, que refutava de forma convicta a natureza agressiva das guerras, acusando o governo japonês de se render à pressão externa e os historiadores progressistas de difundirem uma versão masoquista da história entre as novas gerações (BERGER, 2008; HOPPENS, 2015).

A sociedade chinesa também seria fortemente influenciada pelo nacionalismo no período. Tal movimento não seria apenas uma reação ao nacionalismo revisionista que ganhava força no Japão, mas também resultado do esforço em promover uma ideologia nacionalista como forma de aumentar a legitimidade da elite política chinesa perante um contexto de instabilidade doméstica. Os eventos de Tiananmen e a repressão governamental derrubaram o prestígio do Partido Comunista Chinês, que também foi afetada pela perda de credibilidade da ideologia comunista no âmbito doméstico e internacional. O isolamento imposto pelas potências ocidentais pós-Tiananmen intensificou a ideia da liderança de que um cerco a China poderia ser efetivado. Dessa forma, o governo buscou complementar os ideais comunistas com campanhas nacionalistas, objetivando aumentar e manter seu apoio popular (CUI, 2012). A partir de 1993, uma campanha de educação patriótica faria parte do currículo escolar chinês, enfatizando a história de resistência à agressão estrangeira como experiência coletiva de sofrimento, lutas e glórias – uma forma de lembrar os jovens das lições históricas, da invasão imperialista e da resistência do povo chinês. A invasão japonesa teria destaque na campanha, sendo apontada como o conflito mais importante na história da China moderna. Às campanhas de educação patriótica, se somaram o sentimento de confiança e autoestima gerado pelo crescimento acelerado do país, provocando a elevação do orgulho nacional. O marco de cinquenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1995, foi um momento em que a história sobre a guerra e os massacres promovidos pelo Japão ocuparam espaço importante na mídia chinesa. Tal contexto promoveu na sociedade uma ascensão do nacionalismo, que ganhou caráter anti-Japão posteriormente – embora não fosse esse o objetivo das campanhas (WANG, 2014).

No âmbito econômico, a relação continuaria a progredir substancialmente. As indústrias japonesas diversificaram seus investimentos para novas Zonas Econômicas Exclusivas, o comércio bilateral cresceu substancialmente – passando de cerca de US\$18 bilhões em 1990 para US\$100 bilhões em 2000.³⁴ O fluxo de investimentos diretos do Japão ao país vizinho saltou de US\$686 milhões em 1989 para US\$3 bilhões em 1995. Através da

³⁴ UN Comtrade Database, 2018

Assistência Oficial para o Desenvolvimento o Japão também forneceu investimentos e empréstimos substanciais para exploração e desenvolvimento de recursos energéticos na China, assim como para projetos destinados a aumentar a economia e eficiência energética e lidar com problema de poluição ambiental (HE, 2009). O Japão apoiou fortemente a adesão chinesa à Organização Mundial do Comércio, que aconteceu em 2001, como forma de aprofundar a integração do país ao sistema mundial. Da perspectiva chinesa, foi o período em que o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto, proveniente de diversos países, se intensificou. A percepção mundial sobre a China se modificou com o fim da Guerra Fria e sua ideia divisora de mundo – “capitalistas x socialistas” –, com a abertura e expressivo crescimento econômico e com a participação crescente do país na econômica mundial. O engajamento chinês à economia e ao sistema mundial, defendido pelo Japão desde a reaproximação, foi finalmente alcançado. Porém, as relações da China com o mundo fariam a importância do Japão declinar gradualmente para aquele parceiro (LAM, 2006).

Um evento importante na relação diplomática entre os dois países – e que de certa forma resume as flutuações da relação bilateral – foi a visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Japão, em 1998. Aquela se tornou uma visita importante por ser a primeira de um presidente chinês ao Japão, assim como pela assinatura da Declaração Conjunta China-Japão para a Construção de uma Parceria de Amizade e Cooperação para Paz e Desenvolvimento.³⁵ Tal Declaração é importante por ser o terceiro documento que fundamenta e reafirma os termos para uma relação bilateral positiva, precedida pela Declaração Conjunta de 1972 e pelo Tratado de Paz e Amizade de 1978. No entanto, aquela foi uma visita perturbada novamente pela questão histórica, quando Jiang Zemin esperava um pedido de desculpas explícito e oficial do governo japonês pelas agressões contra a China durante a invasão. A expectativa de Jiang não foi efetivada devido a resistência política japonesa, causando desconforto entre os círculos diplomáticos de ambos os países. A liderança chinesa buscava amenizar o desconforto gerado por aquela divergência durante a visita de Jiang com a visita do primeiro ministro chinês Zhu Rongji, em 2000, quando evitaria qualquer crítica quanto a posição japonesa sobre um pedido oficial de desculpas por parte da China. O objetivo da visita era evitar a deterioração e preservar os interesses econômicos chineses na relação com o Japão (LAM, 2006; CHENG, 2007).

³⁵ *Japan-China Joint Declaration On Building a Partnership of Friendship and Cooperation for Peace and Development*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, 26 November 1998. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/visit98/joint.html>>.

Apesar do clima positivo que permeou as relações sino-japonesas nos primeiros anos da década de 1990, começaram a surgir sinais de cautela na sociedade japonesa. Ainda que o interesse das elites políticas e empresariais japonesas fosse de que a normalização das relações com a China após Tiananmen voltassem o mais rápido possível, a repressão violenta aos manifestantes prejudicou a imagem da China junto a população japonesa. A impressão positiva que os japoneses mantinham em relação à China caiu de cerca de 70%, em 1988, para pouco mais de 50% após Tiananmen (HE, 2009). Desde então, as impressões positivas do público japonês sobre a China continuaram a declinar, com as impressões negativas ultrapassando as positivas pela primeira vez em 1996 – as pesquisas haviam se iniciado em 1978.³⁶ Outros eventos também contribuíram para que as percepções japonesas sobre a China declinassem desde então. Em 1992, a China aprovou sua lei territorial dos mares, sugerindo a possibilidade do uso da força para concretizar suas reivindicações sobre os territórios marítimos disputados com outros países, estando inclusas as ilhas Diaoyu/Senkaku, disputadas com o Japão e sob controle deste último. A atividade de navios chineses começou a aumentar no território próximo as ilhas disputadas, motivada pelo desejo da China em explorar os potenciais depósitos de petróleo e gás natural no leito marítimo, o qual a China havia colocado como parte de sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Porém, a ZEE chinesa se sobrepunha à japonesa, o que daria fôlego à disputa territorial bilateral no futuro (BUSH, 2013). No entanto, as novas direções da política externa japonesa não necessariamente indicavam que o país enxergava na China um risco iminente aos interesses nacionais. A modernização das forças armadas chinesas haviam se iniciado naquela década, portanto o país não demonstrava ameaças materiais ao Japão nem aos EUA. Tais preocupações foram impulsionadas a emergir devido às incertezas da imediata conjuntura pós-Guerra Fria, a contrastante diferença entre o ritmo de crescimento de China e Japão – o primeiro em pleno avanço, enquanto o segundo enfrentava a estagnação –, um nacionalismo crescente nos dois países, resultantes do revisionismo histórico no Japão e da educação patriótica chinesa. Ainda assim, as questões de segurança não impediram que os dois países mantivessem uma relação conciliatória, corroborada pelos ganhos da cooperação econômica bilateral. (YAHUDA, 2014)

1.4.O início do século XXI: uma relação bilateral oscilante

³⁶ A autora utiliza pesquisas de opinião realizadas pelo governo japonês às quais não tivemos acesso direto, portanto as comparações com pesquisas realizadas por outras instituições não podem ser feitas de forma adequada.

No início do século XXI as relações sino-japonesas experimentaram uma oscilação mais intensa entre aproximação e distanciamento. A parte cooperativa se deu pela criação de canais de comunicação e intensificação de suas interações diplomáticas. Um exemplo é o estabelecimento da ASEAN+3 após a crise financeira asiática de 1997, uma forma dos chefes de Estado se encontrarem anualmente. Em 1999, também no âmbito da ASEAN+3, se iniciaram conversas trilaterais entre Japão, China e Coreia do Sul sobre o projeto de criar uma estrutura de cooperação trilateral na Ásia Oriental – que posteriormente se desenvolveria para Cúpula Trilateral China-Japão-Coreia do Sul (LAM, 2006; WAN, 2016).

China e Japão também participariam em conjunto do *Six Party Talks* (2003-2009),³⁷ visando negociar a desnuclearização da Coreia do Norte. A China desempenhou um papel indispensável ao propor a formação desse grupo de negociações, em 2003, e ao manter o processo de conversas ao longo dos anos. Projetando-se como potência responsável na arena diplomática internacional, a liderança chinesa se dedicou a atuar como mediadora neutra entre EUA e Coreia do Norte. Os estrategistas chineses avaliaram que uma abordagem multilateral, sobretudo em um assunto sensível para a segurança regional, seria a melhor maneira de desempenhar um papel mais relevante na política regional e global – sobretudo para uma potência ascendente, como a China vinha sendo pintada. Para o Japão, tal iniciativa chinesa foi importante por colocar o governo japonês em contato com a Coreia do Norte, para além do programa de desenvolvimento nuclear norte-coreano, o governo japonês pôde fazer tratativas sobre a questão dos sequestros de cidadãos japoneses (OKANO-HEIJMANS, 2008; BAJORIA & XU, 2013).³⁸

Por outro lado, o início da década também foi marcado pelos desentendimentos causados durante o governo de Junichiro Koizumi (2001-2006), quando os dois países se envolveram em uma disputa diplomática. Um afastamento político entre China e Japão ocorreu pela insistência do líder japonês em visitar anualmente o santuário Yasukuni, provocando indignação e severas críticas do governo chinês, assim como protestos populares da sociedade chinesa. Koizumi, que nunca havia frequentado o santuário enquanto político, passou a fazê-lo como primeiro-ministro anualmente, mesmo sob protestos dos governos Estados vizinhos. A persistência de Koizumi tinha um motivo: a popularidade que angariou por sua postura firme ante as reprovações chinesas, que eram vistas por parte da sociedade japonesa como uma tentativa de interferência em assuntos domésticos. A insistência de

³⁷ As negociações multilaterais eram compostas por representantes da Coreia do Norte, Coreia do Sul, China, Japão, Rússia e EUA.

³⁸ Para maiores detalhes sobre a diferente atuação de China e Japão no contexto do *Six Party Talks*, consultar (OKANO-HEIJMANS, 2008)

Koizumi em manter as visitas anuais resultou em um ‘congelamento’ da relação diplomática entre China e Japão durante seu mandato, impedindo a possibilidade de se construir uma agenda política positiva entre os dois Estados – algo que teve que esperar até 2006. Além disso, seria um período de maior aproximação militar entre EUA e Japão, com mudanças na política de segurança do país no contexto da ‘guerra ao terror’ promovida pelos norte-americanos (MOCHIZUKI, 2006; FAURE, 2010).

Nesse contexto de afastamento diplomático, a campanha japonesa para a reforma do Conselho de Segurança da ONU ganharia notoriedade – recomendada pelo então Secretário Geral Kofi Annan, em 2005 –, com o Japão sendo um dos maiores promotores e candidato a um assento permanente no Conselho.³⁹ O contexto diplomático negativo entre os dois países já havia mostrado seus efeitos em 2004, quando protestos anti-Japão marcaram a final da Copa Asiática de futebol, realizada na China e disputada justamente entre os dois países.⁴⁰ A campanha japonesa para reforma do Conselho de Segurança da ONU só faria crescer os protestos de conteúdo antijaponês no país.⁴¹ Como podemos ver no Gráfico 1 (na Introdução ao trabalho) sobre a impressão mútua entre dois países, aquele foi um dos momentos em que a percepção negativa sobre o Japão entre o povo chinês foi mais intensa. De forma contrastante à política diplomática bilateral, que ficaram tensas e suspensas no governo de Junichiro Koizumi, os laços econômicos entre os dois países se fortaleceram. Aquele foi o período chamado de ‘*hot economics, cold politics*’ (LAM, 2017).

O fim de mandato de Koizumi e a eleição de Shinzo Abe (2006) ocasionou uma melhora temporária nas relações e impressões mútuas. Acreditava-se que a melhora das relações com a China – compromisso que Abe havia assumido durante a campanha e posse – finalmente seria concretizada.⁴² Shinzo Abe decidira fazer sua primeira viagem internacional à China, ainda em 2006 – uma quebra na tradição de se viajar primeiro aos EUA. Essa visita resultaria no compromisso comum entre os dois governos em se esforçarem para construir uma relação mutuamente benéfica, baseada em interesses estratégicos comuns.⁴³ A liderança chinesa apreciou o sinal de aproximação de Abe, e o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao

³⁹ *G4 Nations Bid for Permanent Security Council Seat*, Deutsche Welle, September 2004. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/g4-nations-bid-for-permanent-security-council-seat/a-1335522>>.

⁴⁰ *Chinese riot after Japan victory*, BBC News, August 2004. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/3541380.stm>>.

⁴¹ *Thousands join anti-Japan protest*, BBC News, April 2005. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/4450975.stm>>.

⁴² O discurso de posse (2006) de Shinzo Abe pode ser acessado em: <http://www.kantei.go.jp/foreign/abespeech/2006/09/29speech_e.html>.

⁴³ *China and Japan Issue Joint Press Communiqué*, Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, October 2018. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t276184.shtml>.

classificou a visita de Shinzo Abe como uma *icebreaking trip*, após os anos de afastamento entre os dois governos. A visita do premiê japonês foi respondida com a viagem de Wen Jiabao ao Japão em 2007, no que este chamou de *ice-melting trip*. Apesar da abrupta renúncia de Abe em 2007, seu sucessor deu continuidade na busca por aproximação com a China. Yasuo Fukuda deu prosseguimento às conversações iniciadas na viagem de Shinzo Abe, recebendo o presidente chinês Hu Jintao em 2008, no que foi classificada pelo governo chinês como *warm spring trip* – a forma como a liderança chinesa classificava as viagens nos dá uma dimensão da confiança e otimismo que se tinha pela melhora da relação bilateral (TAKEUCHI, 2014). Durante a visita de Hu Jintao, se lançou a declaração conjunta “*Japan and China: Building a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests*”.⁴⁴ No documento, as duas nações se reconheceram como potências globais responsáveis pela garantia da paz e prosperidade em sua região, Ásia-Pacífico, e globalmente. Naquele momento os dois governos também concordaram em institucionalizar a troca periódica de visitas de líderes e funcionários de alto nível em vários campos, incluindo segurança, como medidas de fortalecimento da confiança. A visita de Hu também foi importante, pois, pela primeira vez a China avaliou oficialmente como positiva a conduta japonesa no pós-guerra, reconhecendo a busca consistente do Japão para trilhar um caminho pacífico e sua contribuição para a paz e a estabilidade mundial⁴⁵ (TEUFEL, 2016; YAHUDA, 2014).

Também em 2008 China e Japão chegaram a um acordo de cooperação entre os dois governos no tocante às disputas fronteiriças no Mar da China Oriental.⁴⁶ Os dois países concordaram em desenvolver a exploração de gás e petróleo, de forma conjunta e igualitária, em uma região entre as suas plataformas continentais – em uma área de disputas por fronteiras marítimas. O acordo permitia, inclusive, que empresas japonesas pudessem explorar o campo de recursos no território chinês. Embora não solucionasse o problema da disputa territorial, o acordo era uma oportunidade de reduzir de forma significativa a tensão bilateral. Naquele momento, ainda que as disputas históricas ainda estivessem abertas, os dois países demonstraram vontade política de melhorar e fortalecer suas relações, assim como cooperar para a estabilidade e desenvolvimento regional. Porém, a crise diplomática de 2010,

⁴⁴ *Japan and China: Building a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, May 2008. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>>.

⁴⁵ Ibid.

⁴⁶ *Cooperation between Japan and China in the East China Sea*, Japan-China Joint Press Statement, Ministry of Foreign Affairs of Japan, June 2008. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000091726.pdf>>.

relacionada às ilhas Diaoyu/Senkaku, interrompeu os diálogos e encerraram os planos de cooperação conjunta na região disputada (ENG, 2017).

Em 2009 a expectativa de que houvesse uma melhora na relação sino-japonesa ganhou impulso maior com a chegada ao poder de Yukio Hatoyama no Japão, pelo Partido Democrata do Japão (PDJ) – o partido de oposição ao conservador PLD. A vitória de Hatoyama criava boas perspectivas não apenas por ser da oposição, mas pelo pensamento do novo primeiro-ministro, expressado em seu ensaio *My Political Philosophy*.⁴⁷ No ensaio, Hatoyama fez críticas aos rumos que a política japonesa havia tomado nas últimas décadas, olhando demais para o Ocidente. O novo primeiro-ministro defendia que o Japão se voltasse com ênfase para a Ásia, continente a qual pertence. Evidenciou e destacou o papel que a integração regional teria para o futuro da região e como o seu país poderia ser beneficiado. Duas ideias eram fundamentais para Hatoyama: a criação de uma Comunidade da Ásia Oriental, como forma de integração regional; assim como uma relação mais igualitária entre Japão e EUA. Tal pensamento foi expresso pelo primeiro-ministro em uma reunião trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul.⁴⁸ Essa postura pró-China do primeiro ministro japonês gerou uma atividade intensa entre a liderança política de ambos os países, entre elas a visita do então vice-presidente chinês Xi Jinping ao Japão.⁴⁹ No entanto, Hatoyama não conseguiu se manter no poder devido a queda de sua popularidade – por não cumprir promessas de campanha⁵⁰ – e renunciaria em 2010. Após a renúncia de Hatoyama, os governos de Naoto Kan (2010-2011) e Yoshihiko Noda (2011-2012) voltariam a convencional tradição da diplomacia japonesa, fortalecer a aliança com os EUA, enquanto buscavam promover as relações com a China (YAHUDA, 2014).

Ainda assim, a melhora considerável das relações diplomáticas bilaterais não dissiparam as desconfianças políticas entre os dois países. Nesse período, o Japão permaneceu com a sua habitual crítica a falta de transparência dos gastos militares chineses, assim como se preocupava com as alterações estratégicas navais da China, que expandia suas atividades

⁴⁷ *My Political Philosophy*, by Yukio Hatoyama. The Wallstreet Journal, September 2009. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/SB125198761369983445>>.

⁴⁸ *Japan-China-ROK Trilateral Summit Meeting*, Cabinet Public Relations Office, Cabinet Secretariat, October 2009. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/hatoyama/actions/200910/10summit_e.html>.

⁴⁹ *Chinese VP meets Japanese Emperor, political party chiefs*, Global Times, December 2009. Disponível em: <<http://www.globaltimes.cn/content/492313.shtml>>.

⁵⁰ Yukio Hatoyama prometera durante sua campanha retirar a base militar norte-americana de Futenma, em Okinawa. Os projetos de política externa pró-Ásia do novo governante japonês já haviam causado desconforto em Washington. A convicção do primeiro-ministro japonês sobre a remoção de Futenma desagradou ainda mais os aliados norte-americanos, que não aceitavam a proposta do governo japonês, ocasionando um distanciamento entre Hatoyama e Barack Obama. O fracasso quanto a essa promessa derrubou a popularidade de Hatoyama, o levando a renúncia (ZAKOWSKI, BOCHORODYCZ, & SOCHA, 2018).

marítimas visando proteger seus interesses para além de suas águas territoriais. O lado japonês também buscava ativamente criar vínculos de segurança com outros Estados da região, como Austrália e Índia, de forma a cooperar em áreas como contraterrorismo e segurança marítima. Tais vínculos se baseavam na “diplomacia orientada para o valor”, que buscava fortalecer os laços entre estados democráticos em todo o mundo (HE, 2017).

No âmbito de segurança, o orçamento de defesa da China ultrapassou o do Japão em 2004, continuando a aumentar nos anos seguintes. Quanto ao Japão, este se concentrou no aprimoramento da cooperação de segurança com os EUA naquela década. Naquele contexto, as preocupações militares norte-americanas estavam concentradas nas operações de combate ao terrorismo, iniciadas a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Nesse contexto, o Japão promoveu mudanças na sua política de defesa, buscando reestruturá-la para responder de maneira eficaz às ameaças como o terrorismo internacional – mudanças que proporcionaram o envio de tropas das Forças de Autodefesa Japonesas como apoio logístico aos norte-americanos no Oriente Médio. É importante mencionar que, em 2005, o Japão citou pela primeira vez sua preocupação com a expansão das atividades marítimas da China, assim como a preocupação com a modernização das forças nucleares, navais e aéreas chinesas (HOPPENS, 2015).

A relação diplomática entre os dois países passou por outra deterioração aguda a partir de 2010. Dessa vez os atritos se deram por questões da disputa territorial entre os dois países pelo arquipélago Diaoyu/Senkaku. Em setembro de 2010, a colisão de uma embarcação pesqueira chinesa com embarcações da guarda costeira japonesa, próximo as ilhas disputadas, provocou fortes reações de ambos os lados. Os marinheiros chineses foram detidos pelas autoridades japonesas, o que gerou uma série de protestos anti-Japão na China. O capitão da embarcação chinesa foi detido durante dezessete dias, o que gerou uma escalada de desentendimentos diplomáticos entre os dois governos – o caso só foi amenizado com a libertação do capitão da embarcação chinesa. Embora o incidente tenha deteriorado as relações bilaterais sino-japonesas, os canais de comunicação entre os dois Estados permaneceram abertos, ainda que de forma restrita, como ilustra a reunião de cúpula entre o primeiro-ministro Naoto Kan e o presidente Hu Jintao no Encontro Ásia-Europa (*Asia-Europe Meeting*, ASEM) em 2010, logo após o incidente (KAWASHIMA, 2013; DRIFTE, 2014).

Porém, a relação diplomática foi duramente afetada em 2012, um novo episódio da disputa se deu com a nacionalização do arquipélago pelo governo central japonês, que visava evitar a compra das ilhas pelo então governador de Tóquio, Shintaro Ishihara. O governador

de Tóquio planejava construir várias instalações nas ilhas disputadas, o que seria considerado pela China como uma consolidação do controle efetivo japonês sobre o arquipélago (ENG, 2017). O governo central japonês tinha conhecimento de que tal ato alimentaria as tensões entre os dois países, portanto, o governo Noda considerou que nacionalizar as ilhas seria a melhor forma para manter o status quo da questão. Porém, a decisão não foi bem recebida em Pequim, o governo chinês protestou contra qualquer ação japonesa, alegando que as ilhas são parte do território chinês desde os tempos imperiais, classificando o ato como um “movimento que viola grosseiramente a soberania territorial da China e menospreza seriamente fatos históricos e a jurisprudência internacional”.⁵¹ Tais acontecimentos abriram a fase de afastamento diplomático mais agudo entre os dois países desde a normalização das relações, afastando as suas lideranças por cerca de dois anos. A diminuição de canais de comunicação entre os dois países, somado ao aumento das tensões políticas e militares no Mar da China Oriental, aumentaram as percepções de ameaças mútuas e o sentimento público negativo em relação ao outro em ambos os países, como se pode ver no Gráfico 1 (HE, 2017).

Por conta da nacionalização das ilhas, uma onda de protestos antijaponeses se espalhou pela China⁵². As manifestações, inicialmente pacíficas, acompanharam a escalada da tensão entre os dois governos e se transformaram em violentos protestos. A violência passou a ser demonstrada em casos de vandalismo contra empresas de origem japonesa, contra a Embaixada do Japão em Pequim e em atos de agressão a cidadãos japoneses residentes no país. Tais manifestações, no início toleradas pelo governo chinês, ao explodirem em violência passaram a preocupar o Estado. A partir de então – mesmo reconhecendo que as manifestações fossem uma reação natural da população aos atos do governo japonês – o governo central passou a orientar os manifestantes a agir de maneira racional e dentro da lei ao expressar seu patriotismo, condenando depredações, saques e violência. O governo central e a mídia oficial passaram a divulgar campanhas de “patriotismo racional”, afirmando que era necessária sabedoria na expressão do patriotismo, e que esta não deveria acontecer ao custo de perturbar a ordem social doméstica.⁵³ O governo chinês passou a tomar medidas para conter excessos e disseminação da violência, como controle de mídias sociais e programações de TV, campanha interna para que membros do governo e do Partido Comunista Chinês não

⁵¹ *Diaoyu Dao: An Inherent Territory of China*. State Council Information Office of the People's Republic of China. Beijing, 2012. Disponível em <http://www.gov.cn/english/official/2012-09/25/content_2232763.htm>.

⁵² *Anti-Japan Protests Spread across China*. Financial Times, September 2012. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/85f4f7a2-0138-11e2-99d3-00144feabdc0.html#axzz3oI1WeE4>>.

⁵³ *Wisdom Needed in the Expression of Patriotism*. China Daily, September 2012. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2012-09/16/content_15761165.htm>.

incentivassem os protestos e passou a dar publicidade aos julgamentos e condenações de perpetradores de violência – o caso mais sério resultando em uma condenação de dez anos de prisão. Tais medidas refletiam o desejo do governo em evitar explosões de violência descontrolada (EKMAN & PAJON, 2015). É importante mencionar que tais manifestações não se deram simplesmente pela questão territorial em si, mas esta foi o fator aglutinador para tais protestos. A partir da década de 1990, o nacionalismo seria fortemente disseminado pela sociedade chinesa através das campanhas de educação patriótica e do discurso de ‘humilhação nacional’, em que as narrativas sobre a invasão japonesa tinham papel primordial – como veremos mais adiante. Todo o sentimento negativo nutrido contra o Japão nas décadas anteriores encontrara uma válvula de escape (WANG, 2014).

Ao final de 2012, outra troca de liderança aconteceu no Japão, em meio a críticas e crises domésticas, Yoshihiko Noda abdicou ao cargo de premiê e as eleições levaram Shinzo Abe novamente à condição de primeiro-ministro. No entanto, o início da nova gestão de Abe não seria positivo como fora o anterior. As posturas de político nacionalista passaram a prevalecer em seu governo, e o primeiro-ministro – defensor das visitas à Yasukuni e reconhecidamente um político nacionalista – realizou sua primeira visita ao santuário no cargo de líder do país em 2013⁵⁴ – em meio ao afastamento diplomático que ainda permanecia entre Japão e China desde 2012. Por meio do website oficial de seu gabinete, Abe justificou a visita como forma de prestar seu respeito e rezar pelas almas dos que lutaram e sacrificaram suas vidas pelo país. Argumentou que a atual paz e prosperidade desfrutadas pelos japoneses não foram criadas apenas pelos que vivem hoje, mas também pelos sacrifícios dos que pereceram nos campos de batalha pela felicidade de suas famílias. E refletindo sobre tais sacrifícios, foi prestar sua homenagem e gratidão, além de renovar sua determinação em defender o compromisso – perante as almas dos mortos em guerra – de que o Japão continuará a trilhar o caminho da paz, não empreendendo em guerras novamente. Segundo a declaração, o premiê também visitou o santuário Chinreisha – um memorial em homenagem as almas de todas as pessoas que perderam suas vidas na guerra, independente de nacionalidades, e que não estão consagradas no Santuário de Yasukuni. Ciente da repercussão negativa que a visita ao santuário desencadearia, Shinzo Abe endereçou parte da declaração às nações vizinhas asiáticas, lamentando o caráter político que as visitas ao Santuário tomaram e declarando que não é sua intenção ferir os sentimentos de chineses e coreanos, pedindo sua compreensão (JAPÃO, 2013).

⁵⁴ Yasukuni não era visitado por um primeiro-ministro em exercício desde 2006, último ano de governo de Junichiro Koizumi.

O governo chinês condenou a visita do premiê japonês ao santuário, classificando-a como um “ato perverso” de desrespeito ao povo chinês e aos demais povos que sofreram com a agressão militarista e o domínio colonial japonês. Alegou que o Santuário de Yasukuni “é uma ferramenta e símbolo espiritual do militarismo japonês em sua guerra de agressão”, e que a visita representa uma tentativa de encobrir tal passado, desafiando o julgamento da comunidade internacional e o resultado da Segunda Guerra Mundial. Lembra ainda que a relação bilateral passa por contínuas e graves dificuldades devido à disputa territorial e a incitada histeria da “ameaça chinesa” nas questões de segurança regional. Portanto, o líder japonês mais uma vez criara um incidente sério sobre as questões históricas, erigindo uma nova barreira para a melhora da relação bilateral, e que o lado japonês deveria arcar com a responsabilidade pelas consequências daí decorrentes (CHINA, 2013).

A visita de Abe à Yasukuni também recebeu uma crítica incomum do governo dos EUA, por meio de um comunicado da embaixada norte-americana em Tóquio, manifestando que os Estados Unidos se decepcionaram com a liderança do Japão, que tomara uma ação que exacerbaria as tensões com os países vizinhos do arquipélago. Segundo relatório do *Congressional Research Service* ao Congresso norte-americano, tal crítica se deu pelo fato de que as visitas ao santuário haviam sido desencorajadas em privado por autoridades dos EUA. O documento também relata que Shinzo Abe é conhecido por sua retórica nacionalista e por sua posição revisionista sobre a história japonesa, apontando que seu governo é predominantemente formado por políticos reconhecidamente nacionalistas e ultranacionalistas, alguns defendendo as ações do império japonês (EUA, 2015). Durante seu primeiro mandato como primeiro-ministro (2007), a histórica postura de Shinzo Abe negando a prática de abusos sexuais durante as invasões – a questão das ‘mulheres de conforto’ – já levava o Congresso norte-americano a emitir uma resolução afirmando que o Japão deveria reconhecer, se desculpar e aceitar a responsabilidade histórica pela escravização sexual cometida pelas Forças Armadas Imperiais (EUA, 2007).

Após os dois anos de maior tensão entre os dois países, a necessidade da reaproximação parece ter levado a duas reuniões entre Shinzo Abe e Xi Jinping, ambas a margem de encontros multilaterais e a pedido da parte japonesa. A primeira em Pequim, durante a cúpula de líderes do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (*Asia-Pacific Economic Cooperation*, APEC), em novembro de 2014; sendo a segunda reunião realizada em Jakarta, a margem da comemoração do 60º aniversário da Conferência Ásia-África, em abril de 2015. Tais reuniões, ainda que breves, buscaram estabelecer meios para que a tensão

entre as duas nações diminuíssem e melhorassem gradualmente. Como resultado, os líderes concordaram em estabelecer um mecanismo de gerenciamento de crises, visando evitar a emergência de situações de tensão no Mar da China Oriental, onde reconheceram que possuem visões diferentes sobre as condições da área disputada⁵⁵. A busca pela reaproximação também levou à retomada do Diálogo de Segurança Japão-China⁵⁶ e das discussões sobre a criação de uma área de livre-comércio entre China, Coreia do Sul e Japão⁵⁷.

Embora os dois governos reconheçam que a relação bilateral seja fortemente influenciada pelas questões históricas e pela ‘emoção’, no momento parecem reconhecer a importância em fazer movimentos pragmáticos. Ainda que a reconciliação sobre as questões históricas seja importante, os líderes das duas nações estão se empenhando na prevenção de conflitos e restaurando canais de comunicação, visando evitar que as relações diplomáticas voltem ao patamar do período 2012-2014. A importância da interdependência econômica erigida entre os dois países provavelmente está sendo levada em conta, uma vez que a China é um importante local para a indústria japonesa, assim como os empregos e a renda gerada pelas empresas japonesas é de extrema importância para a população chinesa. Como importantes parceiros econômicos, os dois países têm interesse em evitar que os atritos diplomáticos possam desencadear uma crise na relação econômica. Além disso, os projetos dos atuais governos dependem, em grande medida, das suas relações exteriores. A revitalização da economia japonesa no curto e médio prazo não será possível sem a manutenção das importantes relações econômicas com a China. Por outro lado, a escalada de um conflito com o Japão pode comprometer o crescimento econômico almejado pelo governo chinês, assim como prejudicar sua estratégia de ascensão pacífica e harmoniosa com o restante do globo.

⁵⁵ *Regarding Discussions toward Improving Japan-China Relations*, Nov. 7, 2014. Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000150.html>.

⁵⁶ *13th Japan-China Security Dialogue*, March 20, 2015. Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/page3e_000315.html>.

⁵⁷ *Japan-China-Republic of Korea Free Trade Agreement*, Sept. 18, 2015. Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/ecm/ep/page23e_000337.html>.

CAPÍTULO 2. A MEMÓRIA IMPORTA: A MEMÓRIA HISTÓRICA DIVERGENTE ENTRE CHINA E JAPÃO

Vários autores apontam para a existência de um ‘problema da história/memória’ no nordeste asiático⁵⁸, argumentando que há um excesso de memória negativa na região, carregada de traumas duradouros, que impedem que as nações da região consigam trabalhar em conjunto para resolver problemas do presente ou avançar para uma cooperação mais profunda. Ao contrário disso, os debates sobre os eventos históricos traumáticos que as envolvem atormentam tanto a política doméstica, quanto as relações interestatais. Esse ‘problema’ se tornou tema significativo de debate intelectual e político, sobretudo entre China e Japão. Para além de uma divergência exclusivamente historiográfica, esse problema acabou se tornando uma ferramenta política que muitos autores chamam de ‘carta histórica’ – uma forma de recorrer ao passado nas relações internacionais (KIM, 2016; HASEGAWA & TOGO, 2008; KIM & SCHWARTZ, 2010; QIU J. , 2006).

Nota-se que o Japão tem papel importante na memória histórica traumática das nações vizinhas. Na China, as memórias estão majoritariamente ligadas a Guerra de Resistência contra o Japão (1931-1945), considerada pelos chineses o período mais sombrio e devastador da história recente chinesa (WANG, 2014). Os japoneses chegaram a ocupar quase metade do território chinês, e a prolongada ocupação e violência propagada pelas tropas imperiais japonesas levaram à população chinesa tremendas perdas materiais e humanas. Milhares de cidades e vilas foram destruídas, mais de quinze milhões de chineses foram mortos, entre sessenta e noventa milhões se tornaram refugiados e outros milhões foram feridos, capturados e submetidos a trabalhos forçados e escravidão sexual (GAO, 2016).

As memórias traumáticas advindas e perduráveis da invasão à China é um dos principais problemas na relação diplomática bilateral. Existe um consenso no meio acadêmico sobre a violência perpetrada pelos japoneses durante o período de ocupação de territórios invadidos, os maus tratos e assassinatos em massa de civis e prisioneiros de guerra (LI, 2003; LARY, 2010). As tropas japonesas, segundo Rui Gao (2016), adotaram na China a prática de ‘aterrorização nacional’, com o intuito de apavorar o povo chinês e provocar uma paralisia horrorizada, que os levasse a desistir da resistência contra o invasor.⁵⁹ Para as tropas

⁵⁸ Quando citamos nordeste asiático ou Ásia Oriental, entendemos como a região que abrange China, Coreia do Sul, Coreia do Norte e Japão.

⁵⁹ No documentário *Japanese Devils*, os crimes de guerra e a desumanização do inimigo podem ser verificados em séries de entrevistas com antigos soldados japoneses, onde afirmam que os chineses não eram considerados como humanos pelas tropas imperiais japonesas (JAPANESE DEVILS, 2001)

japonesas, tal paralisia tornaria o povo chinês complacente e obediente à ocupação. A estratégia japonesa resultou em uma invasão de extrema violência, baseada na campanha “queimar tudo, matar todos e saquear tudo”⁶⁰, deixando cicatrizes profundas na memória do povo chinês (GAO, 2016; XU & SPILLMAN, 2010). Um dos casos emblemáticos dessas atrocidades foi o Massacre de Nanquim (1937-1938)⁶¹, em que se calcula que o exército japonês tenha executado entre duzentos e trezentos mil pessoas, mas este é apenas o mais lembrado (CHANG, 2011; LI, 2000). Experimentos médicos, fabricação de armas químicas e biológicas, infecção proposital de indivíduos para experiências biológicas, contaminação de rios e vilas com material bacteriológico e vivissecção, estas são apenas algumas das experiências realizadas pelos japoneses na secreta Unidade 731 (WILLIAMS & WALLACE, 1989; TSUNEISHI, 2005).⁶² A submissão forçada de dois milhões de mulheres chinesas como escravas sexuais pelas tropas imperiais japonesas – as ‘mulheres de conforto’, como ficaram conhecidas; somente em Nanquim calcula-se que os japoneses estupraram de vinte a oitenta mil mulheres chinesas, levando muitas a morte por ferimentos relacionados à violência sexual, ao suicídio ou a danos psicológicos graves (YOSHIMI & O’BRIEN, 2000; QIU, SU, & CHEN, 2014; CHANG, 2011)⁶³.

Atualmente, a memória da invasão e resistência chinesa é lembrada através dos contornos oficiais dados a ela. Poucos testemunhos e memórias individuais ganharam repercussão no pós-guerra, tendo as experiências vividas pela população se concentrando nos círculos familiares e sociais. Passado mais de sete décadas do encerramento da Segunda Guerra Sino-Japonesa, quatro décadas desde a normalização das relações e assinatura do “Tratado de Paz e Amizade entre Japão e República Popular da China de 1978”⁶⁴, podemos nos perguntar: por quais motivos esse é um problema não resolvido entre as duas nações? A resposta está no contexto e forma como a relação entre os dois Estados foi normalizada e nas narrativas históricas desenvolvidas domesticamente em cada nação. Conforme vimos no

⁶⁰ O próprio ex-primeiro ministro chinês Wen Jiabao, durante uma visita a Universidade de Harvard em 2003, contou sobre sua experiência pessoal durante a invasão japonesa, relatando como sua cidade natal foi invadida e queimada pelos soldados japoneses (WANG, 2014).

⁶¹ O massacre em Nanquim já foi tema de diversas obras cinematográficas, como *Nanking*, de Bill Guttentag e Dan Sturman (2007); *City of Life and Death*, de Lu Chuan (2009); *The Flowers of War*, de Zhang Yimou (2011).

⁶² No documentário *Unit 731: Elite Doctors and Human Experimentation*, produzido pela NHK – organização pública de radiodifusão do Japão –, relata-se a cooperação entre pesquisadores e universidades japonesas daquele período nas experiências humanas promovidas na Unidade 731 (UNIT 731, 2018).

⁶³ As violações sexuais de mulheres chinesas pelas tropas japonesas, as chamadas ‘mulheres de conforto’, é tema de dois documentários que contam com depoimentos de chinesas escravizadas e estupradas por soldados: *Twenty Two*, com direção de Guo Ke (TWENTY TWO, 2017); e *The Apology*, dirigido por Tiffany Hsiung (THE APOLOGY, 2016).

⁶⁴ *Treaty of Peace and Friendship Between Japan and the People's Republic of China*. Disponível no site do Ministry of Foreign Affairs of Japan: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/treaty78.html>>.

capítulo anterior, as condições internacionais positivas e uma convergência sobre não tocar nas narrativas históricas foram essenciais para a reaproximação em 1972. Posteriormente se descobriu que ignorar as diferenças historiográficas entre os dois países foi uma forma de abrir caminho para seus objetivos estratégicos imediatos, mas não estabeleceu uma reconciliação profunda entre os dois povos. Cada Estado buscou moldar a história e a memória histórica segundo sua própria percepção. Eis um dos pontos entre os dois povos no qual identificamos um antagonismo que só fez crescer desde o retorno das relações diplomáticas: as disputas no domínio da memória.

2.1. *O domínio da memória*

Para Jan Assman (1990), a “história pode ser definida como a fusão de ação e memória”. Origina-se a partir da formação de esferas estruturadas para ação do sujeito histórico, assim como pela cristalização de significados e eventos importantes, que devem ser memorizados e posteriormente fixados na memória de uma sociedade. Esse segundo âmbito da história pode ser estruturalmente alterado conforme a quem estão sujeitos às formas, funções, instituições e órgãos de memória. Esta característica permite que a história seja escrita e vivenciada de formas diferentes, dependendo das distintas estruturas socioculturais de ação e lembrança de uma sociedade – e.g., em uma guerra as partes conflitantes vivenciarão e lembrarão histórias distintas, mas de um mesmo evento, devido àquelas estruturas particulares (ASSMANN, 1990). Dentro da importância histórica essencial para as pesquisas em Relações Internacionais, aqui nos limitamos a refletir sobre questões relacionadas a formação e utilização da consciência histórica quanto a relação entre China e Japão. Tomamos emprestada a descrição de Zheng Wang para consciência histórica, que a define como “a área na qual a memória coletiva, a escrita da história e outros modos de moldar as imagens do passado fundem-se na mente do público” (WANG, 2014, p. 17).

É necessário esclarecer a delineação que pode ser feita entre história e memória, e aqui é importante fazê-la. A história é essencialmente a reconstrução do passado a partir de uma distância crítica, o ofício tradicional de buscar estabelecer os fatos *per se* – com verificação a partir de métodos científicos, eventos e figuras importantes nos determinados contextos pesquisados (SALOMON, 1993). A memória coletiva⁶⁵ é formada por lembranças e representações que um grupo específico de indivíduos compartilha sobre eventos históricos passados (WANG, 2014). Sendo assim, quando trabalhamos com o termo ‘memória histórica’

⁶⁵ Tal conceito pode ser expresso de distintas formas, de acordo com autor ou abordagem teórica, como ‘memória coletiva’, ‘memória histórica’, ‘memória social’, ‘políticas da memória’.

não estamos nos referindo ao que realmente aconteceu, mas sim ao entendimento da história que determinada sociedade possui. Essas memórias coletivas geralmente são imaginadas ou construídas, não sendo propriamente fiéis aos fatos e eventos históricos reais.

Grupos e nações constroem e se identificam com narrativas históricas particulares sobre períodos e acontecimentos históricos. Maurice Halbwachs define memória coletiva como aquela compartilhada por uma sociedade, através da qual os indivíduos podem recordar e reviver acontecimentos importantes. Intrinsecamente ligada às experiências particulares de determinado grupo, é resultado das experiências coletivas passadas, criadora de uma memória e identidade compartilhadas – cada grupo possui sua própria memória coletiva, que difere da memória de outros grupos. É um conjunto de lembranças, conscientes ou não, de experiências vividas e/ou mitificadas por uma comunidade viva, da qual o sentimento do passado é parte integrante da identidade (HALBWACHS, 1992).

Tal memória é elemento fundamental para as identidades nacionais e são frequentemente remodeladas em relação ao momento político histórico atual. Para Halbwachs, as construções sociais da memória são afetadas pelas necessidades do presente, sendo moldadas por conveniências e entendimentos atuais. Com o intuito de explicar o presente, geralmente as lideranças de um grupo reconstroem o entendimento do passado, escolhendo quais eventos devem ser lembrados ou esquecidos – reorganizando a narrativa histórica do grupo. Memórias históricas são construções de fatos, mitos e interpretações e podem influenciar de forma significativa a política de maneiras perceptíveis e subjetivas (HALBWACHS, 1992).

A memória histórica possui uma relação *sui generis* com as instituições políticas, pois não está completamente sob domínio institucional, como usualmente compreendido. É a dimensão convencionalmente menos institucionalizada da política, sendo constituída por símbolos, locais históricos, expressada através de representações, testemunhos, materiais audiovisuais e midiáticos, opinião pública e discursos políticos. O Estado sempre se preocupou em desenvolver uma memória coletiva que estabeleça unidade, continuidade, estabilidade e propósitos. Com esse intuito, expressam essa memória e identidade coletiva através de datas nacionais comemorativas, retórica política oficial e versões oficiais da história através de livros didáticos (APPLE & CHRISTIAN-SMITH, 1991; BADIE, BERG-SCHLOSSER, & MORLINO, 2011). Portanto, as representações da memória coletiva podem se tornar uma ferramenta daqueles que estão no poder. É uma memória com uma função de consolidação social, do tipo atemporal, passada e modificada através das gerações. Portanto, a

memória coletiva não só determina o que uma sociedade deve se lembrar, mas também como lembrar e compreender os acontecimentos importantes vivenciados por tal grupo (HALBWACHS, 1992)⁶⁶.

A memória coletiva de um grupo também é influenciada pelas experiências traumáticas pelas quais um grupo passa. Jenny Edkins define como evento traumático aquele em que o grupo se envolve com extrema força física e violência, um contexto no qual o grupo se sente submetido a uma situação hedionda, que deixa marcas permanentes na consciência coletiva. A sociedade traumatizada enxerga, na atitude do agressor, uma tentativa de/ou destruição de sua ordem social, juntamente com os significados que tal ordem proporcionava à vida de seus indivíduos. Essas experiências tendem a assombrar de forma duradoura a memória das vítimas, de forma que o sentimento de sofrimento continue se repetindo no decorrer do tempo, trazendo o passado para o presente. Como toda memória coletiva, esta também é passível de sofrer uma explicação interpretativa socialmente mediada. O ato de relembrar os eventos traumáticos é uma experiência intensamente política, pois evoca comemorações e locais de memória – práticas compartilhadas de memória coletiva – que moldam e perpetuam a memória coletiva, que por sua vez afeta a construção de identidades e interesses nacionais, assim como pode refletir em comportamentos da política externa. Sendo assim, memórias de eventos traumáticos – e.g., guerras, genocídios, terrorismo – podem servir aos Estados através de datas comemorativas e locais de memória, com o intuito de coisificar ou reforçar a ideia de nação – seja para os traumatizados ou para os perpetradores dos traumas (EDKINS, 2003).

É a preservação e utilização dessa memória histórica traumática que nos interessa aqui. Não na discussão sobre aquele conceito, mas nos efeitos dessa memória e história no caso específico da relação entre China e Japão. Uma sombra das memórias passadas ainda paira sobre a Ásia Oriental, influenciando de maneira considerável no ressurgimento dos nacionalismos naquela região. Desde meados do século XIX, o Leste Asiático foi campo de uma série de agitações domésticas e conflitos interestatais que ficaram marcados na memória histórica de seus povos. Na China, em especial, pode-se dizer que a Primeira Guerra do Ópio (1839-1842) foi o marco inaugural de um período conturbado na relação com as potências imperialistas, que impuseram à China o que ficou conhecido como ‘século da humilhação’. Os chineses se viram diante de uma série de conflitos externos, como as duas Guerras do Ópio

⁶⁶ É importante salientar que na obra de Maurice Halbwachs o autor diferencia ‘memória histórica’ de ‘memória coletiva’, classificando a primeira como o trabalho dos historiadores em buscar uma verdade objetiva. Quando utilizamos aqui o termo ‘memória histórica’, leia-se com o significado de memória coletiva e não o utilizado por Halbwachs.

(1839-1942/1856-1860), os conflitos contra a Rússia (1858), França (1884-1885), Japão (1894-1895) e Alemanha (1898). A esses embates seguiram-se as imposições estrangeiras, com os Tratados Desiguais e concessões territoriais e comerciais forçadas.⁶⁷ Aos conflitos externos, somaram-se as rebeliões domésticas – como a Taiping (1851-1864), Nian (1851-1868), Panthay (1856-1873) e Boxers (1900-1901) (POMAR, 2003; WANG, 2014).

A primeira metade de século XX seria penosa para o povo chinês não apenas pela invasão e ocupação japonesa, mas também pelas convulsões políticas domésticas oriundas do processo de construção do Estado nacional. As tentativas tardias e insuficientes de reformas, promovidas pelo poder imperial, e o fim da combalida dinastia Qing; a fundação da frágil República da China em 1912 e tentativas de restauração do poder imperial; o período de conflitos entre novos ‘senhores da guerra’ (1916-1927); a disputa pelo poder entre nacionalistas do Kuomintang e comunistas do Partido Comunista Chinês (1927-1949). Somados às agressões externas, todos seriam fatores que comprometeriam a estabilidade doméstica e a unidade nacional (HSU, 2000).

No entanto, a Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) foi a derrota mais humilhante para o povo chinês durante o século de humilhação, não apenas pelas perdas humanas e materiais, mas pelo simbolismo representado na derrota. O fim da guerra, com o Tratado de Shimonoseki (1895),⁶⁸ não só mudou a relação de igualdade que havia entre China e Japão, mas estabeleceu uma superioridade japonesa – consolidou a influência japonesa sobre a Coreia; o pagamento de indenizações de guerra, concessão de benefícios comerciais e de navegação; assim como a cessão da península de Liaodong e a ilha de Formosa (Taiwan) aos japoneses (SUZUKI, 2009; PUMIN, 2014; WANG, 2014). A vitória sobre a China, em 1895, abriu caminho para futuras incursões japonesas sobre território chinês, primeiramente com a apresentação das ‘Vinte e uma Demandas’⁶⁹ ao governo chinês (1915), buscando aumentar a influência japonesa sobre governo e território chinês – assimiladas como mais um

⁶⁷ Tratados impostos a força pelos vencedores aos países vencidos, sem as deliberações de igualdade e soberania das nações que habitualmente acompanhavam os acordos internacionais no Ocidente – por isso a nomenclatura de ‘desiguais’.

⁶⁸ Ao final do conflito entre China e Japão, assinou-se o Tratado de Shimonoseki de 1895.⁶⁸ O tratado não só estabelecia a abdicação do Império Chinês sobre qualquer influência que este exercia sobre a península coreana, mas também instituía o pagamento de indenizações de guerra pela China ao Japão; obrigava a China a conceder ao Japão benefícios comerciais e de navegação; assim como estabeleceu a cessão da península de Liaodong e a ilha de Formosa (Taiwan) aos japoneses. O Tratado de Shimonoseki de 1895 pode ser encontrado em: <<http://www.taiwandocuments.org/shimonoseki01.htm>>.

⁶⁹ Em síntese, tais demandas consistiam em um novo tratado desigual que tinha por objetivo aumentar a influência japonesa sobre a China, de forma semelhante aos tratados de subordinação e anexação com a Coreia. Visto a fragilidade do governo chinês nas negociações, a parte chinesa aceitou grande parte das demandas: reconheceu a condição dominante do Japão na província de Shandong, no sul da Manchúria e na Mongólia Interior; e aceitou não conceder ilhas e regiões costeiras a outra potência que não o Japão (DEMANDS, 1915).

ato de humilhação, aumentaram o crescente ressentimento contra o Japão (HUANG, 2015). Porém, segundo a narrativa histórica chinesa, a invasão japonesa sobre a Manchúria após o Incidente de Mukden⁷⁰, em 1931, iniciaria o capítulo mais sombrio e doloroso na história do povo chinês, que se intensificaria com o estouro da Segunda Guerra Sino-Japonesa em 1937, após o Incidente da Ponte Marco Polo⁷¹ – de 1931 a 1945 os chineses conviveriam de maneira mais próxima com a violência japonesa (WANG, 2014). No entanto, essa violência é lembrada de forma distinta pelos dois Estados, como apresentaremos a seguir.

2.2. *A história para a classe política japonesa*

Como vimos no capítulo anterior, o ambíguo e vago pedido de desculpas por parte do governo japonês em 1972, evitando um pedido de desculpas explícito e oficial, em conjunto com a aceitação da parte chinesa da forma como foi feito – sem a resolução dos problemas históricos ou ao menos um projeto conjunto de investigação histórica⁷² – afetou a classe política japonesa de uma forma particular. Grande parte dos políticos japoneses, dos mais variados espectros, aceitou o acordo como uma forma de libertar o país de um fardo histórico. Aqueles interpretaram a normalização das relações como um ajuste de contas, um fim reconciliatório definitivo. Sendo assim, a ala conservadora entendeu que estava livre para seguir uma agenda nacionalista doméstica sem ressentimento ou interferência do governo chinês. Essa percepção conservadora incentivou a retomada de uma série de projetos que visavam recuperar a identidade nacional japonesa, combatendo as interpretações históricas progressistas dominantes – aquelas que assumiam que a guerra fora um ato de agressão do Japão, assim como reconheciam os massacres cometidos (HOPPENS, 2015).

⁷⁰ Como ficou conhecido o evento que deu início à invasão japonesa da Manchúria, em 1931. Uma operação secreta dissimulada pelos próprios japoneses, que explodiram parte de uma ferrovia japonesa, como forma de acusar a parte chinesa e construir um pretexto para iniciar a invasão da região.

⁷¹ Com grande presença de tropas japonesas no nordeste chinês desde 1931, o Incidente da Ponte Marco Polo (ou da Ponte Lugou) se originou a partir da acusação japonesa de que um de seus soldados havia desaparecido após treinamentos militares próximos a Ponte. A recusa por parte do governo chinês a entrada exigida por militares japoneses à cidade de Wanping – que acreditavam se tratar de um sequestro e argumentavam procurar pelo soldado – desencadeou conflitos sobre a ponte (estratégica para o acesso a Pequim e sua comunicação com o nordeste da China) que se intensificaram e levaram a captura da ponte pelas forças japonesas, dando início a Segunda Guerra Sino-Japonesa (XU & SPILLMAN, 2010).

⁷² No ano de 2006 os dois governos estabeleceram um comitê de pesquisa histórica conjunta, visando minimizar as diferenças no reconhecimento da história entre as duas partes. Porém, o comitê conseguiu apenas resultados parciais devido às discordâncias e impossibilidade da manutenção das reuniões. Uma análise sobre os acontecimentos envolvendo o comitê foi realizado por Shinichi Kitaoka, um de seus membros, podendo ser encontrado como *A Look Back on the Work of the Joint Japanese-Chinese History Research Committee*, Asia-Pacific Review, vol. 17, n. 1, 2010. Para uma descrição sobre o comitê: *The Japan-China Joint History Research Committee*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, December 2006. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/meet0612.html>>.

Fatores anteriores a normalização das relações sino-japonesas também seriam importantes para que a memória histórica japonesa se transformasse em um problema do ponto de vista de seus vizinhos asiáticos. A decisão das Forças Aliadas da ocupação em preservar a instituição imperial intacta, não investigando profundamente a extensão da responsabilidade do imperador Hirohito pela guerra, excluindo-o dos julgamentos do Tribunal de Tóquio⁷³ (1946-1948) – como forma de facilitar a ocupação norte-americana e a reconstrução do Japão pós-guerra – moldou a forma como os japoneses enxergariam seu passado de agressão. A presunção de inocência imperial provocou, socialmente, poucos motivos para questionar o apoio ao monarca ou sentir responsabilidade pela guerra, pois tal absolvição deixou o país sem um culpado claro pelos conflitos – embora os soldados lutassem e morressem em nome do imperador. Essa preservação da figura imperial providenciaria solo fértil para o crescimento do nacionalismo no pós-guerra (SHIN, 2016; HOPPENS, 2015).

A reconstrução do Japão também estava inclusa na estratégia norte-americana para o contexto da Guerra Fria. A vitória comunista e a fundação da República Popular da China (1949) impulsionaram o governo norte-americano a transformar o Japão em um satélite do bloco capitalista na Ásia Oriental. Além da manutenção da burocracia pré-ocupação, os EUA apoiaram parte da antiga elite política oriunda do regime militarista japonês – visando manter o *establishment* anticomunista no governo japonês. Embora as forças de ocupação tenham promovido um expurgo político daqueles que faziam parte do regime militarista japonês, nem todos os suspeitos presos foram julgados – inclusive suspeitos de crimes de guerra Classe A.⁷⁴ Com o fim do Tribunal de Tóquio (1948), aqueles suspeitos ganharam liberdade; após o fim da Ocupação Aliada (1952), muitos voltaram a vida pública (HE, 2017; SHIN, 2016). Portanto, após a guerra o Japão foi governado basicamente pelas elites conservadoras que, em parte, estiveram envolvidas na expansão imperial. Essa elite enxergava como essencial a restauração do orgulho nacional japonês – após a guerra e derrota – como elemento necessário para o sucesso da recuperação do país. Sob um regime de partido único, o conservador PLD, o Estado japonês não tinha interesse voluntário em abordar as questões do passado histórico. (KU, 2016; SERAPHIN, 2016).

⁷³ Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, estabelecido pelas Forças Aliadas e formado para julgar os crimes de guerra cometidos pelos líderes do Império do Japão militarista.

⁷⁴ Políticos como Nobusuke Kishi, importante figura no projeto imperial japonês durante a ocupação da Manchúria, serviu como ministro durante a guerra e preso como suspeito Classe A por supostos crimes de guerra, porém, não foi julgado pelo Tribunal de Tóquio. Kishi é avô paterno do primeiro-ministro conservador japonês, Shinzo Abe (2012-atual).

Outro fator dificultante para que a sociedade japonesa encare o passado histórico agressivo de seu país é a narrativa de vitimização. A imagem dominante da sociedade japonesa como vítima da guerra se infiltrou profundamente na psique da população a partir da década de 1950, por canais oficiais e populares. Tal narrativa surge como resultado da destruição do país e da percepção de que a guerra foi um erro estratégico e moral, cometido pelos líderes militaristas do país, sendo a sociedade japonesa também vítima daqueles – ou seja, o ônus da guerra seria completamente daqueles líderes (BERGER, 2008). A tal fator se somaria a vitimização por conta dos ataques nucleares a Hiroshima e Nagasaki (1945). Os bombardeios foram um elemento poderoso para abrandar a consciência sobre as responsabilidades e crimes de guerra cometidos pelo Japão. Possibilitou que sua imagem de vítima da brutalidade nuclear sobrepujasse sua imagem de agressor nas guerras que provocou, numa espécie de ‘culto de vitimização’⁷⁵ (MIYASHITA, 2007; SERAPHIN, 2016).

A partir da década de 1990, notou-se o aumento da influência do nacionalismo reacionário no Japão. As visitas ao santuário de Yasukuni atraíram grande atenção, mas esta é apenas uma questão entre uma gama mais ampla que os nacionalistas defendem. As questões dos livros didáticos e seu impulso revisionista, defendendo a recuperação dos fundamentos para uma visão “correta” da história, não contaminada pelo “masoquismo” da culpa japonesa do pós-guerra estão intimamente associadas a Yasukuni. Esse revisionismo japonês encontra equivalência ao que seria o negacionismo – a negação do Holocausto –, e tornou-se perturbadoramente comum e popular entre a elite política japonesa (NAKANO, 2016).

A partir de então, políticos de expressão nacional não se restringiram de fazer comentários polêmicos, minimizando a agressão japonesa à China e aos países invadidos. As declarações seriam, em sua maioria, contestando a veracidade do Massacre de Nanquim e a existência das 'mulheres de conforto'. Exemplos como o ministro da justiça Shigeto Nagano⁷⁶ (1994), o primeiro-ministro Shinzo Abe⁷⁷ (2007), o chefe de Estado-Maior Toshio Tamogami⁷⁸ (2008), o prefeito de Osaka Toru Hashimoto⁷⁹ (2013), a ministra de defesa

⁷⁵ Para entender melhor a origem e desenvolvimento do pensamento pacifista japonês, assim como da contraditória política antinuclear, consultar: KIM M., 2010, MIYASHITA, 2007, IZUMIKAWA, 2004.

⁷⁶ *Japanese Minister Dismissed for War Comments*, The New York Times, May 1994. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1994/05/08/world/japanese-minister-dismissed-for-war-comments.html>>.

⁷⁷ *Japanese PM denies wartime 'comfort women' were forced*, The Telegraph, March 2007. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1544471/Japanese-PM-denies-wartime-comfort-women-were-forced.html>>.

⁷⁸ *Japanese Air Force Chief fired over war crimes*, Euronews, November 2008. Disponível em: <<https://www.euronews.com/2008/11/01/japanese-air-force-chief-fired-over-war-claims>>.

⁷⁹ *Japan WWII 'comfort women' were 'necessary'*, BBC News, May 2013. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-22519384>>.

Tomomi Inada⁸⁰ (2016), entre outros. Os comentários abordam principalmente a suposta ‘fabricação’ do Massacre de Nanquim pelos chineses, a inexistência ou ‘voluntarismo’ das ‘mulheres de conforto’, o questionamento se o conflito com a China foi resultado de uma agressão japonesa. Toshio Tamogami, em 2008, chegou a afirmar que o Japão teria sido vítima na guerra sino-japonesa, resultado de uma conspiração chinesa (SUZUKI, 2014).

O Estado chinês tende a protestar contra tais declarações com manifestações de seu Ministério de Relações Exteriores, argumentando que o lado chinês sempre defendeu a ideia de se fazer da história um espelho de orientação para o futuro. E uma vez que a questão histórica tem relação direta para a boa manutenção das relações bilaterais, instrui o lado japonês a encarar diretamente a história de agressão, tomando ações acertadas para ganhar a confiança de seus vizinhos asiáticos e da comunidade internacional.⁸¹

2.2.1. O santuário de Yasukuni

As visitas ao santuário de Yasukuni se tornaram um problema diplomático a partir da década de 1980. Herança do período Meiji, da fusão entre Estado e religião representada pelo xintoísmo estatal, de caráter nacionalista e militarista. Yasukuni é o espaço onde se honrava e cultuava as almas daqueles que haviam sacrificado suas vidas pela nação ou em nome do imperador – a deidade máxima do xintoísmo de Estado.⁸² Sendo assim, o espaço está intrinsicamente ligado à ideologia do período imperialista/militarista japonês. Yasukuni, segundo as crenças japonesas, honra as almas com o propósito de lhes dar paz e conforto (TAKAHASHI, 2007).⁸³

Em 1985, o líder japonês Yasuhiro Nakasone contextualizou de forma polêmica sua peregrinação ao santuário. Dias antes da visita, o então primeiro-ministro havia criticado a

⁸⁰ *China slams Japan minister for ducking Nanjing massacre questions*, Reuters, August 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-japan-idUSKCN10G168>>.

⁸¹ *China and Japan*, Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/yzs_663350/gjlb_663354/2721_663446/>.

⁸² Na crença xintoísta, religião nativa do Japão, não existem diferenças essenciais entre humanos e divindades, pois como religião não pressupõe necessariamente a existência de um Deus transcendental. Humanos podem ser adorados e cultuados como divindades após sua morte, o que aproxima de maneira familiar as almas/divindades honradas em seus santuários – como no caso das viúvas, mães e filhos de soldados mortos em guerra terem seu familiar adorado como divindade pela nação.

⁸³ Durante a ocupação dos Aliados – que promoveu a separação entre Estado e religião – discutiu-se a possibilidade de destruir Yasukuni pela sua ligação com as ideias do período imperialista. Porém, decidiu-se por dar a opção de transformar o local em uma instituição secular, mas ainda sob controle do Estado; ou separá-lo do Estado e transformá-lo em uma organização religiosa particular e independente, desde que os elementos ligados ao militarismo e ao ultranacionalismo fossem removidos. Os sacerdotes optaram pela segunda opção, mas deixaram de cumprir as condicionantes (MULLINS, 2010).

versão histórica do Tribunal de Tóquio,⁸⁴ argumentando que esta disseminava uma crença masoquista de que o Japão havia sido o culpado por tudo na guerra. Nakasone argumentou que os infortúnios deveriam ser deixados de lado para se seguir adiante. O político também prometeu abolir o teto de 1% sobre os gastos de defesa, estabelecido em governos anteriores, oficializou sua peregrinação como um ato político, o que o colocou sob os holofotes, assim como encorajou reações de forças políticas da esquerda e direita. Todos esses fatores chamaram atenção da mídia internacional, passando a divulgar que, desde 1966, no santuário também se honravam as almas de mais de novecentos criminosos de guerra Classe B e C, assim como de quatorze criminosos Classe A desde 1978 (LEE, 2016).⁸⁵

O contexto da visita de Nakasone demonstrou ao meio internacional que Yasukuni não era apenas um local para honrar os mortos durante a guerra, mas também um símbolo nacionalista do Japão na busca por rever a mentalidade do pós-guerra e suas políticas de defesa. A recepção em Pequim sobre a visita do primeiro-ministro ao santuário foi contida por parte do governo, mas surgiram no país os primeiros protestos populares de teor anti-Japão desde a guerra. As visitas ao santuário voltaram a causar maiores atritos diplomáticos entre China e Japão no governo de Junichiro Koizumi, que fez visitas anuais durante seu mandato (2001-2006). As visitas causaram indignação e severas críticas dos governos chinês e sul-coreano, consequentemente um afastamento político sino-japonês. O atual primeiro-ministro, Shinzo Abe, visitou Yasukuni em 2013, agravando um afastamento entre os dois países, ocasionado em 2012 pela disputa territorial com a China sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku. Nakasone, Koizumi e Abe justificaram suas peregrinações como forma de honrar aqueles que morreram pelo país, mas a partir de uma perspectiva histórica controversa, simbolizada pelo santuário: “Todas as guerras que o Japão travou foram de autodefesa, portanto, justas. Todos os soldados eram altruístas, portanto, nobres patriotas do Japão”⁸⁶ (LEE, 2016, pp. 381-382, tradução nossa).

Yasukuni é um local de encontro para nacionalistas e militaristas, com encenações caracterizadas sobre a guerra, civis em trajes militares daquele período, a entoação de hinos e exaltação de feitos do exército imperial. Como se pode ver no documentário “*Japanese*

⁸⁴ Para uma breve discussão sobre a história do conflito construída a partir do Tribunal de Tóquio, consultar a obra de Madoka Futamura, *Japanese Societal Attitudes Towards the Tokyo Trial: A Contemporary Perspective*. Disponível em: <<https://apjif.org/2011/9/29/Madoka-Futamura/3569/article.html>>.

⁸⁵ Segundo o Tribunal de Tóquio, criminosos de guerra "Classe A" foram condenados por crimes contra a paz, criminosos de guerra "Classe B" condenados por crimes de guerra em si, e criminosos de guerra "Classe C" os condenados por crimes contra a humanidade.

⁸⁶ No original: “Every war Japan fought was self-defense, therefore, just. All soldiers were selfless, therefore, noble patriots of Japan”.

Devils”, tornou-se um espaço de embate entre movimentos nacionalistas e pacifistas – os primeiros exaltam os feitos passados do Japão com ênfase revisionista, os últimos recordam as tragédias da guerra e o sofrimento das famílias. O local se tornou uma questão diplomática, por razões como: a violação constitucional da separação entre Estado e religião;⁸⁷ uma narrativa histórica distorcida sobre as motivações da guerra;⁸⁸ honrar criminosos de guerra condenados pelo Tribunal de Tóquio, promover uma narrativa histórica atenuada quanto a agressão japonesa, ignorar a narrativa dos países invadidos. No espaço do santuário também se localiza o museu de guerra Yushukan, descrito como o lugar com a perspectiva mais dissimulada⁸⁹ da vitimização japonesa no espaço do santuário. Junto ao museu, uma estátua homenageia o juiz indiano Radhabinod Pal, membro do Tribunal de Tóquio – o único dos onze juízes a defender a absolvição de todos os japoneses por crimes de guerra.⁹⁰ (NELSON, 2003)

Desde sua construção, Yasukuni é a demonstração de um empreendimento ideológico e nacionalista meticulosamente construído como representação da herança e cultura fundamentais de uma nação que se orgulha de seu passado. Essa materialização da memória é um processo majoritariamente político, vinculado diretamente a quem registra ou controla a memória coletiva – e que sugere uma forma particular de lembrança da história. O poder absoluto do Estado em moldar a memória, identidade e patriotismo acaba confirmando a retórica nacionalista de Yasukuni através das visitas oficiais de lideranças políticas e parlamentares (LEE, 2016).

Para a liderança chinesa, visitar locais em que criminosos da Segunda Guerra Mundial estão consagrados, é um desafio flagrante à justiça histórica e à consciência da humanidade, prejudicando seriamente os sentimentos dos cidadãos chineses e demais países asiáticos agredidos. O governo argumenta que as mãos dos criminosos homenageados estão manchadas com o sangue dos povos que sofreram com a guerra de agressão iniciada pelos militaristas

⁸⁷ Embora Yasukuni seja uma organização religiosa particular desde a separação entre Estado e religião, as visitas oficiais de primeiros-ministros e parlamentares mantêm um vínculo entre santuário e Estado. Em 2005, o Tribunal Superior de Osaka decidiu que as visitas do então primeiro-ministro Junichiro Koizumi violavam a separação constitucional entre Estado e religião, porém o líder continuou com suas visitas (COURT, 2005).

⁸⁸ Como a ideia de que os conflitos regionais foram motivados pela ânsia japonesa em libertar a Ásia do imperialismo europeu; não mencionar a ocupação japonesa nos países invadidos; culpar os comandantes chineses pelos fatos ocorridos em Nanquim, afirmando que sob proteção japonesa os cidadãos da cidade puderam viver em paz. Informações desse tipo são encontradas no museu Yushukan – que faz parte do santuário –, onde se encontram registros, objetos e armamentos das guerras às quais o Japão participou.

⁸⁹ No original: *sanctimonious* (NELSON, 2003).

⁹⁰ Radhabinod Pal questionava a legitimidade e imparcialidade do julgamento. Alguns dos seus argumentos baseavam-se na exclusão dos crimes cometidos pelo colonialismo ocidental pré-guerra e dos crimes Aliados durante o conflito, como o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, e a ausência no tribunal de juízes das nações vencidas – o que dava ao julgamento um caráter de vingança.

japoneses.⁹¹ Afirmando que qualquer forma de homenagem prestada pelos líderes japoneses em Yasukuni é, essencialmente, uma tentativa de negar e branquear⁹² a história do militarismo japonês, desafiando os resultados da Segunda Guerra Mundial e da ordem internacional pós-guerra.⁹³

2.2.2. A questão dos livros didáticos

Com a retirada das Forças de Ocupação (1951)⁹⁴, que supervisionavam o conteúdo dos livros didáticos japoneses,⁹⁵ a responsabilidade do Japão imperial e as atrocidades cometidas durante a guerra se tornaram uma questão de debate político doméstico. Parte dos conservadores, que atuara na política pré-guerra e em seus desdobramentos, pregava uma interpretação de que a guerra havia sido uma precipitada e infeliz resposta ao imperialismo ocidental e ao estrangulamento estratégico norte-americano. O pensamento majoritário da ala conservadora rejeitava a versão da história estabelecida pelo Tribunal de Tóquio, interpretando como excessivamente rigorosa a condenação ao ultranacionalismo presente nos livros didáticos (KIM, 2008). Assim como acreditava que as reformas promovidas pela Ocupação haviam deteriorado de forma exagerada o tecido social do país, promovendo um pensamento liberal e individualista excessivo, privando as novas gerações de um sentimento patriótico e fundamentos morais tradicionalmente japoneses (ORR, 2001). Estes criticavam uma tendência ‘esquerdista’ dominante nos livros didáticos nacionais de história, reclamando de um excesso masoquista e da necessidade de se restaurar da confiança e orgulho nacional a partir de uma revisão histórica da história recente do país (ROSE, 2005).

A hegemonia política dos conservadores no comando do país deu àqueles a prerrogativa de buscar moldar a narrativa histórica oficial de forma institucional, pelos

⁹¹ *Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Remarks on Japanese Cabinet Members' Visit to the Yasukuni Shrine*, Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, September 2005. Disponível em: <<http://uy.china-embassy.org/eng/fyrth/t1066752.htm>>.

⁹² O termo ‘branquear’ utilizado aqui é uma tradução da expressão em língua inglesa ‘*to whitewash the history*’, utilizada por diversos autores que trabalham com a temática do nacionalismo japonês. Na língua portuguesa, a tradução literal de *whitewash* pode ser entendida como uma forma de caiar, pintar ou recobrir algo com qualquer produto ou substância branca; a expressão, portanto, é uma metáfora que significa encobrir crimes na tentativa de impedir que as pessoas descubram os verdadeiros fatos.

⁹³ *Foreign Ministry Spokesman Qin Gang's Comment on Koizumi Implying Visit to Yasukuni Shrine within This Year*, Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, August 2013. Disponível em: <<http://uy.china-embassy.org/eng/fyrth/t215808.htm>>.

⁹⁴ Após o Tratado de São Francisco de 1951. O documento do tratado está disponível em: <https://web.archive.org/web/20080229135004/http://www.uni-erfurt.de/ostasiatische_geschichte/texte/japan/dokumente/19/19510908_treaty.htm>.

⁹⁵ Com o fim de eliminar os preceitos ultranacionalistas do meio educacional japonês, focando no pacifismo e na condenação do militarismo japonês, apontado como responsável pelas misérias e sofrimentos que a guerra trouxera para a população do país.

aparelhos do Estado. Embora não pudessem refutar diretamente as deliberações do Tribunal de Tóquio⁹⁶, os conservadores buscaram construir uma versão da história afinada com sua interpretação. Três grandes campanhas foram lançadas para que se reinterpretasse a história dos livros didáticos: a primeira já na década de 1950, a segunda durante a década de 1980 e a terceira se iniciou na década de 1990 e continua aberta (NOZAKI & SELDEN, 2009).

A questão tomou proporções internacionais pela primeira vez em 1982, quando a mídia japonesa divulgou que o ministério da educação japonês recomendara mudanças a historiadores e editores em livros didáticos de história. A instrução seria de eliminar, reformular ou atenuar passagens relacionadas com as ações japonesas durante o período colonial e de guerra na Ásia – mudanças quanto a descrição da "invasão da China", trocada por "avanço sobre a China", pelo Japão, e descrições sobre o Massacre de Nanquim. Embora tais mudanças não tenham se efetivado e tenha-se colocado em dúvida se tal instrução realmente foi dada, a mídia doméstica e internacional e os governos de China e Coreia do Sul fizeram graves protestos ao Estado japonês, condenando a suposta tentativa japonesa ‘suavizar’ a história das agressões (ROSE, 2005; HE, 2006; CUI, 2012). Como resposta, o governo japonês reafirmou o reconhecimento e remorso sobre os atos cometidos pelo Japão durante a guerra, juntamente com seu compromisso em analisar e corrigir o que estivesse sob responsabilidade do Estado (STATEMENT, 1982). Esta foi a primeira vez, desde o final da Segunda Guerra, que China e Japão tiveram problemas quanto a história do conflito, e tais discordâncias se intensificaram no decorrer das décadas (HE, 2007).

A esquerda e a ala progressista da política japonesa se opunham a interpretação conservadora e criticavam abertamente o imperialismo japonês e suas atrocidades. Afirmavam que a violência causada aos vizinhos asiáticos resultara em um pesado fardo de responsabilidade moral ao Japão em relação àqueles (ORR, 2007). Ao longo dessas décadas, a narrativa histórica conservadora enfrentou forte oposição da ala progressista, apoiada pelo Sindicato de Professores do Japão e pelo meio intelectual japonês⁹⁷ – esse embate entre conservadores e progressistas ainda persiste atualmente. Ainda que o esforço conservador –

⁹⁶ Uma vez que, no Artigo 11 do Tratado de São Francisco de 1951 o Estado japonês reconheceu as deliberações e julgamentos do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente e outros Tribunais de Aliados de Crimes de Guerra.

⁹⁷ Um exemplo são as batalhas judiciais entre o historiador Saburo Ienaga e o Ministério da Educação japonês, que ocorreram da década de 1950 a de 1990. Ienaga recorreu à justiça diversas vezes contra as modificações exigidas para que suas obras fossem aprovadas pelo Ministério. O historiador explorava de forma crítica o contexto social japonês pré-guerra e sua influência no pós-guerra, assim como descrevia as atrocidades cometidas pelo Império do Japão. Apelando sempre à liberdade de expressão e liberdade intelectual, Ienaga acumulou vitórias contra o que as cortes julgaram como abuso de poder e censura por parte do Estado (IENAGA, 2000).

nesse período quase ininterrupto de poder no pós-guerra – tenha sido constante, os livros de história utilizados nas escolas japonesas seguem majoritariamente uma narrativa progressista e sincera sobre a guerra, descrevendo a violência contra os países invadidos e relatando a ocorrência de fatos como o Massacre de Nanquim e a existência das ‘mulheres de conforto’ (KIM, 2008).

Porém, a narrativa conservadora se institucionalizou de forma mais organizada na década de 1990. Em 1996 foi criada a Sociedade Japonesa para a Reforma dos Livros Didáticos de História – comumente referida como *Tsukurukai*. Seus livros relatam os conflitos promovidos pelo Japão como guerras de “autodefesa”, contra as potências imperialistas e pela liberdade da Ásia e suavizam os massacres promovidos pelas forças japonesas às nações invadidas. Os livros da *Tsukurukai* tiveram a aprovação para publicação e utilização pelo Ministério da Educação japonês em 2001 e 2005, recebendo críticas contundentes dos governos chinês e sul-coreano, que denunciaram o revisionismo presente nas obras. Apesar das controvérsias, em 2002 constatou-se que a taxa de adoção dos livros da *Tsukurukai* não chegava a 0,04% das obras utilizadas nos meios escolares – um total 543 cópias utilizadas nas escolas do país; em 2006, um ano após o lançamento da segunda edição do livro, a taxa de adoção pelas escolas ficou abaixo de 0,5% – 4912 cópias utilizadas (NOZAKI & SELDEN, 2009; MITANI, 2008).⁹⁸

Em 1997, um grupo expressivo de parlamentares, que já participavam de movimentos revisionistas, se organizou e estabeleceu o Grupo de Jovens Membros da Dieta Preocupados com o Futuro do Japão e a Educação Histórica. Tal grupo tinha como objetivo investigar mais profundamente a veracidade da existência das ‘mulheres de conforto’ e a educação histórica – entre eles estava Shinzo Abe, futuro primeiro-ministro. Em um dos pronunciamentos, Abe colocou em dúvida a existência das mulheres de conforto, argumentando que os relatos são mentirosos e fabricados (NARUSAWA, 2013; YAMAGUCHI, 2017).⁹⁹

A questão dos livros didáticos extrapolou o debate doméstico, se tornando um ponto diplomático sensível entre o Estado japonês e países como China e Coreia do Sul. As denúncias contra o revisionismo histórico japonês por parte de outras nações tem se somado ao esforço da sociedade civil, intelectuais e sindicatos de professores, que enfrentam a visão nacionalista desde o pós-guerra. (GUEX, 2015; MITANI, 2008). A dificuldade do Estado e de

⁹⁸ No Japão os livros didáticos são aprovados para uso pelo Ministério da Educação (MEXT), mas a escolha da obra a ser adotada fica a cargo dos conselhos escolares locais.

⁹⁹ *Japanese PM denies wartime 'comfort women' were forced*, The Telegraph, March 2007. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1544471/Japanese-PM-denies-wartime-comfort-women-were-forced.html>>.

grande parte dos políticos japoneses em lidar com a história das invasões levanta questionamentos sobre a autoridade moral de uma nação que se intitula pacifista, mas não consegue olhar para o seu passado agressivo. Uma nação que exalta os horrores dos ataques nucleares à Hiroshima e Nagasaki e levanta dúvidas sobre o Massacre de Nanquim – demonstrando o hiato do discurso pacifista do Estado japonês. (KIM M., 2008; BERGER, 2008; IZUMIKAWA, 2004)

A posição do governo chinês sobre o conteúdo dos livros didáticos japoneses é de que a comunidade internacional há muito tempo tirou suas conclusões sobre a história da Segunda Guerra Mundial. O Massacre de Nanquim, as ‘mulheres de conforto’ e o estabelecimento da Unidade 731 são reconhecidos como crimes graves cometidos pelo militarismo japonês. Tais fatos históricos não podem ser enfraquecidos ou esquecidos apenas pela revisão de livros didáticos. Para o governo chinês, a "questão dos livros didáticos" está ligada a capacidade do Estado japonês em realmente entender e abordar corretamente a história da agressão passada, e tirar lições genuínas ao evitar cometê-las novamente.¹⁰⁰

2.3. *A China lidando com a história: a campanha de educação patriótica*

Para entender o tratamento dado a história da guerra pelo Estado chinês, é necessário observar o contexto doméstico e externo do pós-Segunda Guerra Mundial. Quando China e Japão se reaproximaram, em 1972, a elite governante chinesa mantinha domesticamente uma política de memória controlada e simplificada, com uma política externa pragmática, focada nos interesses nacionais. Portanto, era de interesse do governo chinês evitar um antagonismo com o Japão naquele momento. A estratégia do Partido Comunista chinês, como já descrito, foi distinguir um pequeno número de militaristas japoneses, como culpados pelas guerras travadas pelo Estado japonês, da maioria da população japonesa, também vítima desses militaristas (GAO, 2016).

Há uma diferença clara em como a guerra foi lembrada e narrada durante a era maoísta e após a morte de Mao (1976). Durante as décadas posteriores ao conflito, a memória oficial chinesa se baseou fortemente no discurso da heroica vitória chinesa proporcionada pelas forças comunistas, mas omitiu as narrativas dos crimes de guerra, as experiências pessoais da população e os esforços dos nacionalistas do Kuomintang (KMT). Essa narrativa oficial tinha como linha mestra a luta de classes, frisando a coragem, resistência e estratégias vitoriosas do

¹⁰⁰ *Spokesperson on the toning down the history of aggression in Japanese history textbooks*, Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zzjg_663340/yzs_663350/gjlb_663354/2721_663446/2725_663454/t16024.shtml>.

Partido, antagonizando com a corrupção, covardia e incompetência dos nacionalistas do KMT – destacando a posição subalterna dos nacionalistas aos imperialistas norte-americanos. A história moderna da China, naquele momento, foi retratada oficialmente como uma batalha entre o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang (comunistas vs. nacionalistas/capitalistas), deixando a guerra contra o Japão em segundo plano. A figura do inimigo japonês estava presente, mas era apenas um dos elementos da retórica revolucionária do PCCh e da luta de classes, como um inimigo derrotado unicamente pelos comunistas – o que dava a estes últimos a ‘legitimidade patriótica’ de governar. O discurso predominante era o da resistência e vitória chinesa sobre os invasores, erigido sobre o silêncio das atrocidades cometidas pela ocupação japonesa (CUI, 2012; ZHANG & WEATHERLEY, 2013).

A maneira como os políticos chineses utilizaram a imagem do invasor japonês variou em intensidade, de acordo com o tempo e conjuntura doméstica. A construção social e transmissão de uma memória coletiva sobre a agressão japonesa – memória construída a partir de memórias vividas pela população somadas a memórias mediadas por representações, institucionalmente moldadas por processos de seleção e exclusão, lembranças ou ‘esquecimentos’ – teve grande importância no desenvolvimento da relação sino-japonesa, sobretudo a partir da década de 1990 (XU, 2016). Em um primeiro momento, o governo chinês utilizou de representações e campanhas pedagógicas, como filmes e músicas, para fomentar o patriotismo nacional. Um dos componentes dessa propaganda era a narrativa vitoriosa do partido como ‘herói’ triunfante no objetivo de livrar a China das garras dos ‘demônios japoneses’. Entre os recursos de propaganda estavam filmes como *Mine Warfare* (1962) e *Tunnel Warfare* (1965), que retratam de maneira cômica a guerra de resistência contra o Japão, demonstrando com clareza os tipos de personagens objetivados: um invasor japonês de estereótipo tolo, o traidor chinês que deveria ser desprezado, e o guerrilheiro comunista como o herói inteligente (CUI, 2012; ZHANG & WEATHERLEY, 2013). Aquele era um período em que parte considerável da população guardava memórias particulares da violência japonesa, seja por experiência própria ou familiar. Irremediavelmente, essas memórias individuais se somariam às memórias mediadas pelo Estado, criando uma imagem negativa sobre o Japão na mentalidade de parte da população chinesa – a ideia e a expressão ‘demônios japoneses’ (日本鬼子, *riben guizi*) já se estabelecera desde o período da guerra.

A expressão ‘demônios japoneses’ se originou a partir da violência e atrocidades cometidas pelos soldados japoneses contra a população chinesa durante a invasão, que passou a usá-la com frequência para mencionar aqueles. Termos semelhantes foram usados desde o

século XIX para definir os invasores ocidentais como ‘demônios ocidentais’ (洋鬼子, *yang guizi*), mas desde a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) o simples uso da palavra ‘demônios’, sem qualquer adjetivo, passou a designar claramente os militaristas japoneses. Categorizar os japoneses como demônios perpassa o contexto folclórico das religiões populares chinesas, onde o comportamento dos invasores japoneses não poderia ser compreendido como humano, mas sim como ações atribuídas ao domínio do mal. No documentário *Japanese Devils: confessions of imperial army soldiers from Japan's War against China*, já citado anteriormente, ex-combatentes japoneses recordam o uso da expressão ‘demônios japoneses’ para defini-los em momentos de desespero da população chinesa. No pós-Segunda Guerra Mundial, aquela expressão passou a constar nos dicionários chineses como um termo que historicamente se refere à condição do Japão como agressor. Como apontado por Yasuhito Abe (2017), a linguagem é um componente primordial da cultura e muitas vezes utilizada para moldar a percepção social de mundo – logo, um importante recurso para ação coletiva. Tal definição, carregada de memória histórica, se tornou um recurso linguístico e cultural para a criação e manutenção de uma visão sobre o Japão que busca enfatizar as diferenças entre os dois povos – o exercício do ‘othering’ (XU & SPILLMAN, 2010; ABE, 2017).

Mas o contexto pós-guerra era um momento histórico particular, onde a ideologia marxista-leninista-maoísta ainda era o mais forte componente da legitimidade do governo comunista, e esse governo tinha controle dos meios de informação e educacionais. Na era pós-Mao, o discurso vitorioso do Partido seria invertido aos poucos para um discurso que privilegiaria a vitimização do povo chinês sob a invasão japonesa. Após a morte de Mao Zedong, as lideranças do Partido reavaliaram a história do PCCh desde a fundação da República Popular e uma mudança de orientação ideológica emergiria (REMARKS, 1981). O declínio progressivo da ideologia marxista-leninista – sobretudo pelo desgaste promovido pelas incertezas e turbulências da Revolução Cultural (1966-1976), que afetaram o modelo maoísta tradicional de legitimidade, autoridade carismática e a mobilização de massas – levou o Estado chinês e o Partido Comunista a progressivamente utilizarem o nacionalismo para preencher esse vazio ideológico e diversificar as bases de sua legitimidade (EKMAN & PAJON, 2015; HE, 2017). A partir da política de abertura chinesa e das reformas econômicas do governo Deng Xiaoping (1978), o Partido Comunista Chinês passou a depender cada vez mais dos resultados de crescimento econômico e dos reflexos sociais desse crescimento, assim como dos discursos nacionalistas e patrióticos de unidade nacional. Na nova estrutura de

ideias legitimadoras do partido, o patriotismo passaria a ter função principal, onde se pregaria o amor pela nação e grandeza da China, assim como se afirmou o Partido Comunista como guardião do patriotismo. A narrativa principal da guerra migrou gradualmente do conflito entre nacionalistas e comunistas, para a resistência chinesa às invasões estrangeiras (WANG, 2014; CUI, 2012; YUAN, 2008).

Naquele contexto, ganhou destaque internacional os debates sobre a abordagem histórica da guerra entre políticos progressistas e conservadores no Japão. As discussões japonesas sobre a memória histórica, majoritariamente negações e encobrimento das agressões de guerra, incomodavam e incitavam a população chinesa – trazendo de volta aquela imagem dos ‘demônios japoneses’ permeada e dormente na sociedade. As narrativas de guerra passam a se chocar mais diretamente, começando com a já mencionada controvérsia dos livros didáticos japoneses em 1982, quando a interpretação dos políticos nacionalistas japoneses sobre o conflito foi encarada como uma distorção e ‘embelezamento’ da história da guerra. O governo chinês argumentou que ao minimizar ou omitir a natureza das ações japonesas durante a guerra contra a China, o governo do Japão não adotava uma visão correta da história, algo prejudicial para as relações sino-japonesas. A imprensa chinesa promoveu, durante dois meses, comentários de líderes de organizações de massa (como *China-Japan Friendship Association*, *China Education Society*, *All-China Youth Federation*), juristas e acadêmicos chineses; entrevistas com sobreviventes e testemunhas da conduta japonesa; programas televisivos mostraram imagens das atrocidades; foram realizadas exposições fotográficas retratando os acontecimentos da guerra em diversas cidades da China (ROSE, 2005).

Em 1985, protestos populares surgiram com a visita de Nakasone à Yasukuni, assim como protestos estudantis devido ao grande fluxo de produtos japoneses ao mercado doméstico chinês; a questão sobre livros didáticos de história no Japão teria outro capítulo no ano de 1986; o aumento dos gastos em defesa do Japão e a tensão devido ao desequilíbrio comercial contínuo entre os dois países em 1987; declarações controversas sobre a guerra por parte de líderes políticos japoneses em 1988 e 1989. Embora o estado chinês tenha mantido a postura de distinguir a população japonesa dos líderes que levaram o Japão à guerra – buscando evitar um antagonismo contra o Japão, com quem a cooperação econômica já se tornara importante para os interesses nacionais chineses – os protestos populares iniciais na China demonstravam que parecia estar se substanciando na mentalidade da população chinesa a crença da culpa coletiva ou da maldade de toda nação japonesa durante a guerra. Além

disso, movimentos civis chineses que reivindicavam reparações de guerra ao governo e corporações japonesas começaram a ganhar força nos anos finais da década de 1980, compostos por sobreviventes chineses de agressões diversas, como trabalhos forçados, exposição a armas químicas, escravidão sexual – reparações que o governo chinês abdicara quando houve a normalização das relações sino-japonesas. Tais atritos seriam interpretados como naturais não tivessem se originado após a normalização das relações, demonstrando que ao ignorar a resolução de controvérsias históricas como fator crucial na normalização, o conflito findado em 1945 ainda lançaria sombras sobre o futuro da relação. (CUI, 2012; HE, 2007; ROSE 2005)

Na transição da década de 1980 para 1990, o governo chinês não só enfrentou o inesperado desafio simbolizado pelos protestos em Tiananmen (1989), como assistiu ao colapso e dissolução da União Soviética e das repúblicas socialistas europeias, como a da Iugoslávia, causando um impacto irreversível sobre a ideologia comunista. Dessa forma, a liderança chinesa no imediato pós-Tiananmen buscou as motivações para o movimento reprimido em 1989, e Deng Xiaoping chegou a conclusão que o Partido havia errado gravemente ao não concentrar-se suficientemente na educação ideológica durante a década de 1980. Para o líder chinês, os governantes não haviam evidenciado a difícil luta travada pelos chineses contra os invasores, como era a China no período de conflitos e como o país se tornara aquele de então. Assim, a campanha de educação patriótica lançada após os movimentos em Tiananmen focaram justamente na educação histórica sobre o passado recente chinês – o século de humilhação imposto à China pelas potências, a guerra de resistência contra o Japão, as agressões e sofrimentos do povo, o papel do Partido Comunista (QIU, 2006; HE, 2009).

A campanha de educação patriótica foi oficializada em 1991, com a emissão de dois documentos pelo governo chinês – o ‘Comunicado sobre a Condução da Educação do Patriotismo e Tradição Revolucionária pela Exploração Extensiva de Relíquias Culturais’ e o ‘Esboço Geral sobre o Reforço da Educação da História Chinesa Moderna e Contemporânea e Condições Nacionais’ –, mas só ganharia força a partir de 1994. O contexto em que o Japão buscava quebrar o isolamento chinês pós-Tiananmen, a visita do imperador japonês em 1992 e as manifestações dos primeiros ministros Hosokawa e Murayama ainda propiciaram um momento de maior cautela quanto a história de agressão. No entanto, a partir de 1994, a disseminação da campanha de educação patriótica avançou rapidamente nas escolas e universidades, com o objetivo de fornecer aos jovens chineses uma versão da história que

reduzia a importância da narrativa da era maoísta da luta de classes, em favor de uma versão que representava a China como vítima da humilhação e brutalidade das potências estrangeiras. A ênfase passava a estar na unidade nacional, liderada pelos comunistas contra o inimigo estrangeiro, além de haver um grau de reabilitação do papel do Kuomintang na guerra de resistência. A importância do papel da China na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial passa a ser central, em conjunto com a vitimização por um invasor violento e criminoso. Uma narrativa útil à mobilização nacionalista de uma população não mais motivada pela ideologia comunista (WANG, 2014; SHIN, 2016).

É importante mencionar que outros fatores da conjuntura doméstica chinesa impulsionaram a importância do nacionalismo para a legitimidade de sua liderança política. Após as manifestações em Tiananmen e as sanções internacionais impostas à China pelos países ocidentais, o PCCh passou a acreditar que as potências ocidentais ambicionavam promover mudanças na política chinesa através da influência sobre o pensamento e crenças das gerações mais jovens. Além disso, como mencionado, se acentuou na mentalidade da classe política do país a ideia de cerco estratégico contra a China. Um conflito interno ao PCCh também se desenrolou, com o grupo moderado do Partido, simbolizado por Deng Xiaoping, passando a ser atacado pela ala conservadora. Tal ala argumentava que forças reacionárias e subversivas buscavam corromper a ordem socialista chinesa, pressionando por uma postura mais dura contra o Ocidente e atacando incisivamente a política de reforma e abertura. Em 1993 a China também enfrentou a intensificação de problemas socioeconômicos, com o desemprego atingindo quase um terço da mão de obra total do país – resultado de demissões em massa de empresas estatais malsucedidas e da migração de camponeses para os centros urbanos. A liderança chinesa via com preocupação o risco à estabilidade social resultante do desemprego, aumento nas taxas de criminalidade, distúrbios no campo e entre trabalhadores urbanos. A insatisfação social e o risco à ordem passaram a ser vistos como forças desestabilizadoras ao apoio popular do PCCh, levando a liderança chinesa a recorrer ao patriotismo/nacionalismo como mínimo denominador comum para unir uma sociedade dividida. O nacionalismo também poderia dificultar sérias divisões dentro do Partido, uma vez que todos os grupos afirmavam defender o interesse nacional. Sendo assim, a educação patriótica e o ensino da história passaram a ter importância estratégica com objetivos explicitados pelo PCCh: aumentar a coesão nacional, fomentar o orgulho nacional, consolidar uma frente patriótica única, dirigir e mobilizar as paixões patrióticas para a construção do socialismo com características chinesas. Além disso, a liderança chinesa buscava desviar o

foco dos movimentos estudantis das questões domésticas para os problemas internacionais, afastando a possibilidade de protestos contra o governo e o PCCh (HE, 2009; WANG, 2014).

Portanto, a educação patriótica chinesa foi idealizada como uma maneira de informar as novas gerações sobre as experiências traumáticas e humilhantes à que a China foi submetida pelas invasões estrangeiras. Escolas primárias e secundárias foram orientadas a enfatizar o ensino da história de resistência a agressão externa como forma de lembrar aos estudantes as lições históricas, para que não esquecessem a invasão imperialista e a heroica resistência do povo chinês. A Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945) passa a ser fundamental à campanha, apontada como o conflito militar e político mais importante da história moderna chinesa – outros conflitos externos são deixados de lado, uma vez que não se adequavam às necessidades do momento. Tal importância é justificada por ser a primeira guerra em que a China obteve uma vitória completa contra os invasores estrangeiros. Ao completar cinco décadas do fim do conflito (1995), Pequim lançou uma grande campanha comemorativa da vitória chinesa, elevando a educação patriótica ao seu ápice. Os canais da mídia oficial publicaram diversos documentos históricos, entrevistas e reportagens sobre o conflito; as escolas secundárias de todo o país foram instruídas a ensinarem canções, exibirem filmes e distribuírem livros patrióticos selecionados pelo Estado. Os livros didáticos passaram a relatar explícita e detalhadamente as atrocidades cometidas pelas forças japonesas através de imagens. Um esforço importante do governo chinês é direcionado para o estabelecimento de locais de memória, designados como ‘bases de educação patriótica’ – museus, monumentos, memoriais, campos de batalha –, que passaram a receber um grande número de visitas organizadas por escolas, grupos militares e agências governamentais. Entre as cem bases de educação patriótica instituídas pelo governo, quarenta são dedicadas a relembrar as guerras contra inimigos externos, vinte dessas bases têm por objetivo exaltar a memória das guerras contra o Japão – locais oponentes como o *Chinese People’s Memorial Hall of the Anti-Japanese War* em Pequim, o mais completo museu sobre a guerra sino-japonesa; o *September 18 Historical Museum* em Shenyang, que lembra o Incidente de Mukden de 1931; o *Memorial Hall for the Victims in Nanjing Massacre by Japanese Invaders*, para lembrar os mortos na invasão e massacre em Nanquim; o *Exhibition Hall of Crime Evidences in Harbin*, que detalha os crimes e experimentos humanos cometidos na Unidade 731 (HE, 2009; WANG, 2014).

A história oficial difundida pelo Estado chinês ainda mantinha a separação entre os militaristas japoneses responsáveis pela guerra e a sociedade japonesa em geral, mas o

público chinês havia focado sua atenção na retórica de humilhação e vitimização do país, dando pouca importância àquela distinção. Ao patriotismo amparado pelo Estado se somaria os efeitos da progressiva abertura da China para o mundo e o gradual fim do monopólio estatal sobre a informação, possibilitando à sociedade chinesa maior acesso a informações e fatos antes não disponíveis. A partir de meados da década de 1990, uma série de publicações acadêmicas¹⁰¹ e populares sobre a guerra contra o Japão – algumas de caráter nacionalista e antiocidental – ganharia espaço, livros retratando a guerra se tornaram *best-sellers*.¹⁰² A introdução da internet e sua popularização nos 2000 trouxe a possibilidade para que parte da sociedade chinesa, educada segundo a educação patriótica, pudesse se expressar e se comunicar, uma ferramenta ideal para a construção e reconstrução da memória coletiva em escala massiva. Fóruns de discussão virtuais sobre o conflito sino-japonês generalizavam a população japonesa como culpada, os jovens chineses – que não possuíam memória pessoal sobre a guerra – pareciam nutrir rancor pelo Japão de forma mais intensa do que as gerações passadas (COBLE, 2007; EKMAN & PAJON, 2015). O ciberespaço chinês se transformou rapidamente em uma plataforma popular efetiva de mobilização nacionalista, particularmente de um nacionalismo anti-Japão, um ambiente mais relaxado e propício para debates sobre a história e a identidade nacional. Nos anos 2000, houve um crescimento no número de séries e filmes aprovados pelo Estado que retratam a guerra de resistência contra o Japão, de conteúdo antijaponês – quinze produções foram aprovadas em 2004, contra 177 em 2012.¹⁰³ O número de *games* sobre a temática da guerra de resistência também aumentou, assim como o número de jogadores.¹⁰⁴ Toda essa informação patriótica acabou sendo reforçada pela interpretação de que as ações e manifestações de políticos japoneses evidenciavam uma tentativa do país vizinho de fugir de suas responsabilidades históricas. Sendo assim, qualquer dificuldade ou resistência japonesa em admitir a culpa e as atrocidades da guerra passaram a reforçar a crença de que a China havia sido vítima de um Japão agressivo, visto como inimigo. Portanto, quanto mais o Japão parecia estar disposto a esquecer ou se arrepender dos atos passados,

¹⁰¹ Como o periódico acadêmico lançado em 1991, *The Journal of Studies of China's Resistance War Against Japan*, vinculado ao Instituto de História Moderna da Academia Chinesa de Ciências Sociais.

¹⁰² Para análise mais profunda da influência do conflito sino-japonês na literatura chinesa, consultar a obra de Minjie Chen, *The Sino-Japanese War and Youth Literature: Friends and Foes on the Battlefield*, Routledge 2016.

¹⁰³ Para maiores detalhes sobre a evolução de filmes e séries de conteúdo antijaponês na China, consultar o trabalho de Viola Rothschild: *Village Loudspeakers to Virtual Chatrooms: Mass Media and Multigenerational Memory in Sino-Japanese Relations*, Duke University, 2014.

¹⁰⁴ Para uma análise do papel dos videogames e jogos online, que abordam a guerra de resistência ao Japão, no nacionalismo chinês, consultar o trabalho de Hongping Nie: *Gaming, Nationalism, and Ideological Work in Contemporary China: online games based on the War of Resistance against Japan*, *Journal of Contemporary China*, v. 22, n. 81, p. 499–517, 2013.

mais o público chinês buscava lembrar a guerra e exigir desculpas como ato patriótico (VICKERS, 2014; WANG, 2014; GAO, 2016).

Após ser intensamente exposta, com a campanha de educação patriótica, a detalhes das atrocidades cometidas pelo exército japonês durante a guerra, a sociedade chinesa se tornou altamente receptiva e reativa a notícias ou rumores negativos que envolvam o Japão ou a sociedade japonesa, facilitando a emergência de um forte nacionalismo popular. O número crescente de páginas nacionalistas e mensagens anti-Japão se expandiu com o uso da internet e a popularidade das redes sociais, como o Sina Weibo, além de facilitar o encontro entre nacionalistas que antes estavam isolados, possibilitando a proliferação de grupos de discussão nacionalistas, em parte explicando o reforço dos sentimentos negativos quanto ao Japão.¹⁰⁵ Tornou-se usual a elaboração de petições online de grupos chineses que pediam desde o boicote a produtos japoneses, reparações de guerra, contra a candidatura japonesa a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – a título de exemplo, no ano 2003 mais de um milhão de chineses responderam a uma petição que demandava desculpas e compensações do Japão por cidadãos feridos devido ao vazamento de armas químicas deixadas em território chinês após o término da guerra; no mesmo ano, uma petição online que pedia o boicote de uma marca de cerveja japonesa conseguiu 1.28 milhões de assinaturas em duas horas; ainda em 2003 cerca de um milhão de chineses assinaram, em dez dias, uma petição contra a participação de empresas japonesas na construção de trens de alta velocidade na China; em 2005, mais de dez milhões assinaram petição contra a campanha japonesa pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (ROSE, 2000; HE, 2007; CUI, 2012; EKMAN & PAJON, 2015). Notou-se um aumento significativo na ocorrência e participação popular em manifestações anti-Japão ao longo das décadas, protestos de grande escala aconteceram em 1985, 2005, 2010 e 2012 – sempre com aumento no número de participantes. Como já mencionado, em 2012 irromperam manifestações de caráter antijaponês em mais de cem cidades chinesas, protestando contra a nacionalização das ilhas Diaoyu/Senkaku – movimentos inicialmente pacíficos mas que tornaram-se violentos em alguns locais (ZHOU & WANG, 2016).

¹⁰⁵ Para entender melhor a disseminação do nacionalismo na China através da Internet, recomendamos os trabalhos de Shih-Diung Liu, *China's popular nationalism on the internet: report on the 2005 anti-Japan network struggles*, em *Inter-Asia Cultural Studies Journal*, 7:1, p.144-155, 2006; Jack Linchuan Qiu, *The changing web of Chinese nationalism*, em *Global Media and Communication*, 2(1), p.125–128, 2006; Ki Deuk Hyun, Jinhee Kim e Shaojing Sun, *News use, nationalism, and Internet use motivations as predictors of anti-Japanese political actions in China*, em *Asian Journal of Communication*, 24:6, p.589-604, 2014.

O governo chinês e o Partido Comunista utilizaram seletivamente a memória histórica para disseminar na população a consciência do ‘século de humilhação’ sofrido pela China, focando a atenção pública nos inimigos estrangeiros que humilharam o país, desviando assim o foco dos problemas domésticos. O sofrimento chinês causado pelas potências imperialistas ganha maior espaço na memória histórica, como um elemento ideológico conveniente para conter as forças que agiam domesticamente contra o Partido e consolidando uma nova identidade patriótica nacionalista na sociedade chinesa. Mostrando como o passado pode ser manipulado pelas elites como um instrumento para servir ao presente e seus interesses (WANG, 2014).

2.4. Recentes manifestações dos Estados e das sociedades chinesa e japonesa sobre a história

Tendo demonstrado o motivo e a forma como os dois países divergem historicamente sobre os fatos do conflito que os envolveu, cabe demonstrar como essa diferença se manifesta na atualidade. Podemos fazer essa análise a partir do contexto dos eventos que marcaram as sete décadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial ou da Segunda Guerra Sino-Japonesa, em 2015. Sete décadas após o final do conflito, a memória da guerra ainda assombra as relações diplomáticas do Japão com seus vizinhos – sobretudo com a República Popular da China e Coréia do Sul (KIM, 2016).

Em 2014, no contexto de frias relações diplomáticas sino-japonesas, o Estado chinês oficializou três datas que rememoram a história do conflito entre os dois países: o dia 3 de setembro foi definido como Dia da Vitória contra a agressão japonesa, o dia 30 de setembro como o Dia dos Mártires e 13 de dezembro como o dia de memória nacional pelo Massacre de Nanquim. Em 2015, no Dia da Vitória, o Estado chinês promoveu uma grande parada militar para comemorar o triunfo sobre os invasores japoneses, intitulada de “Comemoração do 70º aniversário da Vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Mundial Antifascista” (ZHAO, 2016).

Aqui, o que nos chama atenção na parada militar realizada pelo Estado chinês para a comemoração de tal data não é propriamente o armamento de última geração das forças chinesas¹⁰⁶, mas sim seu ineditismo. Foi a primeira vez que uma parada militar foi organizada para celebrar a vitória chinesa sobre o Japão na Segunda Guerra Mundial – os desfiles

¹⁰⁶ Segundo informações da Agência Xinhua, naquela ocasião, 84% dos armamentos foram apresentados pela primeira vez ao público, doze mil soldados chineses participaram do evento, assim como soldados de dezessete nações. Informações disponíveis na homepage da agência: <http://spanish.xinhuanet.com/2015-09/03/c_134584566.htm>.

militares geralmente são realizados nos anos que marcam os decênios de fundação da República Popular da China, à época o último havia sido em 2009. Além disso, um website oficial para divulgar a comemoração foi criado pela Agência Xinhua, contendo estatísticas sobre a invasão japonesa, registros, depoimentos históricos e detalhes sobre o equipamento militar exibido durante a parada. Mas dentro desse domínio digital, a lembrança das agressões japonesas é marcante, sobretudo devido aos registros históricos e comparação quanto à reflexão histórica efetuada por Alemanha e Japão no pós-guerra. O portal chinês relembra as visitas de políticos japoneses a Yasukuni, sugere o renascimento do militarismo no Japão, as distorções no ensino da história da invasão à China, a ausência de compensações de guerra e a dificuldade em lidar diretamente com a história por parte do governo japonês – principalmente na figura do primeiro ministro Shinzo Abe (XINHUA, 2015)

No discurso de Xi Jinping e nos artigos que formam a *homepage* sobre a comemoração, é evidente a demonstração da importância e sacrifícios do povo e das forças chinesas para a vitória sobre os fascistas. O presidente chinês também cita que aquela vitória foi a “primeira vitória completa da China na sua resistência contra a agressão externa nos tempos modernos”, assim como “colocou um fim à humilhação nacional da China após sucessivas derrotas nas mãos de agressores estrangeiros”, “esmagando o plano dos militaristas japoneses para colonizar e escravizar a China” (CHINA, 2015a). A parada militar do Dia da Vitória parece ter sido um ponto alto no estabelecimento do patriotismo como núcleo do grande espírito nacional chinês, alma do rejuvenescimento do país e de uma nação poderosa (CHIPING, 2018). A celebração também demonstra o papel cada vez maior que o nacionalismo possui na construção da legitimidade do governo comunista, pois tal sentimento se tornou a reivindicação mais confiável sobre a lealdade da sociedade chinesa, além de ser um valor compartilhado tanto pelo Partido Comunista quanto pelos seus críticos. O poder do nacionalismo se mostrou essencial após a derrocada da ideologia comunista, tendo o partido buscado vincular a lealdade do povo ao Estado nacional centralizado ao esforço de modernização levado adiante pelo regime comunista. Ao promover a identificação entre Estado/Partido Comunista com a nação chinesa, este transforma as críticas ao partido em ações antipatrióticas, pois aquele se coloca como defensor dos interesses nacionais, da integridade territorial e do orgulho nacional (ZHAO, 2016).

A reação do governo japonês veio através de uma declaração à imprensa do Secretário Chefe do Gabinete, Yoshihide Suga. Questionado sobre a posição do governo quanto a parada comemorativa promovida pelo Estado chinês, Suga declarou que o governo japonês se

absteria de fazer comentários, mas que acompanhava as atividades. O Secretário expressou que o Japão havia transmitido ao lado chinês que esperava que a China se mostrasse preparada a enfrentar os problemas comuns que a comunidade internacional enfrenta de forma orientada para o futuro, em vez de focar excessivamente nos infortúnios passados da história. Suga declarou que transmitira ao lado chinês o desejo de que fosse incluído no evento algum elemento referente à reconciliação e amizade construída entre Japão e China desde a normalização das relações na década de 1970, em vez de um suposto sentimento anti-Japão. Porém, lamentava que tais elementos não estivessem presentes no discurso proferido pelo presidente Xi Jinping (JAPÃO, 2015).

Naquele mesmo contexto – de comemoração pelas sete décadas do fim do conflito – a atenção dos países asiáticos se voltou ao tradicional discurso proferido pelo primeiro-ministro do Japão para lembrar tal data, sendo aguardado com expectativa pelas vítimas das agressões japonesas durante o conflito. Tal expectativa era gerada devido à figura e posições políticas do atual primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe. A posição política e atuação de Shinzo Abe em grupos conservadores e nacionalistas é amplamente reconhecida. Como já mencionado, Abe foi membro da *Tsukurukai* e secretário geral do Grupo de Jovens Membros da Dieta Preocupados com o Futuro do Japão e a Educação Histórica. Abe também é membro destacado da Nippon Kaigi, a maior organização de direita do Japão, fundada em 1997, e uma representante de sua base conservadora – comparada ao movimento conservador norte-americano *Tea Party*¹⁰⁷ (KATO, 2014).

Além da já mencionada visita de Abe à Yasukuni em 2013, o revisionismo de Abe e de seus apoiadores se manifestou em seus primeiros meses no poder, quando se discutia no parlamento japonês a postura da Declaração Kono (1993) e a Declaração de Murayama (1995), em função dos cinquenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial. Abe declarou que seu governo não necessariamente abraçaria a declaração de Murayama em sua totalidade, e levantou polêmica quanto ao termo “agressão” utilizado na declaração de 1995¹. Segundo Abe, a definição de agressão ainda precisava ser estabelecida na academia ou na comunidade

¹⁰⁷ A Nippon Kaigi (日本会議) – que pode ser traduzido como Conferência do Japão – é uma associação que reúne nacionalistas com viés revisionista e afirma ter mais de trinta mil membros inscritos. O grupo tem por objetivo popularizar ideias conservadoras na sociedade japonesa, como: a revisão da Constituição pacifista; a reconstrução das forças armadas; defender a revisão histórica sobre a guerra de agressão como guerra de ‘libertação’ da Ásia Oriental e contra o colonialismo ocidental; a ilegitimidade do Tribunal de Tóquio (1946-1948); a negação ou suavização dos crimes de guerra, como em Nanquim; o incentivo ao patriotismo e educação moral; restauração do poder imperial, entre outros. A associação tem forte influência no legislativo japonês, sua Liga Parlamentar correspondia a 40% dos membros da Dieta japonesa em 2015 – somadas as duas Câmaras. Naquele mesmo ano, 16 dos 20 ministros do gabinete de Shinzo Abe pertenciam a Liga Parlamentar da Nippon Kaigi. É um movimento recente e com crescente poder na política japonesa (KATO, 2014; YOSHIFUMI, 2017).

internacional, pois algo que tenha acontecido entre as nações será visto de forma diferente, dependendo a partir de qual lado se olha os fatos. Tais afirmações ocorreram no âmbito das discussões sobre o discurso que seria proferido por Abe em agosto de 2015, devido aos setenta anos do fim do conflito. Por suas posições nacionalistas e revisionistas, temia-se que o conteúdo do discurso não repetisse a postura de reconhecimento das agressões e de arrependimento e desculpas por tais atos¹⁰⁸ (KOICHI, 2016; YOSHIFUMI, 2017).

O esperado discurso de Abe na cerimônia pelos setenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial não apresentou explicitamente caráter nacionalista e de rompimento com as declarações de primeiros-ministros anteriores. Afirmou que a posição articulada pelos gabinetes anteriores permaneceria inabalável no futuro, fez menção às motivações e tragédias geradas pela guerra ao povo japonês e países vizinhos, lembrando que o Japão expressou repetidamente os sentimentos de profundo remorso e sinceras desculpas por suas ações durante o conflito. Afirmou que o país, no passado, tomou o caminho errado e avançou pela estrada da guerra, um caminho devastador que o país não mais trilhará. Em parte do discurso, o primeiro-ministro japonês lembrou especialmente da luta emocional e dos grandes esforços necessários ao povo chinês, submetido aos sofrimentos da guerra.¹⁰⁹ No entanto, o discurso não contém um pedido de desculpas do próprio primeiro ministro e de seu gabinete, diferente dos governos anteriores, apenas destaca que o Japão tem repetidamente expressado remorso e pedidos de desculpa.¹¹⁰ Um trecho em especial atraiu atenção na declaração e diz respeito às gerações japonesas futuras, argumentando que as gerações do pós-guerra já excedem 80% da população japonesa, e que “não devemos deixar que nossos filhos, netos e até futuras gerações que não têm nada a ver com essa guerra estejam predestinados a pedir desculpas” (JAPÃO, 2015)¹¹¹. A forma como Abe se expressou parece sugerir que o Japão já havia se desculpado o suficiente pelos governos anteriores, indo de encontro à ideia de nacionalistas e revisionistas japoneses, que defendem uma reforma nos livros didáticos de história no Japão. Como mencionado, para tal grupo a versão da história ensinada aos estudantes japoneses oferece uma visão “masoquista” da história, baseada na narrativa do Tribunal de Crimes de

¹⁰⁸ Shinzo Abe stance on war anniversary risks reigniting regional tensions, Financial Times, February 2015. Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/0/63767eae-bd96-11e4-9d09-00144feab7de.html#slide0>>.

¹⁰⁹ No original: *How much emotional struggle must have existed and what great efforts must have been necessary for the Chinese people who underwent all the sufferings of the war[...]* (JAPÃO, 2015a).

¹¹⁰ No original: *Japan has repeatedly expressed the feelings of deep remorse and heartfelt apology for its actions during the war [...] Such position articulated by the previous cabinets will remain unshakable into the future* (JAPÃO, 2015a)

¹¹¹ No original: *In Japan, the postwar generations now exceed eighty per cent of its population. We must not let our children, grandchildren, and even further generations to come, who have nothing to do with that war, be predestined to apologize* (JAPÃO, 2015a)

Guerra de Tóquio – por conterem relatos das agressões e atrocidades cometidas pelos militares japoneses durante a guerra.

A resposta oficial da chancelaria chinesa ao discurso de Shinzo Abe permaneceu na linha crítica às posturas do primeiro-ministro japonês, mas uma crítica mais contida do que o habitual. O comunicado publicado pela porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China relembra que a questão histórica tem uma relação direta com a base política das relações China-Japão, reiterando o sofrimento causado pelo militarismo japonês, argumentando que é necessário ao Japão encarar esse período para que mantenha em mente as lições da história, permitindo que o país possa desenvolver boas relações com seus vizinhos. A crítica velada a Abe aparece no trecho em que a chancelaria chinesa afirma que o Japão deveria ter feito uma declaração explícita sobre a natureza da guerra e do militarismo, feito um pedido sincero de desculpas aos povos vitimados pelo Japão e não ser evasivo no tocante ao seu passado de agressão. A nota ainda exorta o lado japonês a respeitar plenamente as declarações sérias e os compromissos que assumiu com o lado chinês sobre as questões históricas desde a normalização das relações entre os países (CHINA, 2015). A reação mais crítica às declarações de Abe ficou a cargo da mídia chinesa, a agência de notícias oficial Xinhua afirmou que a declaração envolveu uma espécie de pedido de desculpas vago, apontando que o discurso foi amplamente percebido pela população chinesa como “faltando com sinceridade”. Colunistas da agência afirmaram que Abe utilizou de truques linguísticos e manobras retóricas ao invés de oferecer um pedido de desculpas inequívoco.¹¹²

Outros atos do governo Abe classificados como de caráter nacionalista e revisionista incluem a oposição a decisão da UNESCO em inscrever documentos relacionados ao Massacre de Nanquim no Registro de Memórias do Mundo da instituição, suspendendo o financiamento a UNESCO como forma de desagravo. O governo japonês também condenou a instalação de estátuas que homenageiam e lembram as ‘mulheres de conforto’ em São Francisco e diante de suas representações diplomáticas em Seul e Busan – nos EUA e Coreia do Sul respectivamente –, além de acusar a instalação dos monumentos de violação da Convenção de Viena de 1961 em seu Artigo 22¹¹³. O governo de Abe também foi investigado

¹¹² *Commentary: Abe's Watered-down Apology Fails Sincerity Test*, News Agency Xinhua, August 2015. Disponível em: < <http://en.people.cn/n/2015/0814/c90780-8936388.html>>; *China Calls for Sincere Apology after Abe's Statement*. News Agency Xinhua, August 2015. Disponível em: < http://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-08/15/content_21606447.htm>; *Absence of Direct "Apology" Reveals Abe's Lip Service*, News Agency Xinhua, August 2015. Disponível em: < http://www.chinadaily.com.cn/world/2015victoryanniv/2015-08/15/content_21606453.htm>.

¹¹³ Mais especificamente o Parágrafo 2º do Artigo 22 de Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961: O Estado acreditado tem a obrigação especial de adotar todas as medidas apropriadas para proteger os

e denunciado pelo Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, por sua postura de cercear a liberdade de imprensa ou censurar veículos midiáticos no tocante às temáticas sobre a história da guerra. O relator da ONU também apontou o desaparecimento gradual das referências às ‘mulheres de conforto’ na imprensa japonesa. O assédio a jornalistas acontece também em âmbito internacional, como no caso do jornalista alemão Carsten Germis – do *Frankfurter Allgemeine Zeitung* –, que aponta o governo Abe como excessivamente sensível às críticas sobre questões históricas e agressivo nas tentativas de suprimir tais opiniões, um movimento impulsionado pela direita japonesa em seu projeto de encobrir a história¹¹⁴ (KINGSTON, 2015; ONU, 2016; KOICHI, 2016).

As pesquisas de opinião pública realizadas pela Genron NPO e *China International Publishing Group* – responsável pelo gráfico de impressões mútuas apresentado na Introdução do trabalho – demonstram o efeito das percepções históricas divergentes entre os dois povos. Os questionários da pesquisa abordam diversos temas sobre as relações bilaterais, entre eles as razões apontadas pelo público para a impressão desfavorável entre as duas sociedades. As pesquisas recentes demonstram que cerca de 60% dos japoneses e 90% dos chineses entrevistados enxergam as questões históricas como um grande obstáculo para a melhora das relações sino-japonesas. Em relação às questões históricas que os entrevistados acreditam que devem ser resolvidas, mais de 60% dos japoneses citaram a educação e os livros didáticos com conteúdo antijaponês utilizados pelo ensino chinês; quanto aos chineses, mais de 60% dos entrevistados acreditam que a percepção japonesa das invasões à China deve ser resolvida para que a relação bilateral avance de forma positiva, outro ponto importante para os chineses é a falta de um pedido sincero de desculpas pela agressão da guerra. Os resultados demonstram que há uma diferença significativa na compreensão das questões históricas entre as sociedades, reflexo das percepções distintas e prevalentes nas interações oficiais entre os dois governos (GENRON, 2018).

Uma vez que a memória histórica é algo intangível, é impossível separar claramente as percepções individuais da história das construções da narrativa nacional estatal. Elementos como livros didáticos e monumentos nacionais têm por objetivo a criação de símbolos que evoquem a história da nação aos indivíduos de determinada sociedade – uma prática utilizada por Estados no mundo todo. As elites nacionais, como podemos ver nos casos de China e Japão, acabam por ter o poder de selecionar quais partes da história devem ser lembradas e

loais da Missão contra qualquer intrusão ou danos e evitar perturbações à tranquilidade da Missão ou ofensas à sua dignidade (VIENA, 1961).

¹¹⁴ Após escrever um artigo crítico ao revisionismo histórico da administração Abe, o jornal recebeu a visita do cônsul japonês em Frankfurt para esclarecer as objeções de Tóquio quanto à matéria.

quais devem ser esquecidas. Locais como o santuário de Yasukuni, o museu Yushukan e o Memorial da Paz de Hiroshima¹¹⁵ no Japão; ou os memoriais *Chinese People's Memorial Hall of the Anti-Japanese War*, *Memorial Hall for the Victims in Nanjing Massacre* e *Exhibition Hall of Crime Evidences* na China, podem ser definidos segundo o conceito de Pierre Nora como 'lugares de memória' (*lieux de mémoire*). Para Nora, esses lugares podem ser compreendidos pela intersecção de três sentidos de lugar: o lugar material, o funcional e o simbólico. Material, pois é a dimensão física em que a memória social pode ser incorporada, pertencente ao mundo sensível; é um lugar funcional porque possui ou lhe foi atribuída a função de embasar a memória social, torna-se objeto de um ritual; e finalmente simbólica, pois é onde se expressa e apresenta a memória coletiva de um grupo. Material ligado ao físico, funcional à cristalização e transmissão da lembrança, simbólico por transmitir a terceiros uma experiência por eles não vivida. Um 'lugar de memória' também é fundamentalmente caracterizado pela interação entre memória e história, que conduz a uma sobredeterminação recíproca entre tais fundamentos (NORA, 2008). Nesses espaços, o desejo da lembrança – a vontade de memória – deve ser priorizado desde o início, pois na ausência dessa vontade/intenção o lugar torna-se apenas um lugar histórico, portanto são:

[...] lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e morte, de tempo e de eternidade numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel. [...] Pois, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: os lugares de memória vivem de sua aptidão para a metamorfose, no ressurgimento incessante de seus significados e arborescência imprevisível de suas ramificações. (NORA, 2008, pp. 34, tradução nossa)

Para além do espaço em si, o conteúdo que se exhibe/disponibiliza é uma questão importante, pois a materialização e conteúdo intelectual presentes naquele espaço formam o caráter retórico da instituição. Os espaços de memória funcionam como experiências emocionais e sensoriais sobre os indivíduos, com efeitos físicos e cognitivos. Convidam os visitantes a assumirem determinadas posições específicas dentro da narrativa que apresentam. Tais posições buscam moldar as percepções do visitante, o que pode incluir um ponto de vista excludente em relação ao 'outro'. O objetivo é guiar as experiências e a interpretação de

¹¹⁵ Complexo de parque e museu em homenagem às vítimas do bombardeio nuclear norte-americano sobre a cidade de Hiroshima, um espaço para lembrar que a cidade foi o primeiro centro urbano vítima de um bombardeio do tipo. Apresenta monumentos de lembrança e pedidos de paz, expõe fotografias e pertences de vítimas, artefatos da bomba atômica, testemunhos de sobreviventes, entre demais exposições

características específicas que desejam demonstrar ao indivíduo, transformando em uma experiência holística de memória – o indivíduo interage com o espaço de forma completa, reunindo os fragmentos de memória disponibilizados (NELSON, 2003).

Desde a ascensão do Estado-nação moderno e o estabelecimento de suas instituições e práticas, os livros de história foram utilizados como componentes importantes na construção e reprodução das narrativas nacionais – a partir do enaltecimento da nação, da consolidação da identidade nacional e na fundamentação de sistemas políticos e sociais específicos do grupo. Dessa forma, livros didáticos de história são comumente utilizados como instrumentos ideológicos com o fim de promover um conjunto de crenças e legitimar a ordem política e social estabelecida, de forma a atender os interesses de classes e grupos dominantes – prática utilizada em grande parte dos Estados nacionais. É ingênuo pensar que os currículos escolares reproduzem um conhecimento ou narrativas neutras, pois o que se toma como conhecimento ou narrativas legítimas é resultado de relações de poder complexas. Tais obras são construções particulares da realidade, formas particulares de seleção e organização de um amplo universo de conhecimento disponível. Representam as seleções, visões de conhecimento e cultura legítimos de alguém ou de algum grupo, que ao legitimar o capital cultural de um ‘eu’ exclui o capital cultural do ‘outro’. São elementos na criação do que uma sociedade reconhece como legítimo e verdadeiro (APPLE & CHRISTIAN-SMITH, 1991; ROSE, 2005).

Dentro do universo dos livros didáticos de história, os conflitos nos quais um grupo se envolveu não terminam ao fim das batalhas, mas se tornam instituições sociais que podem ser reproduzidas através de discursos e narrativas nacionais com diversos fins, entre eles o de garantir legitimidade para elites políticas. As memórias sobre conflitos contra grupos distintos podem ser utilizadas como elemento para construir uma identidade nacional através de uma linguagem de exclusão, o que pode fundamentar estereótipos e imagens opostas ao ‘outro’. Essa identidade coletiva baseada na oposição a outro grupo deve ser compreendida como fundamental nos processos de legitimação da violência, uma vez que o inimigo estereotipado criado por aquele processo torna-se alvo de discriminação e violência legitimadas. A educação histórica na China e Japão tornou-se fonte de discursos e narrativas de exclusão, uma vez que os dois países utilizam diferentes critérios e abordagens em relação aos mesmos eventos, experiências nacionais que podem ser comparadas através de discursos e narrativas. A descrição de um mesmo evento histórico de forma intensamente diferente nos livros didáticos acarretam desentendimentos nas relações bilaterais, e países com longo histórico de

conflitos são particularmente sensíveis à forma como suas histórias são descritas e ensinadas por seus antigos antagonistas – as sociedades tendem a exigir que os livros, mesmo os estrangeiros, retratem com fidedignidade o que entendem como verdade histórica. Narrativas, interpretações ou perspectivas divergentes podem levar a novos conflitos entre antigos inimigos, mesmo que retoricamente. Portanto, livros didáticos são agentes da memória tão importantes quanto lugares de memória, pois moldam a forma como nos entendemos como sociedade, assim como a forma que somos entendidos pelo ‘outro’ (JABRI, 1996; WANG, 2014).

As fontes de memória – entre elas os lugares de memória e os livros didáticos como evidenciado aqui – tornam o esquecimento de traumas e glórias escolhidos, eventos selecionados, algo impossível. Esta é uma das razões para que as sombras das guerras entre China e Japão ainda parem sobre as duas sociedades, mesmo mais de sete décadas após o fim do conflito e quatro décadas após a normalização das relações bilaterais. Em ambos os países a história do período não existe apenas através de monumentos e livros de história, mas pode ser revivida a qualquer momento por manifestações polêmicas de líderes e políticos, exposição dos fatos em meios de comunicação, publicação de livros, etc. Os símbolos e significados históricos sensíveis deixados pelas guerras sino-japonesas podem reacender animosidades entre as duas nações, em um processo contínuo de diferenciação e rancor.

CAPÍTULO 3. A DETERIORAÇÃO DA RELAÇÃO DE SEGURANÇA ENTRE CHINA E JAPÃO NO PÓS-GUERRA FRIA

Como mencionado anteriormente, o fim da Guerra Fria impactou de forma direta a relação de segurança entre China e Japão, transformando o ambiente estratégico da Ásia Oriental. Aquele foi um momento histórico, pela primeira vez China e Japão aparecem como grandes potências simultaneamente. Ainda que não tenham se antagonizado de modo direto, a evolução do ambiente asiático-oriental passou a provocar desconfianças mútuas entre chineses e japoneses. As divergências e disputas entre as duas nações, que haviam sido contidas pela aliança contra um inimigo comum, passam a se tornar questões de segurança durante e após a década de 1990. A partir daquele momento, China e Japão passaram a encarar o desafio de redefinirem seu papel no âmbito regional e global, uma decisão com base em interesses domésticos e externos. A China dedicando a desenvolver sua economia e se tornar uma potência novamente, mas sem esquecer a interferência ocidental sofrida por quase um século devido a sua fraqueza. Emergia na sociedade chinesa um nacionalismo crescente, produto da campanha de educação patriótica – que tinha o Japão como importante elemento. O Japão – há duas décadas como segunda potência econômica mundial – patinava entre o legado da sua estratégia de desenvolvimento sob proteção norte-americana e sua condição pacifista, se questionando sobre o futuro da cooperação de segurança com os EUA na nova conjuntura de poder global unipolar. O futuro da aliança nipo-americana era de interesse estratégico para a China, que observava na política doméstica do Japão o aumento da influência de políticos nacionalistas e revisionistas – que expressavam sua relutância em reconhecer a guerra de agressão contra a China. A emergência das distintas interpretações sobre a história das guerras sino-japonesas, inevitavelmente, se entrelaçou com as temáticas de segurança e as desconfianças mútuas, se tornando assunto comum nas questões de segurança regional.

Aos elementos inexequíveis de mudança – a história *per se* do conflito bilateral e a condição geográfica de proximidade – somou-se a percepção de que os dois países estavam em direções opostas, aumentando a insegurança entre os dois povos: a China com suas altas taxas de crescimento, o Japão em um aparente declínio relativo; a disputa territorial, que havia sido deixada de lado nas negociações de reaproximação, começa a se tornar um ponto de atrito entre os dois Estados; a contingente necessidade de Japão e EUA reavaliarem sua aliança de segurança – agora que sua razão de ser já não mais existia – impactava

consequentemente na segurança chinesa; o concomitante aumento dos investimentos e desenvolvimento militar chinês temendo que, apesar da estratégia de engajamento e promessas de cooperação, EUA e Japão se unissem de forma a evitar a ascensão chinesa como potência. Somaram-se a tais fatores o perigo representado pelos armamentos e poderio nuclear da Coreia do Norte, assim como as questões de segurança envolvendo Taiwan, que ajudaram a aprofundar as tensões na relação sino-japonesa (EDSTRÖM, 2011).

China e Japão possuem uma série de apreensões e suspeitas mútuas quanto a segurança regional, os dois países se engajaram em uma competição estratégica aqui apresentada em duas discordâncias fundamentais para ambos os Estados. A primeira divergência se dá quanto às disputas territoriais no Mar da China Oriental e a soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku. O controle administrativo das ilhas está sob comando japonês, mas a China contesta o domínio japonês sobre elas. O presidente chinês, Xi Jinping, afirmou que a China “absolutamente não permitirá que qualquer pessoa, qualquer organização, qualquer partido político – a qualquer momento, de qualquer forma – separe qualquer parte do território chinês da China”.¹¹⁶ Assim como a China, o Japão afirma que as ilhas, sob seu controle administrativo, são parte inerente do território japonês e, portanto, não está aberto a qualquer questionamento de soberania. A disputa pelo arquipélago também tem ocasionado encontros frequentes entre embarcações das duas nações – no que Tóquio intitula de invasões, Pequim denomina de patrulhas. Sendo assim, os dois Estados assumem posições conflitantes, não negociáveis e com pouca perspectiva de mudanças (WALDRON, 2014).

A segunda discordância fundamental entre as duas nações se dá por suas distintas percepções de ameaças. O Livro Branco de Defesa da China identifica uma série de ameaças à segurança de seus interesses nacionais – os quais se pode inferir que englobam as ações japonesas. Cabe aqui destacar: as críticas ao fortalecimento das alianças regionais com os Estados Unidos, que a China interpreta como não transparentes, dirigidas contra terceiros (ao estilo da Guerra Fria), desestabilizadoras regionais e globais devido ao uso de sistemas antimísseis balísticos – em suma, prejudiciais à segurança comum; aponta também as ameaças japonesas à soberania territorial chinesa e a seus direitos marítimos, assim como as reivindicações de soberania marítima por outros Estados nos mares do sul e do leste da China.¹¹⁷ Como forma de fazer frente às ameaças, a China investiu consideravelmente no

¹¹⁶ *No loss of 'any piece' of land*, Highlights of Xi's speech at rally marking PLA's 90th anniversary. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2017-08/02/content_30327309_9.htm>.

¹¹⁷ *China's Policies on Asia-Pacific Security Cooperation*, The State Council Information Office of the People's Republic of China, January 2017. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2017/01/11/content_281475539078636.htm>.

setor de defesa, destinado a um vigoroso projeto de modernização militar. As forças navais chinesas também se tonaram mais presentes nos mares do sul e leste, visando conter as ameaças percebidas ao seu território marítimo (BUSH, 2013).

As visões do Japão parecem opostas às da China quanto à segurança regional. Os japoneses enxergam na presença dos Estados Unidos uma força tranquilizadora na região, considerando as reivindicações marítimas unilaterais pela China como uma grande preocupação regional. Porém, as maiores preocupações de Tóquio surgem dos volumosos gastos militares de Pequim e a falta de transparência nos gastos e capacidades militares do país. Soma-se a tais fatores o aumento da atividade militar chinesa nos espaços marítimo e aéreo japonês – interpretados como uma ameaça à segurança do Japão e uma tentativa de minar o status quo quanto às ilhas disputadas. Visando reforçar sua capacidade de fazer frente ao que classifica de agressão chinesa, o Japão vem fortalecendo suas capacidades de defesa, bem como aprofundando as relações de segurança com os principais países da região, assim como sua aliança com os EUA. A aliança nipo-americana é vista pelo Japão como a pedra angular da segurança na região da Ásia-Pacífico. Essas percepções de ameaça entre China e Japão são diametralmente opostas, não mostrando sinais de mudança nos anos recentes (FRÖHLICH & LOEWEN, 2018).

Em 2017 a China publicou seu primeiro Livro Branco especificamente sobre cooperação em segurança na região da Ásia-Pacífico, em que prenuncia que o país será no futuro uma grande potência militar e importante fonte de estabilidade para a segurança regional da Ásia – não desafiadora da ordem, nem defensora de começar uma estrutura de segurança do zero, mas de melhorar os mecanismos de segurança já existentes na região. O documento aborda uma série de temas em desacordo com as posições do Japão, como a crítica a alianças e a promoção de normas e instituições baseadas nos "cinco princípios de coexistência pacífica" da China – princípios políticos que defendem a não interferência nos assuntos internos de outros países e a resolução pacífica de conflitos.¹¹⁸ O Japão, por outro lado, defende sua aliança com os Estados Unidos, assim como as normas e instituições existentes. Os diversos governantes japoneses têm afirmado ao longo das décadas que a presença norte-americana é de suma importância para garantir a plena liberdade de navegação e aérea na região.¹¹⁹ O atual premiê japonês, Shinzo Abe, tem insistido na importância da

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ “*Peace and prosperity in Asia, forevermore: Japan for the rule of law, Asia for the rule of law, and the rule of law for all of us*”. The 13th IISS Asian Security Summit -The Shangri-La Dialogue-Keynote Address by Shinzo Abe, Ministry of Foreign Affairs of Japan, May 2014. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page4e_000086.html>.

aliança nipo-americana e na presença dos EUA na região como forma de se fazer uma Ásia que respeite a liberdade, a democracia, os direitos humanos e o estado de direito – críticas veladas à assertividade e ao modelo político chinês.¹²⁰

Como se pode perceber, na relação de segurança sino-japonesa existe um elemento indispensável a se levar em consideração: a aliança de segurança entre Japão e EUA. Tal aliança tem sido essencial para a evolução da segurança nacional japonesa desde o pós-Segunda Guerra Mundial, assim como é considerada fundamental para a presença norte-americana no Pacífico Ocidental – vista pelos EUA e seus aliados como garantidora da estabilidade da segurança regional. A aliança nipo-americana tem um sentido paradoxal para a estratégia de defesa da China. Aquela aliança serviu para evitar uma possível remilitarização japonesa, uma vez que vinculou a defesa do país às forças norte-americanas e a Constituição Pacifista – imposta pelos EUA e seus aliados durante a ocupação do arquipélago. Porém, sob outra perspectiva, aquela aliança de segurança gera inquietação e suspeitas aos chineses, que enxergam também a possibilidade de que a aliança possa ser utilizada como instrumento de contenção à sua ascensão. A presença influente das forças militares norte-americanas na região da Ásia-Pacífico norteiam as estratégias de defesa tanto do Japão quanto da RPC. Sendo assim, possíveis projeções sobre as perspectivas de segurança na região não podem ignorar o desenvolvimento estratégico das três potências, bem como suas perspectivas particulares para a segurança regional (DRIFTE, 2003).

3.1. *A aliança de segurança Japão-EUA*

Após o término da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da Ocupação Aliada¹²¹ (1945-1952), o desenvolvimento do contexto da Guerra Fria fomentou a consolidação de uma forte aliança de segurança entre EUA e Japão. Tal aliança foi oficializada a partir do Tratado de Segurança entre Japão e Estados Unidos de 1951,¹²² posteriormente revisada em 1960, com o Tratado de Cooperação e Segurança Mútua entre Japão e EUA.¹²³ A aliança formada pelos antigos adversários permitiu a criação das Forças de Autodefesa Japonesas, limitadas à defesa

¹²⁰ “*Shared Values and Democracy in Asia*”, Speeches and Statements by the Prime Minister Shinzo Abe, Prime Minister of Japan and His Cabinet, January 2016. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201601/1215564_10999.html>.

¹²¹ A Força de Ocupação no Japão, liderada pelo norte-americano General Douglas MacArthur, era denominada oficialmente como *Supreme Commander of the Allied Powers* (SCAP) – Comando Supremo das Forças Aliadas.

¹²² *Security Treaty Between the United States and Japan, September 8, 1951*. The Avalon Project, Yale Law School. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/20th_century/japan001.asp#b1>.

¹²³ *Treaty of Mutual Cooperation and Security Between Japan and The United States of America, 19th day of January, 1960*. Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: < <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>>.

do país (1954), assim como autorizou a continuidade da presença e atuação norte-americana em território japonês.¹²⁴ A permanência das forças norte-americanas no arquipélago tinham objetivos certos: garantir que o Japão estivesse do lado capitalista do conflito bipolar global e conter a influência comunista no Extremo Oriente. A limitação das forças militares japonesas, disposta no Artigo 9 da Constituição do Japão de 1947,¹²⁵ deixou a segurança do arquipélago sob salvaguarda das forças dos EUA, fundamentada segundo o Tratado de 1960, condição mantida até a atualidade. Ainda hoje, os norte-americanos mantêm no Japão 32 bases e instalações, além de 48 áreas restritas para treinamentos aéreos e marítimos, com cerca de cinquenta e seis mil militares estacionados em território japonês (USFJ, 2018; EUA, 2019).¹²⁶

Com o desaparecimento da URSS, o principal elemento incentivador da aliança nipo-americana, tal arranjo ficou sem um inimigo em particular ou sua principal razão de existir. A década de 1990 seria, portanto, um período de redefinição da relação de segurança EUA-Japão, bem como do papel japonês na segurança regional e global. As mudanças a partir daquela conjuntura ocorreram pelas novas percepções de ameaças e recálculos estratégicos da aliança com os EUA. Neste último aspecto, o Japão parecia encarar o dilema da aliança secundária: estar aprisionado a uma aliança em que é obrigado a cooperar ou em uma aliança de baixo comprometimento, em que os apoios mútuos não são garantidos.¹²⁷ Ou seja, escolher entre se envolver com os compromissos de segurança norte-americanos ou prezar por uma autonomia, arriscando-se a ser deixado de lado pelos EUA. Para os estrategistas japoneses, a primeira alternativa pareceu mais benéfica ao país devido às perspectivas de mudanças no equilíbrio de poder regional, o que os impulsionou a revisar a abordagem japonesa à segurança internacional e seu papel na aliança nipo-americana. O Japão buscava se engajar de maneira mais ativa no contexto regional, sobretudo a partir da primeira década do século XXI, com a ascensão da China. E foi essa redefinição, que gerou transformações nas funções das Forças de Autodefesa Japonesas, que acabaram por causar o aumento das desconfianças chinesas sobre os propósitos militares do Japão e da aliança com os norte-americanos (ENVALL, 2017).

¹²⁴ Para mais detalhes, consultar os Artigos V e VI do Tratado de 1960.

¹²⁵ No qual o Japão renuncia à guerra como direito soberano da nação, bem como renuncia ao uso da força como meio para resolver disputas internacionais. Visando cumprir tal objetivo, o país não pode manter forças terrestres, marítimas e aéreas e outros potenciais de guerra. O direito de beligerância do Estado não é reconhecido (CONSTITUIÇÃO, 1947).

¹²⁶ O número de militares norte-americanos estacionados na região Ásia-Pacífico (Hawaii, Guam, Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Filipinas, Singapura e Austrália) é de quase 133 mil soldados, sendo o Japão o território com o maior número (EUA, 2019).

¹²⁷ Para informações mais profundas sobre o dilema da segurança em alianças, consultar Sneyder, 1984 (SNYDER, 1984).

3.1.1. *A insatisfação norte-americana com o aliado japonês*

No início da década de 1990 surgiram as primeiras demandas para que o Japão reexaminasse sua política de ação internacional, a partir do contexto da Guerra do Golfo (1990-1991), procedentes da pressão norte-americana para que o Japão atuasse de forma mais relevante nas questões de segurança regionais e globais – condizente com sua posição de segunda potência econômica. Como aliado convocado a auxiliar os EUA no conflito, a liderança japonesa argumentou a indisponibilidade em se envolver devido a suas limitações constitucionais, irritando a liderança norte-americana. Após ser pressionado, o Japão utilizou de sua tradicional ferramenta de política externa, “a diplomacia do talão de cheques”, disponibilizando um valor de US\$13 bilhões – tornando o país um dos principais financiadores do conflito.¹²⁸ Porém, aquela ferramenta diplomática – que inserira o Japão, nas décadas de 1970-1980, no clube das potências que discutiam o futuro global – já não tinha o mesmo peso, e o reconhecimento da participação japonesa foi secundário, chocando os formuladores da política externa do país, que interpretaram que o Japão fora “humilhado”.¹²⁹ O impacto desse sentimento, somado às pressões dos EUA, impulsionaram o Japão a buscar uma reformulação da sua política externa e de segurança – uma adaptação da Doutrina Yoshida, que o Japão adotara desde o pós-guerra.¹³⁰ Porém, os estrategistas japoneses não desejavam pôr fim a aliança nipo-americana, mas redefinir esse vínculo para uma parceria mais consistente – conservando o princípio da Doutrina Yoshida de “estar junto aos fortes” (EDSTRÖM, 2011; JIRO, 1992).

Às críticas quanto à assistência diminuta do Japão na Guerra do Golfo se somaria às críticas norte-americanas ao papel do Japão na crise nuclear da Coreia do Norte, em 1993-

¹²⁸ Os intensos debates domésticos no Japão não permitiram o envio de tropas, mas apenas a contribuição financeira durante a Crise do Golfo. A contribuição japonesa foi criticada por parte da comunidade internacional como ‘muito pouco e tarde demais’, além das críticas por se recusar a cooperar com recursos humanos (JIRO, 1992) (JAPÃO, 1992).

¹²⁹ Para maiores detalhes sobre o “choque” dos formuladores da política externa japonesa após a Guerra do Golfo, consultar Edstrom, 2011 (EDSTRÖM, 2011).

¹³⁰ No pós-Segunda Guerra, o Japão aproveitara da segurança garantida pela aliança com os EUA para adotar uma postura de baixo perfil na área política e militar, focando sua atenção no desenvolvimento econômico do país. A estratégia de que o Japão poderia crescer sob proteção dos EUA, em detrimento da independência nos assuntos externos, ficou conhecida como “Doutrina Yoshida” – por ter sido uma política adotada pelo primeiro-ministro Shigeru Yoshida (1946-1954). O primeiro-ministro, interpretando o contexto da Guerra Fria, baseou sua política externa em um princípio samurai: o guerreiro inteligente busca trabalhar para um senhor forte; (長い物には巻かれろ/ながいものにはまかれろ) estar acompanhado dos fortes – portanto, o Japão derrotado deveria buscar apoio em um país forte (EDSTRÖM, 2011; SUGITA, 2016).

1994.¹³¹ Novamente os estrategistas americanos se queixaram da falta de apoio logístico e marítimo por parte de seu aliado, que mais uma vez alegou que tal apoio violaria a Constituição japonesa (FOUSE, 2004). A ameaça norte-coreana incentivou o debate sobre a necessidade de mudanças na política de defesa japonesa, que passou a ser discutida no âmbito da aliança nipo-americana e domesticamente, resultando na revisão das Diretrizes para a Cooperação de Defesa EUA-Japão, em 1997.¹³² O governo japonês se viu impelido a trabalhar com Washington para reestruturar a aliança de forma a lidar de maneira mais eficaz com os problemas regionais do pós-Guerra Fria. A natureza fundamental da aliança nipo-americana foi transformada: não mais seria voltada a combater um inimigo específico – como a extinta URSS –, mas uma aliança para lidar com fontes latentes e não específicas de insegurança, de forma a preservar a estabilidade na Ásia-Pacífico (KAMIYA, 2003).

3.1.2. As Novas Diretrizes da Aliança Japão-EUA

A renovação e otimização da aliança entre EUA e Japão não foi pensada, a princípio, como ferramenta para conter a China, mas para aumentar a colaboração japonesa nas missões lideradas pelos EUA – como a Guerra do Golfo (1990-1991) – e dar apoio logístico aos norte-americanos na segurança contra as ameaças da Coreia do Norte. Em 1996, os governos japonês e norte-americano divulgaram a Declaração Conjunta de Segurança Japão-EUA,¹³³ posteriormente aprimorada nas Diretrizes para a Cooperação de Defesa Japão-EUA, de 1997. As novas diretrizes continuavam garantindo a presença das forças norte-americanas na Ásia e os compromissos de segurança e cooperação entre EUA e Japão.

A característica fundamental das novas diretrizes é que se inicia a flexibilização de funções das Forças de Autodefesa Japonesas, como: apoio logístico aos EUA em situações emergenciais; cooperação em possíveis ameaças na região circundante ao Japão; aprofundamento da cooperação entre militares dos dois países, busca por readequar a aliança ao ambiente de segurança regional; reafirmou o compromisso japonês em atividades internacionais de ajuda humanitária, operações de socorro emergenciais e cooperação em atividades de manutenção de paz lideradas pela ONU (DIAN, 2014). Naquele momento se

¹³¹ Em síntese, a crise se deu pela ameaça norte-coreana em abandonar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, o anúncio da Agência Internacional de Energia Atômica de que não poderia assegurar que o país asiático não estivesse produzindo armamentos nucleares, resultando na pressão norte-americana contra a Coreia do Norte. Para o Japão, o sentimento de ameaça já vinha sendo alimentado pelo teste balístico norte-coreano que atingiu o Mar do Japão, em 1993 (AIEA, 2018; FOUSE, 2004).

¹³² *The Guidelines for Japan-U.S. Defense Cooperation, September 23, 1997.* Japan Ministry of Defense. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/19970923.html>.

¹³³ *Japan-U.S. Joint Declaration on Security - Alliance for the 21st Century, 17 April 1996.* Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/security.html>>.

manteve a proibição – estabelecida pelo Artigo 9 da Constituição – do envolvimento das forças japonesas em atividades ofensivas, assim como a proibição do exercício da segurança coletiva e autodefesa coletiva. Ainda assim, a possibilidade de que o Japão pudesse auxiliar as forças norte-americanas na região levantou críticas do governo chinês, uma vez que o conceito de ‘região’ não havia sido determinado quanto a cooperação em possíveis ameaças na região circundante ao Japão. As Diretrizes apontam que a conceituação de ‘áreas ao redor do Japão’ não era geográfica, mas situacional. Pequim viu com desconfianças a possibilidade de que tal conceituação abrangesse Taiwan (JAPÃO, 1997).¹³⁴

Ainda nessa conjuntura, a ameaça norte-coreana se intensificou quando, em 1998, um míssil disparado pela Coreia do Norte sobrevoou o território japonês, fomentando o início da cooperação nipo-americana para desenvolvimento de um sistema balístico de defesa antimísseis, aprovado pelo parlamento japonês em 1999. Porém, esse movimento é interpretado pelos estrategistas chineses como direcionado ao seu país, em um contexto marcado pelas recentes tensões entre a República Popular da China e Taiwan¹³⁵ e do posterior bombardeio equivocado da embaixada chinesa pelas forças da OTAN, durante a intervenção na Iugoslávia, em 1999 (NAMATAME, 2012).

Os compromissos firmados na revisão das diretrizes da aliança Japão-EUA, em 1997, lançaram as bases para passos seguintes. Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 marcaram outra mudança na política de segurança japonesa, mais uma vez incentivada por pressões norte-americanas. Na lógica das ações globais de combate ao terrorismo, capitaneada pelos EUA, o governo de Junichiro Koizumi (2001-2006) aprovou a Lei de Medidas Especiais Antiterrorismo e a Lei de Medidas Especiais de Assistência ao Iraque, em 2001 e 2003 respectivamente.¹³⁶ A lei de 2001 permitiu que o Japão colaborasse, de forma heterodoxa, com a Operação Liberdade Duradoura, no Afeganistão:¹³⁷ navios das Forças de Autodefesa foram enviados ao Oceano Índico para fornecer suporte logístico e reabastecer

¹³⁴ Para maiores detalhes sobre a possibilidade de atuação das forças de autodefesa japonesas na região circundante ao Japão, consultar os Artigos IV e V das Diretrizes de 1997.

¹³⁵ A crise no estreito de Taiwan (1995-1996) se origina na visita do então presidente taiwanês Lee Teng-hui aos Estados Unidos em 1995 e na possibilidade de fortalecimento do movimento independentista taiwanês. A viagem foi interpretada por Pequim como um desafio à ‘política de uma China’ e uma ameaça de apoio à independência da ilha por parte dos EUA, gerando uma escalada de tensões que culminaram no lançamento de mísseis pela RPC no estreito de Taiwan em julho de 1995 e março de 1996 – classificados por Pequim como exercícios militares (KHOO, SMITH, & SHAMBAUGH, 2005).

¹³⁶ O texto da Lei de Medidas Especiais Antiterrorismo, de 2001, encontra-se disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/policy/2001/anti-terrorism/1029terohougaiyou_e.html>. Os textos sobre a Lei de Medidas Especiais de Assistência ao Iraque estão disponibilizados em: <https://japan.kantei.go.jp/koizumispeech/2003/03/20danwa_e.html>.

¹³⁷ Como foi intitulada a campanha multinacional liderada pelos EUA contra o terrorismo pós-11 de Setembro de 2001, inicialmente direcionada contra as forças da Al Qaeda no Afeganistão.

embarcações norte-americanas e aliadas, atuando dessa forma de 2001 a 2010 (DIAN, 2014). A lei de 2003 possibilitou que o Japão enviasse tropas das Forças de Autodefesa ao Iraque,¹³⁸ em auxílio das forças de ocupação lideradas pelos norte-americanos. Pela primeira vez, desde a Segunda Guerra Mundial, o Japão enviava suas Forças de Autodefesa para operações militares no exterior sem um mandato da ONU.¹³⁹ As forças japonesas tinham como objetivo exclusivo colaborar para a reconstrução do país e participar em atividades humanitárias – as tropas japonesas deixaram o Iraque em 2006.¹⁴⁰ Porém, essas ações são vistas como simbólicas e uma mudança de atitude quanto ao papel internacional do Japão, gerando discussões domésticas sobre a violação da Constituição e sobre as características do apoio logístico dado às tropas norte-americanas. (TESLIK, 2006; ASHIZAWA, 2014). É perceptível que, a partir do governo Koizumi, a redefinição do papel japonês na aliança com os EUA passa a ser foco de mudanças. A aprovação das leis de 2001 e 2003, e o envio das forças de autodefesa podem ser considerados como o primeiro passo do exercício da autodefesa coletiva, ainda que velado. Essa revisão na agenda de segurança japonesa parecia almejar uma reforma institucional e normativa, que transformasse o Japão em uma “nação normal”¹⁴¹ (MCNEILL, 2010).

Em 2005 a aliança EUA-Japão deu outro passo com a aprovação do documento Aliança EUA-Japão: Transformação e Realinhamento.¹⁴² O documento atualizou os planos bilaterais de emergência previstos nas diretrizes de 1997, focando em medidas de promoção de interoperabilidade e compartilhamento de informações. Porém, alguns detalhes são importantes quanto às funções, missões e capacidades das forças japonesas, expressas no Artigo 2 do documento: permite a defesa e resposta por parte das forças japonesas à invasões

¹³⁸ Declaração do Primeiro-Ministro Koizumi sobre o envio das tropas ao Iraque: <http://www.mofa.go.jp/region/middle_e/iraq/issue2003/pmstate0312.html>.

¹³⁹ O Japão participava, desde 1992, de Operações de Manutenção da Paz coordenadas pela ONU – como no Camboja (1992-1993), Moçambique (1993-1995) e Timor Leste (1999-2004) –, mas com pequeno número de pessoal, sendo a maioria de civis (JAPÃO, 2005).

¹⁴⁰ Os conflitos no Oriente Médio são de interesse primordial do Estado japonês, uma vez que o país é extremamente dependente da importação de combustíveis fósseis, como petróleo, gás natural e carvão mineral. No ano de 2017 o Japão supriu 87% da sua necessidade energética através de combustíveis fósseis - 39% da energia primária consumida no Japão foi gerada a partir de petróleo, 25% a partir de carvão e 23% a partir de gás natural liquefeito; as fontes renováveis são responsáveis por 11%, enquanto a nuclear por 1%. Quase 100% do petróleo utilizado pelo Japão é importado. No ano fiscal de 2017, 87% das importações de petróleo tiveram o Oriente Médio como origem (ENERGY, 2019).

¹⁴¹ Em síntese, os defensores da 'normalização' do Japão argumentam que se passou tempo suficiente após o fim da Segunda Guerra Mundial, tendo o país demonstrado seu compromisso com a democracia e pacifismo. Portanto, defendem que o país possa desenvolver suas próprias forças armadas, cuidando de sua própria defesa como qualquer outro Estado (HUGHES C., 2017).

¹⁴² *Security Consultative Committee Document U.S.-Japan Alliance: Transformation and Realignment for the Future*, Japan Ministry of Foreign Affairs, October 29, 2005. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/security/scc/doc0510.html>>.

de ilhas remotas circundantes ao Japão; aponta a transição das Forças de Autodefesa Japonesas para uma postura de operações conjuntas; além das atribuições regionais, estabelece a importância da adaptação da aliança aos desafios globais. Essa nova fase da aliança abre a possibilidade de uma cooperação mais ampla, além do ambiente da Ásia Oriental. Portanto, o escopo da aliança foi gradualmente alterado: do foco na autodefesa (1960), para ação na região em torno do Japão (1997) e a partir de então uma cooperação mais ampla para além da região do Extremo Oriente (2001, 2003, 2005).

As mais recentes mudanças vieram na esteira da eleição de Shinzo Abe, ao final de 2012. Abe é um defensor reconhecido da “normalização” militar do Japão e da revisão constitucional no que tange ao Artigo 9. O objetivo de Abe foi de encontro aos desejos das autoridades norte-americanas para que a aliança avançasse no campo da cooperação militar, permitindo a participação japonesa em ações de defesa coletiva (EUA, 2015). Sendo assim, em julho de 2014, o gabinete do primeiro-ministro japonês publicou seu projeto para reinterpretar a Constituição¹⁴³, fundamentando e permitindo – entre outras medidas – o exercício da defesa coletiva de maneira limitada. A nova interpretação permite que em caso de um ataque armado contra um país que esteja em uma relação estreita com o Japão e, como resultado, ameace a sobrevivência do Japão, o uso da força – na medida mínima necessária – deverá ser interpretado como permitido nos termos da Constituição, sendo considerado como medida para autodefesa. A legislação gera controvérsias por sua falta de exatidão e por permitir que o Japão exerça a autodefesa coletiva, possibilitando o envio das Forças de Autodefesa para auxiliar um aliado em operações de combate no exterior, mesmo que o Japão não esteja sob ataque. Os críticos afirmam que tal atividade pode possibilitar que o país participe de um ataque a outro Estado, violando a Constituição. Causa polêmica pelo fato de que as Forças Japonesas poderão fornecer apoios de retaguarda, logístico e médico para os EUA em situações que possam ter impacto na segurança do Japão. Tal possibilidade vai contra as funções até então atribuídas às Forças de Autodefesa Japonesas, que seria unicamente proteger a paz e a segurança dentro dos limites do território japonês (JAPÃO, 2014).

É evidente que o Estado japonês vem adotando, desde meados da década de 1990, uma estratégia de *salami slicing* quanto a flexibilização das suas capacidades de defesa – uma normalização gradual através do encadeamento de pequenos avanços incrementais, uma

¹⁴³ *Cabinet Decision on Development of Seamless Security Legislation to Ensure Japan's Survival and Protect Its People*. July 1, 2014. Prime Minister of Japan and His Cabinet. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/96_abe/decisions/2014/___icsFiles/afiedfile/2014/07/03/anpohosei_eng.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

erosão gradativa e progressiva de seus limites constitucionais quanto à segurança. O Japão vem suspendendo as restrições que se autoimpôs durante a segunda metade do século XX: não enviar as Forças de Autodefesa ao exterior, não participar de arranjos coletivos de defesa, não possuir capacidade de projeção de poder, manter o teto de gastos de defesa em 1% do PIB, não compartilhar tecnologia militar nem exportar armamentos, não possuir armamentos nucleares nem fazer uso militar do espaço (PYLE, 2008; DIAN, 2014).

Como de praxe, o governo japonês justifica a estratégia como uma adequação a novas questões de segurança e fatores de desestabilização na região circundante ao Japão, que estão se tornando mais graves – como questões territoriais e aumento das capacidades/modernização militar dos países vizinhos. O Livro Branco de Defesa do Japão insiste que a China não tem indicado claramente os propósitos e objetivos de seu crescente gasto militar, e que o país continua a tomar ações assertivas nas disputas marítimas com países vizinhos – que para Tóquio são tentativas de mudar o status quo da região de maneira unilateral, por meio da coerção. Portanto, o Japão estaria se adaptando às mudanças no ambiente de segurança da região para cumprir sua responsabilidade de garantir a segurança do povo e território japonês.¹⁴⁴ A conduta mais assertiva da China na Ásia, sobretudo nas questões territoriais, começou a afetar a percepção japonesa sobre o poderio chinês. Além disso, a China se tornou mais ativa econômica e diplomaticamente no Leste Asiático, desenvolvendo mais profundamente relações bilaterais e estando mais ativa em instituições multilaterais, como a ASEAN. Como vimos, no início da década de 2000 as relações diplomáticas sino-japonesas começaram a se deteriorar no governo Koizumi, e o contexto de segurança se agravaria pela posterior intensificação da disputa territorial, exploração de recursos no Mar da China Oriental e aumento de incursões de embarcações chinesas em águas japonesas.

A chancelaria chinesa se pronunciou de maneira crítica a reinterpretação da Constituição japonesa e suas novas funções, lembrou que devido às razões históricas observa atentamente as políticas japonesas nos campos militar e de segurança. O porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China declarou que a aprovação da nova legislação de segurança do Japão é um movimento sem precedentes, e que as drásticas mudanças nas políticas militares e de segurança estão fora de sintonia com os tempos de paz, desenvolvimento e cooperação, levando a comunidade internacional a questionar se o país abandonará sua política exclusiva de defesa e se desviará do caminho do desenvolvimento

¹⁴⁴ *Annual White Paper 2015*. Japan Ministry of Defense Publications, 2015b. Disponível em: <http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2015.html>.

pacífico que segue desde o final da Segunda Guerra Mundial. Portanto, a chancelaria chinesa insiste que o lado japonês aprenda com as lições da história, considere os apelos doméstico e externo, analise como sérias as preocupações dos seus vizinhos asiáticos quanto à segurança, que se mantenha no caminho do desenvolvimento pacífico e aja com discrição em questões militares e de segurança, fazendo mais para promover a paz e a estabilidade regional, e não o contrário (CHINA, 2015a). Na mídia chinesa, o tom das críticas foi de que a nova legislação de segurança japonesa foi um abandono do pacifismo que perdurou por sete décadas, e afirma que grande parte dos especialistas constitucionais do Japão acredita que a nova legislação viola a carta-magna do país.¹⁴⁵

3.1.3. *Taiwan e o sistema de defesa de mísseis balísticos japoneses*

Embora China e Japão não se confrontem sobre o status ou soberania de Taiwan, os fatos ocorridos envolvendo a ilha afetaram indiretamente a percepção de ameaça mútua entre os dois países. Como citado, a invasão do espaço aéreo japonês por um míssil norte-coreano em 1998, intensificou o sentimento de insegurança e vulnerabilidade do arquipélago. Em um contexto de suspeitas quanto ao desenvolvimento de armas nucleares pela Coreia do Norte, a ameaça balística e o potencial risco de um conflito na península coreana transformaram-se em preocupação fundamental ao Japão. Em 1995-1996 ações da China já haviam causado preocupação à segurança japonesa: Pequim havia reagido de forma negativa à visita do presidente taiwanês Lee Teng-hui aos EUA e enxergava indícios de fortalecimento do movimento independentista no contexto das eleições na ilha, em 1996 – uma conjuntura que levou a interpretação de que os norte-americanos pudessem apoiar a independência de Taiwan. Dessa forma, a China promoveu exercícios militares no Estreito de Taiwan como forma dissuasiva, com o lançamento de mísseis próximos a ilha em 1995-1996. A China também havia realizado testes nucleares naqueles mesmos anos, almejando aperfeiçoar sua estratégia de dissuasão nuclear – os testes haviam sido planejados antes que o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (1996) entrasse em vigor. Embora as ações chinesas não fossem direcionadas a ameaçar o Japão, os receios por elas causados foram inevitáveis entre a sociedade, estrategistas e lideranças japonesas (HUGHES, 2012).

Tal conjuntura foi decisiva para que o governo japonês iniciasse suas pesquisas para o desenvolvimento de um sistema de defesa de mísseis balísticos (*Ballistic Missile Defense* em inglês, a partir daqui utilizaremos a abreviação BMD), em 1999. Em cooperação tecnológica e

¹⁴⁵ *Japan Overturns Postwar Pacifism with New Security Laws Enacted*. China Daily, September 2015. Disponível em: < http://www.chinadaily.com.cn/world/2015-09/19/content_21921832.htm>.

financeira com os EUA, o projeto foi desenvolvido e os primeiros testes do sistema foram feitos com sucesso em 2007. O sistema BMD japonês foi concebido com o intuito manifesto de proteger o território nacional do Japão, mas simultaneamente cobre as forças norte-americanas estacionadas no país.¹⁴⁶ Essa cooperação com os EUA, com um alto grau de interoperabilidade entre seus sistemas, fez com que a nova ferramenta de defesa do Japão despertasse suspeitas diplomáticas e estratégicas sobre a política de segurança do país e sua influência na Ásia Oriental. Afetou, sobretudo, a relação de segurança com a China, que já havia se tornado complexa desde a revisão e concepção das Novas Diretrizes da Aliança de Segurança Japão-EUA, em 1997 (NAMATAME, 2012).

Aquelas Diretrizes foram determinantes para o aumento das tensões entre a China e o Japão – e conseqüentemente para a relação China-EUA – pois, como mencionado anteriormente, aumentava o raio geográfico regional no qual o Japão poderia auxiliar as forças norte-americanas. As Diretrizes e o sistema BMD acabaram por integrar de maneira mais profunda o Japão à estratégia militar dos EUA para a Ásia-Pacífico, fonte de incômodo para o Estado chinês. Os estrategistas chineses interpretam que, devido àquela integração mais profunda, existe a possibilidade de que a política diplomática e estratégica japonesa se torne completamente subserviente aos interesses dos EUA, ameaçando os interesses de segurança da China. As preocupações chinesas sobre o sistema BMD japonês estão fundamentalmente baseadas em dois aspectos de sua estratégia de segurança: a questão de Taiwan e sua capacidade de dissuasão nuclear (DRIFTE, 2003).

A República Popular da China considera a questão de Taiwan como um assunto doméstico, que diz respeito a sua soberania, integridade territorial e unidade nacional. Considerada uma província rebelde, a liderança chinesa adota uma postura firme a respeito da soberania sobre a ilha. A ilha de Formosa está coberta pelas diretrizes de segurança da República Popular, o que classifica qualquer intervenção estrangeira como ameaça à segurança nacional. As tensões no Estreito de Taiwan, em 1995 e 1996, demonstraram que a China não descarta o uso da força para garantir que seu interesse nacional quanto àquela província seja respeitado – sobretudo no que diz respeito a possibilidade de independência. A ilha é elemento essencial para a segurança chinesa, que se preocupa com a eventual instalação de um sistema que possa impedir a circulação e acesso da marinha chinesa aos mares

¹⁴⁶ Em cooperação estreita com os EUA, o Japão implantou e continua a desenvolver um sistema de defesa antimísseis multicamadas, que consiste no sistema *Aegis* e no sistema *Patriot Advanced Capabilities-3* (PAC-3). Não sendo nosso intuito tratar em detalhes sobre o sistema BMD japonês, informações mais aprofundadas sobre o sistema podem ser encontradas em JAPÃO, 2018 e NAMATAME, 2012.

regionais,¹⁴⁷ em uma possível ingerência dos EUA. A reunificação de Taiwan com a China também daria acesso direto às forças navais chinesas ao Oceano Pacífico, diminuindo as restrições que o Japão poderia impor às embarcações chinesas em seus estreitos – visto o acesso mais fácil àquele oceano ser através das cadeias de ilhas japonesas de Okinawa (DREYER, 2016).

A questão de Taiwan é um ponto sobre o qual Japão e EUA parecem abordar de modo distinto. A relação política dos norte-americanos com Taiwan não cessou após o reconhecimento diplomático da República Popular da China como único governo legal e a admissão do princípio de uma única China, da qual Taiwan faz parte (1979).¹⁴⁸ O ponto conflitante entre a RPC e os EUA na questão de Taiwan se dá pela relação de cooperação militar, transferência e venda de armas norte-americanas aos taiwaneses – o que os chineses acusam de interferência em assuntos domésticos. Os EUA afirmam que tais relações visam garantir a segurança e a capacidade defensiva da ilha – mas argumentam que qualquer resolução da questão de Taiwan deve ser resolvida pacificamente pelos dois lados do Estreito (RIGGER, HICKEY, & CHOW, 2017).

Para o Japão, a questão de Taiwan atravessa várias temáticas que se sobrepõem e que estão ligadas tanto a sua política doméstica quanto externa.¹⁴⁹ A questão está presente na relação histórica do Japão com a China, assim como à estabilidade econômica japonesa e o papel do status indefinido de Taipei na segurança regional. Por atravessar tantas temáticas sensíveis ao país, a política japonesa quanto a Taiwan tem optado pela cautela, observando com atenção a relação trilateral China-Taiwan-EUA. A abordagem cautelosa do Japão sobre a questão se dá também por motivos históricos¹⁵⁰ e pela condição de maior vulnerabilidade do

¹⁴⁷ Tal estratégia é definida como Antiacesso e Negação de Área (A2/AD), que objetiva impedir o acesso de forças navais inimigas a determinados espaços marítimos. Em tal estratégia há o emprego conjunto de marinha e aeronáutica, incorporando armamentos guiados e sistemas de inteligência e observação. A localização estratégica de Taiwan aumenta o temor de que tal sistema seja empregado tanto pelas forças chinesas, quanto pelas taiwanesas com apoio norte-americano (DORNELLES JR., 2014).

¹⁴⁸ Os EUA continuaram mantendo relações substanciais com Taiwan, ainda que não oficialmente diplomáticas. No Comunicado Conjunto EUA-RPC também ficou acertado que os norte-americanos poderiam manter relações culturais comerciais e outras não oficiais com o povo de Taiwan. A relação EUA-Taiwan é estabelecida a partir da Lei de Relações com Taiwan, aprovada pelo Congresso norte-americano em 1979. Para maiores informações, consultar Taiwan, 1979 (TAIWAN, 1979).

¹⁴⁹ Para uma descrição mais detalhada sobre as relações entre Japão e Taiwan, consultar o Capítulo 10 da obra de DREYER, 2016.

¹⁵⁰ A ilha de Formosa esteve por cinco décadas sob administração japonesa (1895-1945), como desdobramento da vitória do Japão sobre a China na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), quando anexou a ilha chinesa pelo Tratado de Shimonoseki, de 1895. A ilha só voltaria para domínio chinês em 1945, com a Declaração de Potsdam – que definiu os termos para a rendição japonesa. No âmbito da reaproximação entre o Japão e a República Popular da China, a parte japonesa aderiu a três princípios na Declaração Conjunta Japão-RPC (1972): a RPC é o único governo legal de toda a China; Taiwan é uma parte da China; os tratados entre Japão e

país às pressões da RPC quando comparado aos EUA – não só pela questão geográfica, mas pela questão histórica e pela percepção de que o Japão pode constituir uma ameaça (FAURE, 2010).

Portanto, pelas questões acima mencionadas, os estrategistas chineses entendem que a instalação e desenvolvimento de um sistema de defesa de mísseis balísticos pelo Japão constitui potencial ameaça aos interesses da China. Um sistema como aquele potencialmente neutraliza o poder de dissuasão nuclear chinês, pois fornece ao Japão uma ‘lança’ e um ‘escudo’: a lança estendida da dissuasão nuclear norte-americana – devido a aliança Japão-EUA – e o escudo proporcionado pelo seu sistema BMD. Tal condição possibilita que o Japão se beneficie da capacidade de dissuasão por negação e da dissuasão por punição.¹⁵¹ Ainda que o Japão não possua armamentos ou mísseis estritamente ofensivos, a combinação de seu sistema defensivo às capacidades ofensivas norte-americanas constitui uma força significativa em capacidade de combate na região. A tensão sino-japonesa quanto ao BMD também aumenta pela condição de que a tecnologia de um sistema de mísseis antibalísticos defensivos é facilmente conversível para a produção de mísseis ofensivos, visto suas similaridades. Uma vez que essa conversão não seria difícil de ser realizada, fica a cargo das intenções japonesas a decisão de utilizar a tecnologia para defesa ou ataque (NAMATAME, 2012).

A questão de Taiwan está ligada ao desenvolvimento do BMD japonês pela adoção do sistema *Aegis*¹⁵² pela Força Marítima de Autodefesa do Japão – que permite que navios de combate abatam mísseis balísticos. A China teme um cenário em que esse sistema móvel antimísseis possa ser utilizado para proteger Taiwan em uma situação de crise no Estreito (HONG, 1998). A possibilidade de que o Japão utilize tal capacidade para intervir em uma disputa por Taiwan, individualmente ou no escopo da aliança com os EUA, é visto como uma ameaça aos interesses de segurança fundamentais da RPC: a preservação de sua soberania e integridade territorial. O desenvolvimento de um sistema BMD por Taipei, a cooperação/integração com o sistema nipo-americano, ou mesmo sua proteção sob aquele guarda-chuva antimísseis, podem impulsionar o movimento independentista taiwanês, uma

República da China deveriam ser revogados. Desde então, as relações Japão-Taiwan foram mantidas em uma base não-governamental.

¹⁵¹ A dissuasão por estratégia de negação tem por objetivo evitar uma ação do adversário, tornando-a inviável ou de difícil êxito, minando a confiança do potencial agressor em alcançar seus objetivos. A dissuasão por punição, por sua vez, baseia-se em ameaças de penalidades severas no caso de um ataque, como a escalada nuclear ou sanções econômicas (MAZARR, 2018).

¹⁵² O sistema *Aegis* é um sistema de defesa antimísseis baseado em mar e terra, que tem por objetivo interceptar mísseis de alcance intermediário antes que eles cheguem à fase final de voo. Uma característica importante de tal sistema é sua mobilidade, visto sua instalação em navios de combate que podem se deslocar para proteger determinadas áreas. O Japão possui seis navios de combate operantes equipados com o sistema e dois navios que ainda devem entrar em operação (JAPÃO, 2018a).

vez que daria aos últimos a capacidade de defender a ilha dos mísseis balísticos chineses – além de prover tecnologia para potencial uso ofensivo às forças de Taiwan (WANG, 2001). A independência da ilha também representa um risco por possibilitar um cerco marítimo à China por parte dos EUA e seus aliados na região. Qualquer uma das possibilidades é considerada pela China como um ato de interferência doméstica, assim como um ato causador de eventuais impactos destrutivos para as relações com Japão e EUA. Uma vez que a forma mais eficaz para que a RPC evite a independência de Taiwan tem sido a dissuasão por sua capacidade militar, a possibilidade de que Taiwan neutralize-a representa uma ameaça ao interesse nacional chinês (HUGHES, 2012).

Embora o governo japonês tenha expressado, por diversas vezes, que seu sistema BMD é exclusivamente defensivo e não representa uma ameaça aos países vizinhos, as desconfianças chinesas não se desfazem. Tal persistência se deve ao aumento substancial das suspeitas desde que autoridades japonesas, no tocante às diretrizes da aliança EUA-Japão de 1997, admitiram que Taiwan estava incluso na área em torno do Japão no qual o país poderia cooperar com os EUA em situações de ameaça (LU & HICKEY, 2007).¹⁵³ Além disso, o governo chinês considera que o desenvolvimento do BMD impulsiona o renascimento do militarismo no Japão, da mesma forma que faz parte da expansão estratégica das forças norte-americanas na Ásia Oriental. Como podemos notar, um sistema para fins defensivos, como o BMD, pode ser compreendido como uma ferramenta de hostilidade quando capaz de ameaçar o status quo vigente (NAMATAME, 2012).

Além disso, em 2014 o governo japonês relaxou sua autoimposta proibição de exportação de armamentos, antes regida pelos Três Princípios sobre Exportações de Armas (1967), atualizando-o para os Três Princípios sobre Transferência de Equipamentos e Tecnologia de Defesa.¹⁵⁴ Ante esses novos princípios, o Japão passou a discutir em 2015 a venda e transferência de tecnologias militares com Índia,¹⁵⁵ Indonésia,¹⁵⁶ Filipinas¹⁵⁷ e Vietnam.¹⁵⁸ A flexibilização da exportação de armamentos – em um contexto que já estava

¹⁵³ Artigo V das Diretrizes de 1997.

¹⁵⁴ *The Three Principles of Defense Equipment and Technology*, Japan's Security Policy, Japan Ministry of Foreign Affairs, 2014. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/fp/nsp/page1we_000083.html>.

¹⁵⁵ *Agreement between the Government of Japan and the Government of the Republic of India Concerning the Transfer of Defence Equipment and Technology*, Japan Ministry of Foreign Affairs, December 2015. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000117470.pdf>>.

¹⁵⁶ *Japan-Indonesia Foreign and Defense Ministerial Meeting*, Japan Ministry of Foreign Affairs, December 18, 2015. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/s_sa/sea2/id/page3e_000437.html#section3>.

¹⁵⁷ *Japan-Philippines Summit Meeting*, Cooperation in the maritime security, Japan Ministry of Foreign Affairs, September 2016. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/s_sa/sea2/ph/page3e_000568.html>.

¹⁵⁸ *Japan-Viet Nam Foreign Ministers' Meeting*, Japan Ministry of Foreign Affairs, , Japan Ministry of Foreign Affairs, May 2016. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/s_sa/sea1/vn/page3e_000488.html>.

marcado pela reinterpretação constitucional e aprovação do uso da autodefesa coletiva (2014) – levou o governo chinês a manifestar preocupação quanto a crescente contribuição japonesa para o desenvolvimento de armamentos na região e aumento da complexidade na segurança regional (HUGHES, 2017).

3.2. *A modernização das forças armadas chinesas*

Assim como para os japoneses, a Guerra do Golfo também foi um ponto de inflexão para os estrategistas chineses. A demonstração da superioridade tecnológica das forças militares norte-americanas transformou a percepção chinesa sobre a natureza da guerra na atualidade, incentivando um esforço modernizador das forças chinesas em meados da década de 1990. A estrutura de comando militar descentralizada e o uso intensivo de tecnologia pelos EUA inspiraram a liderança chinesa a promover mudanças em toda sua estrutura de comando, visando garantir que o Exército de Libertação Popular (ELP) se tornasse tecnologicamente moderno e humanamente competente. A revisão das diretrizes estratégicas e da doutrina de defesa enfatizaram a importância da força militar na defesa da soberania territorial da nação, expandindo a concepção de fronteiras estratégicas, antes focada na zona continental, para uma definição regional. Os estrategistas chineses passaram a apontar a importância estratégica das rotas marítimas e do Estreito de Malaca para o comércio externo do país, em conjunto com as reivindicações territoriais no Mar do Sul da China. Da mesma forma, a questão de Taiwan aumentou a importância da modernização das forças navais e aéreas como elementos de projeção de poder.¹⁵⁹ Investindo volumosamente nas três principais forças – exército, força aérea e força naval –, em três décadas o Exército de Libertação Popular da China (ELP) transformou-se de uma força numerosa, mas antiquada, em uma força militar moderna e eficiente. As competências do ELP foram reforçadas, principalmente, para a gestão de potenciais conflitos no entorno chinês, como na questão de Taiwan e a questão fronteiriça sino-indiana (JI, 1999; SHAMBAUGH, 2000).

Com uma estratégia de segurança baseada no conceito de segurança nacional abrangente¹⁶⁰ e defesa ativa,¹⁶¹ o investimento na modernização militar foi elevado a um nível

¹⁵⁹ Para uma visão abrangente sobre o pensamento chinês quanto à modernização militar e estratégica durante aquele período, consultar JI, 1999 e ABE, 1998.

¹⁶⁰ Entende-se por segurança abrangente (*comprehensive security*) a manutenção da segurança em campos tradicionais e não tradicionais. Sendo a proteção do Estado contra ameaças e ataques externos o núcleo do conceito tradicional, de segurança militar, somam-se elementos não tradicionais, como: segurança econômica, segurança ambiental e segurança humana (HSIUNG, 2001; CHINA, 2015b).

compatível com o crescimento econômico do país – aumentando de forma considerável os valores investidos no setor. Em uma primeira fase, a modernização chinesa contou com substanciais compras de equipamentos russos e fez grandes progressos no desenvolvimento nacional desde então, criando setores de elevada substância tecnológica-militar. Usando uma combinação de tecnologia importada, engenharia reversa e desenvolvimento de tecnologia nacional, a China vem diminuindo rapidamente a lacuna tecnológica e de capacidades, sobretudo entre sua força naval e as marinhas mais modernas do mundo (DRIFTE, 2003).

Pequim vem seguindo uma estratégia de modernização e desenvolvimento da defesa nacional em três etapas. A primeira etapa tinha o intuito de estabelecer forças com uma base sólida até 2010; o estágio seguinte baseia-se em fazer grandes progressos materiais e de informatização até 2020; e, de um modo geral, alcançar o objetivo da modernização da defesa nacional e das forças armadas até meados do século XXI (CHINA, 2011). Os investimentos chineses no setor militar chamam atenção pelos valores e se transformaram em elemento importante na crescente percepção de ameaça por parte dos países vizinhos, sobretudo ao Japão. Entre 1989 e 2018 os gastos oficiais da China no setor aumentaram cerca de 10% ao ano. A título de comparação, no Japão os crescimentos no orçamento militar oscilaram entre 1% e 2% ao ano – lembrando que o Japão tem um compromisso de não investir além de 1% do PIB nacional no setor de defesa. Em 1990, o gasto militar da China foi pouco mais da metade do valor gasto pelo Japão – o primeiro investindo cerca de US\$21 bilhões de dólares, o segundo quase US\$41 bilhões. Em 2001 o gasto chinês no setor, de quase US\$50 bilhões, ultrapassou as despesas japonesas, que ficaram em cerca de US\$45 bilhões. No ano de 2010 os gastos chineses já triplicavam os do Japão; e em 2018 o dispêndio da China foi mais de cinco vezes superior ao japonês, cerca de US\$250 bilhões ante US\$46,6 bilhões respectivamente (SIPRI, 2019).¹⁶²

Atualmente, os serviços do Exército de Libertação Popular da China possuem aproximadamente dois milhões de soldados nas forças regulares. Utiliza principalmente equipamentos e sistemas modernos e avançados, produzidos domesticamente e fortemente influenciados por tecnologias derivadas de outros países. (DIA, 2019) Tem como pontos fortes os ataques de precisão de longo alcance, a guerra de informação e capacidade de retaliação nuclear. Os investimentos em projeção de poder naval e operações especiais

¹⁶¹ A essência desse pensamento estratégico do Partido Comunista Chinês, se resume a: adesão à unidade de defesa estratégica e ofensiva operacional e tática; adesão aos princípios de defesa, autodefesa e atacar apenas quando atacado (CHINA, 2015b).

¹⁶² Os valores apresentados estão quantificados a preços correntes e taxas de câmbio com ano base de 2017, com exceção do valor de 2018, que tem este último ano como base – seguindo a forma de apresentação do SIPRI.

ganharam destaque recentemente, com o objetivo de tornarem-se pontos fortes das forças. As principais vulnerabilidades chinesas se dão nas áreas de logística, sua rígida estrutura de comando e habilidades de guerra conjunta (IISS, 2017). Todo esse esforço modernizador tem por objetivo transformar as forças armadas em sentido qualitativo, as preparando para estarem capacitadas ao combate em qualquer tipo de terreno e a qualquer momento¹⁶³ (REPORT, 2019). As forças chinesas têm se desenvolvido de maneira rápida para os padrões históricos, sobretudo nas áreas de mísseis balísticos, aviões de combate e submarinos. Tal modernização vem alterando o equilíbrio relativo entre as forças chinesas e norte-americanas, diminuindo a lacuna existente entre elas. A capacidade de projeção de poder da China está evoluindo, ainda que seja muito inferior a capacidade dos EUA – sobretudo quanto a operações em regiões distantes do país. Em termos de capacidade agregada, as forças do Exército de Libertação Popular chinês ainda são inferiores quando comparadas às capacidades norte-americanas, mas não necessitam de uma igualdade de forças para predominar na região contígua à China (O'ROURKE, 2018).

Entre as forças chinesas, a modernização mais significativa aconteceu em seu braço naval. A ênfase do Estado chinês no fortalecimento de sua força naval visa quebrar e abandonar a mentalidade tradicional de que a terra tem mais importância do que o mar, dando grande importância para a gestão dos mares e oceanos, visando proteger seus direitos e interesses marítimos. Os estrategistas chineses indicam que a estrutura da marinha chinesa deve ser moderna e compatível com seus interesses nacionais de segurança e de desenvolvimento, capaz de proteger a soberania do país, suas linhas de comunicação marítima e seus interesses ultramarinos, assim como colaborar para a cooperação marítima internacional como forma de prestar apoio estratégico para que o país se transforme em uma potência marítima. (CHINA, 2015c)

O foco naval aconteceu, sobretudo, pelo temor da interferência norte-americana em Taiwan. O receio aumentou quando dois porta-aviões norte-americanos foram enviados para águas próximas à ilha, em 1996, no contexto dos exercícios navais e testes de mísseis promovidos pela China durante a crise no Estreito. A partir de tal evento, o Estado chinês optou por iniciar uma modernização qualitativa de sua marinha – o aumento da capacidade e potência das embarcações e aeronaves –, não em aumentar o número total de plataformas

¹⁶³ Uma vez que nosso intuito no trabalho não é explorar as capacidades bélicas dos países, uma análise detalhada sobre as forças armadas chinesas quanto o efetivo militar, estratégias, capacidades materiais, desenvolvimento tecnológico, organização, estrutura e apoio dos militares quanto às metas; infraestrutura e base industrial do setor podem ser encontradas em HEGINBOTHAM, 2015; IISS, 2017; O'ROURKE, 2018; DIA, 2019; REPORT, 2019.

marítimas. Em casos como os de submarinos e embarcações de patrulha, o número total chegou a diminuir nas últimas duas décadas, mas em contrapartida, a capacidade agregada dessas plataformas aumentou (HEGINBOTHAM, 2015). Embarcações antigas e obsoletas foram desativadas e substituídas por um número menor, mas de navios multifuncionais modernos e de maior capacidade de combate, com ampliação da autonomia para realizar operações de longa distância e operações em alto mar. Todas essas mudanças resultaram em uma força mais flexível e avançada tecnologicamente. O plano chinês para suas forças marítimas é aumentar substancialmente a autonomia e capacidade de sua frota em realizar operações em ‘águas azuis’ – operar em águas profundas e oceanos abertos –, sobretudo entre a primeira e segunda cadeias de ilhas do Mar da China Oriental e Pacífico Ocidental (Figura 1), posteriormente se capacitando para operar globalmente (CHINA, 2015b).

Figura 1: Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas



Fonte: DOD, 2011.

Como mencionado anteriormente, o grande objetivo estratégico da modernização naval chinesa é estar preparada para lidar de forma eficiente em eventuais situações relacionadas a Taiwan. Além disso, grande importância é dada para defender suas

reivindicações territoriais no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental, garantir sua projeção de poder sobre o Mar do Sul e defender suas rotas marítimas comerciais. A China tem buscado expandir significativamente sua capacidade de contra-intervenção nos mares regionais, um recurso importante para dissuadir ou impedir intervenções militares norte-americanas na região (CHINA, 2015c).

Atualmente, a marinha do Exército Popular de Libertação é a maior força naval asiática, com mais de trezentos navios de superfície, cerca de sessenta submarinos – incluindo seis submarinos nucleares de ataque e quatro submarinos balísticos movidos a energia nuclear – e dois porta-aviões, um em operação e outro em fase de testes¹⁶⁴ – com um terceiro em construção. Ainda que os números quanto a contingente, frotas e demais equipamentos permaneçam relativamente constantes nos próximos anos, é bastante provável que as forças navais chinesas continuem aumentando sua competência devido à acelerada taxa de aperfeiçoamento e aquisição de novos equipamentos, aliada à melhoria da capacidade operacional (O'ROURKE, 2018). Embora a marinha chinesa enfrente lacunas de capacidade em algumas áreas importantes – como guerra antissubmarinos em águas profundas e operações conjuntas – tal força alcançou sua “base sólida” prevista e já mantém uma força bem equipada, competente e profissionalmente mais experiente (CHINA, 2011).¹⁶⁵ É bastante provável que, durante a próxima década, a China complete a transição para se tornar uma marinha capaz de atuar em múltiplas missões ao redor do mundo. Os padrões atuais de aquisição, treinamento e operações demonstram como a China vem perseguindo esse objetivo.

3.2.1. Reivindicações marítimas da China

Desde 1992, quando o governo chinês promulgou a Lei Sobre Águas Territoriais e Áreas Contíguas,¹⁶⁶ o país vem reivindicando sua jurisdição sobre diversos grupos de ilhas localizados no Mar do Sul da China, assim como as ilhas Diaoyu/Senkaku, estas no Mar da China Oriental.¹⁶⁷ A lei também definiu que as águas circundantes a estas ilhas fazem parte

¹⁶⁴ *China's first domestically-built aircraft carrier completes sea trials*, People's Daily Online, June 2018. Disponível em: <http://eng.chinamil.com.cn/view/2018-06/21/content_8067307.htm>.

¹⁶⁵ Proporcionada por operações como as de antipirataria no Golfo de Aden e nos mares do Chifre da África. A experiência chinesa nessas operações é analisada por Andrew Erickson e Austin Strange em sua obra *No Substitute for Experience: Chinese Antipiracy Operations in the Gulf of Aden*, publicado pela US Naval War College, 2013.

¹⁶⁶ *Law on the Territorial Sea and the Contiguous Zone of 25 February 1992*, People's Republic of China, adopted at the 24th meeting of the Standing Committee of the National People's Congress. Disponível em: <https://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/CHN_1992_Law.pdf>.

¹⁶⁷ No Artigo 2 da Lei de 1992, a China reivindica como seu território as ilhas de Taiwan e as várias ilhas circunjacentes, incluindo as Ilhas Diaoyu, Ilhas Penghu (Pescadores), Ilhas Dongsha, Ilhas Xisha, Ilhas Nansha

das águas interiores chinesas, exigindo que todas as embarcações militares estrangeiras devem receber autorização para que as cruzem (Artigo 6). A recente intensificação das atividades nos Mares do Sul e Oriental coincidiram com um aumento da assertividade chinesa em relação às reivindicações de soberania do país. Desde sua ascensão ao poder, Xi Jinping dirigiu esforços maiores para consolidar o controle chinês sobre os territórios disputados com países vizinhos, embora de uma maneira que tenha evitado conflitos militares e se apoiado na ideia de revitalização da China através do desenvolvimento pacífico.¹⁶⁸ O presidente chinês deixou claro que não existe possibilidade de que China desista de seus interesses e direitos legítimos, e definitivamente não sacrificará os interesses centrais do Estado. (ZENG, XIAO, & BRESLIN, 2015)

Nos últimos anos, a China tomou medidas mais assertivas para reivindicar seus direitos, como evidenciado na Figura 2. O país se envolveu de forma mais intensa em litígios territoriais marítimos no Mar do Sul da China – sobre o qual reivindica 80% de sua área – devido aos recursos e aspectos estratégicos da região. As principais disputas se dão com as Filipinas, pelo recife de Scarborough;¹⁶⁹ entre China e Vietnã pelas ilhas Paracel; e as ilhas Spratly, também disputadas por Malásia, Filipinas, Vietnã e Taiwan. A partir de 2014, a China intensificou drasticamente a construção de ilhas artificiais no Mar do Sul da China, as equipando com instalações militares, levantando polêmica sobre a legitimidade de tal ação (SINGH & YAMAMOTO, 2017). Também houve desentendimento no continente, China e Índia voltaram a entrar em atrito devido às divergências fronteiriças históricas – recentemente no platô de Doklam, em 2017¹⁷⁰ –, aumentando a tensão com a crescente militarização da fronteira e acusações mútuas de incursões¹⁷¹ (BHONSALE, 2018).

Em contraste com a ênfase de longa data em manter a estabilidade regional e internacional para permitir o crescimento doméstico, os líderes chineses equilibram cada vez mais a busca de estabilidade com uma expansão incremental de influência, embora uma

(Spratly) e outras nas proximidades. No mesmo artigo classifica as áreas no entorno nas ilhas como águas interiores da China.

¹⁶⁸ *Xi Jinping Vows Peaceful Development While Not Waiving Legitimate Rights*, People's Daily, January 2013. Disponível em: <<http://en.people.cn/90785/8113230.html>>.

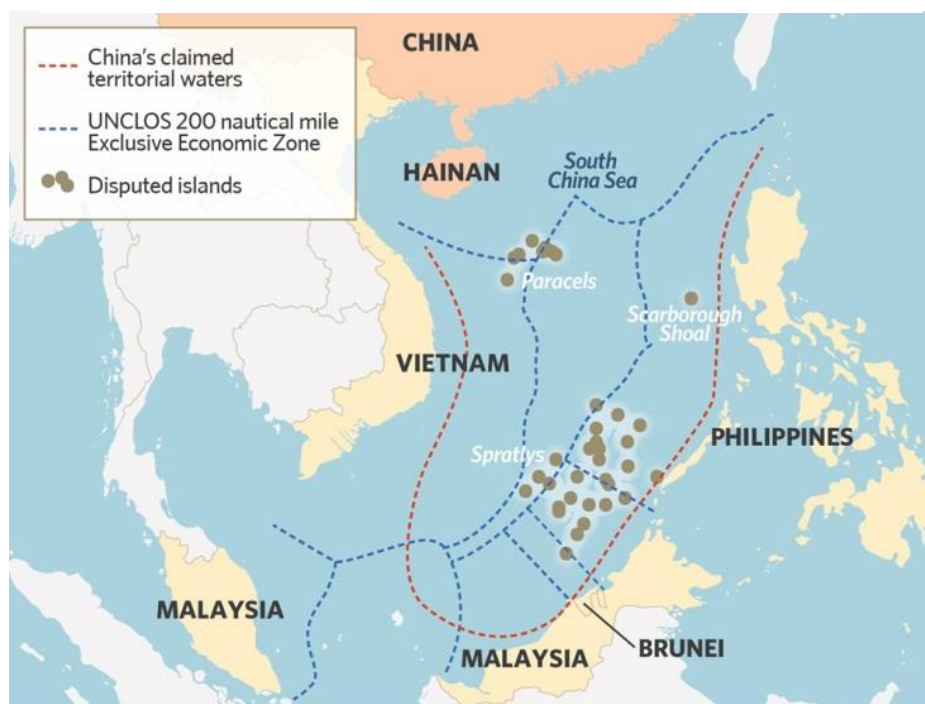
¹⁶⁹ A disputa entre China e Filipinas foi levada ao Tribunal Permanente de Arbitragem de Haia pelo último, alegando que a China havia violado a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar (CNUDM). A Corte decidiu a favor das Filipinas, decisão rejeitada por Pequim. Essa divergência sino-filipina também impulsionou a cooperação de segurança entre Filipinas e Japão, visto que ambos os países se sentem ameaçados pelas disputas com a China. Para mais detalhes consultar (CASTRO, 2016) (SINGH & YAMAMOTO, 2017).

¹⁷⁰ *Preparing for a Rematch at the Top of the World*, Stratfor Worldview, January 2018. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/preparing-rematch-top-world>>.

¹⁷¹ *China 'halts road building' to end India border stand-off*, South China Morning Post, August 2017. Disponível em: <<https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2108686/china-halted-road-building-end-india-border-standoff>>.

expansão de tipo limitado e eventual, que busca ganhos da maneira menos desestabilizadora possível. Essa expansão da influência da China talvez seja mais aparente (e publicamente relatada) na militarização de algumas das ilhas artificialmente expandidas no Mar do Sul da China, onde suas reivindicações entram em atrito com as de outros demandantes.

Figura 2: Reivindicações Chinesas no Mar do Sul da China



Fonte: (LIBRARY, 2018)

3.3. A disputa sino-japonesa pelo arquipélago Diaoyu/Senkaku

As ilhas Diaoyu/Senkaku fazem parte de um pequeno e inabitado arquipélago, localizado no Mar da China Oriental, administrado pelo Japão e sobre o qual disputa a soberania com a China. O arquipélago se localiza a uma distância aproximada de 190 quilômetros a nordeste de Taiwan, a cerca de 290 quilômetros a oeste da principal ilha de Okinawa (Japão) e aproximadamente 400 quilômetros da China continental – na Figura 3 o arquipélago é apontado pela seta vermelha a esquerda. A disputa territorial pelas ilhas Diaoyu/Senkaku, como qualquer outra disputa territorial, é um assunto espinhoso na relação bilateral sino-japonesa. A controvérsia vai além da questão territorial, abordando também a soberania, o desenvolvimento nacional e movimentos nacionalistas. É importante relembrar que essa disputa entre China e Japão já existia anteriormente, mas era tratada com maior cautela e moderação por ambos os lados. Como mencionado previamente, a resolução dessa

questão foi postergada pelos líderes chineses e japoneses, durante o período de reaproximação na década de 1970, para as gerações futuras (ENG, 2017).¹⁷²

Figura 3: O arquipélago Diaoyu/Senkaku



Fonte: Guarda Costeira do Japão (GUARDA, 2018).

A disputa pelas ilhas não está centrada nos recursos quase inexistentes das rochas sobre a superfície do oceano, mas no leito marítimo e na localização estratégica do arquipélago. A reivindicação de ambos os países pela soberania está na presença de recursos energéticos – petróleo e gás – no leito marítimo da região disputada, na possibilidade que o país que as controlam expanda sua Zona Econômica Exclusiva, sendo importante também por sua localização estratégica, situado entre o Mar da China Oriental e o acesso ao Oceano Pacífico – questão importante principalmente para a China. No pós-Segunda Guerra Mundial a posse das ilhas não surgiu como um problema, visto que Tóquio e Pequim só estabeleceram

¹⁷² China e Japão fundamentam suas reivindicações sobre as ilhas em argumentos distintos. Os chineses em registros históricos do período Ming (1368-1644) e Qing (1644-1911), acusando o Japão de apropriar-se das ilhas com o Tratado de Shimonoseki (1895), invalidado pela Declaração de Potsdam (1945). O Japão baseia sua reivindicação sobre o arquipélago na aplicação do *terra nullius* ('terra de ninguém') e na ocupação de um cidadão japonês sobre as ilhas, em 1884. (SUGANUMA, 2007)

relações oficiais novamente em 1972. O pequeno arquipélago também ficou sob domínio norte-americano até o ano de 1971, uma vez que a prefeitura de Okinawa – na qual se situa as Diaoyu/Senkaku – foi administrada pelos EUA até aquele ano, quando houve a reversão das ilhas ao Japão (DRIFTE, 2014).¹⁷³

O problema relativo à soberania das ilhas é resultado do arquivamento da disputa pelos líderes de China e Japão que capitanearam a reaproximação entre os dois países. O entendimento implícito sobre arquivar a disputa não foi registrado oficialmente nem afirmado publicamente por nenhum dos governos, embora fontes diplomáticas de ambos os países já tenham feito referência a existência de um “acordo”. Porém, esse entendimento implícito cindiu por um problema conceitual: a suposição de que as condições que permitiram a reaproximação bilateral perdurariam até que se encontrasse uma solução que satisfizesse as duas partes. Até recentemente, as interações de navios e aeronaves chinesas e japonesas próximo das ilhas Diaoyu/Senkaku foram mínimas, não afetando a agenda de segurança de ambos os países. No entanto, durante a década de 1990 aquelas condições do período de reaproximação acabaram se corroendo gradualmente por mudanças domésticas e internacionais. O resultado foi a inflamação da questão territorial a partir de 2010 e a crise da relação bilateral, que irrompeu em 2012 por conta da disputa sobre as ilhas (ENG, 2017; DRIFTE, 2014).

Até o ano de 2012, foram atividades de atores não-estatais de Japão, Taiwan, Hong Kong e China – em sua maioria pescadores ou militantes nacionalistas¹⁷⁴ – que provocaram os maiores embates diretos com ações da guarda costeira japonesa. As respostas japonesas às incursões daqueles grupos passaram a ser interpretadas, pela China, como demonstrações cada vez mais intensas de exercício de soberania sobre o arquipélago por parte do Japão (HORNUNG, 2014). A estratégia japonesa para lidar com a disputa do arquipélago era baseada em duas premissas: evitar um confronto com a China e reforçar a posição japonesa sobre o controle e soberania territorial. Para manter tais premissas, o Estado japonês se esforçava em impedir o acesso às ilhas por cidadãos não autorizados– visando evitar possíveis controvérsias com o governo chinês (KAWASHIMA, 2013).

Como mencionado nos capítulos anteriores, em 2010, um barco de pesca chinês colidiu com dois barcos de patrulha da Guarda Costeira do Japão, provocando uma discórdia

¹⁷³ *Agreement Between the United States of America and Japan Concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands*, Washington and Tokyo, 17th June, 1971. Disponível em: <<http://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/rev71.html>>.

¹⁷⁴ Em seu trabalho Erik Beukel faz uma descrição sobre essas crises envolvendo civis chineses, taiwaneses e japoneses durante a década de 1990 (BEUKEL, 2011)

diplomática entre os dois Estados. As autoridades chinesas cancelaram compromissos de alto nível com a parte japonesa, suspenderam informalmente as exportações de minerais de terras raras ao Japão e eclodiu na China uma série de protestos em massa e vandalismos contra propriedades japonesas na China. A China declarou que o Japão contrariou o consenso alcançado entre os antigos líderes, violando sua soberania e prejudicando as relações sino-japonesas. O lado japonês afirmou que não havia acordo implícito algum no tocante a soberania do arquipélago, assim como não admitiu a existência de disputa pelas ilhas, por estas serem parte do território japonês (PAN, 2007; CHINA, 2012; ENG, 2017).¹⁷⁵

É a partir de setembro de 2012 que a região das ilhas disputadas se torna um problema real de segurança, com o aumento da presença de embarcações chinesas policiadas por navios da guarda costeira japonesa. De setembro ao final de dezembro de 2012, a guarda costeira do Japão registrou 68 ingressos no território marítimo por navios da guarda costeira chinesa, um número recorde de incursões. A campanha de incursões chinesas continuou nos anos seguintes, com 188 embarcações no mar territorial em 2013, 88 em 2014, 86 em 2015, 121 em 2016 e 108 em 2017 – o número de embarcações identificadas na zona contígua das fronteiras tem média superior aos que a adentram.¹⁷⁶ As ações da guarda costeira chinesa seguiram um parâmetro regular, com movimentação das embarcações pelo mar territorial japonês geralmente por algumas horas, oficiais da guarda costeira chinesa mantendo comunicação com os oficiais da guarda costeira japonesa, com o intuito de evitar incidentes. Foram poucos os casos de navios da guarda chinesa realizando ações que pudessem ser consideradas como violação das leis de passagem inocente,¹⁷⁷ o que poderia resultar em medidas hostis por parte da guarda japonesa como resposta (DRIFTE, 2014). O caso de maior tensão e atenção pública aconteceu em 2013, quando um navio da marinha japonesa foi colocado sob a mira de um radar de controle de fogo de uma embarcação da marinha chinesa, criando uma guerra de palavras entre Tóquio e Pequim.¹⁷⁸ Tal manobra poderia ser interpretada como uma ameaça a embarcação japonesa, como prestes a ser alvejada por

¹⁷⁵ A questão sobre o arquivamento e entendimentos diplomáticos implícitos entre China e Japão, relativos à soberania do arquipélago Diaoyu/Senkaku, são trabalhados com detalhes e podem ser mais bem entendidos a partir das obras de SUGANUMA, 2007; PAN, 2007; KAWASHIMA, 2013; DRIFTE, 2014; ENG, 2017.

¹⁷⁶ Se observarmos os anos anteriores a 2012, podemos verificar que praticamente não houve incursões chinesas ao território disputado. *Trends in Chinese Government and Other Vessels in the Waters Surrounding the Senkaku Islands, and Japan's Response: Records of Intrusions of Chinese Government and Other Vessels into Japan's Territorial Sea*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2018. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000465486.pdf>>.

¹⁷⁷ Dispostas na Seção 3, Artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982, Montego Bay, Jamaica (CNUDM, 1982).

¹⁷⁸ *Japan protest over China ship's radar action*, BBC News, 5 February 2013. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-21337444>>.

disparos ou mísseis pela parte chinesa – elevando a tensão na região. Situações como essa são potencialmente perigosas, podendo resultar em um incidente entre as forças dos dois países, uma vez que uma reação da parte japonesa como resposta defensiva poderia ter ocorrido (; MORRIS, 2017; JAPÃO, 2018a)

A presença de “milícias marítimas” chinesas – pescadores e tripulação de navios civis que recebem treinamento militar – na região disputada aumenta a complexidade do ambiente de segurança no Mar da China Oriental. As ações contínuas da guarda costeira chinesa e daquelas embarcações, oficialmente não-militares, são classificadas pelo governo japonês como táticas de “zona cinzenta” ou “híbridas”¹⁷⁹. Tais táticas seriam destinadas a minar a posição do Japão na área e fortalecer o controle chinês de fato, sem provocar uma guerra – evidenciando também a falta de controle do Japão sobre a região disputada.¹⁸⁰ Essas ações marítimas de zona cinzenta¹⁸¹ permitem que a China busque modificar o status quo, mas de uma forma que impossibilite uma ação militar da aliança nipo-americana devido ausência de um *casus belli* (LIFF, 2019). De forma sucinta, estabelecendo uma presença de sua guarda costeira em águas territoriais disputadas, a China parece ter a intenção de demonstrar que pode exercer o controle administrativo sobre as Diaoyu/Senkaku, mas de uma maneira que não escale para um conflito militar com o Japão. Porém, aumenta a insegurança na região e consequentemente os investimentos japoneses na patrulha das ilhas (PUGLIESE, 2017).

Como resposta às patrulhas chinesas na região disputada, o governo japonês tem se preocupado em focar na defesa da área, promovendo a aquisição de equipamentos para fortalecer as capacidades de sua Guarda Costeira e da Força Marítima de Autodefesa. Aquisições que vão de novos sistemas de vigilância,¹⁸² submarinos e navios de combate que

¹⁷⁹ O governo japonês descreve situações de zona cinzenta (*gray zones*) como aquelas em que o ambiente das relações entre os países não é de total paz, nem de total conflito. Tais situações são de alto grau de volatilidade pelo risco de evoluírem rapidamente para situações mais graves sem indícios claros. Como elementos de guerra híbrida o país aponta agressões conduzidas por métodos difíceis de identificar definitivamente como um ataque armado, pois distorcem intencionalmente as fronteiras entre os setores militar e não-militar. (JAPÃO, 2018).

¹⁸⁰ Como exemplo: durante cinco dias, em agosto de 2016, entre 200 e 300 barcos de pesca chineses e quinze embarcações da guarda costeira chinesa adentraram águas próximas às ilhas disputadas, tensionando a capacidade da guarda japonesa de administrar e reagir a presença a um elevado número de navios (PUGLIESE, 2017).

¹⁸¹ Para uma visão geral sobre a atuação chinesa nas situações de zona cinzenta – relatando ações no Mar do Sul da China, onde se encontram as maiores áreas reivindicadas pelo país –, consultar: *Detering China in the “Gray Zone”: Lessons of the South China Sea for U.S. Alliances*, de J.R. Holmes e T. Yoshihara, Orbis, v. 61, n. 3, 2017.

¹⁸² *Japan opens radar station close to disputed isles, drawing angry China response*, Reuters World News, March 2016. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-japan-china-eastchinasea/japan-opens-radar-station-close-to-disputed-isles-drawing-angry-china-response-idUSKCN0WT0QZ>>.

atuam na região.¹⁸³ O Estado japonês também deslocou e criou novas unidades militares para ilhas próximas ao arquipélago disputado e criou uma nova unidade aérea em Okinawa.¹⁸⁴ O projeto mais controverso das Forças de Autodefesa Japonesas é a remodelação de seus porta-helicópteros em porta-aviões, em mais um movimento de flexão militar (GOLDMAN, 2013) (HORNUNG, 2014).¹⁸⁵ O governo japonês também aumentou o orçamento de sua guarda costeira, visto essa ser a agência responsável por monitorar as incursões chinesas, e criou uma unidade de patrulha especificamente encarregada pelo território disputado. Além disso, intensificou sua comunicação e cooperação com os Estados Unidos, visando promover a coordenação entre os dois Estados para responder às situações de zona cinzenta. O Livro Branco de Defesa da China de 2015 criticou a modernização militar do Japão como uma "grave preocupação" para a região, afirmando que o país se esforça para desviar dos mecanismos e políticas de segurança estabelecidos no pós-guerra. Como resposta, o Japão caracterizou a China, pela primeira vez oficialmente, como uma ameaça potencial em seu próprio Livro Branco de Defesa de 2015 (JAPÃO, 2015b; BECKLEY, 2017).

A aliança de segurança nipo-americana torna mais complexa a situação da disputa territorial entre China e Japão. Pelo Artigo 5 do Tratado de Segurança Japão-EUA de 1960, os norte-americanos se comprometem a defender o Japão em caso de violação da sua soberania territorial. Ou seja, os japoneses entendem que o arquipélago em disputa está sob proteção da aliança. As administrações norte-americanas – desde o governo Nixon – não declaram sua posição quanto a questão específica da soberania sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku, mas se opõem a qualquer ação unilateral que vise minar a administração japonesa sobre as ilhas. Declarações com esse conteúdo foram dadas pelos secretários de Estado Hillary Clinton e John Kerry, em 2013 e 2014. Em 2014, o presidente norte-americano Barack Obama declarou que o Tratado entre os dois países abrange todos os territórios sob administração japonesa, incluindo as ilhas disputadas¹⁸⁶ – o que se acredita ter sido o primeiro registro público de um presidente dos EUA sobre a posição do país quanto à disputa. Além do apoio retórico norte-americano, desde 2012 os EUA fortaleceram a cooperação de segurança e aumentaram as vendas de avançados equipamentos navais e aéreos ao Japão. Tais ações são classificadas

¹⁸³ *How Abe Remade the Japan Coast Guard*, Jay Tristan Tarriela, The Diplomat, January 2019. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2019/01/how-abe-remade-the-japan-coast-guard/>>.

¹⁸⁴ *Japan's new marine unit in East China Sea upsets Beijing*, The Asia Times, April 2018. Disponível em: <<https://www.asiatimes.com/2018/04/article/japans-new-marine-unit-east-china-sea-upsets-beijing/>>.

¹⁸⁵ *Japan's plan to remodel Izumo-class carriers: Needed upgrade or mere show of force?* The Japan Times, May 23, 2019. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2019/05/23/national/izumo-needed-upgrade-mere-show-force/#.XTi1-I5KjIU>>.

¹⁸⁶ *Obama Asia tour: US-Japan treaty 'covers disputed islands'*, BBC News, April 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-27137272>>.

como uma coordenação bilateral em resposta à crescente assertividade marítima chinesa na região (EUA, 2016).

É importante mencionar que também aumentaram consideravelmente as patrulhas e encontros não-letais entre aeronaves dos dois países. Aeronaves chinesas têm voado constantemente sobre a região disputada e zonas contíguas, sobretudo após o estabelecimento de uma Zona de Identificação de Defesa Aérea (*Air Defense Identification Zone* no original, ADIZ daqui em diante) chinesa sobre as ilhas, em 2013 – outra forma de fortalecer suas reivindicações de soberania. Uma vez que as ADIZ são determinadas pelas Zonas Econômicas Exclusivas, os dois países definem seu espaço aéreo sobre o arquipélago – o que faz com que também haja uma disputa pela ADIZ. A proximidade de voo entre as aeronaves chinesas japonesas também aumentam as tensões e a possibilidade de acidentes aéreos (BUSH, 2013; MORRIS, 2017a).

Após os anos de maior tensão (2010-2013) no tocante a disputa territorial sino-japonesa, autoridades da área de defesa de ambos os países se reuniram em 2014 para promover um descongelamento na relação bilateral. Buscava-se retomar gradualmente o diálogo diplomático e de segurança por canais bilaterais e multilaterais, assim como um consenso que evitasse incidentes maiores na região das ilhas. Ambos os países reconheceram que possuem visões diferentes quanto ao surgimento recente de situações de tensão no Mar da China Oriental, compartilhando a opinião de que a deterioração da situação deve ser efetuada através do diálogo e consultas mútuas. Os dois países se comprometeram a estabelecer um mecanismo de gerenciamento de crises, como meio de evitar o surgimento de circunstâncias imprevistas em questões de segurança (JAPÃO, 2014a). No entanto, o documento emitido pelos dois países parece ter sido cuidadosamente costurado de forma que não menciona a temática fundamental da disputa territorial, mas sim a existência de opiniões distintas quanto aos motivos das tensões na região – uma forma de nenhum dos lados ceder quanto às suas posições. As conversas entre as duas partes naquele contexto proporcionaram a primeira reunião, ainda que à margem do encontro multilateral da APEC em 2014, entre Xi Jinping e Shinzo Abe desde que haviam chegado ao poder em seus países.¹⁸⁷ A disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku exemplificam como a inexistência de estruturas de segurança na relação sino-japonesa é capaz de acarretar dilemas estratégicos em que as duas potências regionais incorrem em um círculo vicioso, onde medidas defensivas de uma parte são vistas como

¹⁸⁷ *Apec summit: China and Japan in ice-breaker talks*, BBC News, November 2014. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-29983537>>.

ofensivas pela outra, demandando uma reação daquela primeira, o que leva a deterioração na relação diplomática e de segurança entre China e Japão.

3.4. *O Mar do Sul da China*

Como citado anteriormente, o aumento na capacidade de navegação, projeção de poder e sofisticação da marinha chinesa ocasionou um aumento de sua cobertura nos mares regionais. Esse aumento de poder também possibilitou que a China reivindicasse vastas áreas marítimas argumentando em sua precedência histórica. A abordagem chinesa quanto ao Mar do Sul da China é consideravelmente mais incisiva e significativa para os chineses. Primeiramente pela questão de Taiwan, uma questão primordial e inegociável para a República Popular da China. A unificação completa da China é considerada uma reversão da divisão do país, ocasionada pelo ‘século de humilhação’ imposto ao país pelas potências ocidentais e Japão.

Para além da questão de Taiwan, o Mar do Sul da China é essencial para a economia chinesa, assim como para a economia do Leste Asiático. Entre os dez maiores portos do mundo em 2018, nove se localizam naquela região do globo, sete são portos chineses. (SHIPPING, 2018). Um terço do transporte marítimo global passa pelo Mar do Sul da China, que é vital para as economias de China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul. Para a China, que em 2016 teve 64% de seu comércio marítimo transitando pelo mar ao seu sul, e para o Japão, com quase 42%, a segurança econômica de seus países está ligada diretamente àquele mar. Tais números tornam a segunda e terceira economias do mundo vulneráveis a interrupções do comércio naquele mar. (CSIS, 2018)

Do ponto de vista estratégico, é difícil separar as preocupações chinesas e japonesas sobre o Mar do Sul e o Mar Oriental das preocupações com a segurança do Estreito de Malaca. Embora o acesso ao Mar do Sul da China seja possível por várias rotas marítimas, o Estreito de Malaca é o mais utilizado, por conectar e ser a passagem mais curta e econômica entre os oceanos Pacífico e Índico. Mais importante, a maior parte do petróleo consumido pelos países da Ásia Oriental passa pelo estreito. A dependência da importação de petróleo é uma questão séria de segurança nacional e econômica para a China e Japão, que atualmente ainda dependem das rotas marítimas para supri-la. A China é o segundo maior consumidor de petróleo do mundo, mas cerca de 70% do petróleo consumido pelo país é importado (2018).¹⁸⁸ O Estreito de Malaca é vital para que esse petróleo chegue até a China, originando o que o ex-

¹⁸⁸ *Crude imports to increase 7.7%*, China Daily, January 2018. Disponível em: <<http://www.chinadaily.com.cn/a/201801/17/WS5a5e8b3ea310e4ebf433e29a.html>>.

presidente chinês Hu Jintao chamou de “Dilema de Malaca” – o temor de que seja promovido um bloqueio marítimo do Estreito, o que poderia paralisar a economia chinesa. A China, assim como os demais países asiático-orientais, se preocupa com a possibilidade de que alguma ameaça ou controle sobre o Estreito de Malaca prejudique suas importações de petróleo. Em 2016, mais de 30% do comércio marítimo mundial de petróleo bruto passou pelo Mar do Sul da China. Mais de 90% daquele volume passou pelo Estreito de Malaca, rumo aos principais destinos: China, Japão e Coreia do Sul. Estes países dependem fortemente da importação de petróleo pelo Mar do Sul: cerca de 90% das importações marítimas de petróleo de cada um dos três países passa por aquele mar.¹⁸⁹ (EIA, 2018)

Como mencionado anteriormente, após o fim da Guerra Fria e a diminuição das ameaças ao norte, as questões urgentes de segurança para Pequim mudaram para seu território marítimo. A modernização de sua marinha e o aumento da sua projeção de poder têm como um dos principais objetivos a proteção das linhas de abastecimento de energia e matérias-primas que cruzam o Estreito de Malaca e passam pelo Mar do Sul da China, essenciais para o desenvolvimento da economia chinesa.¹⁹⁰ Não só a projeção de poder da força naval chinesa preocupa os países vizinhos, inclusive Japão, mas também a ameaça que um controle chinês possa representar para as suas próprias linhas marítimas (LANTEIGNE, 2008; FAURE, 2010).

As reivindicações chinesas no Mar do Sul da China estão estreitamente ligadas também à projeção do poder naval chinês para o Mar Oriental, região estratégica para além da disputa pelo arquipélago e zona marítima das Diaoyu/Senkaku. Atualmente, o acesso chinês ao Oceano Pacífico é limitado pela necessidade de atravessar estreitos internacionais entre as ilhas que formam o arquipélago do Japão – especificamente entre as ilhas de Miyako e Okinawa, que tem o arquipélago disputado a oeste. Por conta disso, as embarcações chinesas são frequentemente monitoradas pelas forças de autodefesa japonesas, que poderiam fechar os estreitos aos chineses em caso de aumento das tensões ou de um conflito bélico. A liderança chinesa enxerga como necessidade estratégica primária garantir o acesso ao Pacífico Ocidental, através do qual poderia garantir a segurança de suas rotas marítimas e a defesa da soberania sobre as ilhas que reivindica nos Mares do Sul e Oriental da China. Atualmente, para ter acesso ao Pacífico Ocidental a partir do Mar da China Oriental, a marinha chinesa

¹⁸⁹ Cerca de 80% do petróleo importado pela China por via marítima passa pelo Estreito de Malaca (CSIS, 2018).

¹⁹⁰ Uma das principais estratégias chinesas para a diminuição da dependência das importações de petróleo por via marítima está nos planos da Iniciativa do Cinturão e Rota – como os Corredores Econômicos China-Myanmar e China Paquistão –, em que a cooperação energética é um dos motores (SARKER et. al, 2018).

precisa atravessar duas cadeias de ilhas¹⁹¹ – a primeira se estende das ilhas Sakalinas, ao arquipélago japonês, passando pela cadeia de Okinawa, Taiwan e Filipinas; a segunda cadeia começa nas ilhas principais do arquipélago do Japão, atravessa as ilhas Marianas, Guam, Palau, a ilha de Nova Guiné e termina no norte da Austrália – como mostrado na Figura 1. Embora os estreitos sejam determinados como de livre navegação, causa preocupação aos estrategistas chineses a possibilidade do bloqueio de suas embarcações no caso de conflitos militares ou a perspectiva de ser estrategicamente confinada apenas à sua zona costeira, sobretudo pela presença das forças navais norte-americanas e seus tratados de segurança com países da região – o fundamento da ideia de cerco marítimo contra a China (ZHANG, 2017).

O “Pivô para o Pacífico”¹⁹², anunciado pelos EUA em 2012, acabou por aumentar as desconfianças chinesas, uma vez que os norte-americanos buscaram fortalecer suas alianças com Coreia do Sul e Japão – incentivando este último a flexibilizar suas forças; aprimorou suas capacidades em Guam; fortaleceu o Comando do Pacífico, localizado no Havaí; assim como buscou aumentar suas bases no sudeste asiático. Além disso, a oeste os norte-americanos almejam aprofundar suas relações com Índia e Paquistão. Os estrategistas chineses se preocupam com a possibilidade que a China seja contida ou sua projeção de poder seja dificultada por suas limitações geográficas. Suas saídas oceânicas são restritas ao sul pelo Estreito de Malaca, e em situações críticas pela proximidade norte-americana com os países do Mar do Sul da China, como Vietnã, Camboja, Malásia, Indonésia, Filipinas – alguns com os quais a China disputa territórios marítimos. Ao norte estão grandes aliados dos EUA – Coreia do Sul e Japão (BUSH, 2013). Ao leste está Taiwan e a cadeia de ilhas japonesas Ryukyu/Okinawa. Para a China é um desafio e uma necessidade romper essa contenção geográfica. A sensação da China de estar sendo cercada deu a sua estratégia de defesa um sentido paradoxal: o temor de um cerco a coloca na defensiva e motiva seus investimentos em defesa – o aumento de poder e sua projeção proporcionada por aqueles investimentos acabam por torna-la mais assertiva (TOGO & NAIDU, 2014).

A expansão dos interesses regionais e globais chineses, consequentemente o aumento da sua presença nos mares da região, mexeu com o quadro estratégico regional. A estratégia hegemônica dos EUA no Pacífico Ocidental está fundamentada na presença de suas forças na

¹⁹¹ Conhecidas como ‘primeira e segunda cadeia de ilhas’. Estimula a ideia chinesa de cerco estratégico.

¹⁹² O pivô para o Pacífico está fundamentado no argumento de que o centro de gravidade da política externa, segurança nacional e interesses econômicos dos EUA está mudando para a Ásia, e que a estratégia e as prioridades dos EUA precisam ser ajustadas em conformidade. Devido a sua crescente importância econômica, espera-se que a Ásia se torne ainda mais vital para a econômica norte-americana. O aumento nos fluxos comerciais nos mares da região, assim como a expansão militar da China, reforça os interesses de segurança dos EUA na região. (CRS, 2012)

região em aliança com países aliados – concentrada, sobretudo, na ‘primeira cadeia de ilhas’. As ilhas Diaoyu/Senkaku se localizam entre a primeira cadeia, Taiwan e o continente, e sua posse ofereceria uma saída ao Pacífico Ocidental à China (ZHAO, 2002). O Japão, a potência vizinha e grande aliado dos EUA na região, tem papel relevante nesse desafio chinês. Os estrategistas navais chineses, durante a década de 1990, viam a possibilidade de quatro principais ameaças marítimas em relação ao Japão: este ser encorajado pelos EUA a assumir maior responsabilidade na segurança regional e na defesa das rotas marítimas; a expansão naval japonesa como ameaça à China; a reivindicação japonesa do arquipélago Diaoyu/Senkaku; e a exploração conjunta de recursos entre Japão e Coreia do Sul dentro de águas territoriais reivindicadas pela China. Com exceção deste último, todos se concretizaram em algum grau (DREYER, 2016).

O incentivo norte-americano para que o Japão assuma maior responsabilidade na segurança regional, que tornou possível a flexão dos músculos militares japoneses, parece fazer parte de uma estratégia de fortalecimento da vigilância sobre a primeira cadeia de ilhas. A soberania completa do Japão sobre o território disputado deixaria ainda mais crítico o acesso chinês ao Pacífico, justificando a recente intensificação das patrulhas e investimentos japoneses para tal fim. O envio regular de forças navais chinesas para a região, assim como o objetivo de minar a soberania japonesa, parece ter o intuito de evitar qualquer fortalecimento da primeira cadeia (PUGLIESE, 2015). Além disso, a presença frequente da marinha chinesa na região do arquipélago disputado impossibilita que o Japão estenda suas incursões navais para outras regiões, como o Mar do Sul da China. Ou seja, a China precisa fazer sua força naval presente dentro da cadeia de ilhas, de forma a evitar que sua navegação para as águas azuis seja refreada. Portanto, os movimentos chineses de assertividade, como a disputa marítima com o Japão e o estabelecimento de sua ADIZ sobre o Mar da China Oriental, estão além da simples soberania sobre as Diaoyu/Senkaku.

Da mesma forma, uma consolidação da força chinesa sobre a primeira cadeia insular poderia dificultar às forças japonesas e norte-americanas o acesso à Taiwan. Ponto estratégico da política nacional de defesa da China, negar uma intervenção à Taiwan em caso de conflito entre os dois lados do Estreito é um objetivo fundamental. Além disso, a livre navegação nos mares asiáticos é uma preocupação do Japão, que teme a possibilidade do bloqueio das rotas comerciais no Mar do Sul da China, região reivindicada pela China como território marítimo – a unificação de Taiwan à RPC poderia deteriorar a livre navegação no entorno da ilha (YOSHIHARA, 2012). A projeção de força chinesa impelida à primeira cadeia de ilhas

também, inevitavelmente, inclui os estreitos marítimos entre as cadeias de ilhas japonesas. A navegação de embarcações militares em torno de todo o arquipélago japonês preocupa seus estrategistas. As Diaoyu/Senkaku também são estratégicas para o Japão de forma a impedir que a China instale recursos de inteligência, vigilância e reconhecimento próximos ao arquipélago japonês, o que permitiria o monitoramento tanto da atividade japonesa quanto a norte-americana na região. Nessa perspectiva, são os japoneses que receiam a possibilidade de um cerco militar promovido pela China (HUGHES, 2017).

Como demonstram estrategistas chineses, a China possui mares, mas não oceanos. Se uma grande potência não é também uma potência marítima, sua posição não é segura (MANICOM, 2014). É pouco provável que a China desista de suas reivindicações territoriais e deixe de investir em suas forças militares, aqui especialmente as navais; também é pouco provável que os países litigantes contra a China abram mão de suas objeções – sobretudo a aliança nipo-americana (ARAI, GOTO, & WANG, 2013). O contexto que envolve as potências que atuam na região é de estímulos mútuos, de aumento de forças como respostas compensatórias. Portanto, são parcas as possibilidades de que os desentendimentos no Mar da China Oriental, assim como no Mar do Sul da China, sejam resolvidos no curto ou médio prazo. Como no ‘acordo’ implícito entre China e Japão na década de 1970 – que postergou e prolongou a disputa territorial – talvez a divergência sino-japonesa ainda seja um assunto a ser resolvido por gerações futuras mais preparadas e inteligentes.

CAPÍTULO 4. ECONOMIAS ENTRELAÇADAS E A RECENTE DISPUTA POR INFLUÊNCIA REGIONAL

Os fatores econômicos foram de grande relevância e determinantes na relação entre China e Japão desde o início do século XX. Estes foram o principal motivo para que o Japão entrasse em guerra com a China em 1895, pela influência e posterior anexação da península coreana e de Taiwan. A modernização japonesa, iniciada com a Restauração Meiji (1868), e seu processo de industrialização demandavam recursos além dos que o arquipélago japonês poderia oferecer. Dessa forma, os líderes japoneses olhavam para o continente asiático como a fonte para suprir os recursos necessários para que o país se tornasse uma potência. E realmente o conseguiram ao ocuparem a Coreia na primeira década daquele século, serem reconhecidos como potência no Tratado de Versalhes (1919)¹⁹³, invadirem o nordeste chinês em 1931 e partirem para a violenta tentativa de ocupar país em 1937 – dando início a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). A busca por estabelecer a “Esfera de Coprosperidade da Grande Ásia Oriental” tinha como real objetivo sustentar a construção e desenvolvimento do Império do Japão. A derrota japonesa na Segunda Guerra demoliu as pretensões e novamente o Japão se recolheu à condição insular. Inusitadamente, o país voltaria a se tornar uma potência econômica através do auxílio de seu antigo inimigo vitorioso, os EUA. Este colaborou para que o Japão se tornasse a segunda maior economia mundial já em 1968 e atingisse seu ápice na década de 1980 – quando pensadores conjecturavam que o país superaria os EUA como maior potência econômica global.

Uma vez que nosso trabalho foca o âmbito das relações interestatais, é importante afirmar aqui que a coordenação e desenvolvimento das economias nacionais de China e Japão está histórica e profundamente integrada à condução da alta política de ambos os Estados – exemplificado brevemente pelo projeto de expansão e colonização do Japão acima mencionado. Assim como em termos de liderança política – em que há o predomínio de um mesmo grupo durante longos períodos – o desenvolvimento econômico de Japão e China se diferenciaram substancialmente dos modelos ocidentais.¹⁹⁴ A importância e peso do Estado no

¹⁹³ Preâmbulo do Tratado: “Os Estados Unidos da América, o Império Britânico, França, Itália e Japão, Potências designadas no presente Tratado como Principais Potências Aliadas e Associadas [...]” [tradução nossa] (VERSALHES, 1919).

¹⁹⁴ Historicamente os Estados do Extremo Oriente se caracterizaram por suas tradições teocráticas e seu poder central como agente irradiador de valores sociais e da economia. Há que se considerar que heranças e valores culturais de uma sociedade também perduram e estas podem ser identificadas nos Estados nacionais asiáticos mesmo atualmente: como na forte presença estatal na economia; o Estado não agindo em nome do mercado, mas

progresso econômico e industrial daqueles países asiáticos se evidenciaram em seus modelos de desenvolvimento – especialmente após a Segunda Guerra Mundial –, assim como seus interesses influenciaram diretamente na relação econômica bilateral sino-japonesa. De forma resumida, o modelo de desenvolvimento japonês pós-guerra se afastou do modelo capitalista do *laissez-faire*, sendo caracterizado por um Estado altamente intervencionista e uma estrutura corporativa fundamentada em relações institucionais de longo prazo, estando o país longe de ser um exemplo da prática de livre mercado. Como apontado pelo ministro japonês Naohiro Amaya – que comandou o extinto Ministério do Comércio Internacional e Indústria do Japão –, seu país fez o oposto do que os economistas norte-americanos pregavam, violando todos os conceitos habituais. Tóquio identificou setores industriais estratégicos e os fomentou com subsídios, cartéis, incentivos tecnológicos, empréstimos baratos, barreiras de importação e incentivos a exportação – sem os quais a indústria japonesa, como a automobilística e de semicondutores, não sobreviveria diante da concorrência norte-americana e europeia (HSIUNG, 2007). No caso japonês, a garantia da segurança estratégica possibilitada pela aliança nipo-americana transformou o elemento econômico em principal foco e preocupação do governo, tanto no âmbito doméstico quanto externo – representado pela Doutrina Yoshida; um país que no âmbito internacional teve reconhecidamente sua influência vinculada aos termos econômicos, mesmo no auge de seu poder (DREYER, 2016).

O Estado chinês também exerceu forte influência sobre os rumos econômicos do país desde a fundação da RPC. O esforço em criar uma base de indústria pesada, transformar a agricultura do país através da coletivização, a manutenção de uma economia baseada no planejamento estatal e no controle político do PCCh foram as características principais da economia do país nas primeiras décadas da República Popular. Posteriormente, sob o comando de Deng Xiaoping, a China deu início ao processo de reforma e abertura econômica, apostando no pragmatismo de uma abordagem experimentalista. Pequim guiou as reformas através de testes primeiramente em regiões ou províncias e gradualmente as expandiu para o restante do país caso tivessem demonstrado sucesso. O novo panorama econômico chinês abriu espaço para a estratégia de atração de IED, que propiciou a emulação em maior escala do modelo exportador praticado em Hong Kong e Taiwan – produção de bens com mão de obra intensiva para os mercados dos países desenvolvidos. Com intenso fluxo de capital e forte presença de empresas estrangeiras, a China pôde expandir sua industrialização e suas

o contrário; o predomínio de grupos políticos no poder por longos períodos (INGLEHEART & BAKER, 2000; HUANG, 2008.)

exportações, aproveitando a difusão tecnológica, *joint ventures* e mão de obra nacional altamente qualificada proporcionada por aquelas empresas. Assim a China conseguiu aumentar de forma acelerada suas exportações e o desenvolvimento da indústria nacional, sobretudo a partir da década de 2000, alcançando o posto de maior economia exportadora do mundo, em 2009. O vasto controle do Estado e do Partido Comunista Chinês sobre a economia nacional é um fundamento importante da legitimidade de sua liderança, sustentando a necessidade de proporcionar um crescimento econômico contínuo e garantir a estabilidade social (HSIUNG, 2007).

Como visto anteriormente, a estreita relação econômica construída entre China e Japão continuamente envolveu a política estatal de ambos os países e serviu aos objetivos políticos de suas lideranças, ainda que tais objetivos tenham evoluído com o decorrer do tempo. Para a China, o intercâmbio com o Japão contribuiu de forma primordial para a aceleração no desenvolvimento econômico do país e no estabelecimento de uma conjuntura regional estável – fatores importantes para o cumprimento de seus objetivos de reformas econômicas, garantia da estabilidade doméstica e manutenção da liderança do PCCh como governante legítimo do país, mesmo após a Guerra Fria. Da perspectiva japonesa, o engajamento da China na economia global e o estreitamento da relação econômica bilateral auxiliaram na prevenção de uma radicalização, isolamento ou ruptura da ordem naquele país, assim como foi uma forma de buscar atenuar o nacionalismo e os ressentimentos chineses oriundos dos conflitos passados. Para ambos os Estados, o desenvolvimento da relação econômica bilateral proporcionou ganhos mútuos.

4.1. A construção da interdependência

Durante um período da Guerra Fria – mais especificamente entre 1945-1972 – as relações diplomáticas entre China e Japão ficaram limitadas pelo contexto daquela ideológica, mas as relações econômicas já demonstravam potencial, apesar das dificuldades causadas pela relação informal e circunstâncias políticas.¹⁹⁵ Naquela fase, a relação econômica se dava pelo intermédio de grupos não-governamentais, os acordos que fechavam eram conhecidos como ‘comércio de amizade’. Após a viagem do presidente norte-americano Richard Nixon a Pequim, em 1972, os industriais japoneses pressionaram o governo japonês pela normalização das relações, temendo perder sua posição privilegiada no mercado chinês caso o governo demorasse a agir – ainda em 1972, os grandes conglomerados japoneses, como Mitsubishi e

¹⁹⁵ Em 1966 o Japão era o maior parceiro comercial da RPC e a China passou a ser o quarto maior parceiro do Japão. (DREYER, 2016)

Mitsui, se reuniriam com autoridades chinesas visando acelerar a reaproximação bilateral (LAM, 2017).

Após a normalização das relações diplomáticas, o vínculo econômico sino-japonês progrediu de forma contínua, se intensificando a partir da abertura econômica chinesa durante a década de 1980, aumentando de forma exponencial o comércio bilateral. Embora a expansão acentuada da relação econômica sino-japonesa tenha se concretizado de fato após a consolidação das políticas de reforma e abertura levadas adiante pelo governo chinês, o comércio bilateral já dava mostras de seu potencial: o valor das trocas bilaterais aumentou de US\$1,1 bilhão em 1972 para US\$6,6 bilhões em 1979. Quando se completaram duas décadas desde a reaproximação diplomática (1992), o valor das trocas bilaterais haviam se multiplicado em mais de vinte vezes, para US\$ 25,4 bilhões. Mas mais importante, durante a década de 1990 a dinâmica comercial que se estabelecera desde a década de 1960 – uma complementaridade econômica substancialmente baseada em commodities chinesas por bens manufaturados e bens de capital da parte japonesa – passaria a se transformar com o aumento da exportação chinesa de produtos manufaturados ao Japão, demonstrando a modificação na pauta comercial que se concretizaria adiante (LEE, 1984; WAN, 2008).

A normalização das relações sino-japonesas também possibilitou que o governo japonês concedesse empréstimos concessionais¹⁹⁶ e recursos como Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) (WU, 2008).¹⁹⁷ Este último de vital importância no início da abertura, reforma e modernização chinesa, quando o país carecia de fundos para investimentos, sendo o governo japonês o primeiro a colaborar financeiramente para as reformas – sobretudo para projetos de infraestrutura, que contribuíram para o desenvolvimento social e econômico chinês. Desde 1979 os empréstimos japoneses foram responsáveis por projetos de grande porte nas áreas de energia, portos e aeroportos, ferrovias e rodovias, construção urbana, sistemas de telecomunicações e informação, fornecimento de água e tratamento de esgoto, assistência médica, proteção ambiental, entre outros. De 1979 a 2016 o Japão contribuiu com cerca de US\$33 bilhões em ODA,¹⁹⁸ o que faz do Japão o maior provedor desse tipo de recurso à China (TAKAMINE, 2006). A Assistência Oficial para o

¹⁹⁶ Empréstimos com taxas de juros próximas de zero, geralmente destinados a países em desenvolvimento e com baixa renda.

¹⁹⁷ A Assistência Oficial para o Desenvolvimento também foi importante quanto a busca por melhorar a imagem do Japão perante a sociedade chinesa, uma vez que a China havia renunciado às compensações de guerra durante as negociações para a normalização das relações entre os dois países, em 1972 (XU, 2013).

¹⁹⁸ *Overview of Official Development Assistance (ODA) to China*, Official Development Assistance (ODA), Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/region/e_asia/china/index.html>.

Desenvolvimento proveniente do Japão não apenas contribuiu para a modernização da China, como tornou o próprio Japão um beneficiário daquela assistência.¹⁹⁹ Apoiar o desenvolvimento de infraestrutura industrial na China facilitou as condições para o Investimento Estrangeiro Direto japonês naquele país, assim como o fluxo de IED de demais origens, que aumentou substancialmente durante a década de 1990-2000 (XU, 2013).

O apoio japonês no estabelecimento de infraestrutura na China acabou por facilitar que as indústrias japonesas em território chinês – que passaram a aumentar seu investimento no país – tivessem acesso facilitado a matérias-primas, mão de obra barata, assim como um potencial mercado a investir e ser explorado. Por sua vez, o Japão era muito superior no campo tecnológico e abundância de capital, o que dava aos países vantagens comparativas distintas e complementares. O Japão foi um dos países que mais se beneficiaram da abertura e crescimento econômico da China, uma vez que para além dos investimentos, a transição de uma economia socialista para economia de mercado era de interesse político japonês. Esperava-se que com aquela transição os dois países compartilhassem cada vez mais de sistemas econômicos semelhantes, assim como de valores liberais, tornando a China cada vez mais atraente para o capital japonês. Em uma perspectiva político-estratégica mais ampla, incorporar a China à economia global também significava condicionar o país às regras econômicas globais, fomentando uma cooperação internacional maior por parte dos chineses. Ainda nessa perspectiva, uma China engajada internacionalmente conservaria a estabilidade econômica e política regional, ou seja, seria um vizinho estável (LAM, 2017).

Japão e China entrariam na década de 1990 em situações econômicas distintas. A economia japonesa atingira seu pico em 1989, com seu mercado de ações e imobiliário atingindo seus níveis máximos, mas o estouro da bolha em 1990 conduziu o Japão a um período de estagnação muito além da “década perdida” que se esperava. A economia japonesa sofreu uma queda acentuada na taxa de crescimento do PIB em 1991 e 1992, para depois entrar em uma espécie de baixo crescimento permanente, oscilando entre quedas, estagnação, crescimento modesto e novamente quedas – situação do qual o atual primeiro ministro Shinzo Abe ainda tenta retirar o país (BAILEY, COFFEY, & TOMLINSON, 2007)²⁰⁰. A China, pelo contrário, crescia a uma média de 10% ao ano, e entre 1992-1997 alcançaria uma média de

¹⁹⁹ Os dois países já haviam reconhecido que novos empréstimos no âmbito da Assistência Oficial para o Desenvolvimento seriam suspensos em 2008, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Pequim, que simbolizavam o desenvolvimento econômico e social da China. Os empréstimos foram oficialmente finalizados pelo Japão em 2018, com os dois países concordando na busca por uma nova forma de cooperação de desenvolvimento bilateral, agora como parceiros equivalentes, não mais como doador-receptor (JAPÃO, 2018).

²⁰⁰ Para discussões mais aprofundadas sobre causas, agravadores, políticas macroeconômicas e perspectivas sobre a crise e estagnação japonesa, consultar (BAILEY, COFFEY, & TOMLINSON, 2007).

11% de crescimento de seu PIB.²⁰¹ Tais condições internas em ambos os países colaboraram para que o fluxo de IED japonês para a China naquela década se tornasse elemento importante da relação. Com uma economia em expansão, a China ofereceu saída importante para exportações e investimentos, com muitas indústrias japonesas transferindo suas operações para território chinês em busca de maior rentabilidade, custos trabalhistas mais baixos e sindicatos fracos (MA, 2000).

O desenvolvimento de um comércio dinâmico entre China e Japão a partir da década de 1990 pode ser atribuído a dois fatores evidentes: o rápido crescimento do comércio externo chinês após as políticas de reforma e abertura econômica e a proximidade geográfica entre os dois países. Em uma análise mais abrangente, pode-se observar que os volumes de troca e as estruturas de comércio entre os dois países foram definidos pelas vantagens comparativas de ambos. Além disso, a dotação de distintos fatores de produção entre os dois países proporcionou uma natureza complementar da relação econômica bilateral. Os fornecedores de ambos os países eram bastante competitivos no mercado importador do parceiro comercial, sendo capazes de fornecer a preços competitivos o tipo de bens que os clientes do outro país desejavam. Assim sendo, as vantagens comparativas específicas de Japão e China nos mercados um do outro acabaram por determinar a construção do dinamismo econômico bilateral que surge durante aquela década (HILPERT & HAAK, 2002).

Além dos custos de mão de obra mais baixos, um grande mercado potencial e a proximidade geográfica que atraíam os investimentos japoneses para manufatura, investir em produção na China solucionava parte do problema das altas tarifas e outras barreiras comerciais do mercado importador chinês. Inserido nesse processo, o fluxo de IED japonês para a China ocasiona como reflexo, a atração de importações adicionais provenientes do Japão – como plantas, maquinários e componentes industriais – mas também promove reexportações ao Japão. Dessa forma, o IED japonês acaba por substituir um aumento acentuado das importações procedentes do Japão, de acordo com o plano chinês de industrialização nacional (SÖDERBERG, 2003). O estabelecimento das companhias japonesas em território chinês – concentradas principalmente nas regiões leste e nordeste da China, devido a proximidade com o arquipélago japonês – e as *joint ventures* com empresas locais, passaram a produzir cada vez mais bens de consumo e industriais para o mercado japonês. A transferência da produção de pequenas e médias empresas japonesas para a China – responsáveis por uma fatia considerável do investimento japonês no país – indicava que

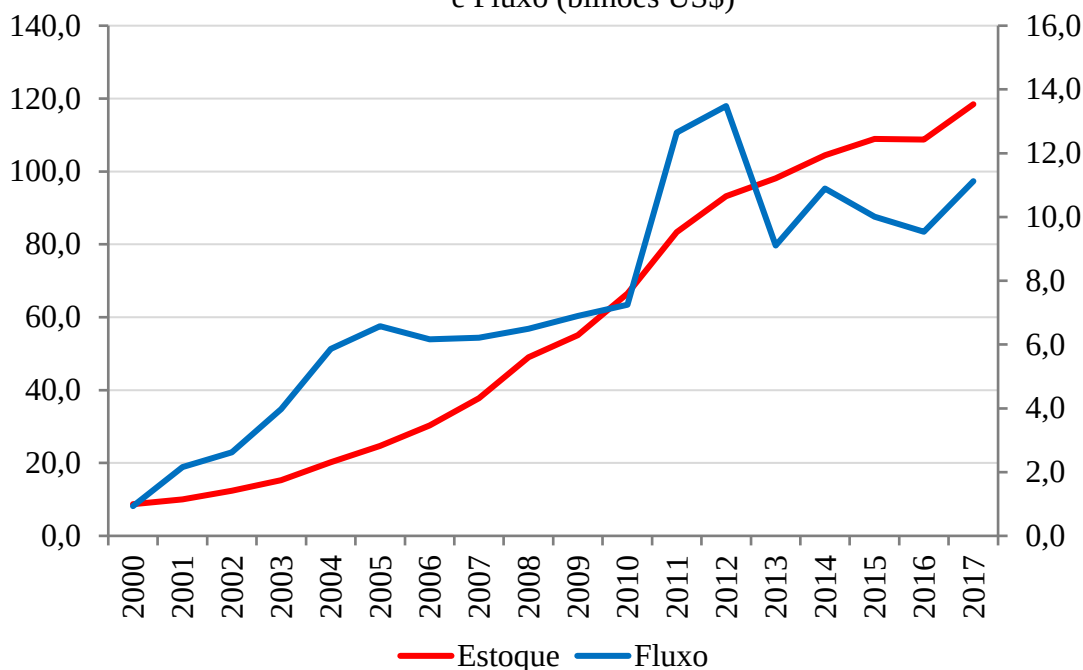
²⁰¹ Jun Ma, em sua obra, explicita o desenvolvimento dos vários setores da economia chinesa durante a década de 1990, assim como as políticas econômicas e reformas domésticas, para mais detalhes (MA, 2000).

parte importante do investimento era direcionada pela questão do custo produtivo, e provavelmente mais orientada para a reexportação do que o IED de outros países industrializados. Uma vez que muito dos investimentos japoneses na China objetivaram suprir o mercado doméstico do Japão através da base industrial chinesa, certamente aqueles investimentos contribuíram consideravelmente para o crescimento das exportações chinesas para o Japão a partir da década de 1990. Aquela década traria grandes resultados para a relação bilateral: entre 1990 e 2003, o Japão se estabeleceu como maior parceiro comercial da China; durante o mesmo período, o comércio entre os dois países atingiu patamares de crescimento de 16% ao ano; um período em que Japão também se tornou o maior investidor externo na China, com suas empresas investindo mais de US\$66 bilhões (CHENG, 2007).

A entrada da China na OMC, em 2002, alavancaria tanto o comércio bilateral quanto o fluxo de IED japonês para a China, tornando a relação econômica mais próxima e interdependente. Como podemos observar no Gráfico 2, o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto japonês daria um salto na década de 2000 – representado pelo eixo secundário do gráfico. O estoque de IED japonês na China, ao final de 2017, ficou acima dos US\$118 bilhões – referente ao eixo primário do gráfico.²⁰² Entre os diversos países a investirem na China, o Japão é a maior origem do IED, representando 7,3% do total dos fluxos acumulados até 2016 – seguido por EUA, com 5,8% –, se concentrando, sobretudo, nos setores de equipamentos de transporte, equipamentos elétricos e maquinário em geral (LATORRE & HOSOE, 2016).

²⁰² O dado pode ser encontrado através do *FDI stock (Based on International Investment Position, net)*, Japan External Trade Organization (JETRO), June 2019. Disponível em: <<https://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/>>.

Gráfico 2: Investimento Estrangeiro Direto Japonês na China - Estoque e Fluxo (bilhões US\$)



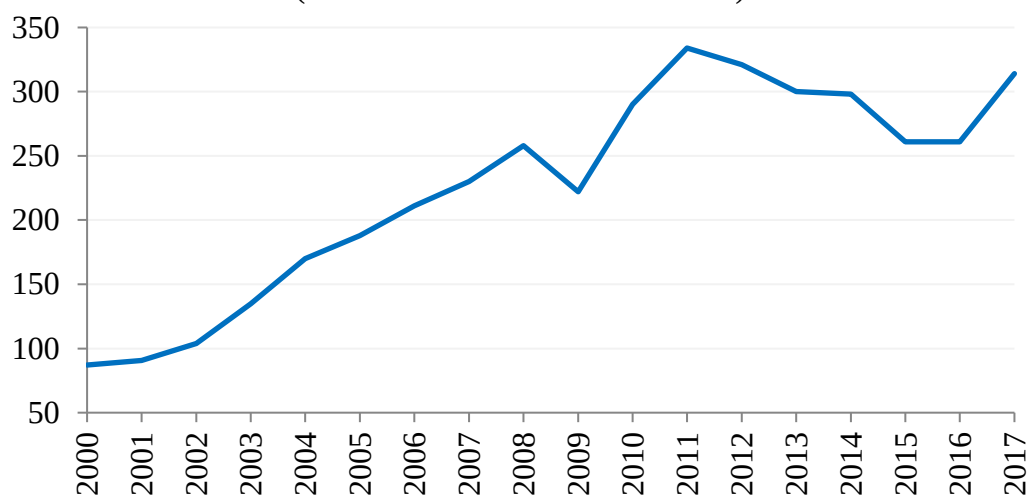
Fonte: Japan External Trade Organization (JETRO), 2019.

As empresas japonesas têm desempenhado um importante papel na expansão da escala econômica chinesa, uma vez que o país busca melhorar a qualidade e eficiência da produção. Na segunda metade da década de 1990 e primeira década do século XXI, um grande número de grandes, médias e mesmo pequenas empresas japonesas estabeleceram relações de dependência mútua com empresas chinesas. O desenvolvimento de cadeias de produção complexas oriundas dessa relação estabeleceu um caráter de interdependência entre as duas economias – o Japão oferecendo alta tecnologia, desenvolvimento de design e gestão administrativa, enquanto a China fornece mão de obra qualificada e produtos de tecnologia intermediária. O número de empresas japonesas presentes na China ultrapassava a quantia de vinte e três mil ao final de 2012, o que representava 7,9% de todas as empresas estrangeiras em território chinês – liderando em nacionalidade. Essas empresas contribuem para a geração de mais de dez milhões de empregos, um fator importante para a estabilidade social chinesa. Muitos desses grupos transferem tecnologia e *know how* superiores às empresas nacionais, contribuindo para a melhora da qualidade técnica e eficiência produtiva de empresas chinesas. As indústrias japonesas também buscaram conquistar o mercado chinês, não apenas utilizar o país como plataforma produtiva, uma vez que o gradual aumento no poder de compra dos chineses passou a representar um mercado potencial (JETRO, 2019). A China se mantém como a região para a qual a maior parte das empresas japonesas planeja aumentar suas

exportações, assim como expandir as operações já estabelecidas naquele país (COMPANIES, 2017).²⁰³

No tocante a corrente comercial entre os dois países, em 2002 o comércio bilateral sino-japonês alcançou US\$100 bilhões pela primeira vez; o Japão importou mais da China do que dos EUA pela primeira vez em 2003; a China se tornou o maior parceiro comercial do Japão em 2009 – posição que mantém recentemente; em 2010 o Japão foi ultrapassado pela China como segunda economia do mundo, posição que aquele ocupara por mais de quatro décadas. No Gráfico 3 e Tabela 1, podemos ter uma noção da rápida evolução da corrente comercial entre os dois países, sobretudo a partir de 2002, com as trocas atingindo um recorde de US\$334 bilhões em 2011. Também podemos constatar, na Tabela 2, que os volumes de trocas acumuladas por períodos também tiveram crescimento expressivo, sobretudo entre 1991-2010.

Gráfico 3: Evolução da corrente comercial Japão-China 2000-2017
(valores correntes em bilhões US\$)



Fonte: UN Comtrade (UNCOMTRADE, 2018)

²⁰³ Para informações mais detalhadas sobre a importância, planos e números sobre as companhias japonesas presentes na China ou que planejam expandir seus negócios no país, consultar (JETRO, 2019; COMPANIES, 2017).

Tabela 1: Corrente de Comércio Japão-China (US\$ bilhões)

Ano	Valor (US\$ bilhões)
1990	US\$ 17,9
1994	US\$ 48,6
1998	US\$ 65,2
2002	US\$ 103
2006	US\$ 211
2010	US\$ 290
2011	US\$ 334
2014	US\$ 298
2017	US\$ 314

Fonte: UN Comtrade Database, 2018 (USD em valores atuais).

Tabela 2: Trocas Acumuladas por Período (US\$)

Período	Valor Trocado
1962-1990	US\$190,8 bilhões
1991-2000	US\$540 bilhões
2001-2010	US\$1,9 trilhão
2011-2017	US\$2,1 trilhões
Total 1962-2017	US\$4,73 trilhões

Fonte: UN Comtrade Database, 2018 (USD em valores atuais).

No decorrer do processo de abertura econômica da China, o padrão das exportações chinesas mudou conforme suas vantagens comparativas avançaram do setor de commodities para produtos de mão de obra intensiva. Logo, a composição das exportações para o Japão também se alteraram gradualmente no decorrer da década de 1990, evoluindo predominantemente para bens manufaturados – produtos de menor custo e com melhora

progressiva em qualidade. A China, no início da década de 1990, exportava para o Japão majoritariamente matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, como petróleo bruto, peixes e frutos do mar, peças de vestuário e materiais têxteis – essas quatro categorias²⁰⁴ representavam mais de 56% das exportações chinesas para o Japão. Nesse mesmo ano, a China importava do Japão majoritariamente maquinários, eletrônicos, produtos metálicos e produtos químicos e relacionados à saúde – quatro categorias que representavam 76% da pauta. Em 2016 o quadro seria bastante distinto, as exportações chinesas com destino ao Japão seriam predominantemente de eletrônicos (32%), vestuário (18%), maquinários (15%), material e equipamentos de construção (8,5%) – as quatro categorias somariam mais de 70% das exportações chinesas. Enquanto isso, as importações provenientes do Japão foram principalmente de maquinários (36%), eletrônicos²⁰⁵ (30%) e produtos químicos e relacionados à saúde (13%) – representando 79% da pauta (SIMOES & HIDALGO, 2018). A produção chinesa tornou-se capaz de fornecer produtos que exigem mão de obra intensiva, demandados pelo mercado industrial e de consumo japonês e que não poderiam ser produzidos no país a baixos custos. Uma das vantagens das exportações chinesas para o país vizinho se deu por conta da canalização dos bens exportados através de redes de produção e distribuição japonesas, diminuindo a possibilidade de que aquelas pudessem encontrar impedimentos tarifários ou estruturais por parte das regras de importação do Japão. A partir da simples análise da pauta exportadora chinesa em 1990 e 2016, é possível notar que o país vem subindo de forma acelerada a escada da industrialização, diminuindo a lacuna ante os países desenvolvidos – como o Japão. A China já possui uma grande reserva de mão-de-obra qualificada e é capaz de fornecer o capital necessário para o desenvolvimento industrial. Tendo em conta as ligações da China ao *know how* tecnológico e organizacional, e considerando o papel adaptável da política industrial, é fácil prever que a China venha a ganhar cada vez mais força competitiva em vários setores industriais. Subsequentemente, a estrutura do comércio de exportação da China seguirá a tendência de aprimoramento tecnológico e agregação de valor (HILPERT & HAAK, 2002; WAN, 2008).

Embora não seja nosso objetivo fazer uma comparação entre os níveis de valor agregado dos bens produzidos na China e Japão, pode-se notar que o setor de eletrônicos é representativo nos fluxos bilaterais de mercadorias. Por ser um setor vital na conjuntura da

²⁰⁴ Classificados segundo a *Standard International Trade Classification (SITC) Revision 2* – sistema de classificação de mercadorias utilizado e mantido pelas Nações Unidas para classificar as exportações e importações de um país, permitindo a comparação entre diferentes países e anos.

²⁰⁵ Aqui se destacam os insumos para a indústria chinesa de eletrônicos, como microcircuitos eletrônicos, enquanto os eletrônicos exportados pela China se destacam os produtos eletrônicos acabados.

revolução digital que se desenvolve recentemente, é válido fazer uma breve observação no comércio de circuitos integrados e microcircuitos eletrônicos, assim como no setor de semicondutores.²⁰⁶ Este setor pode nos servir como exemplo de demonstração do nível tecnológico da produção de ambos os países. Hoje a China produz somente 16% dos semicondutores usados na produção tecnológica do país, sendo que apenas metade desse número é fabricada por empresas nacionais chinesas; as empresas de tecnologia do país dependem majoritariamente de fornecedores externos de chips de alto valor agregado – fatores que ainda colocam a China como importador líquido de tecnologia. A produção de semicondutores está na vanguarda tecnológica da ciência física e de materiais, na medida em que seus fabricantes adicionam mais potência computacional, memória e outras funções em um chip progressivamente de menor dimensão física. Uma vez que os semicondutores são a espinha dorsal da economia digital, a liderança política chinesa considera o desenvolvimento da produção de semicondutores como setor estratégico. Para avançar nas cadeias de valor, a China deve superar a atividade de montagem de produtos finais com componentes importados, para a criação de tecnologia avançada própria. No entanto, apesar dos vultuosos investimentos chineses no setor, é provável que o país ainda dependa da importação de chips de alta tecnologia no curto prazo. Tal fato não se deve a dificuldade das empresas chinesas no acesso a equipamentos, mas a falta de experiência e *know how* no setor. O mercado destes insumos de alta tecnologia é altamente competitivo, sua produção exige grandes investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento e avançadas capacidades de fabricação, além disso, o tempo de obsolescência de uma fábrica de semicondutores está na média de cinco a seis anos (KE, 2012; LEWIS, 2019).

Os equipamentos para fabricação de semicondutores (*semiconductor manufacturing equipment* – SME) estão entre os equipamentos industriais mais avançados tecnologicamente em uso e estão estreitamente conectados aos avanços alcançados na física, uma vez que envolvem operações a nível molecular e atômico. Segundo relatórios da JETRO, o Japão mantém a maior participação mundial na exportação de equipamentos para fabricação de semicondutores desde 2007, com 29,9% da participação mundial em 2017 (JETRO, 2018a). Os principais produtores de SME são de origem japonesa, alemã, holandesa e norte-americana, sendo a China dependente desses fornecedores para produção nacional – uma tendência que tende a se manter ao menos no curto prazo. Uma vez que esta é uma indústria estratégica, pois é a base da eletrônica moderna – que abrange de smartphones a satélites

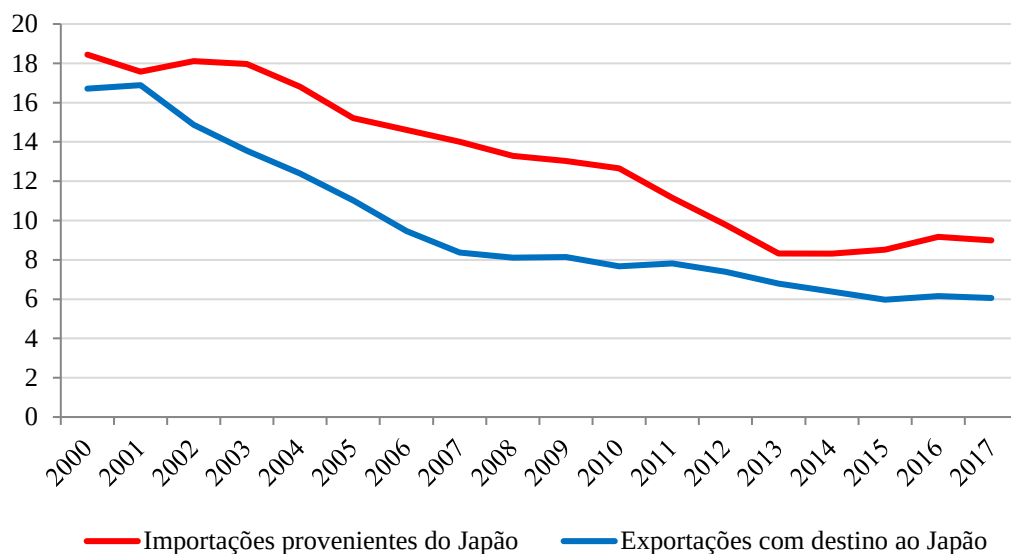
²⁰⁶ O código de commodity para análise desses setores na base UNComtrade são: 8541 para os circuitos integrados e microcircuitos eletrônicos; 8486 para o setor de semicondutores e aparatos para a sua produção.

espaciais, robótica, setores nucleares e sistemas de armas –, as empresas nacionais são largamente protegidas pelos Estados – com o fim de evitar espionagem e roubo industrial, assim como aquisição dessas empresas por outras baseadas em países rivais. No entanto, o Conselho de Estado da China estabeleceu, em 2014, a meta de transformar o país em um líder global na indústria de semicondutores até 2030. O Estado chinês planeja investir no setor um total de U\$118 bilhões em cinco anos, com o objetivo de produzir 40% dos semicondutores utilizados em suas indústrias até 2020 e 70% até 2025 (KE, 2012; LEWIS, 2019). O projeto *Made in China 2025*, lançado pelo Estado chinês em 2015, tem justamente o objetivo de incentivar a transformação do país em desenvolvedor de tecnologia de ponta em setores estratégicos, como o de semicondutores, o que tende a diminuir progressivamente as diferenças entre a economia chinesa e as economias desenvolvidas.²⁰⁷

Conforme apontado pelos relatórios de agências empresariais, a China é e continuará sendo uma base produtiva e um mercado potencial para as empresas japonesas. No entanto, nota-se que o comércio com a China vem se tornando cada vez mais importante para a economia japonesa, enquanto diminuiu progressivamente a importância do Japão para a China – como podemos observar nos gráficos abaixo (COMPANIES, 2017; JETRO, 2019).

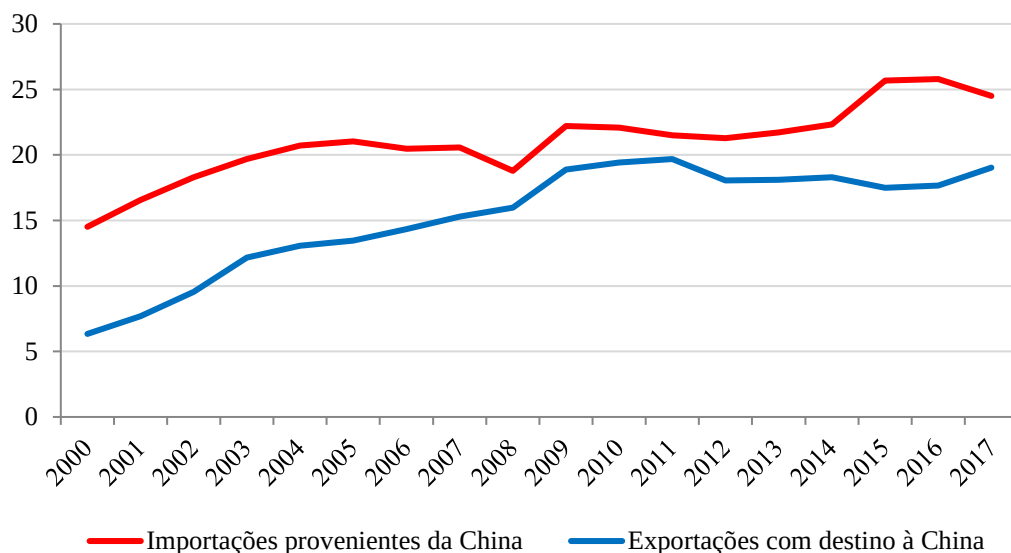
²⁰⁷ O plano reconhece os avanços na indústria de manufatura e as melhoras contínuas na inovação tecnológica, que proporcionaram aumento da competitividade em geral da produção chinesa. No entanto, aponta que o setor manufatureiro na China é grande, mas não forte. A capacidade de inovação independente ainda é fraca e a dependência externa é grande quanto a alta tecnologia e equipamentos avançados. Portanto, o plano aponta a necessidade de promover a inovação tecnológica e eliminar gargalos no desenvolvimento industrial. Para Mais informações, consultar: *Made in China 2025*, State Council of the People's Republic of China, July 7, 2015. Disponível em: <<http://www.cittadellascienza.it/cina/wp-content/uploads/2017/02/IoT-ONE-Made-in-China-2025.pdf>>.

Gráfico 4: Participação do Japão no total das exportações/importações chinesas (%)



Fonte: Banco Mundial: World Integrated Trade Solution, 2018.

Gráfico 5: Participação da China no total das exportações/importações japonesas (%)



Fonte: Banco Mundial: World Integrated Trade Solution, 2018.

Ainda que tenha se observado um crescimento nos valores da corrente comercial sino-japonesa nesse início de século, a crescente relevância comercial e econômica da China em perspectiva global diversificou e aprofundou os laços econômicos do país com o restante do mundo. Outros países e regiões se tornaram importadores relevantes dos produtos

manufaturados do país, assim como relevantes fornecedores de alta tecnologia à China, como Estados Unidos e União Europeia. Outro fator a se considerar é o rápido crescimento da China como fornecedor de IED, o que tem ocasionado que mais países ganhem importância relativa nas suas trocas comerciais. Todos esses elementos colaboraram para a diminuição da importância e dependência chinesa em relação ao Japão (YAHUDA, 2014; LATORRE & HOSOE, 2016).

Todavia, os valores das trocas por si não conseguem representar com exatidão a importância mútua da relação econômica. Por exemplo, é importante lembrar que muitos produtos fabricados na China são manufaturados a partir das cadeias produtivas japonesas estabelecidas em território chinês, com as companhias japonesas fornecendo os projetos e insumos de alta tecnologia, no qual a agregação de valor da parte chinesa pode representar uma pequena parte na proporção dos valores registrados nas estatísticas comerciais; grande parte do comércio bilateral é representado por trocas entre diferentes braços de importantes multinacionais e conglomerados japoneses que operam grandes centros produtivos na China, entre as mais conhecidas estão Mitsui, Matsuhita, Sumitomo, Fuyo, Honda, Toyota, Sony, entre outros. Essa intrincada intersecção entre multinacionais japonesas e a economia chinesa ilustra bem o quanto as economias dos dois países se tornaram interdependentes (BELDERBOS & CARREE, 2002; CALDER & YE, 2010).

4.2. Os atritos diplomáticos e a relação econômica bilateral

Apesar das questões históricas sensíveis, o comércio entre as duas nações se acentuou nas últimas décadas. Problemas políticos bilaterais interestatais podem afetar de maneira intensa as relações econômicas, prejudicando ou mesmo suspendendo em algum momento qualquer tipo de relação comercial – e.g. URSS-EUA, EUA-Cuba, Coreia do Norte-Coreia do Sul. Porém, as relações econômicas entre China e Japão, ao menos até 2012, foram resilientes às diferenças políticas entre os dois Estados. Suas estruturas econômicas complementares foram resistentes aos altos e baixos diplomáticos. Tal fato evidenciou-se entre 2001 e 2006, quando o primeiro ministro Junichiro Koizumi visitou anualmente o santuário de Yasukuni. Apesar do ‘congelamento’ das relações diplomáticas, com a ausência de encontros de autoridades de alto-nível entre os dois países, a relação econômica parece não ter sofrido consequências – como exemplo, podemos observar o fluxo de IED japonês para a China e a corrente comercial bilateral entre 2001 e 2006 – nos Gráficos 2 e 3 respectivamente. Na verdade, o congelamento das relações diplomáticas naquele período fez com que a relação

bilateral fosse dominada significativamente pela relação econômica – como já mencionado, “*hot economic, cold politics*” (ARMSTRONG, 2012).

Em 2012, após a nacionalização do arquipélago Diaoyu/Senkaku pelo governo japonês, os boicotes ao Japão tiveram efeito temporário sobre as vendas de automóveis e viagens de turistas chineses ao Japão, que voltaram aos patamares normais após alguns meses. Analisando-se os Gráficos 2 e 3, nota-se uma queda tanto no fluxo de IED japonês para a China como na corrente comercial bilateral. Esse período de afastamento diplomático (2012-2014) entre os dois países coincidiu com reformas econômicas domésticas, implementadas por seus novos líderes, Xi Jinping²⁰⁸ e Shinzo Abe.²⁰⁹ Portanto, é difícil estabelecer que os resultados descendentes na relação econômica bilateral a partir de 2012 derivaram dos atritos políticos. Em 2013 o fluxo de IED japonês para a China caiu de maneira significativa, e embora o fluxo tenha voltado a crescer nos anos seguintes, não voltaram aos patamares de 2012. O comércio bilateral também declinou desde então, quando comparado ao alcançado em 2012, mas já apresentava tendência de recuperação nos anos recentes.

Alguns observadores apontam a possibilidade de que as duas economias estejam iniciando uma desconexão,²¹⁰ com o Japão diversificando suas bases de produção no exterior. De fato, após as manifestações chinesas anti-Japão de 2005 o governo japonês passou a alertar para que os círculos empresariais diversificassem seus investimentos para outros países, como os do Sudeste Asiático e Índia. A Índia surge como alternativa, como outrora a China fora, por ser uma economia emergente com um mercado potencial vasto, um ambiente promissor para investimentos, mas limitada devido ao capital e tecnologia insuficientes, justamente o que o Japão tem a oferecer. Os relatórios da JETRO já apontavam em 2007 um direcionamento do IED japonês para outros locais – apesar da atratividade da China ainda predominar entre as empresas japonesas –, em uma estratégia chamada de “China mais um”, como forma de equilibrar os investimentos em território chinês. Em um momento em que as divergências políticas e de segurança aumentam entre as duas nações, uma crescente assertividade de ambos os lados pode afetar a relação econômica entre os dois países. A relação já foi resiliente a esse tipo de contexto anteriormente, mantendo uma interdependência

²⁰⁸ *Decision of the Central Committee of the Communist Party of China on Some Major Issues Concerning Comprehensively Deepening the Reform*, China.org, 2014. Disponível em: <http://www.china.org.cn/china/third_plenary_session/2014-01/16/content_31212602.htm>.

²⁰⁹ *ABENOMICS: For future growth, for future generations, and for a future Japan*, Cabinet Public Relations Office, The Government of Japan. Disponível em: <<https://www.japan.go.jp/abonomics/index.html>>.

²¹⁰ *The Chinese and Japanese economies are delinking: prelude to conflict?*, Gordon G. Chang, Forbes. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/gordonchang/2014/02/16/the-chinese-and-japanese-economies-are-delinking-prelude-to-conflict/#6b3e33793291>>.

econômica positiva para ambos os lados por cerca de três décadas, ainda assim o contexto e as condições domésticas de cada país se modificaram e tal resiliência pode ser colocada a prova. Um fator importante que colaborou para que as tensões diplomáticas bilaterais não prejudicassem a relação econômica foi o compromisso chinês em abrir sua economia e fazer parte do sistema global de comércio. Aquele compromisso foi institucionalizado com a adesão chinesa à OMC, dando a comunidade internacional – incluso Japão e suas companhias – a confiança de que poderiam comercializar e investir na China de forma segura. Dessa forma, o engajamento econômico sino-japonês pôde se fundamentar nas forças de mercado e nas características que impulsionam as relações econômicas entre os países – proximidade geográfica e complementaridade de suas estruturas econômicas – protegendo tal esfera das oscilações diplomáticas bilaterais (HSIUNG, 2007; ELDRIDGE, 2014).

Ainda que não seja o único fator a ser levado em conta, a densa conexão econômica sino-japonesa possui influência importante na evolução da relação bilateral, assim como na diminuição das tensões, como vem sendo demonstrado desde a reaproximação bilateral na década de 1970. A questão que se levanta atualmente é até que ponto a construção de uma interdependência econômica entre China e Japão é capaz de atenuar ou destacar as diferenças bilaterais; até que ponto a proximidade econômica entre os dois países pode contribuir na promoção de uma compreensão mútua ou intensificar os atritos entre os dois governos e sociedades. A relação entre interdependência econômica e possibilidade de conflito é objeto de debate entre os pensadores que estudam as relações internacionais, com destaque para os pensamentos realista e liberal. A perspectiva liberal aponta que aquela interdependência diminui a possibilidade de conflitos bélicos e encoraja interações pacíficas à medida que os laços entre grupos econômicos se aprofundam, se desenvolvem interesses mútuos de resolução de disputas a partir de instrumentos institucionalizados. Visto de forma mais ampla, a interdependência econômica proporciona o estabelecimento de regimes fundamentados em processos deliberados mutuamente, como ferramenta para regulamentar uma série de questões funcionais. O estágio mais avançado desse processo de interdependência seria a dificuldade entre os governos em diferenciar entre a importância relativa de interesses concorrentes (KEOHANE & NYE, 1977). O pensamento realista separa a interdependência econômica da alta política de segurança, podendo mesmo ser fonte de conflitos oriundos a partir de disputas comerciais.

A relação bilateral sino-japonesa tem sido particularmente um teste para as teorias liberais, que argumentam que o aumento do comércio, a complexidade das relações

econômicas bilaterais e a interdependência resultante dessa aproximação resultariam em maior estabilidade e cooperação diplomática entre os Estados. Tais teorias apontam que a interdependência ocasionaria uma diminuição das tensões e inseguranças interestatais, acarretando uma redução dos gastos militares. Um elemento importante para a construção e manutenção dessa interdependência – e como consequência, de seus reflexos – seriam os atores não-estatais da economia, majoritariamente os interesses empresariais. Em um panorama mais amplo, essa interdependência entre os Estados resultaria em um sistema regional e internacional mais estável e seguro. Aos Estados e suas lideranças ficaria a responsabilidade dos cálculos do custo-benefício da manutenção da paz, contra os da escalada militar e recursos drenados para a competição/máquina de guerra. Em síntese, a ideia de que o comércio interestatal e o capital global propiciariam progressivamente uma integração, fariam os Estados recorrerem cada vez menos ao uso das relações de poder militar. Para Richard Rosecrance, esse tipo de relação interestatal poderia ser exemplificado com o caso do Japão: um importante ator no comércio global e na exportação de capital, considerado uma potência global, mas diminuto militarmente (ROSECRANCE, 1999).

Comparações são feitas entre a relação China-Japão com a relação Reino Unido-Alemanha no início do século XX. Grandes parceiros comerciais, curiosamente um poder continental em rota ascendente e uma potência marítima descendente e defensora da manutenção do status quo – como sabemos, aqueles países europeus foram à guerra em 1914. Tal desfecho levou a argumentação de que as questões de segurança prevaleceriam sobre os benefícios do progresso econômico nas situações em que os dois elementos se chocam. Porém, deve-se levar em consideração que a importância da China para a economia japonesa e a forte presença produtiva de empresas japonesas em território chinês, são incomparáveis a relação econômica entre britânicos e alemães no início do século passado. Para Rosecrance, na atualidade os interesses econômicos de atores transnacionais coincidem consideravelmente com os interesses do Estado, o que influenciaria a formulação de uma política externa racional, que busca não comprometer os ganhos e desenvolvimento econômicos alcançados (ROSECRANCE, 1999).

Estudos econômicos sobre a Ásia Oriental apontam que a interdependência econômica na região surgiu conforme emergiu uma integração não institucionalizada entre as economias daqueles países e que tal fato impulsionou os países da região – como China, Japão e Coreia do Sul – a se engajarem de forma mais intensa na economia global e na adaptação de seus sistemas domésticos às regras de comércio, visando atender às normas dos regimes da

economia internacional. Todavia, os estudos não se aprofundam no debate sobre a possibilidade de que tal interdependência leve a superação da existência de conflitos militares entre os países (CALDER & YE, 2010).

Não temos a pretensão de responder aqui aos questionamentos acima mencionados, mas indicar que devido a complexidade da relação entre China e Japão é improvável que uma resposta exata seja possível no que diz respeito a possibilidade de que a interdependência econômica bilateral consiga exclusivamente evitar um conflito bélico entre os dois países. Outros fatores estratégicos, para além daquela interdependência, podem ser indicados como elementos importantes para ausência de um conflito entre China e Japão – e.g. ademais do vasto custo que um conflito teria para suas economias, as lideranças calculam os consideráveis danos políticos no âmbito doméstico e externo que tal evento implicaria e a capacidade de poder dissuasório da aliança de segurança Japão-EUA.

O fato é que a interdependência econômica sino-japonesa apresenta elementos que dificultam a análise ortodoxa pelas abordagens acima mencionadas. Todavia, é incerto afirmar também que a interdependência econômica entre os dois países tenha por si só a capacidade de levar à melhora das relações diplomáticas. É difícil determinar uma conexão estrita entre relação comercial e cooperação política. Porém, é razoável admitir que relações econômicas de grande interdependência, como a sino-japonesa, provavelmente tenham efeito positivo nas relações bilaterais como um todo. Um comércio bilateral que proporcione benefícios econômicos mútuos pode não ser o fator crucial da cooperação política, mas seus efeitos positivos não passarão despercebidos pelas lideranças políticas. Isto posto, pode-se sugerir que a origem do dilema para que as relações sino-japonesas sejam classificadas na atualidade como “*hot economics, cold politics*” – e para que o nível de tensão diplomática entre os dois países seja elevado – está nas mútuas percepções irracionais de ameaça, frequentemente fomentadas por nacionalismos, como também ocorre na relação bilateral de segurança. Como elemento desestabilizador comum com o caso análogo daquelas potências europeias no início do século XX, esses nacionalismos são capazes de se reforçarem mutuamente em casos como o analisado aqui, sobretudo quando tanto os Estados quanto as suas sociedades estão permeadas pelo nacionalismo – como se pode notar com a explanação nos capítulos anteriores. Como uma expressão da psique social, esse elemento dificilmente entra nos cálculos e exames das análises de interdependência econômica.

Quando se analisa a reaproximação entre os dois Estados pós-governo Koizumi (2001-2006), as lideranças de ambos os países se dispuseram naquele contexto em recuperar os laços

diplomáticos: o Japão mostrando que o vizinho continental era uma prioridade em suas relações exteriores, enquanto a parte chinesa se dedicou a orientar a opinião pública em uma direção mais positiva quanto ao Japão (TAKEUCHI, 2014). Quando se anunciou a declaração conjunta *Japan and China: Building a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests*, os fundamentos da declaração eram políticos e não econômicos. Na esteira das negociações para a declaração se acordou a necessidade de um entendimento comum das questões históricas e o estabelecimento de um comitê conjunto de historiadores de ambos os países; houve um gesto importante do governo chinês em reconhecer publicamente, pela primeira vez, o compromisso do Japão com a paz mundial desde o fim da Segunda Guerra Mundial; o lado japonês reconheceu a importância e as oportunidades que o desenvolvimento chinês ofereceu para a comunidade internacional, incluindo o Japão. Os dois governos concordaram que a relação bilateral é de grande importância e que buscariam desenvolver tanto a esfera política quanto a econômica, promovendo intercâmbios nas mais diversas áreas e em todos os níveis²¹¹ (YAHUDA, 2014).

Somente após a resolução e estabilização do quadro político-diplomático que os dois Estados abordaram de maneira mais abrangente as dimensões da cooperação econômica, sobretudo na visita do presidente Hu Jintao ao Japão, em 2008. A partir daquela visita uma gama de acordos econômicos foi discutida nos mais diversos setores: tecnologia para energias limpas, condições para investimentos e finanças, propriedade intelectual, turismo, segurança alimentar, entre outros. A disposição de recuperar a relação diplomática possibilitou que os dois países chegassem ao acordo para exploração conjunta de campos de petróleo e gás na região disputada no Mar da China Oriental – um ponto de grande relevância quando se observa o impacto diplomático daquela disputa a partir de 2010. Os fatores mencionados acima sugerem que o avanço na área econômica depende consideravelmente da recuperação e estado das relações diplomáticas; mas também demonstram que na ausência de acordos substanciais na área de segurança, o âmbito econômico se tornou o meio de apresentar os resultados positivos do conserto diplomático entre os dois governos (TAKEUCHI, 2014; BARAI, 2017).

A estrutura e escala da relação econômica entre China e Japão transformaram diferenças políticas bilaterais e aparentes atritos – que poderiam abalar a confiança nos

²¹¹ *China and Japan Issue Joint Press Communiqué*, Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China, October 2018. Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/2649_665393/t276184.shtml>. *Japan and China: Building a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, May 2008. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>>.

negócios – em fatores marginais quando comparada à relação em geral. Fatores como proximidade geográfica, capital, tecnologia e *know how* japonês foram e continuam a ser importantes na modernização e dinamização econômica da China. Assim como o crescimento chinês, os custos menores de produção e seu potencial mercado ainda superam os riscos gerados por tensões políticas bilaterais de baixa intensidade. A importância da China para o Japão é ainda mais evidente, por aquele ser seu mais importante parceiro comercial e ao observar a crescente importância do país para a balança comercial japonesa (Gráfico 5); além disso, a China continua a ser a maior base produtiva das indústrias japonesas. Como mencionado, mesmo nos momentos de afastamento diplomático a relação econômica permaneceu positiva, uma prova de que os dois lados confiam no comprometimento com as regras e normas do sistema comercial global. Embora não haja pesquisas contínuas elaboradas por um único método de aferição – que permitam verificar com clareza o grau de interdependência comercial entre os dois países até o momento recente – as pesquisas de Hanns Hilpert e René Haak²¹² (2002) e Shiro Armstrong²¹³ (2014) podem nos dar uma ideia. Em ambas as pesquisas, os autores apontaram que a intensidade e desempenho das trocas comerciais entre China e Japão superaram a média esperada, assim como estiveram acima dos índices dos demais parceiros comerciais asiáticos, EUA e União Europeia. Para os autores, tal fato se deve a proximidade geográfica, estruturas econômicas complementares e o crescimento acelerado da China nas últimas décadas.

4.3. A dinâmica regional e a disputa por influência

A forte complementaridade das economias do Leste Asiático, incluso a relação econômica sino-japonesa, tem como uma de suas origens o abundante capital japonês que buscava uma saída após a valorização do Iene a partir do Acordo de Plaza (1985). Esse fluxo de capital japonês para países da região acabou por resultar na criação de um intrincado vínculo entre as economias regionais a partir da organização de uma divisão hierárquica da produção industrial. Essa hierarquização da produção ficaria conhecida como “a revoada dos

²¹² Os autores calculam o índice de intensidade comercial entre China e Japão, que pode demonstrar a relevância das trocas comerciais entre dois países em relação a participação daqueles no comércio global – o trabalho abrange do ano de 1980 a 2000. Para mais detalhes, consultar (HILPERT & HAAK, 2002).

²¹³ O trabalho de Shiro Armstrong trabalha com o cálculo do desempenho das relações comerciais, com vistas a mensurar se o comércio entre dois países foi superior ou inferior ao seu potencial, possibilitando a comparação entre a relação comercial daqueles países com seus demais parceiros econômicos – a pesquisa de Armstrong aborda apenas a primeira década desse século. Para maiores detalhes, consultar (ARMSTRONG, 2012).

gansos” e seria grande responsável pelo desenvolvimento econômico dos “tigres asiáticos”.²¹⁴ A progressiva aproximação de redes produtivas nacionais resultou no estabelecimento de densas redes transnacionais intrarregionais, indiretamente promovendo uma integração produtiva regional. Tal dinâmica, em última análise, originou um espaço econômico compartilhado, que enreda o destino das economias dos países da região, positiva ou negativamente. O aprofundamento das redes transnacionais de produção possibilitou a existência do que se denominou ‘núcleo autônomo’ da Ásia Oriental, com os seus componentes coordenados através de redes institucionais flexíveis.²¹⁵ Essa realidade regional – iniciada há mais de três décadas com a revoada dos gansos – ainda está em desenvolvimento, bastando observar as tendências comerciais, financeiras e geopolíticas naquela região. Porém, atualmente essa realidade tem na China um papel tão importante quanto o Japão (LEÃO, 2010; CALDER & YE, 2010).

Naquele contexto (1980) de abundante fluxo de capital japonês para a região do Leste Asiático e progresso das redes produtivas regionais, a China teve um importante papel. Esse fluxo de capitais japoneses e a política de abertura e modernização chinesa acabaram se entrecruzando, e a partir daquele momento as economias de China e Japão se interligaram de forma a estabelecer uma interdependência que se aprofundou com o decorrer dos anos. Com disponibilidade abundante de mão-de-obra, a China seria o principal receptor do Investimento Estrangeiro Direto japonês e sua principal base de produção *offshore* – posição que ocupa até a atualidade. O complexo vínculo econômico que se estabelecera naquela região se provou, ainda que de forma negativa, durante a década de 1990. A crise japonesa, resultante do estouro da “bolha” financeira e imobiliária – origem da estagnação econômica que o país enfrenta desde 1991 – teve reflexos nas economias dos países que estavam articulados à sua economia, sobretudo no encolhimento dos investimentos. A crise financeira de 1997 mostrou que a integração produtiva distribui os bônus do desenvolvimento e integração econômica, mas também seu ônus, e evidenciou claramente a que ponto chegara os vínculos estabelecidos entre os países da região. Compreendeu-se que havia se desenvolvido no leste asiático um modelo de integração econômica não institucionalizada, que se tornou uma realidade inescapável àqueles países (LEÃO, 2010). A capacidade de disseminação da crise de 1997 se

²¹⁴ Tal expressão se refere a Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan, países que passaram por acelerados desenvolvimento econômico e industrial através do modelo industrial orientado para exportações.

²¹⁵ Uma elucidação objetiva sobre o estabelecimento das redes produtivas no leste asiático, assim como do cruzamento entre as redes produtivas japonesas e chinesas pode ser encontrada na obra de Bruno Guerra Carneiro Leão: *Japão, China e a integração econômica do Leste Asiático: o papel dos Estados Nacionais e redes produtivas*, 2010.

transformou em uma oportunidade para que os estados enxergassem na institucionalização da integração uma maneira de conter crises futuras e enfrentar os desafios da economia globalizada. Ainda em 1997, com objetivo de fortalecer a cooperação entre as economias da região, as três maiores economias do leste asiático – China, Japão e Coreia do Sul – se juntaram a ASEAN, formando o que se ficou conhecido com ASEAN+3 (HILPERT & HAAK, 2002). A partir dali evoluíram negociações que almejam uma integração mais institucionalizada, como a busca por um acordo trilateral de livre comércio entre China, Japão e Coreia do Sul e os recentes acordos *swap* de reservas de moeda.²¹⁶ Todos são fatores que demonstram a progressiva cooperação que se desenvolve na região há algumas décadas.

Como mencionado, o início do século XXI foi marcado, na relação econômica sino-japonesa, por recordes históricos quanto a suas trocas bilaterais que não colocam dúvida sobre o forte vínculo existente entre as duas nações. Da parte japonesa, a relação econômica com a China tem sido relevante para que o país se recupere economicamente dos revezes persistentes da crise da década de 1990, sendo a China um importante fator no crescimento japonês. A importância da relação se encontra na profunda complementaridade estrutural das duas economias, que mudou ao longo do tempo. A relação com o Japão foi importante para que a China recebesse altos investimentos e aumentasse a fronteira tecnológica de suas indústrias, um fator importante para a transição de um país de baixa renda para um país de renda média e alta. Essa relação também se reflete regionalmente, visto as extensas redes de produção em que estão inseridos, assim como são de grande peso para a econômica global, pois são a segunda e terceira economias do mundo (PEKKANEN & TSAI, 2005).

A interdependência econômica entre China e Japão é frequentemente apontada como elemento estabilizador da rivalidade entre os dois países. De fato, nota-se que a relação econômica entre os dois países tem sido o elemento resiliente da relação e com os progressos substanciais mais importantes desde 1972. O Japão, como percebemos anteriormente, utilizou de seu progresso e capacidade econômica como instrumento diplomático, pois esta era sua ‘força’, visto sua proibição em possuir forças militares efetivamente. Porém, alguns elementos passaram a dissolver aquela diplomacia econômica: o contexto regional atual de ascensão chinesa e atritos entre potências, com os EUA exigindo uma participação cada vez maior do aliado japonês; a disputa pela soberania territorial das ilhas Diaoyu/Senkaku; a eleição de um líder nacionalista como Shinzo Abe. Tais elementos levaram a uma mudança no caráter da

²¹⁶ *China-Japan sign three-year FX swap deal to strengthen financial stability, business activity*. Reuters World News, October 26, 2018. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-japan-agreements-swap/china-japan-sign-three-year-fx-swap-deal-to-strengthen-financial-stability-business-activity-idUSKCN1N00GD>>.

instrumentalização do aparato econômico pelo Estado, que passou a ser utilizado de forma mais intensa como ferramenta da alta política. A ascensão de uma China assertiva foi fundamental para muitas das iniciativas econômicas regionais patrocinadas pelo interesse japonês nos anos recentes (WAN, 2008).

A nacionalização das Diaoyu/Senkaku pelo Japão, em julho de 2012, parece ter gerado um ponto de inflexão na política externa japonesa. Os protestos populares contra a ação de Tóquio que se seguiram na China e a organização de boicotes a produtos japoneses, liderados por movimentos nacionalistas e com forte influência da mídia chinesa²¹⁷, chamaram a atenção não só para o sentimento anti-Japão que predominava no país vizinho, mas também para a ameaça de uma interdependência aprofundada com a China. Os protestos populares resultaram em danos materiais às empresas japonesas naquele país próximos a US\$120 milhões, assim como os boicotes a compra de carros de fabricantes japoneses resultaram em quedas significativas nas vendas – além dos boicotes às companhias automotivas japonesas, a depredação de automóveis particulares dessas marcas também ocorreu. O Japão, que ocupava o quarto lugar como maior parceiro comercial da China, ao final de 2012 caiu uma posição (JETRO, 2013). Essas retaliações populares, de caráter informal e espontâneo, são classificadas como ‘sanções virtuais chinesas’ e já haviam acontecido no incidente de 2010, quando houve uma suspensão informal da exportação de metais terras raras para o Japão – comportamento integrante da premissa de que a China é essencial para a economia de seus parceiros (REILLY, 2012).

É importante lembrar que naquele momento a China passava por uma transição doméstica de poder, que levou à ascensão de Xi Jinping à presidência. Nesses momentos, o patriotismo é elemento importante nas decisões políticas e econômicas – visto ser um dos elementos de legitimidade mais importantes do PCCh –, parecer fraco ou aceitar a postura japonesa quanto a nacionalização das Diaoyu/Senkaku poderia custar o apoio ao novo governo. A opinião pública na China tem forte influência sobre a relação do país com o Japão, sobretudo em contextos de agitação social provocados por divergências como as mencionadas nos capítulos anteriores. Ao Estado chinês cabe a tarefa de equilibrar as impressões sobre o país vizinho, sem que adote uma postura clara pró-negociação com o Japão, nem uma postura que exalte ainda mais o sentimento antijaponês. Além disso, dos círculos de liderança vinham recados que apontavam concordância dos governantes com os boicotes, visto as declarações do Ministério do Comércio argumentando que a compra ilegal das ilhas pelo Japão

²¹⁷ *Consider sanctions on Japan*, Jin Baisong, China Daily, September 2012. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2012-09/17/content_15761435.htm>.

definitivamente teria consequências negativas no comércio bilateral, assim como nas negociações do tratado trilateral com a Coreia do Sul, mas que o Japão deveria assumir total responsabilidade pelo fato.²¹⁸ Embora o governo chinês tenha negado qualquer tipo de sanção econômica, admitiu que tomou uma série de contramedidas nos campos econômico, legal e diplomático que deveriam ajudar a resolver o problema relacionado às ilhas.²¹⁹ Porém, uma relação econômica bilateral é formada por duas partes, e a parte chinesa parece ter chegado a conclusão de que não poderia correr o risco de que boicotes, sanções informais ou contramedidas contra Tóquio prejudicassem a economia chinesa²²⁰ (DRIFTE, 2014; TAKEUCHI, 2014).

Nesse contexto, os atritos contraproducentes com o Japão seriam deixados a margem para o lançamento de iniciativas econômicas regionais que buscavam o aumento da influência chinesa no seu entorno. Dessa forma, a segunda década do século XXI passou a ser cenário de uma crescente preocupação no tocante a latente rivalidade de poder na Ásia Oriental, voltada principalmente para a competição geoeconômica entre China e Japão. Uma vez que uma competição de segurança seria custosa para a região, as potências regionais – China e Japão – buscaram ampliar sua influência através de meios econômicos como forma de aumentar sua influência regional e global.

O ano de 2012 marcou o pior momento diplomático bilateral desde a Segunda Guerra Mundial, o que talvez tenha influenciado na aparente tendência à disputa por influência regional e global entre os dois países. A ascensão de Shinzo Abe ao poder, com suas promessas de ‘trazer de volta o Japão’ na sua campanha *Japan is Back*²²¹ e suas propostas de reformas para a recuperação econômica do país, conhecidas como *Abenomics*²²², não seriam voltadas apenas para a política doméstica. A partir dali, a política externa japonesa se dedicou a fortalecer e aprofundar as parcerias econômicas do Japão. Shinzo Abe empreendeu uma

²¹⁸ *Crisis 'will hit Japan trade'*, Li Jiabao, China Daily, September 2012. Dispon[ível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2012-09/20/content_15784280.htm>.

²¹⁹ *Good move on Diaoyu Islands*, Wang Xingyu, China Daily, October 2012. Disponível em: <http://usa.chinadaily.com.cn/opinion/2012-10/26/content_15848010.htm>.

²²⁰ *Why Chinese-Japanese Economic Relations Are Improving: Delinking Trade From Politics*, Richard Katz, Foreign Affairs, December 2013. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2013-12-30/why-chinese-japanese-economic-relations-are-improving>>.

²²¹ O anúncio da iniciativa pode ser encontrado como: *Japan Is Back*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, February 22, 2013. Disponível em: <http://www.mofa.go.jp/announce/pm/abe/us_20130222en.html>. O texto completo sobre o projeto de revitalização da economia japonesa está disponível em: *Japan Revitalization Strategy – Japan is Back*, Prime Minister of Japan and His Cabinet, June 2013. Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/jp/singi/keizaisaisei/pdf/en_saikou_jpn_hon.pdf>.

²²² Nome pelo qual ficou conhecido o plano que se baseia em três pilares – ou “três flechas”, como o próprio premiê caracteriza: flexibilização monetária, estímulo fiscal e reformas estruturais.

agenda internacional ativa em seu atual mandato, visitando cerca de 80 países²²³ desde que chegou ao poder, se tornando o líder político que mais viajou estando no cargo. Também em 2012, a chegada ao poder de Xi Jinping na China traria mudanças na política externa do país, logo ficou clara a busca chinesa por aumentar sua esfera de influência política e econômica. Nesse contexto, a China lideraria o lançamento de vários projetos multilaterais, entre eles a ambiciosa iniciativa chinesa de criar uma estrutura multilateral de âmbito político, logístico e econômico, que ligasse a Ásia Oriental à Europa pelo projeto “*One Belt, One Road*”, anunciado em 2013. O fato é que a realidade econômica regional na Ásia Oriental se modificou nas últimas décadas. De ‘líder dos gansos’ na jornada do desenvolvimento econômico, o Japão se viu superado pela China nos postos de maior economia da região e segunda economia mundial, ao mesmo tempo em que a relação com o país vizinho se tornou essencial para a economia japonesa. A partir de 2012 nota-se um esforço maior de ambos os Estados a buscarem a dianteira na disputa por influência regional, fomentando mudanças domésticas, diplomáticas e militares, estando os dois governos sempre atentos aos passos do outro, no que aparenta ser uma estratégia de *soft balancing*.

A estratégia de *soft balancing* baseia-se na ideia que potências médias têm buscado adotar estratégias de equilíbrio de poder limitadas, tácitas ou indiretas, sobretudo por meio da construção de coalizões e negociações diplomáticas bilaterais ou através de instituições internacionais, evitando-se alianças militares formais. As potências médias desenvolvem coalizões diplomáticas de forma a equilibrar um Estado poderoso, um poder em ascensão ou potencialmente ameaçador. A adoção da estratégia tem como principal objetivo proteger os interesses de segurança nacional frente às potências concorrentes, enquanto o Estado se adapta às mudanças na distribuição de poder internacional. Um dos motivos para a utilização do *softbalancing* é que o Estado contra o qual se quer equilibrar não pode promover retaliações facilmente, seja porque tal esforço não é evidente ou por não desafiar diretamente a posição de poder por meios militares. Tal estratégia tem como objetivo não somente maximizar os interesses nacionais, como também incrementar as capacidades domésticas para fomentar o crescimento e desenvolvimento econômico. Os países envolvidos podem, inclusive, manter laços diplomáticos, econômicos e institucionais com a potência alvo do equilíbrio, tornando mais custoso qualquer intento de retaliação – como no caso sino-japonês. China e Japão parecem estar se empenhando na construção de coalizões diplomáticas

²²³ *Diplomacy Taking a Panoramic Perspective of the World Map and “Proactive Contribution to Peace”*, International Situation and Japan's Diplomacy in 2017, Diplomatic Bluebook 2018. Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2018/html/chapter1/c0102.html>>.

regionais que visam equilibrar a influência entre potências – a China busca equilibrar sua influência perante os EUA, enquanto o Japão o faz ante a China (PAUL, 2005; PANDA, 2018).

4.4. As iniciativas regionais chinesas

A iniciativa chinesa para exportação e construção de infraestrutura avançou significativamente ao se desenvolver para um projeto de conectividade inter-regional, quando o presidente Xi Jinping propôs o projeto *One Belt, One Road* ou *Belt and Road Initiative*²²⁴ (BRI - Iniciativa do Cinturão e Rota). A iniciativa é composta por um projeto terrestre e outro marítimo – o ‘Cinturão Econômico da Rota da Seda’ e a ‘Rota da Seda Marítima do Século 21’ – que visam desenvolver projetos de infraestrutura que conectem Europa, Oriente Médio, África e Ásia. A rota terrestre abrange grande parte da Eurásia e sul asiático, enquanto a marítima se estenderia pelo Mar do Sul da China, Oceano Pacífico, Oceano Índico e o Mar Mediterrâneo. De forma geral, o objetivo estratégico da iniciativa é promover a cooperação econômica através do desenvolvimento de infraestrutura, fortalecendo os laços com Estados vizinhos da China, inspirado na dinâmica da antiga Rota da Seda.²²⁵ O Estado chinês argumenta que o projeto visa promover uma concepção multipolar de mundo, incentivando a globalização econômica, diversidade cultural, o regime de livre comércio global e uma economia mundial aberta, que propicie a cooperação regional. O plano também foi pensado como forma de promover o fluxo de fatores econômicos, a alocação eficiente de recursos e a integração de mercados entre a Ásia e as demais regiões globais, promovendo a integração e cooperação mais profunda dos mercados regionais. Acredita-se que o extenso projeto envolverá investimentos de mais de US\$1 trilhão, principalmente em grandes projetos de infraestrutura, como a construção de uma vasta rede ferroviária, rodovias, portos, oleodutos, redes de telecomunicações, entre outros. A abrangência geográfica da iniciativa está em constante expansão, englobando mais de setenta países que correspondem por cerca de 65% da população mundial e um terço do PIB global (EBRD, 2018; ZHAO, 2018).

Outro projeto da China foi lançado como alternativa às tradicionais instituições de Bretton Woods – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – em 2014, o Banco

²²⁴ Para mais detalhes sobre a Iniciativa do Cinturão e Rota, consultar: *Vision and Actions on Jointly Building Silk Road Economic Belt and 21st-Century Maritime Silk Road*, Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, March 2015. Disponível em: <http://en.ndrc.gov.cn/newsrelease/201503/t20150330_669367.html>.

²²⁵ A antiga Rota da Seda tem suas origens na expansão chinesa promovida para o oeste durante a dinastia Han (206 a.C. – 220 d.C.), criando redes comerciais pela Ásia Central, assim como pelo sul asiático (atuais Índia e Paquistão). Tais rotas se estendiam da Ásia à Europa, sendo a Ásia Central o centro de uma das primeiras ondas de globalização, ao conectar os mercados orientais aos ocidentais, além de estimular os intercâmbios religiosos e culturais.

Asiático de Investimento e Infraestrutura (*Asian Infrastructure Investment Bank*, AIIB a partir daqui) – inaugurado em 2016. A iniciativa chinesa se originou, sobretudo, como resposta a resistência norte-americana à reforma institucional do FMI, que daria maior poder decisório dentro da instituição aos países em desenvolvimento.²²⁶ Lançado como um complemento àquelas instituições existentes, dominadas pelos países desenvolvidos, o AIIB possivelmente competirá com elas em curto ou médio prazo. A adesão do Reino Unido como acionista fundador do Banco simbolizou uma vitória para o governo chinês, pois sua adesão foi seguida por Alemanha, Austrália, Coreia do Sul, França, Itália, entre outros. Tais adesões foram vistas como uma vitória e reconhecimento da importância da China para a economia mundial, apesar dos esforços norte-americanos para que seus aliados não aderissem a iniciativa – o único grande aliado norte-americano a não aderir ao banco foi o Japão (FENSOM, 2016; PUGLIESE & INSISA, 2017).²²⁷

Além do AIIB, os chineses fundaram, em conjunto com os demais países dos BRICS,²²⁸ o Novo Banco de Desenvolvimento (*New Development Bank*, NDB a partir daqui) em 2016. Mesmo se tratando de uma instituição multilateral, a China acaba tendo maior peso dentro do banco, por sua melhor condição econômica quando comparado aos outros membros, o que dá aos chineses maior influência na definição da agenda da instituição. Levando em conta a maior relevância da China dentro da instituição, é provável que o NDB seja uma ferramenta para a projeção de influência do país sobre os países em desenvolvimento, diminuindo a influência do Banco Mundial e FMI junto àqueles países. Evidente que a liderança chinesa, na criação de novas instituições financeiras mundiais, leva em conta sua estratégia de projeção de poder, uma vez que os Estados contemplados por esses investimentos ou empréstimos podem fazer aumentar o apoio a posições chinesas em organizações internacionais (PUGLIESE & INSISA, 2017; YOSHIMATSU, 2018).

Pode-se dizer que as iniciativas econômicas e projetos de investimento e infraestrutura levados adiante pela China, aconteceram de forma simultânea àquela agenda internacional ativa de viagens do primeiro-ministro Shinzo Abe – que espalhava a mensagem de que o ‘Japão está de volta’. Nesse ínterim, a China buscou a adesão japonesa ao AIIB, mas o

²²⁶ *China urges IMF to give more power to emerging markets*, Reuters, January 2014. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-china-imf/china-urges-imf-to-give-more-power-to-emerging-markets-idUSBREA0E1PT20140115>>.

²²⁷ *Washington's Lobbying Efforts Against China's 'World Bank' Fail As Italy, France Welcomed Aboard*, Kenneth Rapoza, Forbes, April 2015. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2015/04/03/washingtons-lobbying-efforts-against-chinas-world-bank-fail-as-italy-france-welcomed-aboard/#77c74b2a374b>>.

²²⁸ Acrônimo para definir o grupo de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia e China, ao qual se somaria a África do Sul posteriormente.

governo japonês decidiu por não aderir ao banco – os políticos japoneses acreditavam que a instituição permitiria que a China utilizasse seus fundos para projetos que atendessem melhor às suas próprias estratégias, preferindo continuar a cooperar em projetos de infraestrutura a partir do Banco Asiático de Desenvolvimento²²⁹ (FENSOM, 2016).

É importante deixar claro que as divergências com o Japão não foram a principal motivação para as variadas iniciativas de cooperação multilateral, infraestrutura e construção de novas instituições capitaneadas pela China – impulsionadas em 2013. Dentro da lógica de disputa por influência com a potência norte-americana, o Japão estava incluso ao lado dos EUA. Além dessa disputa por influência, a desaceleração do crescimento econômico chinês incentivou que a liderança do país buscase a abertura de novos mercados para seus bens de consumo, aumentar o retorno sobre investimento de capital e impulsionar as exportações de infraestrutura, visto que a demanda doméstica atingira seu pico – é válido lembrar, os investimentos anticíclicos da China contra os efeitos da crise de 2008 focaram, sobretudo em infraestrutura. Outra fonte de grande preocupação chinesa – já expressada por Hu Jintao – é a segurança energética do país e o acesso a recursos naturais necessários para a manutenção do crescimento do país – como já mencionado no capítulo anterior.

Pode-se dizer que a estratégia chinesa no campo da política internacional atuou em duas frentes. A primeira foi o investimento em países em desenvolvimento, exportadores de commodities, que suprem a demanda chinesa de recursos, assim como aumenta a influência chinesa global. Enquanto isso, a segunda frente buscou interligar a China ao desenvolvido e próspero mercado da Europa, almejando subir nas cadeias de valores produtivas. Ao público doméstico, essa importância e influência ascendente da China no plano global, seus projetos de ‘ligar o mundo à China’, foram trabalhados pela propaganda como a realização do ‘rejuvenescimento nacional’ e o retorno da centralidade chinesa após o século de humilhação. Pequim reagia às iniciativas de Washington, que em 2008 decidira liderar as negociações do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica (Parceria Transpacífica/ *Trans-Pacific Partnership*, TPP a partir daqui) e em 2011 anunciara sua estratégia de “Pivô para a Ásia”. A ligação entre segurança e economia seria evidenciada pela formação da parceria, ao incluir aliados estratégicos dos EUA, como Japão, Austrália e Vietnã – mais um aspecto para a percepção de contenção da China foi evidenciado. As expectativas de ganhos provenientes da Parceria Transpacífica para as economias avançadas causaram dificuldades de aprovação

²²⁹ *Why Japan won't join the AIIB*, The Japan Times, April 2015. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/04/20/commentary/japan-commentary/japan-wont-join-aiib/#.XTuFvI5KjIU>>.

doméstica. Mas o objetivo principal era engajar os países de uma forma que as forças da parceria chegassem às fronteiras continentais da China, como no caso do Vietnã – além de reunir países com disputas territoriais com a China. O engajamento japonês na Parceria Transpacífica não eliminou a possibilidade de negociar o tratado trilateral de livre-comércio com China e Coreia do Sul, porém, Shinzo Abe se engajaria intensificamente na aprovação doméstica do TPP – assim como nas falas ao Congresso dos EUA²³⁰ – enquanto Xi Jinping anunciaria o projeto do Cinturão e Rota (HAMANAKA, 2014; MATSUDA, 2018).

Nesse mesmo contexto, em resposta as incertezas geradas na região quanto a agenda excessivamente liberalizante do TPP, a China busca impulsionar a partir da ASEAN a assinatura do tratado de livre comércio *Regional Comprehensive Economic Partnership* (RCEP), entre os membros da instituição e os seis países do indo-pacífico associados. Porém, em mais um contexto as discordâncias entre China e Japão ficaram claras quando os dois países buscaram controlar a agenda e adesão de membros ao RCEP. Os sucessos nas negociações do TPP, ao final de 2015, incentivaram Pequim a enfatizar a abordagem mais branda quanto a liberalização proposta pelo RCEP, mas também a aceitar ampliar a participação de países no RCEP, proposta pelo Japão. Implicitamente, o presidente chinês criticou o TPP por promover uma divisão e fragmentação da região em diversos acordos regionais (HAMANAKA, 2014).²³¹

A crescente assertividade regional chinesa no âmbito financeiro e de investimentos causou preocupações à liderança japonesa. Japão e EUA passaram a questionar a possível falta de transparência e condições de empréstimo das novas instituições financeiras capitaneadas pela China, mas mais importante: passaram a se incomodar com a crescente influência na Ásia, sobretudo no sudeste asiático. O Japão passou a enxergar nas iniciativas chinesas a possibilidade de que as instituições e projetos liderados pelo país tivessem como intuito a criação de uma esfera de influência política e econômica sinocêntrica, incitando a liderança japonesa a criar um projeto que fizesse frente às iniciativas da China (FENSOM, 2016).

4.5. As iniciativas regionais japonesas

Durante as últimas décadas, o Japão foi o agente protagonista no desenvolvimento da infraestrutura regional do leste asiático, apoiando o Banco Asiático de Desenvolvimento a

²³⁰ *Japan's Abe Sells Trade Deal to Congress*, Foreign Policy April 2015. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2015/04/29/japans-abe-sells-trade-deal-to-congress/>>.

²³¹ *The Leading Role of the Asia-Pacific in Meeting Global Economic Challenges*, Speech by President Xi Jinping at APEC CEO Summit, November 2015. Disponível em: <<http://ie.china-embassy.org/eng/ztlt/2d2/t1321119.htm>>.

financiar projetos desde sua criação, em 1966. No entanto, o papel de liderança do Japão parece ter diminuído no contexto de elevado crescimento econômico da China e agora ao elevado entusiasmo gerado pelo BRI. No entanto, o governo japonês reage de forma a utilizar sua influência e capacidade econômica visando equilibrar a influência chinesa na região. A expansão da presença japonesa no leste asiático se dá de forma mais discreta, com propostas menos abrangentes do que os planos chineses, com uma abordagem mais restrita e direcionada. A aparente abordagem de contenção da China, promovida por EUA e Japão, já havia se mostrado em 2011, com o lançamento de um projeto norte-americano de integração econômica e de infraestrutura para a Ásia Central, curiosamente chamado Nova Rota da Seda – que não obteve sucesso.²³² Os fundamentos conceituais sobre a nova estratégia para expansão da influência regional do Japão já se articulavam desde o primeiro mandato de Abe (2006-2007), como demonstrou a iniciativa *Arc of Freedom and Prosperity*.²³³ O projeto defendia a criação de um arco de liberdade ao longo do continente asiático, projetando a criação de uma grande rede que abrangesse também todo o Oceano Índico e Pacífico – incluindo EUA e Austrália –, visando transformar a região em uma área economicamente desenvolvida e estável. Uma estratégia regional baseada em valores universais, com livre fluxo de bens, capital, pessoas, conhecimento e investimento em infraestrutura.²³⁴ O pensamento de Abe refletia a percepção de que os vínculos econômicos e estratégicos entre as regiões da Ásia-Pacífico e do Oceano Índico haviam evoluído a um nível que a prosperidade e segurança japonesa eram agora influenciadas de forma determinante pelo contexto das duas regiões (HOSOYA, 2011; MATSUDA, 2018).

Em 2015 o primeiro ministro Shinzo Abe anunciou a iniciativa japonesa *Partnership for Quality Infrastructure: Investment for Asia's Future* (PQI daqui em diante), um projeto conjunto com o Banco Asiático de Desenvolvimento com o objetivo de fornecer cerca de US\$110 bilhões como apoio a investimentos em infraestrutura inovadores e de qualidade na Ásia.²³⁵ A PQI estava inclusa na ‘Estratégia de Alcance Global’²³⁶ das *Abenomics*, que visa

²³² *Building the New Silk Road*, James McBride, Council on Foreign Relations, May 2015. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/building-new-silk-road>>.

²³³ *On the "Arc of Freedom and Prosperity"*, An Address by H.E. Mr. Taro Aso, Ministry for Foreign Affairs, March 2007. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/policy/pillar/address0703.html>>.

²³⁴ *Confluence of the Two Seas*, Speech by H.E. Mr. Shinzo Abe, Prime Minister of Japan at the Parliament of the Republic of India, Ministry of Foreign Affairs of Japan, August 2007. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/pmv0708/speech-2.html>>.

²³⁵ A iniciativa japonesa propõe parcerias – através de empréstimos japoneses, investimentos privados e compartilhamento de *know-how* – para atender a demanda do que qualifica como “infraestrutura de qualidade”. Um tipo de infraestrutura durável, ambientalmente sustentável, de maior segurança e que esteja alinhada a estratégias de desenvolvimento socioeconômico das regiões e países parceiros. Ressalta que o objetivo dos investimentos foca em qualidade, não em quantidade (YOSHIMATSU, 2018).

explorar mercados globais em expansão – um projeto de criar novas fronteiras para o crescimento japonês. Como distinção dos programas anteriores de financiamento de infraestrutura, o PQI foi flexibilizado no que tange ao financiamento de projetos de alto risco e procedimentos mais rápidos de empréstimo, uma forma de competir de maneira mais efetiva com a China. Mas o cerne do projeto é utilizar os pontos fortes do desenvolvimento japonês como forma de aumentar sua presença nos países emergentes, especificamente suas competências tecnológicas, equipamentos de alto desempenho, infraestrutura de alta qualidade, entre outros. O objetivo japonês era fazer um contraponto à China ao enfatizar a qualidade de seus recursos, baseando-se na ideia de que os projetos e tecnologias chinesas são inferiores às japonesas. Abe fez críticas veladas à China e ao AIIB ao lançar sua *Partnership for Quality Infrastructure*, expressando que as inovações que deveriam se estender a toda Ásia não deveriam ser de uma abordagem ‘barata, mas de má qualidade’; que a iniciativa buscaria avançar em qualidade e quantidade; que a atividade econômica excessiva do setor governamental não deveria se sobrepor às diversas ideias do setor privado; que não se deveria criar um mercado do tipo que ‘o dinheiro ruim expulsa o bom’, onde produtos falsificados e pirateados substituem tecnologias avançadas.²³⁷ Após o lançamento japonês, Shinzo Abe fez uma longa viagem pela Ásia Central e Mongólia, para firmar parcerias nos campos energéticos e de infraestrutura, uma das principais regiões de interesse chinês no projeto BRI²³⁸. Moscou e Pequim já apontavam na proposta japonesa uma tentativa de Tóquio e Washington de tentar cercar seus países (PARAMONOV & PUZANOVA, 2018) (YOSHIMATSU, 2018).

Como parte da recente estratégia de política externa japonesa, o PQI foi seguido por outra iniciativa chamada *Free and Open Indo-Pacific Strategy* (FOIP),²³⁹ que para além dos grandes projetos de infraestrutura já contidos do PQI, abrange também a segurança marítima da região. O governo japonês enfatiza a crescente necessidade de se garantir um ambiente marítimo aberto e seguro, como forma de manter a estabilidade regional. Os estrategistas japoneses argumentam que a estabilidade necessária para promover o desenvolvimento

²³⁶ *Strategy of Global Outreach*, in: *Japan Revitalization Strategy – Japan is Back*, Prime Minister of Japan and His Cabinet, June 2013. Disponível em: <http://www.kantei.go.jp/jp/singi/keizaisaisei/pdf/en_saikou_jpn_hon.pdf>.

²³⁷ *The Future of Asia: Be Innovative* - Speech by Prime Minister Shinzo Abe, Prime Minister of Japan and His Cabinet, May 2015. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201505/0521foaspeech.html>.

²³⁸ *Prime Minister Abe Visits Mongolia and the five Central Asian countries*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, November 2015. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/page3e_000397.html>.

²³⁹ *Towards Free and Open Indo-Pacific - Sailing on the Indo-Pacific Ocean*, finding opportunities for prosperity, Ministry of Foreign Affairs of Japan, June 2019. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/files/000407643.pdf>>.

econômico na região está sendo corroída pelas reivindicações chinesas sobre o Mar do Sul da China, demonstrando que o entrelaçamento entre interesses econômicos e de segurança deve guiar as abordagens japonesas para a região (YOSHIMATSU, 2018; ZHAO H. , 2018).

Os projetos lançados por China e Japão não são motivados apenas por interesses geopolíticos. São também uma competição entre Japão e China por investimentos em infraestrutura na Ásia – que consequentemente também aumentam sua influência. O Banco Asiático de Desenvolvimento calcula que a necessidade de investimentos em infraestrutura nos países em desenvolvimento da Ásia-Pacífico, de 2016 a 2030, ultrapassará US\$22,6 trilhões – ou US\$1,5 trilhão ao ano – para que a região mantenha seu ritmo de crescimento²⁴⁰ (ADB, 2017). Embora se calcule que, por aquela demanda, os projetos e investimentos de Japão e China possam ser realizados de forma simultânea, a concorrência entre os dois países para a construção de trens de alta velocidade no sudeste asiático demonstrou que os interesses geopolíticos caminham juntos com os econômicos. A demanda por infraestrutura naquela região é necessária para a manutenção do crescimento econômico e demográfico, é tradicional receptora de IED japonês e agora importante eixo da Iniciativa do Cinturão e Rota – especialmente da rota marítima da iniciativa (BARAI, 2017).

Projetos ferroviários despertam interesse aos Estados em desenvolvimento do Sudeste Asiático, uma vez que são rentáveis e estes podem se beneficiar do aumento no valor das terras contíguas ao projeto. Como em muitos dos casos se projeta um sistema novo – que não aproveita malhas ferroviárias antigas – isso se traduz em orçamentos maiores, portanto, maior potencial de lucros e grande atratividade para investidores estrangeiros. O Japão é um investidor de longa data na infraestrutura regional do Sudeste Asiático, utiliza como vantagem comparativa em seus projetos a tecnologia, segurança e responsabilidade social. A exportação de sistemas de infraestrutura é classificada como importante elemento do governo Abe, e de seu projeto “*Japan is Back*”, para estimular a economia japonesa e fomentar novas fontes de crescimento econômico. Considerado um setor em que a cadeia se estende da produção industrial aos serviços, é o principal produto na agenda econômica global do governo Abe. Os investimentos chineses em tecnologia e construção de trens de alta velocidade, embora recentes, garantiram ao país a maior rede desse tipo de transporte no mundo. A exportação dessa tecnologia faz parte da agenda econômica de Pequim, inserida dentro da sua necessidade de reestruturação econômica, reduzir seu excedente de produção e abrir mercados para sua tecnologia ferroviária. Além disso, interessa aos chineses pelo alto valor agregado,

²⁴⁰ As estimativas aumentam para mais de US\$26 trilhões, ou US\$1,7 trilhão ao ano, quando se incorporam os custos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. (ADB, 2017)

condizente com o objetivo de Pequim de subir nas cadeias de valor e exportar tecnologia sofisticada. Há também o fator publicitário, que mostra a China como uma potência econômica, inovadora e tecnologicamente desenvolvida (PUGLIESE & INSISA, 2017; YOSHIMATSU, 2018) .

Especialmente no caso da região, a competição por ganho de influência entre Japão e China também é calculada. A competição entre as duas potências asiáticas ficou evidente nos projetos de trens de alta velocidade planejados por Indonésia, Tailândia e no projeto Malásia-Singapura. Uma competição compreendida e utilizada pelos países receptores de forma a barganhar condições mais vantajosas. A assertividade chinesa para garantir os projetos na região resultam na redução considerável nos retornos do investimento, visto a barganha empreendida pelos países parceiros. Essa disputa também se refletiu no projeto indiano, em que o Japão fechou um contrato com o governo indiano para a construção do trem de alta velocidade Mumbai-Ahmedabad, em 2015. Tóquio e Nova Delhi já haviam firmado parceria para a construção do corredor industrial Delhi-Mumbai (PAVLÍČEVIĆ & KRATZ, 2017).

A concorrência sino-japonesa nos projetos de TAV promoveram mudanças na abordagem dos dois países, gerando mudanças em suas propostas nos processos licitatórios, oferta de mecanismos de financiamento mais atrativos, resultando em diminuição das margens de lucro e tornando o investimento mais oneroso. A vitória chinesa para o projeto indonésio, por exemplo, propôs a construção de uma linha de cento e cinquenta quilômetros capaz de atingir uma velocidade de 350-380km/h; um investimento de US\$5,5 bilhões, a juros de 2% ao ano, a serem pagos em um período de quarenta anos; o governo indonésio não teria que fornecer capital ou fazer qualquer garantia financeira – uma proposta sem recurso algum pelo governo da Indonésia; os dois países ainda produziram em conjunto não só os veículos ferroviários para o TAV, mas também trens elétricos e leves que seriam desenvolvidos na Indonésia.²⁴¹ Poucos meses depois o governo japonês faria uma proposta ao governo indiano para financiar 80% do projeto Mumbai-Ahmedabad, a juros de 0,01% em um prazo de cinquenta anos mais quinze como período de carência (ZHAO H. , 2018; MATSUDA, 2018).

China e Japão deram aos projetos de infraestrutura a atenção principal nas suas estratégias regionais, oferecendo grandes quantidades de financiamento e buscando elevar a exportação de infraestrutura. Ambos os países parecem ter adotado uma ‘diplomacia da

²⁴¹ A proposta japonesa consistia em construir 140 quilômetros de linha com velocidade de até 320km/h; investimento de US\$6,4 bilhões, com o governo indonésio responsável por 15% do capital e a companhia ferroviária responsável por outros 10%. O governo japonês daria 75% do empréstimo para o lado indonésio, com juro anual de 0,1% a ser pago em 40 anos. Mas o governo da Indonésia deveria garantir 50% do empréstimo de capital. (ZHAO , 2018)

infraestrutura', na busca por estender sua influência não só através de financiamentos naquele setor, mas também no planejamento, construção e gerenciamento de projetos (PRASAD, 2018). Essa é uma forma de garantir acordos bilaterais e promover a expansão do setor privado nacional em âmbito externo. China e Japão estão sendo os protagonistas das concorrências pelos maiores contratos de infraestrutura no Sudeste Asiático e no Sul da Ásia, abrindo uma potencial nova frente de rivalidade na relação bilateral. É certo que nenhum dos dois países será capaz de suprir a grande demanda por infraestrutura na Ásia, todavia, o equilíbrio de poder na região economicamente mais dinâmica do globo pode ser determinado pelas conquistas para construção de projetos em Estados estratégicos – quem constrói o que e onde se constrói. Como mencionado anteriormente, a opção de não compor as iniciativas multilaterais lideradas pelos chineses foi uma escolha do governo japonês, uma possibilidade deixada em aberto pelos dois Estados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de uma abordagem concisa sobre a relação sino-japonesa em seus aspectos primordiais e temas que mais emergem como questões problemáticas, podemos detectar que a atual situação da relação bilateral não pode ser compreendida examinando simplesmente o contexto das divergências atuais, mas entender que estes são resultado de um processo anterior, de postergação da resolução de questões vitais para uma relação interestatal. Deixar de lado essas questões influenciou consideravelmente – de forma negativa – o desenvolvimento e a qualidade da relação entre China e Japão desde então – em alguns momentos de maneira mais pungente, em outros de forma mais branda. A aliança China-EUA-Japão durante a Guerra Fria promoveu uma interação diplomática formal, ou ‘diplomacia da amizade’, impulsionada pela conveniência e não por um objetivo de reconciliação verdadeira e de longo prazo. Aquela relação bilateral ‘artificial’ e limitada, predominante entre os dois Estados desde a normalização até o final da Guerra Fria, foi dissolvida com o final da disputa ideológica bipolar. (HE, 2009; MOCHIZUKI, 2006). Diversas são as causas para a deterioração da relação sino-japonesa no decorrer das últimas décadas, estando expostas aqui as que nos chamaram mais atenção, uma vez que seria inconcebível trabalhar com todas as causas que podem ser analisadas. O primeiro fato que nos chama atenção é como o fim da aliança formada durante a Guerra Fria modificou as impressões mútuas. Notamos que o pragmatismo dos acordos que levaram a aliança de segurança sino-japonesa contra a URSS ficou restrito àquela conjuntura, não evoluindo no decorrer das décadas. Portanto, quando aquela conjuntura chegou ao fim com o repentino desmoronamento soviético, questões arquivadas pelo pragmatismo de outrora voltaram a superfície das relações diplomáticas sino-japonesas.

Mudanças como o fim da Guerra Fria, inesperadas e significativas no ambiente em que um ator (podendo ler também como Estado) está inserido, geram transformações e incertezas quanto as interações com outros atores, assim como alterações nas condições de existência daquele primeiro, provocam a necessidade de uma redefinição de identidade – a compreensão do ‘eu’. Como mencionado, um elemento importante dessa compreensão pode ser a avaliação das relações ou a comparação com o ‘outro’. Uma necessidade mais acentuada de se ter clareza sobre o ‘eu’ acarreta fundamentalmente a criação de uma imagem também mais clara sobre o ‘outro’ – e.g. a reafirmação da imagem do agressor japonês pelo nacionalismo chinês relembra com maior clareza a resistência do povo chinês, fortalecendo sua identidade. No

entanto, em grande parte das situações, essa redefinição requer mudanças significativas nos pressupostos sobre as próprias realidades sociais, políticas e econômicas que formaram a base da compreensão anterior do ‘eu’. Porém, muitas vezes essas transformações repentinas vão contra o desejo do ator em manter a estabilidade e sua posição dentro da ordem existente, o que o faz relutar quanto às mudanças de práticas estabelecidas no passado, sobretudo quando tais práticas foram exitosas – e.g. a utilização do nacionalismo como forma de legitimação do poder é apenas uma reprodução de velhas práticas e de manutenção da própria identidade (SALOMON, 1993).

Como forma de evitar mudanças significativas e manter o que se denomina como estabilidade, os atores buscam definições do ‘eu’ e do ‘outro’ que sejam claras, compreensíveis, simples de comunicar e, sobretudo, harmoniosas com seus entendimentos anteriores – e.g. como a definição do ‘outro’ japonês nas campanhas de educação patriótica da China, uma imagem já estabelecida na memória histórica chinesa e reavivada com determinado propósito. O resultado disso é um processo de diferenciação enfatizada entre o ‘eu’ e o ‘outro’ como forma de criar uma imagem clara sobre a nova situação e papéis que cada ator desempenha – e.g. uma China que foi humilhada se rejuvenesce e deseja retornar à posição de primazia que antes ocupara; o Japão, representando o imperialismo que a humilhou, deve ser impedido de fazê-lo novamente. No entanto, tal atitude reduz superficialmente as incertezas colocadas pela nova ordem, uma vez que as ações e políticas para enfrentar novos desafios ainda se baseiam em pressupostos anteriores (WENDT, 1994; WIRTH, 2009). Logo, essas ações não podem resolver eficazmente os novos problemas que se colocam, nem reduzir as incertezas e reconstruir a confiança da sociedade e a confiança desta com suas lideranças quando tal problema se apresenta – e.g. portanto a utilização do nacionalismo como ferramenta não resolve o problema de legitimação do poder e tende a se desgastar, assim como a antiga ideologia comunista se desgastou no caso da China. O prolongamento do tempo em que a sociedade enxerga os problemas como não resolvidos aumenta progressivamente o desgaste da legitimidade dos sistemas políticos, nesse interim as questões sobre o propósito nacional e segurança social ganham maior relevância. Quando uma comunidade compreende que aqueles fatores que aceitara como inquestionáveis partes de seu ‘eu’, como as suas definições físicas e psicológicas, já não são mais adequadas ou aceitáveis no novo contexto histórico, uma crise de identidade emerge – que talvez possa ser representado em um evento como os que resultaram em Tiananmen. A crise de identidade é resultado de um limite alcançado pelo sistema, quando o ator não mais consegue resolver os

problemas que lhe são impostos sem perder sua identidade. Responder às novas questões de forma efetiva exige que os atores redefinam quem são e como se diferenciam dos demais sistemas políticos e sociais (PYE, 1971). Em resumo, a questão é quão bem um Estado é capaz de adaptar sua identidade as novas situações e se os ajustes na representação do ‘eu’ e do ‘outro’ estão respondendo às condições alteradas ou estão abordando apenas superficialmente as novas circunstâncias (WIRTH, 2009). Portanto, as constantes desconfianças e atritos da relação diplomática sino-japonesa estão intimamente ligados à utilização do nacionalismo e da memória histórica como ferramentas domésticas de legitimidade. Ferramentas que só estiveram disponíveis de forma tão maleável porque a história que une China e Japão – a história do conflito – ganhou interpretações e lembranças significativamente distintas entre os dois povos, resultado de uma reconciliação frágil e incompleta em 1972.

Uma vez que os Estados e seus sistemas políticos são muitas vezes incapazes, relutantes ou pouco ágeis em compreender adequadamente novas conjunturas, pois são resistentes a se adaptarem, demonstram uma tendência em tentar trazer de volta características ou interpretações de seu ambiente anterior, de uma forma que se encaixe aos entendimentos conhecidos da situação atual. Para fazer isso e evitar pressões por mudanças, os atores tendem a securitizar os problemas. O resultado são situações inéditas descritas como eventos ameaçadores, que exigem abordagens novas para serem solucionadas. A construção de possíveis ameaças ajuda significativamente a conquistar apoio popular e legitimidade política para as lideranças, e provê um sentido renovado de propósito e unidade nacional. No entanto, quando na securitização de um problema este é relacionado ao ‘outro’, se dá início a um processo de diferenciação entre o ‘eu’ e o ‘outro’. Aquele ator relacionado ao problema é representado em termos específicos que destacam as formas que o fazem diferente do ‘eu’, tornando-o um objeto de política em vez de um sujeito.

Tanto no Japão quanto na China, o período histórico turbulento – do imperialismo europeu ao fim da Segunda Guerra Mundial – foi essencial para a criação de narrativas históricas que fundamentaram as identidades nacionais de seus Estados em meados do século XX. Essenciais, pois suas elites utilizaram daqueles entendimentos comuns da história para fortalecerem sua legitimidade e estabilizarem socialmente seus respectivos Estados. Inclusas nessas narrativas estavam as perspectivas mútuas que um povo tinha do outro, e que teriam influência sobre as relações futuras. A estrutura e estratégia da aliança durante a Guerra Fria possibilitou que os dois países evitassem expor suas interpretações históricas do passado,

como demonstrado. A característica de perpetuação das lideranças e dos sistemas políticos nacionais conservaram aquelas interpretações históricas e influenciaram as percepções do ‘eu’ daquelas nações, assim como de seus papéis na Ásia Oriental. O acelerado processo de mudanças e desenvolvimento ocorridos no contexto internacional nas últimas três décadas, e aqui especialmente na Ásia Oriental, impôs condições desafiadoras para as lideranças políticas de Japão e China. As reações de ambos os Estados a essas mudanças e novos desafios – fim da Guerra Fria, diminuição da legitimidade de suas elites políticas, ascensão chinesa e declínio relativo japonês, entre outros – parecem ter encontrado fundamento na reafirmação de seus passados, e não em soluções novas para questões colocadas pela realidade contemporânea. As atuais lideranças políticas de China e Japão vêm se perpetuando no poder durante as últimas sete décadas, e devido a essa condição, muito das respostas que conseguem dar aos novos desafios baseiam-se em seus sistemas e ideais políticos presos a estruturas ideacionais do passado – ideias e visões de mundo do contexto que os levaram e mantiveram no poder. É importante lembrar que nos dois países, os governos no imediato pós-Segunda Guerra Mundial foram formados, em grande parte, por membros da classe dirigente política do período da guerra. Portanto, muito das percepções daqueles governos perpetuaram a imagem de China e Japão como inimigos, uma vez que optaram por arquivar ou não resolver divergências quando a oportunidade se colocou de forma mais pragmática. A não resolução daquelas divergências coloca dificuldades diplomáticas às lideranças de ambos os países, ainda hoje, em solucionar questões domésticas e externas que comprometem a relação bilateral de forma contraproducente, uma vez que se reproduz mutuamente percepções do ‘eu’ e do ‘outro’ presas às concepções datadas do início do século XX.

No início da década de 1990 ambos os governos enfrentaram crises de identidade resultantes das significativas mudanças nos planos ideacionais e materiais nos quais suas políticas se basearam durante um longo período de tempo. Na China, o declínio da ideologia comunista, os atritos internos do PCCh e as agitações sociais que resultaram nos protestos e repressão em Tiananmen impulsionaram a liderança a buscar no passado a solução para essa crise de identidade: as campanhas de educação patriótica e a guerra de resistência contra o Japão. No Japão, o estouro da bolha em 1991, o fim do ciclo de alto crescimento do período do milagre e a conjuntura de crise e estagnação geraram uma inquietação sobre o futuro da segurança econômica, o declínio da coesão social e uma insatisfação crescente com a classe política do país, que buscou no passado ‘glorioso’ uma forma de se reaproximar da população através do fortalecimento do nacionalismo.

Quando se analisa as ideias e discursos que formam a linha principal da política externa chinesa atual, nota-se que um papel importante é dado às memórias e compreensões compartilhadas do passado, elemento fundamental na construção de identidades nacionais, ou seja, de grupos sociais e Estados. A concepção da agressão colonizadora europeia, do desmoronamento do império e do caos no qual o país foi jogado durante quase um século, são elementos da ideia do ‘século de humilhação’. Soma-se também o papel relevante do Japão, que utilizou de seu poder para agredir a sociedade chinesa e ser um dos responsáveis pela tentativa de fragmentação do Estado chinês. Essa compreensão da China como vítima das potências foi essencial para a reconstrução da identidade nacional e da unificação do Estado. Essa ideia de vitimização acaba por legitimar o esforço pelo fortalecimento do poder nacional levado adiante pela liderança chinesa, visando evitar que uma possível humilhação se repita, assim como almeja que a China volte a condição de centro do mundo. Como demonstrado pela liderança atual do país, esse ideal continua vivo e essencial para sua legitimidade, responsável pela coesão nacional e pela transformação de tal plano em realidade sob a liderança do Partido Comunista – o ‘grande rejuvenescimento da nação chinesa’. Logo, o entendimento comum do ‘eu’ vítima da agressão estrangeira funcionou como elemento unificador nacional – sobretudo a partir da década de 1990 e da intensificação das campanhas de educação patriótica. Como vimos, dentro dessa lógica o Japão emerge como o ‘outro’ na identidade nacional chinesa durante a década de 1990, ferramenta do nacionalismo que buscou reforçar a legitimidade social da liderança do PCCh, em substituição à desgastada ideologia comunista (WANG, 2014).

O Japão tem sua identidade fortemente ligada ao seu projeto modernizador, responsável por conter a colonização ocidental e o posterior crescimento econômico no pós-guerra. Porém, como vimos anteriormente, as narrativas oficiais dão enfoque ao final da Segunda Guerra Mundial e aos ataques nucleares como forma de criar também um senso de vítima. Essa linha de pensamento foi determinante para a identidade pacifista japonesa e seu esforço no desenvolvimento do poder econômico, em vez do poder bélico-material, como elemento de sua política externa. Essa compreensão, porém, afastou a população japonesa de sua história pré-1945, das lembranças da guerra e da concepção de agressor contra os vizinhos asiáticos, deixando a mercê da classe política a construção da memória daquele período – que oportunamente busca utilizá-la para construir uma identidade nacional que lhe seja útil. Tais fatores são importantes porque as interpretações do passado são essenciais para definir o papel

e o lugar de uma nação no contexto mundial, uma vez que a história é elemento definidor das identidades nacionais contemporâneas (GUSTAFSON, 2015).

A manutenção de sentimentos de vitimização ajuda a desviar o olhar para "outro" quando pressões por mudanças estruturais surgem na sociedade. O resultado é que antigas abordagens das relações internacionais, baseadas em disputa e projeção de poder, acabam por prevalecer. Dessa forma, o Japão acaba por desempenhar um papel significativo como o "outro" nos discursos políticos chineses, enquanto a China desempenha esse papel para o Japão. Discursos e manifestações que ainda retratam e lembram a nação como vítima de conflitos passados ainda tem forte influência sobre as visões do 'eu' e do 'outro' em ambos os países – a parada militar chinesa de 2015 e as lembranças anuais dos bombardeios nucleares de Hiroshima e Nagasaki são exemplos claros. Ao adotar essa mentalidade de vítima, promove-se o afastamento entre o 'eu' e o 'outro', e toda a responsabilidade pelas tragédias que a nação sofreu são projetadas no 'outro' como 'malfeitor'. Nessa percepção, o 'outro' tem total responsabilidade pelo processo de reconciliação, tendo suas ações ou omissões sempre denunciadas como impedimentos do processo reconciliatório. Na China isso se evidencia nas comemorações e lugares de memória que lembram as atrocidades e a vitória sobre o invasor japonês; no Japão a ideia de vitimização no período da Segunda Guerra Mundial é exaltada no Memorial da Paz de Hiroshima – que mesmo não sendo uma vitimização causada pela China, dificulta que o país enxergue a violência a que submeteu o país vizinho, assim como seu papel de agressor. Esses processos de vitimização do 'eu' resultam em um antagonismo que se perpetua, uma vez que nenhuma das partes é capaz de abordar sozinha os complexos problemas históricos que as envolvem de maneira sincera (ORR, 2007).

Como mencionado anteriormente, durante as negociações para a normalização da relação diplomática entre China e Japão, as divergências sobre a história dos conflitos, atrocidades e crimes cometidos pelo invasor japonês, compensações de guerra às vítimas, entre outros pontos, foram todos deixados de lado. O pragmatismo no âmbito da segurança aproximou China e Japão, transformando a década de 1970 na 'década dourada' ou 'lua de mel' da relação, devido a maior proximidade entre as duas sociedades. No entanto, as lideranças sino-japonesas não aproveitaram a oportunidade de um ambiente estrutural positivo para que chegassem a um consenso sobre as questões históricas. Os líderes deliberadamente deixaram as questões espinhosas à parte, proporcionando que aquelas emergissem posteriormente de maneira mais acentuada e fossem utilizadas como ferramentas ideológicas para fomentar o nacionalismo, tanto na China quanto no Japão. Vimos previamente como a

memória histórica foi utilizada por políticos de ambos os países, mas para além do uso instrumental daquela memória devemos deixar claro o motivo pelo qual esse tema causa tanta animosidade entre as duas sociedades, sobretudo aos chineses. Afinal de contas, foram inúmeros os pedidos de desculpas e o reconhecimento dos atos de agressão por parte dos governos japoneses, assim como a aquiescência dos governos chineses. No entanto, o problema da memória histórica ressurgue constantemente nos países invadidos pelo Japão, sobretudo China e Coreia do Sul. A origem dessa lembrança constante está na formação cultural das sociedades asiático-orientais.

As sociedades do nordeste asiático estão inseridas na lógica de uma cultura de honra, diferente da cultura de dignidade predominante no Ocidente – majoritariamente a Europa. Nas culturas de dignidade, os agressores tem a possibilidade de aliviar a culpa se desculpando pela violação de direitos, pedindo para que as vítimas aceitem as desculpas como compensação ao sofrimento físico e mental a quais foram submetidas – de forma muito concisa, a cultura que possibilitou a reconciliação entre a Alemanha e países vizinhos, que sofreram com as invasões e atrocidades do nazismo. Nas culturas de honra, compensar essa violação de direitos é mais complexo, pois não existe um vocabulário convincente que demonstre arrependimento por ferir a honra do outro.²⁴² Da perspectiva chinesa e coreana, o Japão violou os direitos de seus cidadãos e ofendeu a honra de suas nações, envergonhando-as e rebaixando-as com a invasão e ocupação brutal. No nordeste asiático a política de arrependimento possui conteúdo e função diferentes da política de arrependimento Ocidental. Nessa região as violações da honra são mais ressonantes do que as violações da dignidade. Somente expressões claras de remorso poderiam mitigar o ressentimento existente entre os países, mas em vez de remorso os governos japoneses apresentam desculpas formais. Remorso é um sentimento que acompanha a realização e percepção de erros e transgressões, enquanto a desculpa é a forma como se comunica o remorso.²⁴³ Ainda hoje, a influência das formalidades confucionistas persiste em China e Coreia do Sul, estando as duas sociedades muito conscientes das distintas esferas ocupadas pelo ritual, pelo sentimento verdadeiro e pelos sinais que revelam práticas não genuínas. Na cultura de honra, quando os pedidos de desculpas não apresentam remorso nem reconhecem as desgraças causadas às vítimas, estas são privadas da compensação mais

²⁴² Para mais detalhes sobre a distinção de culturas de dignidade e culturas de honra, assim como para detalhes sobre a cultura japonesa em relação aos pedidos de desculpas nos casos dos problemas históricos com os vizinhos asiáticos, consultar (FUKUOKA & SCHWARTZ, 2010).

²⁴³ A comparação e distinção entre a reaproximação da Alemanha-Polônia e Japão-China é abordada de forma abrangente na obra de Yinan He, *The search for reconciliation: Sino-Japanese and German-Polish relations since World War II*, 2009.

importante em suas concepções. As manifestações equivocadas, a expansão das percepções revisionistas e negacionistas dos políticos japoneses no tocante a guerra, geram uma percepção de indiferença e falta de sinceridade nos pedidos de desculpas. Isso porque na cultura japonesa, os gestos de arrependimento são um dever social e não um sinal de remorso. No momento da normalização, a expressão japonesa de remorso estava ligada mais ao interesse nacional do que propriamente com a sinceridade do pedido. Houve os gestos, mas a motivação era autoindulgente – uma vez que a desculpa pode ser um ato performático. A falta de um claro pedido de desculpas no comunicado conjunto de 1972 – como mencionado anteriormente – diluiria, em longo prazo, o reconhecimento da responsabilidade e arrependimento do Japão pelas agressões. A disparidade entre expressões verbais e sentimentos sinceros de arrependimento por parte do governo japonês tem o poder de intensificar as demandas chinesas e sul-coreanas por um pedido de desculpas autêntico. A dificuldade japonesa em encarar seu passado de agressão continuará sendo interpretado como uma forma de insulto aos sentimentos de chineses e sul-coreanos, reforçando as impressões mútuas negativas. Sem essa resolução o ciclo vicioso de desconfiança e ódio continuará a ser um elemento de atrito na relação entre China e Japão (KIM & SCHWARTZ, 2010; FUKUOKA & SCHWARTZ, 2010).

As divergências históricas continuam sem resolução quase cinco décadas após a normalização das relações, com poucos esforços entre os dois Estados para solucioná-las. A essas duas instituições é necessário a reflexão de que a forma como a memória histórica dos conflitos é construída e moldada afeta profundamente a viabilidade de uma reconciliação. Como demonstrado, a utilização da história nacional como forma de alcançar objetivos pragmáticos imediatos é potencial geradora de divergências substanciais entre antigos inimigos – um elemento catalisador de percepções mútuas negativas e de hostilidade, assim como de expressões populares violentas. Na ausência de uma moderação da memória histórica negativa entre os dois povos e uma convergência historiográfica comum, a desconfiança predominante não permitirá a criação de uma verdadeira confiança e equilíbrio entre as duas sociedades.

Devemos salientar que os desentendimentos sobre a história acabam por agravar a questão de segurança, pois muitas lembranças referentes aos conflitos passados ainda permeiam as duas sociedades – a China com o temor do retorno do militarismo japonês, com a flexibilização das Forças de Autodefesa do Japão se somando ao crescente nacionalismo e revisionismo; o Japão teme que uma China militarmente superior possibilite que um

sentimento revanchista predomine nos círculos militares e sociais. Ainda que os dois países tenham enfrentado uma ameaça comum durante a Guerra Fria, desenvolvido uma complementaridade e interdependência econômica e compartilhem de interesses geopolíticos desde a queda da URSS – a desnuclearização da península coreana, estabilidade econômica na Ásia, garantia da livre circulação nos mares pelos quais escoam suas trocas –, ainda assim os dois Estados não foram capazes de estruturar uma cooperação na área de segurança. Além disso, a importante questão da soberania do arquipélago Diaoyu/Senkaku, deixada de lado durante a normalização das relações e que havia chamado pouca atenção até recentemente, despontou como grande problema de segurança a partir de 2010, inflamando a relação bilateral e colocando em risco a estabilidade regional. Aquela lógica da cooperação sino-japonesa na Guerra Fria parece ter sido implodida juntamente com a dissolução da União Soviética. Na ausência de qualquer estrutura de cooperação naquela área, como forma de aumentar a confiança bilateral, os dois países têm mergulhado em um padrão crescente de rivalidade, estabelecendo uma nova lógica que se evidenciou recentemente: a tradicional interação estratégica do equilíbrio de poder entre potências regionais.

É detectável que essa estratégia de equilíbrio passou a tomar maior forma nessa última década. Anteriormente, a deterioração em termos da segurança bilateral não ficou evidente mesmo com as mudanças no imediato contexto pós-Guerra Fria. Mesmo com a redefinição da aliança nipo-americana em 1997 e o posterior cenário diplomático negativo da era Koizumi, a China não parecia representar oficialmente uma ameaça de segurança ao Estado japonês (TAKAMINE, 2005). A percepção de ameaça sentida pelo Japão passou a se acentuar a partir de 2010 devido às tensões sobre a disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku, mas se intensificou a partir de 2012, quando as percepções mútuas de ameaça aumentaram significativamente e o evento da nacionalização das ilhas foi visto como um divisor de águas (CIGS, 2012). A partir de 2013 os orçamentos de defesa do Japão passaram a aumentar, o que pode significar uma possível intensificação da deterioração nos próximos anos. Tem sido mencionando nas reuniões bilaterais entre seus líderes a intenção e a negociação de estabelecer uma linha direta de segurança, de forma a impedir que incidentes marítimos aconteçam na região disputada, mas este não é um plano novo e tem encontrado dificuldade em se concretizar para além dos documentos diplomáticos.

A partir da década de 1990, alguns fatores que antes não estavam presentes nas percepções mútuas começaram a tomar forma, sobretudo por parte do governo japonês. Entre eles o discurso que qualifica a forma de governo da República Popular da China como

autoritário ou ditatorial. A liderança japonesa destaca a adoção de uma ordem doméstica democrática no pós-Segunda Guerra, que se tornou uma característica indiscutível do Estado e da sociedade do Japão contemporâneo. A criação da ideia do Japão como uma democracia se fortalece com a concepção antagônica e continuamente propagada sobre a China como um regime ditatorial. Ainda que se reconheça a importância econômica da China para o Japão, os políticos japoneses insistem em destacar as diversas vantagens da democracia em comparações e ataques implícitos à forma de governo chinês – como a exaltação da democracia em numerosos discursos do premiê Shinzo Abe (DREYER, 2016). A condenação da censura contra a oposição ao governo chinês e as supostas violações aos direitos humanos são utilizados para destacar as diferenças entre o Japão e a China – o ‘eu’ e o ‘outro’ respectivamente –, qualificando o Estado japonês pelo respeito aos valores democráticos da liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos. Portanto, a China é qualificada como uma ditadura vinculada a características pejorativas como prática do *othering*, da diferenciação promovida pelo Japão entre democracias e ditaduras (TAKEUCHI, 2014).

No entanto, aquela dicotomia democracia-autoritarismo parecia não ser uma preocupação para a liderança política japonesa até recentemente. O fato da República Popular da China nunca ter sido uma democracia foi oficialmente ignorado pelo Japão até o incidente em Tiananmen, sendo um alvo de críticas somente após a ascensão de uma China economicamente e militarmente mais assertiva. Além disso, os líderes japoneses defensores da diplomacia “orientada para o valor” e dos preceitos democráticos, como Shinzo Abe, demonstram um discurso ambíguo com suas práticas. Os políticos nacionalistas japoneses frequentemente relembram com glória e sem remorso o período militarista autoritário do país, que estava muito distante dos atuais fundamentos democráticos que pregam. Além disso, como citado anteriormente, o governo de Abe foi criticado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU pelo cerceamento à imprensa nacional no tocante a temática das agressões históricas, assim como pressionou por meio de seu representante consular o jornalista alemão Carsten Germis (NILSSON-WRIGHT & FUJIWARA, 2015).²⁴⁴

A crescente rivalidade no campo da segurança se tornou mais uma fonte da prática de *othering* por parte do Japão. O governo japonês insiste em criticar a falta de transparência quanto aos gastos em defesa e capacidades militares da China, um fator apontado constantemente nos Livros Brancos de Defesa do Japão. Os estrategistas japoneses se

²⁴⁴ *Are forces of darkness gathering in Japan?* Jeff Kingston, The Japan Times, May 2015. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/opinion/2015/05/16/commentary/forces-darkness-gathering-japan/#.XW56DPBKjIU>>.

preocupam principalmente com a expansão da marinha chinesa, visto a insularidade do país, e o alegado desrespeito das leis e regulamentações marítimas internacionais por parte da China. Novamente, o objetivo é fazer uma contraposição à postura chinesa, exaltando a transparência japonesa no setor militar e a participação do país na defesa do respeito pelas regras marítimas internacionais, essenciais para a livre-navegação, cooperação e desenvolvimento regional. A ação de *othering* quanto a opacidade dos gastos e capacidades militares é conectada com a imagem criada de uma China autoritária, resultando em uma oposição e reprodução da ideia do ‘outro’ não-transparente e ditatorial e do ‘eu’ democrático e transparente. Ainda nas questões de segurança, a disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku é vista pelo Estado japonês como violação das leis dos mares e contra os princípios das negociações sobre reivindicações territoriais. Para os japoneses, a China desrespeita os princípios de que as reivindicações devem ser baseadas no direito internacional, a não utilização da força ou coerção e a busca pacífica para a solução de controvérsias. A divergência territorial é utilizada pela parte japonesa como forma de diferenciação entre um país que respeita as leis internacionais e outro que as desconsidera – como no estabelecimento da ADIZ chinesa sobreposta à japonesa, as incursões ao território marítimo e aéreo japonês ao redor das Diaoyu/Senkaku, as reivindicações territoriais e assertividade no Mar do Sul da China. Além disso, tornou-se frequente na política japonesa se referir à China como um Estado desafiador do status quo vigente na região da Ásia – e claro, assume que o Japão seja um agente defensor da ordem vigente.²⁴⁵ Os gastos e capacidades militares não transparentes, a reivindicação territorial ‘fora das leis’ e incursões em águas japonesas, a imposição da ADIZ, todos são elementos que contribuem para a construção da imagem chinesa como desafiante do direito e das normas internacionais. Após as divergências quanto à soberania do arquipélago Diaoyu/Senkaku em 2012, o governo japonês passou denunciar que a China parecia estar empenhada em desafiar o status quo através da coerção (LINDGREN & LINDGREN, 2017).

A diferença marcante das relações sino-japonesas no pós-normalização e na conjuntura recente mostra a fragilidade da aproximação forjada na Declaração e Tratado da década de 1970. A oscilação na relação não é vista apenas quando observada no longo prazo –

²⁴⁵ Como nos discursos do primeiro-ministro Shinzo Abe: *Policy Speech by Prime Minister Shinzo Abe to the 183rd Session of the Diet*, Prime Minister of Japan and His Cabinet, February 2013. Disponível em: <https://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201302/28siseuhousin_e.html>; documentos sobre a Estratégia Nacional de Segurança: *Japan National Security Strategy*, Prime Minister of Japan and His Cabinet, December 2013. Disponível em: <<https://www.cas.go.jp/jp/siryoku/131217anzenhoshou/nss-e.pdf>>; e nos Livros Azuis da Diplomacia Japonesa a partir de 2014: *Diplomatic Bluebook 2015 - International Situation and Japan's Diplomacy*, Ministry of Foreign Affairs of Japan, October 2014. Disponível em: <mofa.go.jp/files/000055800.pdf>.

com seu auge positivo no imediato pós-normalização e momento mais crítico na última década – mas nas oscilações inseridas no intervalo entre 1990 e 2015, marcada por diversos altos e baixos. É interessante notar que na década de 1970, o contexto foi capaz de gerar incentivos estratégicos para que China e Japão abandonassem a hostilidade em relação ao outro. Como mencionado, as duas lideranças foram capazes de negociar em pontos que discordavam, como a aceitação japonesa da cláusula anti-hegemônica no tratado de 1978, a aprovação chinesa da aliança Japão-EUA e inclusive o reforço na defesa japonesa, algo impensável recentemente. Aquele contexto parece ter sido o máximo de harmonização que os dois países conseguiram alcançar na esfera estratégica e de segurança. Quando analisado no longo prazo, a predominância de uma desconfiança como elemento essencial da relação pode ser inferida mesmo naquele período de maior proximidade, visto a clara ausência e renúncia bilateral para produzir uma estrutura de cooperação bilateral substancial no domínio da segurança regional. Pode-se interpretar que a aliança estratégica sino-japonesa já dava sinais de esfriamento no contexto da década de 1980, apesar da presença contínua da ameaça soviética. Naquela década a China inaugura sua nova diplomacia autônoma e independente – buscando uma reaproximação com a potência comunista ao seu norte –, as campanhas de educação patriótica começam a tomar forma, o nacionalismo japonês ganha destaque internacional por ações de seus líderes, surgem as primeiras divergências quanto a história dos conflitos sino-japoneses.

.O desenvolvimento recente mais importante na região da Ásia Oriental, que vem acontecendo desde a década de 1980, é a progressiva integração de suas economias através do aumento de fluxos comerciais e financeiros bilaterais e intrarregionais, possibilitando o surgimento de uma divisão regional de trabalho, criadora de uma integração econômica ainda que não em estágios avançados de institucionalização. A consequência disso é que Japão e China têm fortes interesses de que o contexto político regional permaneça estável, proporcionando um ambiente propício para o investimento e crescimento de suas economias. Apesar disso, a cooperação regional ainda permanece um desafio, sobretudo pelas desconfianças interestatais e projetos distintos que ainda impedem uma real integração dos mercados regionais. Se observarmos a evolução das negociações para o acordo trilateral de livre comércio entre China-Japão-Coréia do Sul, ou então as visões opostas nos âmbitos da ASEAN+3 e Parceria Transpacífica, ou os distintos projetos de infraestrutura lançados por China e Japão, veremos que as tensões políticas têm dificultado uma evolução mais célere na integração econômica regional. Como apontado anteriormente, as divergências políticas

possuem influencia para que se avance em questões econômicas conjuntas, o que pode travar ou suspender as negociações, como no caso da exploração conjunta sino-japonesa de hidrocarbonetos na região disputada pelos dois países. O aumento da interdependência também traz o aumento da percepção de vulnerabilidades – como a dependência de insumos industriais essenciais, investimentos, bases produtivas concentradas em um único país, importância da empregabilidade das empresas estrangeira, etc. Essas percepções de vulnerabilidade podem levar os Estados a adotarem políticas com o intuito de recuperar mais controle sobre áreas que percebiam afetar seus interesses nacionais – como no caso da recomendação do governo japonês para que as empresas do país diversificassem o destino de seus investimentos. Estas percepções conduzem a securitização de questões que poderiam ser resolvidas através da cooperação intergovernamental. De maneira paradoxal, a interdependência crescente por vezes leva os governos a adotarem estratégias políticas que contradizem seus próprios interesses econômicos.

Em contraste com o início do século passado, em que o militarismo japonês e a fragilidade política nacional chinesa colocaram os dois países em rota de colisão, ou com o contexto da Guerra Fria, em que foram envolvidos em uma competição global entre duas superpotências, atualmente os dois Estados não parecem estrategicamente fadados a um antagonismo bélico. A rivalidade estratégica que emerge a partir de 2012, constatada em ações no Mar da China Oriental e na expansão das capacidades militares em ambos os países, é resultado da mudança no equilíbrio de poder regional que se concretizou na última década. Porém, a competição bilateral foi agravada por elementos ideacionais. As percepções de ameaças mútuas são ampliadas através das narrativas históricas particulares dos dois Estados, sobretudo devido a manipulação da memória por interesses oportunistas das elites de ambos os países, que acaba por contaminar a racionalidade segundo a qual as relações bilaterais deveriam ser administradas. Ainda que a manipulação da história seja realizada majoritariamente para fins domésticos, o fato de que hoje os meios e tecnologias de comunicação têm alcance global de forma praticamente instantânea, aumenta consideravelmente o potencial desestabilizador e de deterioração de tais manipulações. O fato é que as oscilações na relação ao longo das décadas acontecem de forma gradualmente mais intensas e perigosas, tendo o último caso das ilhas Diaoyu/Senkaku levantado a possibilidade de um conflito de fato – o que é agravado pela intensa atividade de embarcações na região, uma vez que incidentes já ocorreram. Uma análise ponderada da relação pode demonstrar o elevado grau dos interesses comuns entre os dois países – como a construção da

interdependência econômica bilateral –, assim como a ausência de divergências estratégicas críticas para a sobrevivência de ambos os Estados, o que torna a deterioração das relações bilaterais um fato perturbador.

Todas estas tendências em curso abordadas aqui – a redistribuição do poder nas áreas econômica e militar, combinada com preconceitos históricos profundamente enraizados, concepções conflituosas de identidade nacional e ideologias políticas divergentes – pressagiam um contexto negativo para o futuro desenvolvimento das relações sino-japonesas. Pode-se imaginar uma tendência descendente contínua, em que qualquer conflito de interesse é tratado de forma desproporcional e não com base em avaliações racionais e objetivas, uma tendência em que a reação exagerada se torna progressivamente uma regra e não uma exceção. Se for permitido continuar, esse ciclo vicioso se tornará uma enorme fonte de instabilidade de segurança e comprometerá a prosperidade econômica não apenas dos dois países, mas também da região da Ásia-Pacífico como um todo. Em contraste com os meios de equilíbrio, contenção e dissuasão, a cooperação bilateral e regional na Ásia Oriental poderia contribuir para a dessecuritização da maioria das questões controversas discutidas. A questão das divergências históricas, percepções de ameaças a segurança nacional, a resolução para a disputa territorial pelas Diaoyu/Senkaku – todos problemas que a relação bilateral carrega desde a normalização diplomática –, são elementos que poderiam ser esclarecidos quando abordados de forma pragmática no contexto bilateral – a exemplo do que se realizou na esfera econômica – ou eventualmente resolvidas com auxílio de estruturas multilaterais. O fato é que as oscilações permanecem porque a cada ciclo de distanciamento e reaproximação, aqueles mesmos problemas não resolvidos em 1972 são colocados à margem novamente, proporcionando que ressurgam cedo ou tarde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, J. Trends and Problems in Modernization of the Military. *In*: NAKAI, Y. **China's Roadmap as Seen in the 15th Party Congress**, pp. 30-37. Tokyo: Institute of Developing Economies, Japan External Trade Organization, 1998.

ABE, Y. Reimagining Riben Guizi: Japanese Tactical Media Performance After the 2010 Senkaku/Diaoyu Boat Collision Incident. **International Journal of Communication**, vol. 11, pp. 344-362, 2017.

ADB. Meeting Asia's infrastructure needs. Asian Development Bank, Singapore, 2017.

AIEA. IAEA and DPRK: Chronology of Key Events. Fonte: International Atomic Energy Agency, 2018. Disponível em: <<https://www.iaea.org/newscenter/focus/dprk/chronology-of-key-events>>. Acessado em: 03/02/2019.

APPLE, M. W.; CHRISTIAN-SMITH, L. K. **The Politics of the textbook**. New York: Routledge, 1991.

ARAI, T.; GOTO, S.; WANG, Z. **Clash of national identities: China, Japan, and the East China Sea territorial dispute**. Washington, DC: Wilson Center, 2013.

ASHIZAWA, K. Japanese Assistance in Afghanistan: Helping the United States, Acting Globally, and Making a Friend. **Asia Policy**, vol. 17, n. 1, pp. 59-65, 2014.

ASHIZAWA, K. Tokyo's Quandary, Beijing's Moment in the Six-Party Talks: A Regional Multilateral Approach to Resolve the DPRK's Nuclear Problem. **Pacific Affairs**, vol. 79, n. 3, pp. 411-432, 2006.

ASSMANN, J. Guilt and Remembrance: On the Theologization of History in the Ancient near East. **History and Memory**, vol. 2(1), pp. 5-33, 1990.

AYSON, R.; BALL, D. Can a Sino-Japanese War Be Controlled? **Survival**, vol. 56, n. 6, pp. 135-166, 2014.

BADIE, B.; BERG-SCHLOSSER, D.; MORLINO, L. **International encyclopedia of political science**. Thousand Oaks, Calif.: SAGE Publications, 2011.

BAILEY, D.; COFFEY, D.; TOMLINSON, P. **Crisis or recovery in Japan: state and industrial economy**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2007.

BAJORIA, J.; XU, B. The Six Party Talks on North Korea's Nuclear Program, **Council on Foreign Relations**, 2013. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounders/six-party-talks-north-koreas-nuclear-program>>. Acessado em: 23/07/2018.

BECKLEY, M. The Emerging Military Balance in East Asia: How China's Neighbors Can Check Chinese Naval Expansion. **International Security**, vol. 42, n. 2, pp. 78-119, 2017.

BELDERBOS, R.; CARREE, M. The Location of Japanese Investments in China: Agglomeration Effects, Keiretsu, and Firm Heterogeneity. **Journal of the Japanese and International Economies**, vol. 16, n. 2, pp. 194–21, 2002.

BERGER, T. Dealing with Difficult Pasts: Japan's "History Problem" from a Theoretical and Comparative Perspective. *In*: HASEGAWA, T.; TOGO, K. **East Asia's haunted present: historical memories and the resurgence of nationalism**, p. 17-41. Westport: Praeger Security International, 2008.

BEUKEL, E. Popular Nationalism in China and the Sino-Japanese Relationship: the conflict in the East China Sea an introductory study, Danish Institute for International, **DIIS Report**, N.1, 2011. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.463.1100&rep=rep1&type=pdf>>. Acessado em: 30/07/2015.

BHONSALE, M. Understanding Sino-Indian Border Issues: An Analysis of Incidents Reported in the Indian Media, Observer Research Foundation , Occasional Paper, N.143, 2018. Disponível em: <https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2018/02/ORF_Occasional_Paper_143_India-China.pdf>. Acessado em: 09/12/2018.

BUSH, R. C. **Perils of proximity**: China-Japan security relations. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2013.

CALDER, K. E.; YE, M. **The making of Northeast Asia**. Stanford: Stanford University Press, 2010.

CHANG, I. **The Rape of Nanking**: the forgotten holocaust of World War II. New York: Basic Books, 2011.

CHANLETT-AVERY, E.; RINEHART, I. The U.S. Military Presence in Okinawa and the Futenma Base Controversy, Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R42645.pdf>>. Acessado em: 09/10/2017.

CHENG, C. Sino-Japanese Economic Relations: Interdependence and Conflict. *In*: HSIUNG, J. **China and Japan at Odds**: deciphering the eternal conflict, pp. 81-94. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

CHINA. China's National Defense in 2010, Information Office of the State Council, The People's Republic of China, 2011. Disponível em: <http://www.gov.cn/english/official/2011-03/31/content_1835499.htm>. Acessado em: 15/02/2014.

CHINA. Diaoyu Dao, an Inherent Territory of China, State Council Information Office, The People's Republic of China, September 2012: Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474983043212.htm>. Acessado em: 03/07/2015.

CHINA. The Statement by Foreign Ministry Spokesperson Qin Gang on Japanese Prime Minister Shinzo Abe's Visit to the Yasukuni Shrine, Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2013. Disponível em:

<http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2535_665405/t1112096.shtml>. Acessado em: 08/10/2017.

CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Hua Chunying's Remarks on Japanese Prime Minister Shinzo Abe's Statement on the 70th Anniversary of the End of the War. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Beijing, 2015. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/t1288969.shtml>. Acessado em: 19/08/2015.

CHINA. Presidente (2013 - Atual: Xi Jinping). Full text of Chinese president's speech at commemoration of 70th anniversary of war victory, 2015a. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. Pequim: Disponível em: <https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/topics_665678/jnkzsl70zn/t1293415.shtml>. Acessado em: 14/10/2015.

CHINA. White Paper on China's Military Strategy, The Information Office of the State Council, 2015b. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm>. Acessado em: 14/10/2015.

CHINA. China's Military Strategy, The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015c. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/DefenseNews/2015-05/26/content_4586748.htm>. Acessado em: 10/12/2016.

CHINA. Foreign Ministry Spokesperson Hong Lei's Remarks on Japanese Diet's Approval of New Security Legislation, Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China, 2015d. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/xwfw_665399/s2510_665401/2535_665405/t1298235.shtml>. Acessado em: 14/08/2017.

CHIPING, L. Research on the Cultivation of "Chinese Spirit" by Socialist Core Values. **Advances in Social Science, Education and Humanities Research**, vol. 275, pp. 446-448, 2018.

CHUN, J. The role of compensation in Sino-Japanese reconciliation: Compensation as a means to restore justice. In: KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia**, pp. 212-224. New York: Routledge, 2016.

CIGS. CIGS East Asian Security Quarterly (CIGS-EASQ) A View from Tokyo on Regional Politico-Military Developments 2012, The Canon Institute for Global Studies, 2012. Disponível em: <https://www.canon-igs.org/en/column/pdf/20121101_EASQ%203Q.pdf>. Acessado em: 09/06/2015.

CNUDM. **Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 10 de dezembro de 1982, de Montego Bay, Jamaica**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1982. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/convencao-onu-mar>>. Acessado em: 23/02/2019.

COALDRAKE, W. City planning and palace architecture in the creation of the Nara political order: the accommodation of place and purpose at Heijo-kyo. **East Asian History**, vol.1, pp. 37-54, 1991.

COBLE, P. China's "New Remembering" of the Anti-Japanese War of Resistance, 1937-1945. **The China Quarterly**, n. 190 , 394-410, 2007.

COMPANIES. White Paper on Chinese Economy and Japanese Companies. The Japanese Chamber of Commerce and Industry in China, 2017.

CONSTITUIÇÃO. **The Constitution of Japan**, 1947.

COURT. Japanese Court Rules Premier's Visits to War Shrine Illegal, The New York Times, October 2005. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2005/10/01/world/asia/japanese-court-rules-premiers-visits-to-war-shrine-illegal.html>>. Acessado em: 29/03/2018.

CRS. Pivot to the Pacific? The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia, Congressional Research Service, Report for Congress, U.S., 2012. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>>. Acessado em: 12/06/2017.

CSIS. How much trade transits the South China Sea? Center for Strategic and International Studies, China Power Project, 2018. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/#easy-footnote-bottom-1-3073>>. Acessado em: 22/11/2018.

CUI, S. Problems of Nationalism and Historical Memory in China's Relations with Japan. **Journal of Historical Sociology**, Oxford, vol.25, n.2, pp. 200-222, 2012.

DEMANDS. **Twenty-One Demands by Imperial Japan to China, 1915**. Disponível em: <<https://china.usc.edu/japanese-government-%E2%80%9Ctwenty-one-demands%E2%80%9D-april-26-1915>>. Acessado em: 14/06/2017.

DIA. China Military Power. Modernizing a Force to Fight and Win, Defense Intelligence Agency, 2019. Disponível em: <https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/China_Military_Power_FINAL_5MB_20190103.pdf>. Acessado em: 28/04/2019.

DIAN, M. The Evolution of the US-Japan Alliance: The Eagle and the Chrysanthemum. Cambridge: Chandos Publishing, 2014.

DOD. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2011, ANNUAL REPORT TO CONGRESS, U.S., 2011. Disponível em: <https://dod.defense.gov/Portals/1/Documents/pubs/2011_CMPR_Final.pdf>. Acessado em: 30/05/2018.

DORNELLES JR., A. C. A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro , vol. 36, n. 1, Jun. 2014, pp. 145-170, 2014.

DREYER, J. **Middle kingdom and empire of the rising sun**: Sino-Japanese relations, past and present. New York: Oxford University Press, 2016.

DRIFTE, R. **Japan's security relations with China since 1989: from balancing to bandwagoning?** New York: RoutledgeCurzon, 2003.

DRIFTE, R. The Japan-China Confrontation Over the Senkaku/Diaoyu Islands – Between “shelving” and “dispute escalation”. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 12, issue 30, n.3 , 2014.

ELDRIDGE, A. The Limits of Interdependence: Cooperation and Conflict in Sino-Japanese Relations. **New Voices**, vol. 6, p., pp. 51–89, 2014.

EBRD. Belt and Road Initiative, European Bank for Reconstructions and Development, 2018. Disponível em: <<https://www.ebrd.com/what-we-do/belt-and-road/overview.html>>. Acessado em: 27/03/2019.

EDKINS, J. **Trauma and the memory of politics**. New York: Cambridge University Press, 2003.

EDSTRÖM, B. **Japan's Foreign Policy in Transition: The Way Forward for Japan as an International Actor in a World in Flux**. Stockholm-Nacka, Sweden: Institute for Security and Development Policy, 2011.

EIA. More than 30% of global maritime crude oil trade moves through the South China Sea. U.S. Energy Information Administration, 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36952>>. Acessado em: 29/04/2019.

EKMAN, A.; PAJON, C. Nationalism in China and Japan and Implications for Bilateral Relations. **Asie.Visions** – Institut Français des Relations Internationales (Ifri), 2015.

EKMAN, A.; PAJON, C. The Role of History in International Relations. **Millenium: Journal of International Studies**, vol. 37, no.2, pp. 357-364, 2008.

ENERGY. Annual Report on Energy 2018: 10 questions for understanding the current energy situation. Fonte: Japan Ministry of Economy, Trade and Industry Agency for Natural Resources and Energy, 2019. Disponível em: <https://www.enecho.meti.go.jp/en/category/brochures/pdf/japan_energy_2018.pdf>. Acessado em: 12/05/2019.

ENG, R. The Intractability of the Sino-Japanese Senkaku/Diaoyu Territorial Dispute: Historical Memory, People's Diplomacy and Transnational Activism, 1961-1978 . **The Asia-Pacific Journal**, vol.15, issue 22, n.2, 2017.

ENVALL, H. Japan: From Passive Partner to Active Ally. In: WESLEY, M. **Global allies: comparing US alliances in the 21st century** (pp. 15-30). Acton, Australia: Australian National University - ANU Press, 2017.

EUA. House Resolution 121 — 110th Congress (2007-2008), Congress.gov. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/110th-congress/house-resolution/121>>. Acessado em: 22/03/2018.

EUA. Japan-U.S. Relations: Issues for Congress, Congressional Research Service, Washington, 2015. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33436.pdf>>. Acessado em: 10/08/2017.

EUA. Number of Military and DoD Appropriated Fund (APF) Civilian Personnel Permanently Assigned, Defense Manpower Data Center, Office of the Secretary of Defense, Department of Defense United States of America, 2019. Disponível em: <https://www.dmdc.osd.mil/appj/dwp/stats_reports.jsp>. Acessado em: 18/04/2019.

EUA. The Senkakus (Diaoyu/Diaoyutai) Dispute: U.S. Treaty Obligations, Congressional Research Service, 2016. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/row/R42761.pdf>>. Acessado em: 17/05/2018.

FAURE, G. **New dynamics between China and Japan in Asia**: how to build the future from the past? Hackensack, NJ: World Scientific, 2010.

FENSOM, A. Japan Ups Ante On AIIB, **The Diplomat**, 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2015/05/japan-ups-ante-on-aiib/>>. Acessado em: 14/08/2017.

FEWSMITH, J.; ROSEN, S. The Domestic Context of Chinese Foreign Policy: Does ‘Public Opinion’ Matter? In: LAMPTON, D. **The Making of Chinese Foreign and Security Policy in the Era of Reform, 1978–2000** (pp. 151-187). Stanford: Stanford University Press, 2001.

FOUSE, D. Japan's Post-Cold War North Korea Policy: Hedging toward Autonomy? **Asian Affairs**, vol. 31, n. 2, pp. 102-120, 2004.

FRÖHLICH, S.; LOEWEN, H. **The changing East Asian security landscape**: challenges, actors and governance. Wiesbaden: Springer VS, 2018.

FUKUOKA, K.; SCHWARTZ, B. Responsibility, Regret and Nationalism in Japanese Memory. In: KIM, M.; SCHWARTZ, B. **Northeast Asia's Difficult Past**, pp. 71-97. London: Palgrave Macmillan, 2010.

FUNO, S. Ancient Chinese capital models — Measurement system in urban planning. **Proceedings of the Japan Academy Series B, Physical and Biological Sciences**, vol. 93 (9), pp. 724-745, 2017.

GAO, R. Cacophonous Memories of the War. In: KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia** (pp. 26-46). New York: Routledge, 2016.

GELLNER, E. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

GENRON. Japan-China Public Opinion Survey 2018 - The 14th Joint Public Opinion Poll between Japan and China, **The Genron NPO**, 2018. Disponível em: <http://www.genron-npo.net/en/opinion_polls/>. Acessado em: 30/11/2018.

GOLDMAN, J. An Amphibious Capability in Japan's Self-Defense Force: Operationalizing Dynamic Defense . **Naval War College Review**, vol. 66, n. 4, Art. 8, pp. 118-134, 2013.

GONG, G. **Memory and history in East and Southeast Asia**: issues of identity in international relations. Washington D.C.: Center for Strategic and International Studies, 2001.

GUARDA. Mar territorial do Japão, **Guarda Costeira do Japão**, 2018. Disponível em: <https://www1.kaiho.mlit.go.jp/JODC/ryokai/ryokai_setsuzoku.html>. Acessado em: 26/02/2019.

GUEX, S. The History Textbook Controversy in Japan and South Korea, Cipango - **French Journal of Japanese Studies**, 2015, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cjs/968>>. Acessado em: 14/09/2017.

GUSTAFSON, K. Identity and recognition: Remembering and forgetting the post-war in Sino-Japanese relations. **The Pacific Review**, vol. 28, n.1, pp. 117–138, 2015.

HALBWACHS, M. **On collective memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

HAMANAKA, S. Trans-Pacific Partnership versus Regional Comprehensive Economic Partnership: Control of Membership and Agenda Setting. **Asian Development Bank Working Paper Series on Regional Economic Integration**, 2014.

HASEGAWA, T.; TOGO, K. **East Asia's haunted present**: historical memories and the resurgence of nationalism. Westport, Conn: Praeger Security International, 2008.

HE, Y. National mythmaking and the problems of history in Sino-Japanese relations . *In*: LAM, P. **Japan's Relations with China**: Facing a rising power (pp. 69-92). New York: Routledge, 2006.

HE, Y. History, Chinese Nationalism and the Emerging Sino-Japanese Conflict. **Journal of Contemporary China**, Oxford, vol.16, n.50, pp. 1-24, 2007.

HE, Y. The search for reconciliation: Sino-Japanese and German-Polish relations since World War II. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

HE, Y. IR Theory and Bilateral Relations among China, Japan, and South Korea in the 2000s. *In*: ROZMAN, G. **Misunderstanding Asia**: International Relations Theory and Asian Studies over Half a Century (pp. 163-187). New York: Palgrave Macmillan, 2015.

HE, Y. How the 1972 normalization talks still bedevil Sino-Japanese relations today, Wilson Center Sources and Methods: History and Public Policy Program, 2017. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/the-bitter-legacies-the-1972-sino-japanese-normalization-talks>>. Acessado em: 26/07/2018.

HEGINBOTHAM, E. **The U.S.-China Military Scorecard**: Forces, Geography, and the Evolving Balance of Power, 1996-2017. Santa Monica, California: Reserach AND Development – RAND, 2015.

HILPERT, H.; HAAK, R. **Japan and China**: cooperation, competition, and conflict. New York: Palgrave, 2002.

HOBSON, J. M. What's at stake in 'bringing historical sociology back into international relations'? Transcending 'chronofetishism' and 'tempocentrism' in international relations. *In*: HOBSON, J. M. **Historical Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HONG, Y. The Implication of TMD System in Japan to China's Security. **The Sixth ISODARCO Beijing Seminar on Arms Control**. Shanghai, 1998.

HOPPENS, R. J. **The China Problem in Postwar Japan**: Japanese National Identity and Sino-Japanese Relations. London: Bloomsbury Academic, An Imprint of Bloomsbury Publishing Plc., 2015.

HORNUNG, J. W. Japan's Growing Hard Hedge Against China. **Asian Security**, vol. 10, n. 2, pp. 97–122, 2014.

HOSOYA, Y. The Rise and Fall of Japan's Grand Strategy: The "Arc of Freedom and Prosperity" and the Future Asian Order. **Asia-Pacific Review**, vol. 18, n. 1, pp. 13–24, 2011.

HSIUNG, J. C. **China and Japan at odds**: deciphering the perpetual conflict. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

HSU, I. C. **The Rise of Modern China**. New York: Oxford University Press, 2000,

HUANG, X. Modern State Building and the Problem of "Intermediate Institutions": Religion, Family and Military in East Asia. *Asian Studies Institute Papers*, 2008.

HUANG, Y. China, Japan, and the 21 Demands. **The Diplomat Magazine**, 2015.

HUGHES, C. Japan's emerging arms transfer strategy: diversifying to re-centre on the US–Japan alliance. **The Pacific Review**, DOI: 10.1080/09512748.2017.1371212, 2017.

HUGHES, C. Sino-Japanese relations and ballistic missile defence (BMD). *In*: SÖDERBERG, M. **Chinese–Japanese Relations in the Twenty-first Century: complementarity and conflict**, pp. 69–87. New York: Routledge, 2012.

IENAGA, S. **Japan's Past, Japan's Future**: One Historian's Odyssey. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

IISS. **The Military Balance**: the annual assessment of global military capabilities and defence economics. London: The International Institute for Strategic Studies, 2017.

IKENBERRY, J.; INOUCHI, T. **Reinventing the Alliance**: U.S.–Japan Security Partnership in an Era of Change. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

INGLEHEART, R., & BAKER, W. Modernization, cultural change and the persistence of traditional values. **American Sociological Review**, vol.65, n.1., 2000.

INOUE, M. The Japan-China Treaty of Peace and Friendship as History. **Asia-Pacific Review**, vol. 25, n. 1, pp. 75–89, 2018.

ITO, G. **Alliance in anxiety**: Détente and the Sino-American-Japanese triangle. New York: Routledge, 2003

IZUMIKAWA, Y. The Sources of Japanese Antimilitarism: the Fear of Entrapment and Japanese Pacifist Discourse. *In: Annual Conference of International Studies Association*, Honolulu, Hawaii. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p70941_index.html>.

JABRI, V. **Discourses on violence**: conflict analysis reconsidered. Manchester: Manchester University Press, 1996.

JAPANESE DEVILS, Direção de Minoru Matsui. Japan [Filme Cinematográfico], 2001.

JAPÃO. The Guidelines for Japan-U.S. Defense Cooperation, Japan Ministry of Defense, 1997a. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/d_act/anpo/19970923.html>. Acessado em: 24/06/2017.

JAPÃO. Joint Statement between the Government of Japan and the Government of the People's Republic of China on Comprehensive Promotion of a "Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests", Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2008. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/joint0805.html>>. Acessado em: 23/10/2018.

JAPÃO. Statement by Prime Minister Abe - Pledge for everlasting peace, Prime Minister of Japan and His Cabinet, Speeches and Statements, 2013. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/96_abe/statement/201312/1202986_7801.html>. Acessado em: 15/10/2016.

JAPÃO. Cabinet Decision on Development of Seamless Security Legislation to Ensure Japan's Survival and Protect Its People. July 1, 2014, Prime Minister of Japan and His Cabinet, 2014. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/96_abe/decisions/2014/___icsFiles/afieldfile/2014/07/03/anpohosei_eng.pdf>. Acessado em: 16/05/2015.

JAPÃO. Regarding Discussions toward Improving Japan-China Relations, Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2014a. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000150.html>. Acessado em: 27/10/2018.

JAPÃO. Press Conference by the Chief Cabinet Secretary, September 3, 2015. Prime Minister of Japan and His Cabinet, 2015. Disponível em: <<https://japan.kantei.go.jp/tyoukanpress/201509/index.html>>. Acessado em: 30/05/2017.

JAPÃO. Speeches and Statements by the Prime Minister, On the 70th anniversary of the End of the War, Prime Minister of Japan and His Cabinet, 2015a. Disponível em: <http://japan.kantei.go.jp/97_abe/statement/201508/0814statement.html>. Acessado em: 07/08/2017.

JAPÃO. White Paper on Japan Defense, Japan Ministry of Defense, 2015b. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/e-book/2015/index.html>. Acessado em: 25/07/2016.

JAPÃO. Senkaku Island, Japanese Territory, Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2018. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/senkaku/page1we_000013.html>. Acessado em: 12/10/2018.

JAPÃO. White Paper on Japan Defense, Japan Ministry of Defense, 2018a. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2018/DOJ2018_Digest_1204.pdf>. Acessado em: 13/12/2018.

JETRO. JETRO survey: Analysis of Japan-China Trade in 2012 and outlook for 2013. Japanese External Trade Organization, 2013. Disponível em: <<http://www.jetro.go.jp/en/news/releases/20130219452-news>>. Acessado em: 06/09/2016.

JETRO. Japan's Outward and Inward Foreign Direct Investment, Japan External Trade Organization, 2018. Disponível em: <<https://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics.html>>. Acessado em: 25/11/2018.

JETRO. JETRO Global Trade and Investment Report 2018 Global Economy Connected via Digitalization, Japanese External Trade Organization, 2018a. Disponível em: <https://www.jetro.go.jp/ext_images/en/news/releases/2018/77fd93c565ffb27a/overview.pdf>. Acessado em: 25/01/2019.

JETRO. FY 2018 Survey on the International Operations of Japanese Firms - JETRO Overseas Business Survey, Japan External Trade Organization (JETRO), 2018b. Disponível em: <https://www.jetro.go.jp/ext_images/en/reports/survey/pdf/jafirms2018.pdf>. Acessado em: 25/11/2018.

Jl, Y. The Revolution in Military Affairs and the Evolution of China's Strategic Thinking. **Contemporary Southeast Asia**, vol. 21, n. 3, pp. 344–364, 1999.

JIRO, Y. The Gulf War and the Transformation of Japanese Constitutional Politics. **Journal of Japanese Studies**, vol. 18(1), 155. doi: 10.2307/132710, 1992.

KAMIYA, M. Reforming the U.S.–Japan Alliance: What Should Be Done? In: IKENBERRY, G.J.; INOUCHI, T. (eds) **Reinventing the Alliance: U.S.-Japan Security Partnership in an Era of Change**. Palgrave Macmillan, New York, 2003.

KANDA, Y. **How Japan's leaders underestimated the moral and emotional elements of Sino-Japanese relations**, The Wilson Center Sources and Methods: History and Public Policy Program, 2017. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/blog-post/new-discoveries-and-implications-the-records-the-historic-sino-japanese-meetings-1972>>. Acessado em: 16/09/2018.

KANG, D. Getting Asia Wrong: The Need for New Analytical Frameworks. **International Security**, vol. 27, n. 4, pp. 57-85, 2003.

KATO, N. Tea Party Politics in Japan, **The New York Times**, 2014. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2014/09/13/opinion/tea-party-politics-in-japan.html>>. Acessado em: 05/10/2017.

KAWASHIMA, S. The Origins of the Senkaku/Diaoyu Islands Issue: The period before normalization of diplomatic relations between Japan and China in 1972. **Asia-Pacific Review**, vol. 20, n. 2, pp. 122–145, 2013.

KE, R. **Comparison of China and Japan's Economic Development in the Semiconductor Industry**. Bard College Senior Project Springs, 2012.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence**: world politics in transition. Boston: TBS The Book Service Ltd, 1977.

KHOO, N., SMITH, M. L., & SHAMBAUGH, D. China Engages Asia? Caveat Lector. **International Security**, vol. 30, n. 1, 196–211, 2005.

KIM, M. Myths, Milieu, and Facts: History Textbook Controversies in Northeast Asia. In: HASEGAWA, T.; TOGO, K. **East Asia's haunted present**: historical memories and the resurgence of nationalism (pp. 94-118). Westport: Praeger Security International, 2008.

KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia**. New York: Routledge, 2016.

KIM, M.; SCHWARTZ, B. **Northeast Asia's difficult past**: essays in collective memory. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

KINGSTON, J. Testy Team Abe Pressures Media in Japan. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 13, issue 15, n. 1, 2015

KOICHI, N. Contemporary Political Dynamics of Japanese Nationalism. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 14, issue 20, n.6, 2016.

KU, Y. Comfort women controversy and its implications for Japan-ROK reconciliation. In: KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia**, pp. 261-276. New York: Routledge, 2016.

LAM, P. E. **China-Japan relations in the 21th century**: antagonism despite interdependency. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017.

LAM, P. E. **Japan's relations with China**: facing a rising power. New York: Routledge, 2006.

LANTEIGNE, M. China's Maritime Security and the "Malacca Dilemma". **Asian Security**, vol. 4:2, pp. 143-161, 2008.

LARY, D. **The Chinese People at War**: Human Sufferings and Social Transformation, 1937-1945. New York: Cambridge University Press, 2010.

LATORRE, M.; HOSOE, N. The role of Japanese FDI in China. **Journal of Policy Modeling**, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.jpolmod.2016.02.003>>. Acessado em: 21/01/2018.

LAWSON, G. The eternal divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, vol. 18, n. 2, pp. 203–226, 2010.

LEÃO, B. **Japão, China e a integração econômica no Leste Asiático**: o papel dos Estados Nacionais e redes produtivas. Brasília: FUNAG, 2010.

LEE, C. **China and Japan**: new economic diplomacy. Stanford: Stanford University Press, 1984.

LEE, J. The “sacred” standing for the “fallen” spirits: Yasukuni Shrine and memory of war. **Journal of International and Intercultural Communication**, vol. 9:4, 368-388, DOI: 10.1080/17513057.2016.1142597, pp. 368-388, 2016

LEWIS, J. **Learning the Superior Techniques of the Barbarians: China’s Pursuit of Semiconductor Independence**, Center for Strategic and International Studies - CSIS Technology Policy Program and the CSIS Freeman Chair in China Studies, 2019. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/190115_Lewis_Semiconductor_v6.pdf>. Acessado em: 05/04/2019.

LI, P. **Japanese War Crimes**. New York: Routledge, 2003.

LI, P. **The Nanking Holocaust**: Tragedy, Trauma and Reconciliation. *Society*, vol. 37, issue 2, pp. 56-65, 2000.

LI, R. **A rising China and security in East Asia**: identity construction and security discourse. New York: Routledge, 2009.

LIBRARY. South China Sea Territorial Disputes, **Peace Palace Library**: Disponível em: <<https://www.peacepalacelibrary.nl/south-china-sea-territorial-disputes-continued/>>. Acessado em: 17/05/2018

LIFF, A. China’s Maritime Gray Zone Operations in the East China Sea and Japan’s Response. In: ERICKSON, A. S.; MARTINSON, R. D.; **China’s Maritime Gray Zone Operations**, pp. 207-231. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 2019.

LINDGREN, W.; LINDGREN, P. Identity Politics and the East China Sea: China as Japan’s ‘Other’. **Asian Politics & Policy**, vol. 9, n. 3, pp. 378–401, 2017.

LIU, X. **Modeling bilateral international relations**: the case of U.S.-China interactions. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

LU, L.; HICKEY, D. Japan’s Military Modernization: The Chinese Perspective. In: HSIUNG, J. C. **China and Japan at odds: deciphering the perpetual conflict** (pp. 95-112). New York: Palgrave Macmillan, 2007.

MA, J. **The Chinese Economy in the 1990s**. London: Macmillan Press, 2000.

MANICOM, J. **Bridging troubled waters**: China, Japan, and maritime order in the East China Sea. Washington, DC: Georgetown University Press, 2014.

MATSUDA, T. Making sense of the Indo-Pacific strategy: an inheritance from the past. **Asia Pacific Bulletin**, n. 423, 2018.

MCCORMACK, G. The Henoko Base Project: Okinawa's Tamaki Government at the Brink. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 16, issue 24, n.2., 2018.

MAZARR, M. Understanding Deterrence, **RAND Corporation**, 2018. Disponível em: <<https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html>>. Acessado em: 03/03/2019.

MCNEILL, D. Secrets and Lies: Ampo, Japan's Role in the Iraq War and the Constitution. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 8, issue 7, n. 5, 2010.

MITANI, H. The History Textbook Issue in Japan and East Asia: Institutional Framework, Controversies, and International Efforts for Common Histories. In: HASEGAWA, T.; TOGO, K. **East Asia's haunted present: historical memories and the resurgence of nationalism**, pp. 83-94. Westport: Praeger Security International, 2008.

MITCHAM, C. **China's Economic Relations with the West and Japan, 1949–79**: Grain, Trade and Diplomacy. New York: Routledge, 2005.

MITTER, R. Nationalism in East Asia, 1839–1945. In: BREUILLY, J. **The Oxford Handbook of the History of Nationalism**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

MIYASHITA, A. Where do norms come from? Foundations of Japan's postwar pacifism. **International Relations of the Asia Pacific**, vol. 7, n. 1, 99-120, 2007.

MOCHIZUKI, M. China-Japan relations: Downward spiral or a new equilibrium? In: SHAMBAUGH, D. **Power Shift: China and Asia's New Dynamics** (pp. 135-158). Berkeley: University of California Press, 2006.

MORI, K. Reconsidering Forty Years after Sino-Japanese Diplomatic Normalization. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, vol. 2, n. 1, pp. 3-28, 2013.

MORIYASU, K. Treasures of the Tang trail: the influence of ancient China on Kyoto and Nara . **Financial Times**, s/p., 2016.

MORRIS, L. Blunt Defenders of Sovereignty: The Rise of Coast Guards in East and Southeast. **Naval War College Review**, vol. 70, n. 2, pp. 75–112, 2017.

MORRIS, L. The New 'Normal' in the East China Sea, **RAND Corporation (Reserach AND Development)**, 2017a. Disponível em: <<https://www.rand.org/blog/2017/02/the-new-normal-in-the-east-china-sea.html>>. Acessado em: 29/05/2018.

MULLINS, M. How Yasukuni Shrine Survived the Occupation: A Critical Examination of Popular Claims. **Monumenta Nipponica**, vol. 65, n. 1, pp. 89-136, 2010.

NAKANO, K. New Right Transformation in Japan. In: MULLINS, M. R. ; NAKANO, K. **Disasters and social crisis in contemporary Japan: political, religious, and sociocultural responses**, pp. 23-41. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016.

NAMATAME, N. Japan and Ballistic Missile Defence: Debates and Difficulties. **Security Challenges**, vol. 8, n. 3, pp. 1-17, 2012.

NARUSAWA, M. Abe Shinzo: Japan's New Prime Minister a Far-Right Denier of History. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 11, issue 1, Number 1, pp. 1-9, 2013.

NELSON, J. Social Memory as Ritual Practice: Commemorating Spirits of the Military Dead at Yasukuni Shinto Shrine. **The Journal of Asian Studies**, vol. 62, n. 2, pp. 443-467, 2003.

NIHONGI. **Nihongi**: chronicles of Japan from the earliest times to A.D. 697. (W. ASTON, Trad.) Rutland, Vermont: Tuttle Publishing, 2005.

NILSSON-WRIGHT, J.; FUJIWARA, K. **Japan's Abe Administration**: Steering a Course Between Pragmatism and Extremism. Fonte: Chatham House, the Royal Institute of International Affairs, 2015. Disponível em:
<<https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/20150914JapanAbeAdministrationNilssonWrightFujiwara.pdf>>. Acessado em: 29/09/2017.

NORA, P. **Pierre Norra en Les Lieux de Mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

NOZAKI, Y.; SELDEN, M. Japanese Textbook Controversies, Nationalism, and Historical Memory: Intra-and Inter-national Conflicts. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 7, issue 24, Number 5, pp. 1-26, 2009.

O'ROURKE, R. China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities—Background and Issues for Congress, Congressional Research Service, 2018. Disponível em:
<<https://fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acessado em: 18/02/2019.

O'SHEA, P. Strategic narratives and US military bases in Japan: How 'deterrence' makes the Marine base on Okinawa 'indispensable'. **Media, War & Conflict**:
<https://doi.org/10.1177/1750635218810904>, 2018.

OKANO-HEIJMANS, M. Japan as Spoiler in the Six-Party Talks: Single-Issue Politics and Economic Diplomacy Towards North Korea. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 6, issue 10, 2008.

OLIVEIRA, H.; MASIERO, G. Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, N. 2, 2005.

ONU. Japan: UN rights expert warns of serious threats to the independence of the press, United Nations Human Rights Council, 2016. Disponível em:
<<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19842&LangID=E>>. Acessado em: 13/09/2017.

ORR, J. **The Victim as Hero**: Ideologies of Peace and National Identity in Postwar Japan. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2001.

ORR, J. Victims and Perpetrators in National Memory: lessons from Post-World War Two Japan. **Revue Suisse D'histoire**, vol. 57 (1), 42-57, 2007.

PAN, Z. Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands: The Pending Controversy from the Chinese Perspective. **Journal of Chinese Political Science**, vol. 12, n. 1, pp. 72-92, 2007.

PANDA, J. Soft Balancing: Asia-Africa Growth Corridor (AAGC), India-Japan Arch in contrast to the Belt and Road Initiative (BRI) and China's Rising Influence. In: PANDA J.; BASU, T. **China-India-Japan in the Indo-Pacific Ideas, Interests and Infrastructure** (pp. 05-28). New Delhi: Pentagon Press, 2018.

PARAMONOV, O.; PUZANOVA, O. Tokyo's diplomacy in Eurasia: Successes and failures (1997–2017). **Journal of Eurasian Studies**, vol. 9, issue 2, pp. 134-142, 2018.

PAUL, T. Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy. **International Security**, vol. 30, n. 1, pp. 46-71, 2005.

PAVLICEVIC, D.; KRATZ, A. Implications of Sino Japanese Rivalry in High-Speed Railways for Southeast Asia . **East Asian Policy**, vol. 09, n. 02, pp. 15-25, 2017.

PEKKANEN, S. M.; TSAI, K. S. **Japan and China in the world political economy**. London: Routledge, 2005.

PENG, X. A study on the tourism destination image of Japan in the Chinese market. **The International Centre for the Study of East Asian Development Working Paper Series**, vol. 9, 2013.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

PRASAD, R. The China-Japan Infrastructure Nexus: Competition or Collaboration? **The Diplomat**, 2018. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/05/the-china-japan-infrastructure-nexus-competition-or-collaboration/>>. Acessado em: 09/11/2018.

PUGLIESE, G. Japan 2015: Confronting East Asia's Geopolitical Game of Go, Asia Maior Vol. XXVI, 2015. Disponível em: <<https://www.asiamaior.org/the-journal/asia-maior-vol-xxvi-2015/japan-2015-confronting-east-asias-geopolitical-game-of-go.html>>. Acessado em: 28/09/2017.

PUGLIESE, G. What Does the Japan-China Senkaku/Diaoyu Islands Standoff Mean? Istituto per gli Studi di Politica Internazionale (ISPI), 2017. Disponível em: <<http://www.ispionline.it/it/pubblicazione/what-does-japan-china-senkakudiaoyu-islands-standoff-mean-16120>>. Acessado em: 15/06/2018.

PUGLIESE, G.; INSISA, A. **Sino-Japanese Power Politics: Might, Money and Minds**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

PUMIN, Y. The Defeat that Change China's History. **Beijing Review**, vol. 57, pp. 14-19, 2014.

PYE, L. Identity and the Political Culture. In: BINDER, L. **Crises and sequences in political development**, pp. 101-134. Princeton: Princeton University Press, 1971.

PYLE, K. B. **Japan rising**: the resurgence of Japanese power and purpose. New York: Public Affairs, 2008.

QIU, J. The politics of history and historical memory in China-Japan relations. **Journal of Chinese Political Science**, vol. 11, issue 1, pp. 25–53, 2006.

QIU, P.; SU, Z.; CHEN, L. **Chinese comfort women**: testimonies from imperial Japan's sex slaves. Oxford: Oxford University Press, 2014.

REILLY, J. China's Unilateral Sanctions. **The Washington Quarterly**, Fall 2012, pp. 121-133, 2012

REMARKS. Remarks on Successive Drafts of the "Resolution on Certain Questions in the History of Our Party Since the Founding of the People's Republic of China", People's Daily Online, 1981. Disponível em: <<http://en.people.cn/dengxp/vol2/text/b1420.html>>. Acessado em: 23/04/2018.

REPORT. Military and Security Developments Involving the People's Republic of China, Office of the Secretary of Defense, Annual Report to Congress, 2019. Disponível em: <https://media.defense.gov/2019/May/02/2002127082/-1/-1/1/2019_CHINA_MILITARY_POWER_REPORT.pdf>. Acessado em: 07/03/2019.

RIGGER, S.; HICKEY, D.; CHOW, P. **U.S.-Taiwan Relations**: Prospects for Security and Economic Ties. Woodrow Wilson International Center for Scholars, 2017.

ROSE, C. Interpreting History in Sino-Japanese Relations: a case study in political decision-making. London: Routledge, 2005.

ROSE, C. 'Patriotism is not taboo': nationalism in China and Japan and implications for Sino-Japanese relations. **Japan Forum**, Oxford, vol.2, n.2, pp. 169-181, 2000.

ROSECRANCE, R. N. **The rise of the virtual state**: wealth and power in the coming century. New York: Basic Books, 1999.

SAKURAI, C. **Os Japoneses**. São Paulo: Contexto, 2007.

SALOMON, K. What Is the Use of International History? **Journal of Peace Research**, vol. 30, n. 4, pp. 375-389, 1993.

SARKER, N., HOSSIN, A., HUA, Y., SARKAR, K., & NUMAR, N. Oil, Gas and Energy Business under One Belt One Road Strategic Context. **Open Journal of Social Sciences**, vol. 6, n. 04, pp. 119–134, 2018.

SATO, K. **The Japan-China Summit and Joint Declaration of 1998**: A Watershed for Japan-China Relations in the 21st Century? The Brookings Institution, 2001. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/author/kazuo-sato/>>. Acessado em: 10/12/2016.

SCHWARTZ, B. **Northeast Asia's difficult past**: essays in collective memory, pp. 71-100. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

SERAPHIN. People's diplomacy: The Japan-China Friendship Association and critical war memory in the 1950s. In: KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia**, pp. 196-211. New York: Routledge, 2016.

SHAMBAUGH, D. China's Military Views the World: Ambivalent Security. **International Security**, vol. 24, n. 3, pp. 52-79, 2000.

SHIMOJI, Y. Futenma: Tip of the Iceberg in Okinawa's Agony. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 9, Issue 43 No 3, 2011.

SHIN, G. Divided memories and historical reconciliation in East Asia. In: KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia**, pp. 402-415. New York: Routledge, 2016.

SHIPPING. Top 50 World Container Ports, Top 50 World Container Ports, Global Trade, World Shipping Council, 2018. Disponível em: <<http://www.worldshipping.org/about-the-industry/global-trade/top-50-world-container-ports>>. Acessado em: 25/02/2019.

SHULONG, C.; XINZHU, L. The Six Party Talks: a chinese perspective. **Asian Perspective**, vol. 32, n. 4, pp. 29-43, 2008.

SIL, R.; KATZENSTEIN, P. J. Analytic Eclecticism in the Study of World Politics: Reconfiguring Problems and Mechanisms across Research Traditions. **Perspectives on Politics**, vol. 8, n. 2, pp. 411-431, 2010.

SIMOES, A.; HIDALGO, C. **The Economic Complexity Observatory**: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development, The Observatory of Economic Complexity, 2018. Disponível em: <<https://oec.world/en/>>. Acessado em: 06/05/2019.

SINGH, S.; YAMAMOTO, L. China's artificial islands in the South China Sea: geopolitics versus Rule of Law. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, vol. 8, n. 1, pp. 4-23, 2017.

SNEIDER, D. Textbooks and Patriotic Education: Wartime Memory Formation in China and Japan. **Asia-Pacific Review**, vol. 20, n. 1, 35-54, 2013.

SNYDER, G. The Security Dilemma in Alliance Politics. **World Politics**, vol. 36, n. 4 , pp. 461-495, 1984.

STATEMENT. Statement by Chief Cabinet Secretary Kiichi Miyazawa on History Textbooks, Ministry of Foreign Affairs of Japan, August 1982. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/policy/postwar/state8208.html>>. Acessado em: 27/09/2018.

SUGANUMA, U. **The Diaoyu/Senkaku Islands**: a hotbed for a hot war? In: HSIUNG, J. China en Japan at Odds: deciphering the Perpetual Conflict. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

SUGITA, Y. The Yoshida Doctrine as a Myth. **The Japanese Journal of American Studies**, n. 27, pp. 123-143, 2016.

SUZUKI, S. **Civilization and Empire: China and Japan's encounter with European International Society**. New York: Routledge, 2009.

SUZUKI, S. The rise of the Chinese 'Other' in Japan's construction of identity: Is China a focal point of Japanese nationalism? **The Pacific Review**, vol. 28:1, pp. 95-116, 2014.

TAIWAN. **Taiwan Relations Act, 1979** – Public Law 96-8 96th Congress, 1979.

TAKAHASHI, T. Yasukuni Shrine at the Heart of Japan's National Debate: History, Memory, Denial. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 5, Issue 4, 2007.

TAKAMINE, T. A new dynamism in Sino-Japanese security relations: Japan's strategic use of foreign aid. **The Pacific Review**, vol. 18, n. 4, pp. 439–461, 2005.

TAKAMINE, T. The Political Economy of Japanese Foreign Aid: The Role of Yen Loans in China's Economic Growth and Openness. **Pacific Affairs**, vol. 79, pp. 29-48, Pacific Affairs, vol. 79, n. 1, 2006.

TAKEUCHI, H. Sino-Japanese relations: power, interdependence, and domestic politics. **International Relations of the Asia-Pacific**, vol. 14, n. 1, pp. 7–32, 2014.

TAYLOR, R. **Greater China and Japan: prospects for an economic partnership in East Asia**. New York: Routledge, 1996.

TESLIK, L. Japan and Its Military, **Council on Foreign Relations**, 2006. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/japan-and-its-military>>. Acessado em: 12/12/2018.

TEUFEL, J. **Middle kingdom and empire of the rising sun: Sino-Japanese relations, past and present**. New York: New York, NY: Oxford University Press, 2016.

THE APOLOGY. Direção de Tiffany Hsiung. Montreal: National Film Board of Canada [Filme Cinematográfico], 2016.

TOGO, K.; NAIDU, G. **Building confidence in East Asia: maritime conflicts, interdependence and Asian identity thinking**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

TSUNEISHI, K. Unit 731 and the Japanese Imperial Army's Biological Warfare Program. **The Asia-Pacific Journal**, vol. 3, Issue 11, pp. 1-11, 2005.

TWENTY TWO, Direção de Guo Ke. China: China Lion Films [Filme Cinematográfico], 2017.

UEMURA, T. Understanding Sino-Japanese Relations: Proposing a Constructivist Approach in Chinese Studies. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, vol. 2:1, DOI: 10.1080/24761028.2013.11869059, pp. 95-127, 2013.

UNCOMTRADE. UN Comtrade Database, 2018.

UNIT 731, Elite Doctors and Human Experimentation, NHK Documentary. Tokyo: Japan Broadcasting Corporation [Filme Cinematográfico], 2018.

USFJ. About Headquarters of United States Forces, Japan: The Cornerstone of Peace and Security in the Pacific, 2018. Disponível em: <<https://www.usfj.mil/About-USFJ/>>. Acessado em: 02/05/2019.

VERSALHES. **Treaty of Versailles**. Library of Congress, 1919.

VICKERS, E. Education, Politics and Sino-Japanese Relations: Reflections on a Three-year Project on East Asian Images of Japan. **Educational Studies in Japan**: International Yearbook, n. 8, March, pp. 129-142, 2014.

VIENA. (1961). **Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961**. Fonte: Presidência da República Federativa do Brasil, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D56435.htm>.

WALDRON, A. Japan's Choices in a Changed Security Environment. **Asia-Pacific Review**, vol. 21, n. 2, pp. 195–212, 2014.

WAN, M. **Sino-Japanese relations**: interaction, logic, and transformation. Stanford: Stanford University Press, 2008.

WAN, M. **Understanding Japan–China Relations**: Theories and Issues. Hackensack, N.J: World Scientific, 2016.

WANG, C. **TMD and U.S.-China-Japan Cooperation**, Nautilus Institute for Security and Sustainability, 2001. Disponível em: <<https://nautilus.org/projects/tmd-and-us-china-japan-cooperation/?view=pdf>>. Acessado em: 07/10/2017.

WANG, Z. **Never forget national humiliation**: historical memory in Chinese politics and foreign relations. New York: Columbia University Press, 2014.

WENDT, A. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, vol. 88, n. 2, pp. 384-396, 1994.

WHITING, A. S. **China eyes Japan**. Berkeley: University of California Press, 1989.

WILLIAMS, P.; WALLACE, D. **Unit 731**: Japan's secret biological warfare in World War II. New York: Free Press, 1989.

WIRTH, C. China, Japan, and East Asian regional cooperation: the views of 'self' and 'other' from Beijing and Tokyo. **International Relations of the Asia-Pacific**, vol. 9, pp. 469–496, 2009.

WU, Z. Research on Japan's ODA to China and It's Contribution to China's Development, Liaoning University of Technology, **9th Workshop held by the Project on the Chinese Economy**, Kyoto Sangyo University, 2008. Disponível em: <<https://www.cc.kyoto-su.ac.jp/project/orc/econ-public/china/documents/WUDP28.pdf>>. Acessado em: 25/09/2018.

XINHUA. **Agência de Notícias Xinhua**, Conmemoração de 70º aniversário de Victoria en Guerra de Resistencia del Pueblo Chino contra Agresión Japonesa y de Guerra Mundial Anti-

Fascista, 2015: Disponível em: <<http://spanish.xinhuanet.com/temas/jnkzsl/index.htm>>. Acessado em: 08/01/2016.

XU, X. Japan's Official Development Assistance (ODA) Policy towards China: The Role of Emotional Factors. **Journal of Contemporary East Asia Studies**, vol. 2, n. 1, pp. 77–94, 2013.

XU, X.; SPILLMAN, L. Political Centres, Progressive Narratives and Cultural Trauma: Coming to Terms with the Nanjing Massacre in China, 1937–1979. In: KIM, M. **Routledge handbook of memory and reconciliation in East Asia**, pp. 101-127. New York: Routledge, 2016.

YAHUDA, M. B. **Sino-Japanese relations after the Cold War: two tigers sharing a mountain**. London: Routledge, 2014.

YAMAGUCHI, T. The “Japan Is Great!” Boom, Historical Revisionism, and the Government. **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol. 15, Issue 6, Number 3, pp. 1-6, 2017.

YIN, J.; YOUNG, S. **Rape of Nanking: An Undeniable History in Photographs**. Chicago: Triumph Books, 1996.

YOSHIFUMI, T. What is the Aim of Nippon Kaigi, the Ultra-Right Organization that Supports Japan's Abe Administration? **The Asia-Pacific Journal**, Japan Focus, vol. 15, Issue 21, Number 1, 2017.

YOSHIHARA, T. China's Vision of Its Seascape: The First Island Chain and Chinese Seapower: China's Vision of Its Seascape. **Asian Politics & Policy**, vol. 4, n. 3, pp. 293-314, 2012.

YOSHIMATSU, H. New Dynamics in Sino-Japanese Rivalry: Sustaining Infrastructure Development in Asia. **Journal of Contemporary China**, s/p., 2018.

YOSHIMI, Y.; O'BRIEN, S. G. **Comfort women: sexual slavery in the Japanese military during World War II**. New York: Columbia University Press, 2000.

ZAKOWSKI, K.; BOCHORODYCZ, B.; SOCHA, M. **Japan's Foreign Policy Making: central government reforms, decision-making processes and diplomacy**. Cham, Switzerland: Springer, 2018.

ZENG, J.; XIAO, Y.; BRESLIN, S. Securing China's core interests: the state of the debate in China. **International Affairs**, vol. 91, n. 2, pp. 245–266, 2015.

ZHANG, Y. **Sino-Japanese relations in a trilateral context: origins of misperception**. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

ZHAO, H. China–Japan Compete for Infrastructure Investment in Southeast Asia: Geopolitical Rivalry or Healthy Competition? **Journal of Contemporary China**, DOI: 10.1080/10670564.2018.1557946, 2018.

ZHAO, Q. Sino-Japanese relations in the context of the Beijing–Tokyo–Washington triangle. *In*: SÖDERBERG, M. **Chinese–Japanese relations in the twenty-first century: complementarity and conflict** (pp. 32-51). London: Routledge, 2002.

ZHAO, S. The Ideological Campaign in Xi's China. **Asian Survey**, vol. 56, Number 6, pp. 168-193, 2016.

ZHOU, M.; WANG, H. Participation in anti-japanese demonstrations in China: evidence from a survey on three elite universities in Beijing. **Journal of East Asian Studies**, vol. 16, n. 3, pp. 391–413, 2016.

ANEXO 1: CRONOLOGIA DE FATOS CITADOS

- 1839: Primeira Guerra do Ópio (1839-1842).
- 1856: Segunda Guerra do Ópio (1856-1860).
- 1868: Restauração Meiji no Japão.
- 1894: Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895).
- 1895: Tratado de Shimonoseki (anexação de Taiwan por Japão).
- 1904: Guerra Russo-Japonesa (1904-1905).
- 1910: Anexação japonesa da Península da Coréia.
- 1912: Fundação da República da China.
- 1914: Primeira Guerra Mundial (1914-1918).
- 1915: ‘Vinte e Uma Demandas’ do Japão à China.
- 1931: Incidente de Mukden – invasão japonesa da Manchúria.
- 1937: Incidente da Ponte Marco Polo - invasão da China e início oficial da Segunda Guerra Sino-Japonesa.
- 1938: Massacre de Nanquim.
- 1939: Início da Segunda Guerra Mundial na Europa (1939-1945).
- 1945: Agosto, Bombardeios de Hiroshima (06) e Nagasaki (09).
- 1945: Setembro, rendição do Japão.
- 1946: Instalação do Tribunal de Tóquio – Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (1946-1948).
- 1947: Promulgação da Constituição Japonesa orientada pelas Forças de Ocupação Aliadas (Constituição Pacifista).
- 1949: Fundação da República Popular da China.
- 1952: Fim da Ocupação do Japão pelas Forças Aliadas.
- 1954: Criação das Forças de Autodefesa do Japão.
- 1969: Ruptura sino-soviética.
- 1972: Reaproximação bilateral e Declaração Conjunta do Governo do Japão e do Governo da República Popular da China.
- 1976: Morte de Mao Zedong.
- 1978: Deng Xiaoping torna-se líder da RPC e inicia o processo de reforma econômica e abertura do país.
- 1978: Tratado de Paz e Amizade entre Japão e RPC.

1979: Início da concessão de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA) do Japão à China.

1982: Discordâncias sobre livros didáticos de história.

1985: Visita de Yasuhiro Nakasone ao santuário de Yasukuni.

1989: Manifestações e Incidente de Tiananmen.

1990: Guerra do Golfo (1990-1991).

1991: Colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

1991: Oficialização da Campanha de Educação Patriótica pelo governo chinês.

1992: Visita do imperador japonês Akihito à China.

1992: Estouro da Bolha imobiliária e financeira no Japão.

1993: Declaração Kono.

1993: Crise Nuclear da Coreia do Norte (1993-1994).

1994: Disseminação da Campanha de Educação Patriótica Chinesa.

1995: Declaração de Murayama.

1995: Testes nucleares da China.

1995: Crise do Estreito de Taiwan (1995-1996).

1996: Fundação da *Tsukurukai* no Japão.

1996: Declaração Conjunta de Segurança Japão-EUA.

1997: Revisão das Diretrizes para a Cooperação de Defesa Japão-EUA.

1997: Crise financeira asiática.

1997: Formação ASEAN+3.

1997: Organização do Grupo de Jovens Membros da Dieta Preocupados com o Futuro do Japão e a Educação Histórica.

1998: Visita de Jiang Zemin ao Japão.

1998: Testes de mísseis da Coreia do Norte.

1999: Início do desenvolvimento do BMD japonês.

2001: Início do governo Koizumi e congelamento da relação diplomática sino-japonesa devido as visitas a Yasukuni (2001-2006).

2001: Parlamento japonês aprova a Lei de Medidas Especiais Antiterrorismo - início da colaboração japonesa na Operação Liberdade Duradoura, no Afeganistão.

2002: Entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).

2003: Parlamento japonês aprova a Lei de Medidas Especiais de Assistência ao Iraque - envio das Forças de Autodefesa Japonesas ao Iraque.

2003: Início das negociações do *Six Party Talks* (2003-2009).

2004: Protestos anti-Japão na final da Copa Asiática de Futebol, sediada na China.

2004: Orçamento de defesa da China ultrapassa o do Japão.

2005: Campanha japonesa para a Reforma do Conselho de Segurança da ONU e protestos contrários da população chinesa.

2005: Aprovação do documento Aliança EUA-Japão: Transformação e Realinhamento.

2006: Eleição de Shinzo Abe no Japão e visita à China como primeira viagem internacional de seu governo.

2006: Concepção da iniciativa japonesa *Arc of Freedom and Prosperity*.

2007: Visita do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao ao Japão.

2008: Presidente chinês Hu Jintao visita o Japão; declaração conjunta “*Japan and China: Building a Mutually Beneficial Relationship Based on Common Strategic Interests*”.

2008: Acordo para desenvolver a exploração conjunta de gás e petróleo em região disputada no Mar Oriental da China.

2009: China se torna maior parceiro comercial do Japão.

2010: Japão é ultrapassado pela China como segunda economia do mundo.

2010: Colisão de embarcação pesqueira chinesa com embarcações da guarda costeira japonesa gera tensões diplomáticas e protestos anti-Japão na China.

2011: Corrente comercial sino-japonesa atinge recorde de US\$334 bilhões.

2012: Nacionalização do arquipélago Diaoyu/Senkaku pelo governo central japonês; grandes protestos populares anti-Japão na China; pior momento da relação sino-japonesa desde a Segunda Guerra Mundial.

2012: Shinzo Abe é eleito primeiro-ministro do Japão pela segunda vez.

2013: Xi Jinping assume a presidência da RPC.

2013: Anúncio do projeto ‘*One Belt, One Road*’ (*Belt and Road Initiative*) pelo presidente chinês.

2013: Visita de Shinzo Abe ao santuário de Yasukuni.

2014: Início do processo de reinterpretação do Artigo 9 da Constituição japonesa (em que o país renuncia à guerra como direito soberano da nação), possibilitando o exercício da autodefesa coletiva.

2014: Primeiro encontro entre os líderes Xi Jinping e Shinzo Abe – à margem do Fórum de Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC) em Pequim.

2015: Anúncio do projeto japonês *Partnership for Quality Infrastructure*.

2015: Parada Militar em “Comemoração do 70º aniversário da Vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Mundial Antifascista”.

2015: Discurso de Shinzo Abe pelo 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial.